



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**MEMÓRIAS DO EXÍLIO NA FRONTEIRA:**

**TRAJETÓRIA E RESISTÊNCIA DE EXILADOS PARAGUAIOS EM FOZ DO IGUAÇU**

**MANUELLA SAMPAIO DA SILVA**

Foz do Iguaçu

2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

### **MEMÓRIAS DO EXÍLIO NA FRONTEIRA:**

**TRAJETÓRIA E RESISTÊNCIA DE EXILADOS PARAGUAIOS EM FOZ DO IGUAÇU**

**MANUELLA SAMPAIO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci  
Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva

Foz do Iguaçu

2021

MANUELLA SAMPAIO DA SILVA

**MEMÓRIAS DO EXÍLIO NA FRONTEIRA:**

TRAJETÓRIA E RESISTÊNCIA DE EXILADOS PARAGUAIOS EM FOZ DO IGUAÇU

**MANUELLA SAMPAIO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci  
UNILA

---

Co-orientador Prof. Dr. Paulo Renato da Silva  
UNILA

---

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri  
UNILA

---

Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque  
UNIFESP

---

Prof. Dra. Lorena Marina Soler  
UBA

Foz do Iguaçu, 08 de abril de 2021

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586m

Silva, Manuella Sampaio da.

Memórias do exílio na fronteira: trajetória e resistência de exilados paraguaios em Foz do Iguaçu / Manuella Sampaio da Silva. - Foz do Iguaçu, 2021.  
226 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA.

Orientador: Tereza Maria Spyer Dulci.

Coorientador: Paulo Renato da Silva.

1. Exílio - Paraguai. 2. Fronteira - Foz do Iguaçu (PR). 3. Ditadura. I. Dulci, Tereza Maria Spyer. II. Silva, Paulo Renato da. III. Título.

CDU 343.264(816.2)

## AGRADECIMENTOS

O percurso deste trabalho foi longo, sinuoso, intenso e, finalmente, gratificante. Ao chegar à conclusão desta etapa sinto-me atravessada por muitos sentimentos, dentre os quais prevalece a confiança. Essa confiança, na importância desse trabalho e na retidão das coisas que eu acredito, me trouxe a certeza de que perseverar nos próprios sonhos é o caminho para ser fiel a si mesma.

Para chegar até aqui tive em certos momentos uma jornada solitária, porém, o nascimento desse trabalho é também fruto de sonhos coletivos. O primeiro destes sonhos se chama UNILA. Estudar em uma universidade com um projeto integrador proporcionou experiências que, tenho certeza, me marcarão pelo resto da vida. Meu olhar sobre a nossa história enquanto latino-americanos, e o meu entendimento sobre o que é ser uma mulher latino-americana mudou, cresceu, se aprofundou. Por isso, e por tantas conexões e aprendizados, agradeço a todas as mãos que um dia empurraram esse projeto adiante para que ele nascesse e para que siga existindo.

Sou a primeira de minha família a cursar um mestrado. Este é um feito que eu não teria conseguido realizar sem o apoio da pessoa que me trouxe ao mundo e esteve ao meu lado, inclusive na distância, nestes anos todos. Por isso, agradeço especialmente à minha mãe, Valquiria. Mulher fortaleza que em nenhum momento deixou de acreditar em mim e segue a cada dia dando-me suporte, sempre partindo do amor e da compreensão, para que eu siga trilhando o meu caminho com dignidade.

Agradeço a cada entrevistado que disse um sim a contar uma parte, muitas vezes dolorosa e difícil de recordar, de sua história. Esse sim me possibilitou seguir em frente com esse trabalho. A vocês que me receberam e confiaram, dedico estas páginas e deixo aqui registrada minha admiração e gratidão.

Agradeço aos companheiros de Unila, eternos unileiros, como ficamos conhecidos, pelas trocas, pelas risadas e inquietudes compartilhadas.

Ao professor Paulo Renato, quem iniciou essa jornada comigo e me mostrou os caminhos possíveis para essa pesquisa. Obrigada pela leitura e pelas contribuições.

À professora Tereza Spyer, sempre gentil e inspiradora, agradeço por abraçar a reta final desse trabalho comigo e me apoiar para que ele pudesse ser apresentado e finalmente compartilhado.

Agradeço também aos professores Lindomar Albuquerque e Giane Lessa, pela leitura cuidadosa e pelos comentários na fase de qualificação deste trabalho.

A escrita desse texto ocorreu em três países diferentes e o mesmo está permeado pelo espírito desses lugares, pelas pessoas que neles conheci e pelas mudanças que me provocaram. Sou grata também por terem me ensinado a olhar a minha pesquisa e a minha própria vida sob diferentes perspectivas.

Por fim, agradeço aos meus amigos e amores, que tantas vezes me escutaram e compartilharam comigo as angústias e alegrias desse processo, de forma especial a: Guille, Natália, Evelyn, Nicole, Felipe, David, Neuza, Juan (pela acolhida e pelas trocas durante minha passagem por Asunción), e às eternas Neydes. Um agradecimento também a ti, Paulo Mendonça, quem me abriu os olhos e incentivou a defender esse trabalho.

Obrigada!

*“En aquel otro exilio  
me sentí extranjero  
hasta que llegó la manifestación  
y me vi caminando  
con los hombres y mujeres  
del lugar  
y desde los bordes  
los milicos locales  
me miraron  
con la misma inquina  
que los de mi ciudad”*

**(Extranjero hasta allí – Mario Benedetti)**

## RESUMO

As ditaduras da segunda metade do século XX no Cone Sul promoveram inúmeras violações de Direitos Humanos, deixando as sociedades latino-americanas marcadas pelo autoritarismo. O exílio foi o recurso frequentemente mais utilizado para dispersar a oposição política. No Paraguai, país com um largo histórico de golpes militares e guerras civis, a ditadura civil-militar de Alfredo Stroessner (1954-1989) aprofundou ainda mais a prática do desterro, levando ao exílio grandes contingentes populacionais. O Brasil foi o segundo país que mais recebeu exilados paraguaios no período. Milhares destes fixaram raízes na região fronteira, na cidade de Foz do Iguaçu, onde viveram a experiência exilar passando pela clandestinidade até à militância em comitês de exilados, associações e partidos políticos. A fronteira foi um espaço de atuação privilegiado para estes sujeitos, pois o Brasil iniciou um processo de abertura política já no final da década de 1970 momento em que a ditadura paraguaia ainda estava em seu período de apogeu, promovendo duros episódios de repressão. Desta forma, se por um lado ser um exilado na divisa entre os dois países oferecia riscos em decorrência de um aparato repressivo reforçado pelos Estados Nacionais, por outro lado, as características dessa região e o contexto político viabilizavam a articulação destes sujeitos com o país de origem, bem como contribuía para dar uma dimensão sul-americana à luta pela democracia. Tendo esse contexto como horizonte, este trabalho resgata e analisa as memórias de exilados paraguaios em Foz do Iguaçu, recuperando as redes de solidariedade que se formaram, e também as tensões decorrentes das diferentes tradições político-culturais, com o propósito de entender como se relacionaram e organizaram militantes de diferentes partidos, frentes e movimentos sociais no exílio. Para tanto, esta investigação foi desenvolvida sob a perspectiva metodológica da história oral, com foco na história oral temática, cotejando os depoimentos coletados com fontes documentais do período, tendo em vista o recorte e interesse da pesquisa.

**Palavras-chave:** Exílio; Paraguai; Ditadura; Fronteira; Foz do Iguaçu.



## RESUMEN

Las dictaduras de la segunda mitad del siglo XX en el Cono Sur promovieron innúmeras violaciones de derechos humanos, dejando a las sociedades latinoamericanas marcadas por el autoritarismo. El exilio fue el recurso más frecuentemente utilizado para dispersar a la oposición política. En Paraguay, país con un largo historial de golpes militares y guerras civiles, la dictadura cívico-militar de Alfredo Stroessner (1954-1989) profundizó aún más la práctica del destierro, llevando al exilio a grandes contingentes poblacionales. Brasil fue el segundo país que más recibió exiliados paraguayos en el período. Miles de estos fijaron sus raíces en la frontera, en la ciudad de Foz de Iguazú, donde vivieron la experiencia exiliar pasando de la clandestinidad hasta la militancia en comités de exiliados, asociaciones y partidos políticos. La frontera fue un espacio de actuación privilegiado para estos sujetos, ya que Brasil inició un proceso de apertura política a fines de la década de 1970, momento en que la dictadura paraguaya todavía estaba en su período de apogeo, promoviendo duros episodios de represión. En ese sentido, si por un lado ser exiliado en la frontera entre dos países ofrecía riesgos debido al aparato represivo reforzado por los Estados Nacionales, por otro lado las características de la región y el contexto político viabilizaban la articulación de estos sujetos con su país de origen, quienes contribuían dando una dimensión sul-americana a la lucha por la democracia. Teniendo ese contexto como horizonte, este trabajo rescata y analiza las memorias de exiliados paraguayos en Foz de Iguazú, recuperando las redes de solidaridad que se formaron, y también las tensiones derivadas de las diferentes tradiciones político-culturales, con el propósito de entender cómo se relacionaron y organizaron militantes de diferentes partidos políticos, frentes y movimientos sociales en el exilio. Para ello, esta investigación se desarrolló sobre la perspectiva metodológica de la historia oral, cotejando los testimonios obtenidos con fuentes documentales del período, teniendo en cuenta el recorte e interés de este trabajo.

**Palabras-clave:** Exilio; Paraguay; Dictadura; Frontera; Foz de Iguazú.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Placa em frente ao Departamento de Investigaciones de Asunción. ....	52
Figura 2- Placa de identificação no Ex Departamento de Investigações da Polícia de Asunción como atual Sítio Histórico e de Consciência do Paraguai. ....	53
Figura 3 - Domingo Laíno presidente do Partido Liberal Radical Autêntico em visita ao correligionário Tito Morales. ....	78
Figura 4 - Painel de debate da Primeira Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio em Foz do Iguaçu (1984). ....	147
Figura 5 - Foto publicada em reportagem da edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo sobre as Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. ....	149
Figura 6 - Manchete da edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo sobre as Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. ....	151
Figura 7 - Público presente na conferência de abertura da Primeira edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio no salão do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. ....	153
Figura 8 - Público presente na conferência de abertura da Primeira edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio no salão do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. ....	153
Figura 9 - Mesa de abertura da 2ª edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. ....	163
Figura 10 - Público participante da Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. ....	169
Figura 11 - Venda de camisetas promocionando a Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. ....	169

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Número de vítimas de violações aos Direitos Humanos no Paraguai durante a ditadura stronista. ....	55
Gráfico 1 - Análise cronológica do exílio como violação dos Direitos Humanos no Paraguai ...	70
Tabela 2 - Censo populacional de Foz do Iguaçu, período de 1950 a 2000 .....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANR	Associação Nacional Republicana – Partido Colorado
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEV-PR	Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná
CIPAE	Comité de Iglesias Para Ayuda de Emergências
CNIG	Conselho Nacional de Imigração
CVJ	Comisión de Verdad y Justicia
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAC	Ligas Agrárias Cristianas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOPOCO	Movimento Popular Colorado
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organização Político Militar
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico
SERPAJ-AL	Servicio Paz y Justicia en América Latina
SNI	Serviço Nacional de Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VPR	Vanguardia Popular Revolucionária

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAMINHOS DA PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO E APORTES TEÓRICOS</b>	<b>20</b>
<b>1. DITADURA STRONISTA: ANTECEDENTES, TRANSCURSO E SALDO REPRESSIVO .....</b>	<b>37</b>
1.1 Desatar os nós para entender: Antecedentes.....	38
1.2. Por fora vitrine democrática, por dentro controle absoluto: Transcurso .....	43
1.3 O país que fica 35 anos depois: Saldo Repressivo.....	49
1.4 As relações Brasil e Paraguai após 1964 .....	56
<b>2. O ESTUDO DO EXÍLIO: PARAGUAI COMO FOCO .....</b>	<b>62</b>
2.1“No Paraguai não havia tranquilidade, o político era muito forte” .....	63
2.2 Brasil como alternativa, Foz do Iguaçu como destino .....	73
2.3 Colorados e Liberais no exílio .....	88
2.4 A segunda chegada de exilados e a Operação Condor na fronteira .....	95
2.5 Ser um exilado na fronteira: construindo recomeços .....	113
2.6 Particularidades de um exílio fronteiriço .....	127
2.7 A reorganização do núcleo familiar e a atuação das mulheres no exílio .....	133
<b>3. MILITÂNCIA TRANSNACIONAL: AS JORNADAS DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO.....</b>	<b>139</b>
3.1“Dónde se combinaba la denuncia, la lucha y la alegría” .....	140
3.2 A diversidade na trincheira de luta - Primeira edição (1984).....	145
3.3 “Intensificar a Solidariedade” Segunda edição (1985) .....	155
3.4 Raízes do outro lado da fronteira: permanecer ou voltar? .....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>185</b>
<b>ENTREVISTADOS .....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>200</b>
Anexo 1 – Reportagem do Jornal Nosso Tempo sobre a Primeira Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguai. ....	200
Anexo 2 - Reportagem no Jornal Nosso Tempo sobre a Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguai. ....	201
Anexo 3 – Informe produzido pela polícia Stronista em Agosto de 1985 com listado dos cidadãos paraguaios que participavam da Segunda Edição da Jornada de Solidariedade.....	202
Anexo 04 – Informe produzido pela polícia brasileira datado de 1986. Cita outro informe onde o Departamento da Polícia Federal nega o envolvimento no sequestro e entrega de Remigio Giménez à polícia Paraguai. ....	203

Anexo 05 – Reportagem publicada no Jornal Nosso Tempo em fevereiro de 1986 a respeito da greve de fome do preso político Remígio Giménez e das manifestações realizadas em Foz do Iguaçu que pediam pela sua liberdade.....	204
Anexo 6 – Reportagem de dezembro de 1974 do Jornal Folha de Londrina, que noticia o sequestro dos quatro exilados membros do MOPOCO em Foz do Iguaçu	205
Anexo 07 – Informe 031/76 AESI brasileira .....	206
Anexo 08 – Matéria publicada a respeito da edição da Jornada de solidariedade na cidade de Posadas, Argentina. ....	208
Anexo 09 – Informe do Serviço Nacional de Informação a respeito das atividades de Mohamad Barakat junto à comunidade árabe.....	209
Anexo 10 – Convite para a Primeira Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio em Foz do Iguaçu.....	210
Anexo 11 – Discurso de abertura da Jornada de Solidariedade, matéria publicada na edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo. ....	211
Anexo 12 – Matéria publicada na edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo	212
Anexo 13 – Panfleto de divulgação da Primeira Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio em Foz do Iguaçu. ....	213
Anexo 14 – Informe enviado para o departamento de investigações da capital Asunción a respeito da primeira edição da Jornada de Solidariedade ocorrida em Foz do Iguaçu.....	214
Anexo 15 – Informe com a transcrição das falas dos e das participantes da Primeira Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio .....	215
Anexo 16 – Informe com a transcrição das falas dos e das participantes da Segunda Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio .....	217
Anexo 17 – Divulgação das confirmações de assistência e preparação que chegavam para a Segunda Edição da Jornada de Solidariedade .....	223
Anexo 20 – Carta de apoio do Partido Febrerista à realização da Segunda Edição da Jornada.....	226
Anexo 21 – Carta de apoio da Câmara Municipal de Londrina ao Comitê organizador das Jornadas. ....	227

## INTRODUÇÃO

Os regimes ditatoriais do século XX no Cone Sul tiveram impactos significativos para as sociedades latino-americanas. Uma época de turbulências em meio a um mundo que vivia a Guerra Fria, onde o perigo de um efeito dominó do comunismo preocupava os interesses capitalistas dos EUA. Assim, as ações dos governos da época buscavam justificar-se pela eliminação de qualquer ameaça à ordem então vigente, promovendo o ostracismo, prisões arbitrárias, torturas e sequestros. Dentro do leque de violações sistematizadas por estes regimes, o desterro foi frequentemente a mais utilizada para dispersar qualquer tipo de oposição. É neste contexto, e com esse pretexto, que se promoveram verdadeiras “ondas” de exílio em diversos países da região.

No Paraguai, a ditadura de Alfredo Stroessner intensifica e amplia o desterro para milhares de cidadãos a partir de 1954. Intensifica, pois o histórico de golpes militares e guerras civis no país já havia levado ao exílio grandes contingentes populacionais até o final da década de 1940. Amplia, visto que o perfil dos exilados paraguaios expande-se em relação à classe social, faixa etária e gênero.

A Comisión de Verdad y Justicia (CVJ), criada em 2004 para registrar e analisar os crimes cometidos pelo Estado durante o regime stronista<sup>1</sup> (1954-1989), após quatro anos de trabalho na coleta de depoimentos e documentos do período, publica em agosto de 2008 seu Informe Final onde registra conclusões e recomendações ao Estado paraguaio. Neste relatório, a comissão considera o exílio um crime de lesa-humanidade por violar os Direitos Humanos. Considera-o, ademais, através do marco jurídico dessa violação, como:

Un efecto o consecuencia de actos ilícitos cometidos por el Estado,

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizaremos a expressão “stronismo” ou regime “stronista” para referir-nos à ditadura civil-militar de Alfredo Stroessner. Esta, além de ser uma expressão comumente encontrada na literatura acadêmica do Paraguai, evoca o legado deixado nesse período para a sociedade paraguaia até os dias atuais. Esta “herança” está muito presente nos relatos dos entrevistados que essa pesquisa abordou e, muitas vezes, ajuda a explicar a permanência destes no país de asilo após a queda do ditador.

como arbitrariedad, violación de la libertad de residencia y de tránsito, persecución política, inseguridad y falta de acceso a la justicia, como un hecho de violación de los derechos humanos cometido por el Estado contra sus nacionales, en virtud del cual, por actos y omisiones del poder público, la persona o grupo de personas es puesto fuera de las fronteras de su país de origen, debiendo permanecer en territorio extranjero contra su voluntad, por razones de índole político-ideológica. (Relatório Final Anive haguã oiko, Tomo II, 2008, p. 298).

Historicamente o destino dos exilados paraguaios foram os países lindeiros como Argentina e Brasil, sendo a Argentina o país de asilo de mais da metade deste contingente. O Brasil foi o segundo país da região mais buscado como destino. Ainda, outros países do Cone Sul, como Chile e Uruguai, receberam cidadãos paraguaios na condição de refugiados. A lógica limítrofe também foi empreendida dentro destes territórios nacionais, configurando as cidades de fronteira não somente como um lugar de passagem, mas também como o destino escolhido para projetarem seus recomeços, enquanto aguardavam um possível retorno.

Estes espaços caracterizaram-se como um lugar de encontro e resistência para mulheres e homens que, estando proibidos ou impossibilitados de permanecerem no Paraguai, buscaram salvar-se da violência e do autoritarismo imposto pelo Estado. Ao mesmo tempo, mantinham-se geograficamente perto de seus compatriotas, possibilitando o contato com familiares, amigos e correligionários que permaneciam do outro lado. Esse “estar próximo” mantinha, ainda, a possibilidade de reagrupamento das forças de maior ativismo que seguiam militando pelo desgaste e fim do regime.

No Brasil, a cidade de Foz do Iguaçu, fronteira com Porto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) foi um dos redutos de exilados paraguaios que atravessavam a fronteira. Essa rota foi traçada muitas vezes como alternativa final de sobrevivência, visto que a Área de Segurança Nacional reforçava a truculência das medidas de repressão e a travessia ao país vizinho por si só se configurava em um grande risco. Nesse lugar, milhares<sup>2</sup> de

---

<sup>2</sup> Essa pesquisa não encontrou documentos que possam dar fundamento a uma afirmação categórica sobre os números que representam essa migração especificamente. Porém, como será explicado oportunamente, não realizamos uma diferenciação entre o exílio político e econômico, visto que trabalhamos com o entendimento de que ambos possuem uma relação



paraguaios vivenciaram a experiência exilar das mais variadas formas, passando pela clandestinidade até à militância em comitês de exilados, associações, partidos políticos e movimentos que lutavam pelo fim da ditadura. Um dos episódios que mais mobilizou exilados da região foram as Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguai, realizadas em duas edições, a primeira em 1984 e a segunda em 1985. Estes eventos reuniram centenas de pessoas, entre militantes, jornalistas, escritores e intelectuais de diversos países. Participaram, ademais, paraguaios que estavam exilados em outras cidades brasileiras como São Paulo e em várias cidades fronteiriças da Argentina. A organização ficava a cargo do Comitê Latino-Americano de Foz do Iguaçu, composto por representantes dos três países da Tríplice Fronteira. Os eventos tinham como objetivo principal debater estratégias de luta contra a ditadura, denunciando as violações cometidas pelo governo de Stroessner. Desta forma, prestavam solidariedade aos exilados, presos e desaparecidos políticos e suas famílias, criando um movimento que pedia a democratização do Paraguai. Na própria mobilização operada para a criação dos eventos e na realização dos mesmos, ficava plasmado o comprometimento dos exilados com a denúncia da realidade vivida no seu país, ao mesmo tempo em que integravam-se brasileiros, paraguaios e argentinos através de uma pauta central de luta.

Paralela à militância estava a tentativa de reestruturação econômica e a reorganização do núcleo familiar, bem como a adaptação a uma nova língua e incorporação de novos hábitos e costumes. A larga duração do regime stronista fez com que muitos fixassem raízes em Foz do Iguaçu, ocasionando que após a queda de Stroessner, muitas vezes diante de sentimentos difusos e grandes conflitos internos, seguissem vivendo no Brasil. Mesmo para os que voltaram ao Paraguai após 1989, o exílio e as relações construídas no país vizinho marcaram profundamente suas vidas.

---

direta com as medidas do governo da época. Isso significa que quando nos referimos aos exilados, também incluímos os sujeitos que se viram obrigados a emigrar por não encontrarem condições de sobreviverem economicamente no Paraguai. Com esse recorte, e também com base nos censos populacionais que citam a migração em geral de paraguaios para o Brasil na época, além é claro dos depoimentos coletados, acreditamos que esse contingente tenha chegado na casa dos milhares durante todo o período ditatorial paraguaio.

A experiência do exílio, como um fato traumático, está atravessada por sentimentos de perda, de culpa, e por um contínuo “estar de passagem” (GRINBERG, 1984). Além disso, é permeada pelo choque entre as diferentes matrizes culturais, sociais e políticas do país de asilo. No entanto, é também uma experiência que está marcada pela solidariedade, pela cooperação e pelo amparo da comunidade receptora. Se por um lado emergem tensões da convivência entre exilados e comunidade local, por outro também se dá o exercício da alteridade nas relações de acolhimento e se formam profundos vínculos de amizade. No caso da fronteira, estas relações se intensificam em um lugar que, historicamente, se constitui em um espaço de disputas, onde as identidades nacionais se contrastam e reafirmam, ao mesmo tempo em que os moradores locais empreendem relações muito próprias de interação (SOUZA & GEMELI, 2011).

Dentro desse contexto, observamos e consideramos que o fluxo migratório de exilados paraguaios para o Brasil, e mais especificamente para a região sul na fronteira entre os dois países, carece de estudos. A imigração de paraguaios em direção ao Brasil é de forma recorrente abordada através de perspectivas econômicas e demográficas, porém, ainda é escassa a produção acadêmica a respeito dos atores sociais destes processos. Esse fluxo poderia inclusive ser considerado “inverso” se o comparamos com o dos brasileiros em direção ao Paraguai<sup>3</sup>. Deslocamento que ganhou visibilidade desde o final da década de 1980, quando muitos pesquisadores começaram a analisar seus impactos e as questões identitárias suscitadas por ele<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O movimento diz respeito ao grande fluxo de brasileiros que migrou ao Paraguai a partir do final da década de 1950 em busca de trabalho e terras mais baratas. Essa migração se deu majoritariamente a partir de uma série de medidas estabelecidas pelos governos paraguaio e brasileiro em função de um plano de colonização agrícola que facilitava, entre outras questões, a compra de terras por parte de brasileiros nos departamentos fronteiriços do Paraguai e, por outro lado, o facilitamento de linhas de crédito para a compra de isumos e maquinários no Brasil (ZAAR, 2001). Este é um movimento que incia ainda no segundo governo de Vargas (1951 – 1954) e que terá seguimento no governo de Juscelino Kubischek (1956 – 1961).

<sup>4</sup> Principalmente com relação aos “brasiguaios” (nome originado na junção das palavras “brasileiro” e “paraguaio”), como ficaram conhecidos os imigrantes brasileiros que fixaram raízes no Paraguai e também aqueles que voltaram ao Brasil a partir de 1985, após o fim dos contratos de arrendamento de campos e crédito agrícola promovidos pelo governo stronista (ALBUQUERQUE, 2005).

Tratam-se de dois movimentos que, sem dúvidas, possuem especificidades que os distinguem, mas ocorreram praticamente durante o mesmo período de tempo. No entanto, ambos não revestem a mesma importância para a academia, visto que há uma ausência de estudos sobre o primeiro caso e uma considerável abordagem em relação ao segundo. Essa disparidade parece indicar, entre outros fatores, uma maior preocupação em relação às questões nacionais por parte da academia brasileira, com ênfase nos processos que partem ou são incentivados diretamente pelo Estado<sup>5</sup> em detrimento de um conhecimento que protagonize outros povos, suas experiências e saberes. A mesma disparidade observamos com relação aos estudos que tratam da integração no sul do continente americano, ainda hoje muito voltados às políticas exteriores dos Estados Nacionais e suas economias. Neste aspecto, este trabalho pretende também ser uma contribuição aos estudos que entendem a cultura como uma via de aproximação e integração de povos latino-americanos, onde a mesma se dá através de manifestações não programadas pelos Estados Nacionais (BEYHAUT, 1994).

Também observamos na fase de revisão bibliográfica deste trabalho, que mesmo após a redemocratização dos Estados sul-americanos e o avanço das pesquisas que se dedicavam a investigar os períodos ditatoriais do século XX nestes países, a ditadura stronista, tendo sido a mais longa da região, ocupava ainda um lugar relegado na academia regional, com alguns poucos trabalhos de pesquisadores paraguaios e estadunidenses.

Contudo, nos últimos anos se nota um interesse renovado de estudos sobre o Paraguai e com ele surgem novas indagações sobre o stronismo a partir de diferentes perspectivas, processos e grupos. Esse é um cenário que vem sendo fortalecido através da produção colaborativa entre os pesquisadores que se dedicam a estudar a história do Paraguai, fato que também motivou a realização deste trabalho. Pretendemos com ele ter contribuído com o nosso “granito de arena” para amenizar as lacunas historiográficas, primeiramente em

---

<sup>5</sup> Apenas para citar alguns exemplos: estão os estudos sobre o movimento da Marcha para o Oeste que inicia, como citado anteriormente, no segundo governo de Getúlio Vargas; os estudos sobre o acordo, construção e legado da Ponte Internacional da Amizade (1956 -1965); os estudos sobre o Tratado de Itaipu (1973) e também sobre o Tratado de Cooperação do Brasil com o Paraguai (1975).

um âmbito de resgate histórico de um período ainda silenciado da história do país, observando e analisando o papel da resistência a este regime por parte de cidadãos paraguaios no exílio. E em um segundo plano, com um marcado interesse em abordar esse período através das memórias de pessoas que comumente foram relegadas ao esquecimento por se tratarem de sujeitos que resistiram longe de sua pátria e, muitas vezes, longe das lideranças políticas de sua época.

Deste modo, com base nos fatores citados, esse trabalho propõe debruçar-se sobre o exílio paraguaio com destino à cidade de Foz do Iguaçu, analisando através das memórias dos exilados e exiladas, as experiências vividas na fronteira e as identidades e trajetórias dos homens e mulheres que as viveram.

## **CAMINHOS DA PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO E APORTES TEÓRICOS**

Neste estudo abordaremos o exílio como uma categoria migratória, buscando analisá-lo enquanto um movimento de deslocamento forçado. A partir desta abordagem, e de acordo ao grupo estudado neste trabalho, propomos pensar dentro da experiência exilar as especificidades de um exílio fronteiriço, sendo a primeira delas a proximidade geográfica com o país de origem do exilado. Permanecer na fronteira permitia o “estar próximo” da pátria e dos seus. Ao mesmo tempo, este espaço liminar era permeado por estratégias de fuga, de proteção e risco, de contatos e redes transfronteiriças ainda pouco exploradas nos estudos sobre as ditaduras dentro do Cone Sul. A partir desta condição, as relações que este exílio fronteiriço suscita são singularidades que entendemos ser parte importante para uma discussão sobre o exílio político. Assim sendo, o exílio fronteiriço também aparece neste estudo como uma categoria, onde buscamos analisar o papel da fronteira na vivência da experiência exilar.

Cabe mencionar que no transcurso de nossa análise, refletimos sobre a própria zona fronteiriça tentando sobressair-nos de uma visão naturalmente

estabelecida que a entende como uma esfera de separação. Aqui, buscamos enxergá-la também como um, nas palavras de Gustavo Beyhaut (1994), “elemento de unidade”, onde as relações de integração avançam também através dos fenômenos culturais que ocorrem nestes espaços.

Propomos estas linhas de análise e de abordagem, pois partimos de uma hipótese construída sobre dois pilares. O principal deles é o entendimento de que a região fronteira foi um lugar de atuação privilegiado para os exilados paraguaios. A fronteira se trata de um cenário que favorece processos intensos de intercâmbio cultural, de negociações e hibridismos (BURKE, 2010), o que consideramos, teria possibilitado a criação e a manutenção de vínculos políticos entre exilados paraguaios e militantes brasileiros, favorecendo a construção e o funcionamento de redes de comunicação e solidariedade. Neste contexto, acreditamos que este espaço teria facilitado em determinados momentos a transposição do aparato repressivo do Estado paraguaio, viabilizando em alguma medida a atuação destes sujeitos e contribuindo para dar uma dimensão sul-americana à luta pela democracia no Paraguai. Essa dimensão se materializava primeiramente por meio dos vínculos estabelecidos entre movimentos políticos e sociais dos dois países que, através da pauta da democratização e dos Direitos Humanos, mobilizaram-se em comitês, associações e eventos solidários. Da mesma forma, estava o discurso da unidade latino-americana, incorporado a um olhar anti-imperialista com relação aos Estados Unidos e sua histórica influência na região. Esse foi, em segunda instância, um fator que fortaleceu a transnacionalização da luta contra as ditaduras na região, dando essa dimensão sul-americana que sugerimos.

O segundo pilar de sustentação de nossa hipótese, é o fato de que o Brasil iniciou um processo de abertura política já no final da década de 1970, momento em que a ditadura paraguaia ainda estava em seu período de apogeu, promovendo duros episódios de repressão. Essa abertura significou o início de um processo de distensão do governo militar, ainda que essa distensão fosse “lenta, gradual e segura”<sup>6</sup>, o que significaria não colocar o poder militar sob risco

---

<sup>6</sup> Frase proferida em 1974 por Ernesto Geisel em seu discurso de posse como presidente da república. O general cita a “lenta, gradativa e segura distensão” que daria o tom de seu governo, mas que serviria mais como uma fachada contra as pressões nacionais e internacionais, visto

algum durante esse processo. Com isso, temos ciência de que estes ainda foram anos de dura repressão e violência<sup>7</sup>, marcados por casos paradigmáticos como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975 nas instalações do DOI-CODI de São Paulo. O processo de abertura, no entanto, seria culminado com a Lei de Anistia<sup>8</sup> em 1979, o que possibilitou a volta de muitos exilados brasileiros e proporcionou melhores condições de rearticulação para os exilados paraguaios, que agora contavam com o apoio de militantes que retornavam ao país e ou saíam da clandestinidade.

Foz do Iguaçu enquanto Área de Segurança Nacional manteria-se como uma zona em constante vigilância, representando risco acentuado para a oposição. Um dos casos que exemplificam o controle rigoroso exercido na cidade mesmo durante os anos de abertura política é o do jornalista Juvêncio Mazzarollo, um dos últimos presos políticos do Brasil. Mazzarollo foi preso em 1982 em Foz do Iguaçu, acusado de violar a Lei de Segurança Nacional. Posto em liberdade em 1984, após inúmeras manifestações de solidariedade e uma greve de fome que tomou repercussão nacional, o jornalista foi um dos organizadores e militante mais ativo nas atividades que se desenvolveram na

---

que seu mandato ainda faria a manutenção do Ato Institucional 5 e tantas outras medidas aclamadas pelos militares da chamada “linha dura” do exército que temiam por um descontrole do processo de abertura com a radicalização dos movimentos de oposição (RESENDE, 2014).

<sup>7</sup> Recentemente, documento encontrado pelo pesquisador Matias Epektor, vinculado à Fundação Getúlio Vargas, comprova a ciência de Geisel sobre os métodos de extermínio aplicados aos grupos de resistência política. Se trata de um memorando datado de 1974 enviado pelo então diretor do Centro de Inteligência do Exército dos EUA (CIA), descrevendo o encontro com o então presidente do Brasil onde relata o trabalho realizado pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) na execução de ao menos 104 pessoas durante o governo anterior presidido por Emilio Garrastazu Médici. De acordo com o memorando, Geisel dá carta branca para o seguimento das execuções “apenas a subversivos perigosos” seguindo critério de João Baptista Figueiredo, então chefe do Serviço de Inteligência Nacional (SNI). O documento está disponível na página web do Departamento de Estados dos EUA e pode ser acessado através do seguinte endereço: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsu>.

<sup>8</sup> Estabelecida pela Lei n. 6.683 de 28 de agosto de 1979, concedia em seu artigo 1º: “Anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (Brasília, Lei n.6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências). Assim sendo, ao mesmo tempo em que permitiu a volta de exilados e a atuação política de militantes, a Lei de Anistia favoreceu por outro lado os militares e agentes públicos que cometeram violações durante o período. Possibilitou, desta forma, não só encaminhar o processo de abertura política sem grandes rupturas, como também “os militares no poder garantiram a impunidade daqueles que haviam violado os Direitos Humanos dos presos e perseguidos políticos” (GALLO, 2017, p.04).

cidade para denunciar a ditadura stronista. Peça chave das articulações entre a militância brasileira e paraguaios exilados em Foz do Iguaçu, Mazzarollo foi citado por vários entrevistados dessa pesquisa. O jornalista faleceu em 2014, deixando um extenso currículo de lutas e publicações diversas sobre o período através do semanário *Nosso Tempo*<sup>9</sup>. Para Jacob Blanc (2016) a prisão de Juvêncio Mazzarollo em um período em que o Brasil já se encaminhava para o fim do período ditatorial, se deve não somente ao contexto local, “onde a elite militar da cidade se viu ameaçada pelas denúncias do jornalista, mas também pela centralidade e repercussão de tudo que envolvia a Itaipu em um contexto nacional” (BLANC, 2016, p.04).

Outro ponto a destacar desse período, conformando ainda o segundo pilar da hipótese deste trabalho, é que após a Lei de Anistia há uma mudança na política brasileira para acolhimento de refugiados. Em 1980 é aprovado o Estatuto do Estrangeiro através da Lei nº 6815/80 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Além disso, a Lei também cria o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com a função de “orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração” (Artigo 144, Inciso; Senado Federal, Brasil, 1980).

Já na década de 1970 o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) dá início as suas atividades de auxílio a estrangeiros exilados de países da região, ainda que somente em 1982 tenha seu trabalho reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro, outorgando status de refugiado e prestando assistência a estrangeiros que saíam na condição de exilados de seus países (MOREIRA, 2010). No decorrer desta pesquisa notamos, no entanto, que esta assistência não chegou até o interior do país, a exemplo das cidades de fronteira, mas serviu como uma ponte para que alguns exilados saíssem do Paraguai e pudessem instalar-se no Mato Grosso do Sul ou em São Paulo, ainda que estes tenham sido a minoria. A partir desta primeira estadia em

---

<sup>9</sup> Semanário criado em 1980 pelos jornalistas Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo e João Adelino. Marcado por sua linha editorial combativa que trazia críticas aos governos militares da região e também aos processos de violações que envolviam a Hidrelétrica de Itaipu, o jornal teve grande circulação e relevância ao denunciar a realidade das ditaduras na tríplice fronteira e levantar a bandeira da redemocratização em suas páginas. Chegou, segundo Renato Muchit Aranha, “a ser proibido dentro do canteiro de obras de Itaipu” (ARANHA, 2014, p.09). Em 1992 o semanário é vendido e circula até 1994 sob nova direção, quando então entra em declínio de circulação e encerra suas atividades.

capitais brasileiras, alguns se encaminharam para outras regiões do interior do país, como veremos no decorrer do trabalho a partir dos depoimentos que aqui serão trabalhados.

Dentro deste contexto de reconhecimento jurídico, o Brasil passou a ser uma oportunidade de recomeço para estes exilados, pois, “com a redemocratização, novos componentes domésticos aliados a fatores políticos externos propiciaram o posicionamento favorável ao tema dos refugiados”<sup>10</sup> (MOREIRA, 2010, p.07). A questão entrou em debate no país atrelada à bandeira dos Direitos Humanos, em destaque na cena internacional. Juntamente deste novo alinhamento na política imigratória, um outro fator que possibilitou o avanço da questão de acolhimento destes sujeitos, bem como influenciou no contexto nacional pressionando pelo fim do regime, foi o trabalho das instituições religiosas. Um dos exemplos é o da igreja católica que, em trabalho conjunto com o ACNUR, acolhia exilados através de suas dioceses, assunto do qual também falaremos mais adiante.

A respeito dos objetivos deste estudo, em um primeiro momento a pesquisa registrou e analisou as memórias de exilados políticos paraguaios que foram para Foz do Iguaçu durante a ditadura Stroessner, dando ênfase nas relações estabelecidas com a cidade, recuperando nos relatos tanto as redes de solidariedade que se formaram, quanto as tensões decorrentes das diferentes tradições político-culturais. Um exemplo destas tensões se concentra no desafio que havia em superar as diferenças políticas, primeiramente entre os próprios militantes paraguaios e suas distintas origens político-partidárias, mas também com os brasileiros que se somavam às mobilizações pela queda da ditadura stronista. Somente em Foz do Iguaçu essa pesquisa registrou a atividade política de exilados de quatro partidos ou movimentos sociais diferentes sendo eles: o MOPOCO (Movimento Popular Colorado) conformado pela dissidência do

---

<sup>10</sup> Neste caso, o termo refugiado empregado pela autora também leva em consideração a definição da Organização das Nações Unidas (ONU) que através da Declaração de Cartagena (1984) amplia o significado do ser refugiado entendendo serem refugiadas as “pessoas que deixaram seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas em decorrência da violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos Direitos Humanos ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 2001 apud MOREIRA, 2010).



Partido Colorado que teve de deixar o Paraguai por se opor a Stroessner, PLRA (Partido Liberal Radical Auténtico), Partido Febrerista e LAC (Ligas Agrárias Cristianas). Algumas destas tensões aparecem claramente em trechos das entrevistas quando exilados de um movimento afirmam sustentarem, à época, determinadas posições ou maior organicidade em suas ações em comparação a outro movimento ou partido. Estas questões aparecem nos relatos inclusive em tom de humor quando, por exemplo, uma entrevistada<sup>11</sup> militante do Partido Liberal relata em referência aos integrantes do MOPOCO: “nós os chamávamos *los muy pocos* (pausa e risadas) porque aqui entre nós eles eram a minoria”.

Em função de processos naturais de identificação, as afinidades ideológicas também aproximavam mais alguns movimentos que outros da militância brasileira. Por outro lado, na vivência cotidiana destes sujeitos estavam presentes em menor ou maior grau os estereótipos e as visões fragmentadas de um país para com o outro advindo de processos históricos que marcaram a região. A visão recorrente do Brasil como um país subimperialista ou invasor, e a visão do Paraguai como um país atrasado e com baixa cultura política, são exemplos de alguns dos discursos que tencionavam a convivência. Ao mesmo tempo, dentro dos diversos grupos que se conformavam em função da luta política pela democratização, estava a solidariedade, o engajamento de ambos os lados e um rico intercâmbio e acúmulo político desta convivência. Nesse sentido, o trabalho inicial de recuperação das memórias destes sujeitos se deu com o propósito de entender como se relacionaram e organizaram militantes de diferentes partidos, frentes e movimentos sociais no exílio e como se inseriram no espaço exilar e trabalharam com as diferenças culturais.

Em um segundo momento, trabalhamos em função de uma resignificação da memória social local e regional, por acreditar que a história deste período é também a história dos homens e mulheres que resistiram de diversas formas ao autoritarismo de Estado. Através das vivências que emergem dos depoimentos é possível dar a essa história novos lugares de fala e, portanto, resignificá-la, pois, em acordo ao pensamento do historiador Peter Burke,

---

<sup>11</sup> Se trata de Margarita Báez Gimenez, de 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal.

entendemos que a reinterpretação deste passado é também a escrita do nosso presente (BURKE, 2000). Desta forma, quando propomos uma ressignificação, nos referimos à atribuição de novos sentidos para esse período nesta zona fronteiriça, onde seja possível visibilizar grupos sociais que enfrentaram o autoritarismo de Estado e estabeleceram estratégias transnacionais e comuns de luta frente às ditaduras. Sentidos estes que se sobressaiam também às visões atuais “recorrentes e fragmentárias” (SOUCHAD, 2011, p.16) do Paraguai no Brasil, que se limitam muitas vezes às relações sociais de um comércio de fronteira.

Em suma, nos propomos a inserir um horizonte mais amplo a respeito das relações estabelecidas entre brasileiros e paraguaios na fronteira. Caminhamos em busca desse objetivo com uma perspectiva de análise que contemple o outro lado de atuação, de resistência e protagonismo que esses sujeitos desempenharam. Tendo presente esse momento histórico em que o Brasil, país que até então “enviava” nacionais para o território paraguaio, configurava-se também como um país receptor de imigrantes paraguaios.

Para tanto, no desenvolvimento desta investigação, as primeiras questões que apresentamos aos exilados foram: 1) Em que circunstâncias se deu a saída do Paraguai? 2) Como foram as mediações e o primeiro contato com o estrangeiro? 3) Como foram acolhidos neste espaço e como sentiram-se inseridos nele? 4) Como era a relação com a comunidade de Foz do Iguaçu? 5) Quais foram os costumes e práticas que foram adquiridos e os que foram deixados para trás durante os anos em que viveram no Brasil? 6) Quais foram as atividades empreendidas na cidade? 7) Houve uma continuação da militância ou uma inserção em grupos e movimentos que atuavam na fronteira? e 8) Que mecanismos de articulação estabeleceram com outras organizações – paraguaias ou brasileiras – a fim de construir uma frente comum de luta?

Com o intuito de acercar-nos a esta realidade, trabalhamos com a metodologia da história oral realizando entrevistas semi-estruturadas com paraguaios que estiveram exilados durante o regime stronista. É relevante apontar que, ainda que os questionamentos acima mencionados, juntamente de outros, tenham servido de guias para a realização das mesmas, buscou-se dar

ao entrevistado a liberdade de contar sua história e sua vivência no exílio segundo o seu próprio “roteiro”.

O caderno de campo também foi utilizado como parte importante da análise junto dos depoimentos, pois foi o espaço reservado para registrar detalhes das entrevistas, como, por exemplo, o local de realização das mesmas. Esse cenário, que na maioria dos casos foi a própria residência do entrevistado, possibilitava o registro de uma série de elementos de sua identidade e vinculação política, como fotos e objetos pessoais. Sabendo também que ao longo das entrevistas muitos detalhes correm o risco de se perderem na hora da análise por não serem captados pelo gravador, como pausas causadas pela emoção ou interrupções externas, o diário de campo permite rememorar o caminho percorrido, detalhando a forma como uma frase foi dita ou a expressão corporal do entrevistado ao enunciar determinada informação. Desta forma, enquanto instrumento de registro, o diário ampliou as possibilidades de descrição destes momentos e ajudou a reconstruir as especificidades de cada entrevistado, assim como observações e impressões da pesquisadora sobre esta experiência de campo.

A respeito da metodologia empregada, entendemos que o trabalho com história oral consiste “na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea” (ALBERTI, 2004, p.77). Desde a década de 1970 a metodologia vem sendo reconhecida na América Latina como uma ferramenta de resgate do passado recente, dando espaço às narrativas que emergem do silenciamento político das décadas de regimes militares (ROVAI, 2013). Nesse sentido, junto das comissões criadas para ouvirem as vítimas de violações dos Direitos Humanos, as pesquisas que se dirigiram ao trabalho com fontes orais desse período possibilitaram a captação de uma história não contida nos documentos escritos, fossem esses produzidos pelos órgãos de repressão ou mesmo pelos grupos políticos de resistência.

Os avanços possibilitados pela história oral se concentram na democratização das informações e novas interpretações do passado, mas também estão na ampliação dos significados e efeitos da violência perpetrada

pela ditadura sobre diferentes setores da sociedade. O exilado, por exemplo, em um princípio era tido como aquele que pôde “salvar-se” do terrorismo de Estado, buscando asilo em outra nação. Foi a partir dos relatos daqueles que o viveram e de seus familiares, que foi possível aprofundar essa experiência como uma violação específica, fazendo emergir das vivências destas pessoas a gama de implicações causadas pelo afastamento forçado de seu país. Através dos relatos foi possível ampliar a noção de vítima do terrorismo de Estado, por muito tempo atribuída ou visibilizada apenas para alguns tipos específicos de violação, como a prisão e a tortura (CVJ, Informe Final, 2008). A escuta e inclusão de outros testemunhos possibilitou também ampliar a noção de sujeito histórico “não mais entendido de forma universal, mas humanizado em suas subjetividades e singularidades sexuais, étnicas e sociais” (ROVAI, 2013, p.115). Além disso, o trabalho com a história oral também parte de um reconhecimento a respeito da necessidade de estabelecer um horizonte de perguntas a respeito da produção e transmissão do conhecimento “estimuladas y tensionadas por procesos sociales vivos” (VIANO, 2011, p.288).

Diante desses aspectos, entendemos que esta é a metodologia que melhor se adapta aos interesses desta investigação, pois ao estudarmos um período recente da história, sem muita documentação e com literatura escassa, as pessoas cobram uma importância ainda maior enquanto testemunhas. Ao ouvi-las reconhecemos a riqueza dos depoimentos para a construção de novas percepções históricas.

Dentro dos gêneros de história oral, categorizados por Meihy (2005), trabalhamos com foco na história oral temática, onde as entrevistas são utilizadas como forma dialógica de promover discussões em relação ao assunto abordado. Esta ramificação da história oral trata-se de “um recorte da experiência como um todo, e quase sempre – ainda que não obrigatoriamente – concorre com a existência de pressupostos já documentados e parte para uma “outra versão” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.243). Como bem mencionam José Carlos Sebe Bom Meyhy e Fabíola Holanda, a história oral temática seleciona uma questão específica para trabalhar dentro de um contexto mais amplo. No caso deste trabalho, o recorte de experiência a que se referem os

autores, se aplica à trajetória dos exilados paraguaios e as relações tecidas em Foz do Iguaçu.

Entendemos que este é também um trabalho de ressignificação histórica ao produzir a emergência de vozes e reconhecer o papel e atuação de sujeitos excluídos das narrativas oficiais sobre o período. Desta forma, o trabalho adota uma perspectiva de resgate histórico “desde abajo”, proposto pelo historiador Jim Sharpe. O termo “desde abajo” pressupõe que “hay por encima algo a lo que referirse”, ou seja, a história dos grandes personagens, dos heróis de guerra, dos quadros políticos. Portanto, a história desde abajo seria a história de “la gente corriente” (SHARPE, 1993, p.51), dos personagens silenciados pelo anonimato. Trabalhar com essa proposta se dá a partir do entendimento de que estas pessoas foram agentes de mudança no espaço social onde estavam inseridas e que suas trajetórias também possuem relevância para entender os processos de integração na fronteira e as lutas políticas do período ditatorial.

Ainda, esta pesquisa teve como base a preocupação com a memória social. Sabemos que a área de estudos sobre a memória se trata de um campo fértil de disputas, visto que, como considera Jô Gondar, “(...) todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR, 2003, p.32). Assim, dentro deste campo de “luta pela memória” acreditamos que é importante revisitar os episódios do passado dando visibilidade ao contraponto e à resistência das vozes não-oficiais. Nesse sentido, trabalhar com a memória de exilados políticos, sujeitos anônimos que não se configuravam necessariamente como quadros políticos, é dar à história outros espaços de afirmação e é também democratizá-la, reconhecendo “atores sociais silenciados e dimensões do real pouco visíveis” (TEDESCO, 2002, p.67).

Sendo, também, a esfera da memória social um campo de estudo fundamentalmente interdisciplinar, alguns autores propõem pensar a memória como um conceito polissêmico com alguns delineamentos essenciais. Dentre estes delineamentos, resgatamos aqui as palavras de Gondar (2005), pois para a autora, independente da linha teórica seguida, a memória possui como coluna vertebral o compromisso ético e político do pesquisador e, não

obstante, “o conceito de memória produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005, p.17). Essa é uma concepção que entendemos fundamental a respeito da memória e que nos guia na motivação e justificação desta pesquisa, visto que atualmente vivemos na América do Sul o avanço de setores autoritários, muitos dos quais festejam nosso passado recente de ditaduras.

A pouco mais de três décadas do fim do regime stronista, acompanhamos hoje no Paraguai a perpetuação do Partido Colorado no poder, elegendo como presidente do país o filho de um dos secretários particulares de Stroessner, sujeito que, inclusive, reivindica<sup>12</sup> os feitos realizados no período stronista. No Brasil, após o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, vimos o país encaminhar-se a uma polarização política que foi abrindo espaço e dando palco aos violentos discursos de ódio que venceriam a campanha presidencial em 2018. Ter hoje ocupando a presidência do país uma figura como Jair Bolsonaro, que vê torturadores como heróis da nação, reafirma a urgência de pensar a memória como uma ferramenta de debate e reflexão sobre o passado recente. Resgatando desse passado as lições e o acúmulo de experiências que podem nos ajudar a não cometer os mesmos erros no futuro.

Ainda, nos interessa dentro do arcabouço teórico relacionado à memória, a interpretação de Elizabeth Jelin (2002) a respeito do conceito de memória coletiva proposto inicialmente pelo estudo sociológico de Maurice Halbwachs (1925). A autora resgata a noção de “marcos ou quadros sociais da memória” entendendo ser este um conceito mais produtivo, pois não toma a memória coletiva como uma entidade própria, separada do indivíduo. Para Jelin, a memória em um marco coletivo pode ser interpretada:

(...) en el sentido de memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder. Lo colectivo de las memorias es el entrettejido de tradiciones y memorias individuales, en diálogo con otros, en estado

---

<sup>12</sup> Em diferentes oportunidades Mario Abdo deu declarações enaltecendo as obras realizadas durante o regime Stronista, a exemplo desta entrevista onde declarou que: “Después del gobierno del General Stroessner, nuestro gobierno va a ser el que más va a invertir y le vamos a superar al gobierno del Gral. Stroessner”. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2020/02/12/abdo-habla-sobre-obras-y-reivindica-al-gobierno-stronista/>. Acesso em: 19/08/2020.

de flujo constante, con alguna organización social (JELIN, 2002, p.22).

Além da noção de memória coletiva, a concepção de memória política abordada por Javier Lifschitz (2016) também se faz pertinente para pensar as memórias de exilados políticos aqui abordadas. Lifschitz considera que a memória política é um “tipo de ação estratégica e que está atrelada à ação de indivíduos e grupos que colocam, intencionalmente, as narrativas sobre a violência política na esfera pública” (LIFSCHITZ, 2016, p.72). Nesse sentido, a diferença entre a memória social e a memória política residiria no tipo de vínculo social que as mesmas estabelecem ou pressupõe.

O autor também entende a memória política como um campo composto por uma multiplicidade de agentes, instituições e práticas em que fazem parte “as vítimas, as testemunhas, os desaparecidos, os movimentos de Direitos Humanos, as Comissões de Verdade e Justiça, os monumentos às vítimas do terrorismo de Estado, memoriais, eventos, intervenções artísticas, centros de memória e outros” (LIFSCHITZ, 2016, p.75).

Assim, ao debruçar-nos sobre as experiências pessoais, mas também coletivas dos exilados, sobre um período de exceção política e sobre as ações que ele suscitou, entendemos estes relatos como memórias políticas, pois o disparador destas vivências foi o afastamento imposto pelo Estado paraguaio a estes sujeitos. Nas ações a que nos referimos estão contidas não somente as estratégias de resistência ao terrorismo de Estado, como também o fazer político diário da militância de movimentos sociais e partidários. A violência que os obrigou a deixar sua pátria, bem como a gama de situações enfrentadas nesse novo contexto exilar, são singularidades que estas memórias carregam e que as qualificam, na perspectiva de Lifschitz, como memórias políticas. Ao categorizá-las desta forma, convergimos com o autor em que este é o ato de reconhecer uma “intencionalidade estratégica” no trabalho com as memórias de vítimas das últimas ditaduras do século XX, intencionalidade esta que sempre foi evidente em outras formas de abordagem e em outras vozes no processo de construção das memórias nacionais (LIFSCHITZ, 2016).

Tendo esse horizonte teórico e metodológico no desenvolvimento deste

estudo, procedemos articulando os depoimentos das fontes orais com: documentos do acervo pessoal dos entrevistados, documentos produzidos pelas organizações políticas que atuavam na fronteira, e reportagens produzidas pela mídia local no período estudado. Estes registros são fontes ricas já que “acrescentam a moldura de um espírito de época” (SARLO, 2007, p.61) e com eles buscamos responder às questões acima mencionadas.

Durante o trabalho de campo a pesquisa também teve acesso aos documentos produzidos pela polícia stronista, que hoje se concentram em um acervo documental, popularmente chamado como “Archivo del Terror”<sup>13</sup>. Nesse acervo nos concentramos em filtrar documentos que mencionavam as atividades dos exilados paraguaios na fronteira com o Brasil, bem como os registros de deslocamento de militantes paraguaios para Foz do Iguaçu e o monitoramento dos eventos que denunciavam as violações cometidas pela ditadura stronista.

O trabalho de campo foi realizado primeiramente na cidade de Foz do Iguaçu, onde contamos com o apoio do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP)<sup>14</sup> para encontrar as primeiras fontes orais. Em um segundo momento esse trabalho se estendeu à cidade de Asunción capital do Paraguai.

---

<sup>13</sup> O Archivo del Terror do Paraguai foi descoberto em 1992 no Departamento de Producción de La Policía de la Capital, em Lambaré, cidade próxima da capital paraguaia. A descoberta se deu através de um pedido de Habeas Data (processo em que o cidadão pede, juridicamente, acesso a uma documentação pública que lhe diga respeito) levado adiante pelo advogado e ex-presos político Martín Almada. O arquivo constituiu um dos mais volumosos acervos documentais públicos relacionados aos anos da repressão das ditaduras do Cone Sul. Atualmente está localizado no Palacio de Justicia em Asunción e custodiado pela Corte Suprema de Justicia daquele país. Após o traslado e nova custódia, ficou oficialmente denominado de Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. O Archivo del Terror, como ficou popularizado por meio da imprensa paraguaia, dispõe de documentações de extrema relevância não somente para o Paraguai, mas também a nível internacional, como as referentes à Operação Condor. Para se ter uma noção das proporções deste acervo citamos dados levantados pelos pesquisadores Alfredo Boccia Paz; Rosa Palau e Osvaldo Salerno que trabalharam com o acervo em seu traslado, catalogação e conservação. Segundo os autores: “El centro de documentación y archivo contiene aproximadamente 700.00 folios distribuidos en 600 libros clasificados con un sistema alfanumérico. 11.225 fichas de detenidos. 1.888 cédulas de identidad y pasaportes, cerca de 20.000 fotografías de detenidos, actos políticos, acontecimientos sociales y albumes de fotos familiares incautados en allanamiento, 543 casetes con grabaciones de reuniones y paneles, discursos, programas radiales y hasta homilias” (BOCCIA PAZ; PALAU; SALERNO, 2007, p.47)

<sup>14</sup> Fundado em 1990, o CDHMP de Foz do Iguaçu é uma entidade de caráter civil sem fins lucrativos que atua na defesa e promoção dos Direitos Humanos e no resgate da história e memória popular da cidade. Através da diretoria do centro, na pessoa da então diretora Cristina Blanco e de um de seus membros (que foi um dos entrevistados por este estudo), o jornalista Aluizio Palmar, obtivemos o direcionamento para mapear possíveis fontes orais no município.



Neste local, além das entrevistas, foi possível acessar documentos restritos de consulta local, como os já mencionados registros oficiais da repressão.

A seleção dos entrevistados se deu com foco nos sujeitos que haviam migrado por motivos políticos para Foz do Iguaçu durante o regime stronista. No entanto, não reivindicamos uma diferenciação entre exílio político e exílio econômico, pelo contrário, compartilhamos do entendimento de autores como Carla Cossi que, ao debruçar-se sobre o caso paraguaio, entende que o contexto político e econômico da época estavam intimamente ligados. Para muitos exilados, ainda que não estivessem sofrendo uma perseguição política direta, migrar foi uma necessidade imposta, visto que já não podiam sobreviver no país com as condições estabelecidas pelo governo da época. Nas palavras de Cossi: “no solo se redujo a la población las libertades de expresión, sino que además, se les hizo sumamente difícil mantenerse o conseguir empleo, principalmente en los organismos públicos, sin la afiliación al partido Colorado” (COSSI, 2008, p. 50).

Optamos por entrevistar exilados que emigraram por motivos políticos, pois como foco de análise nesta pesquisa nos interessavam justamente as relações estabelecidas no âmbito da militância política dos sujeitos abordados, e também das relações que se deram com o país de acolhida em decorrência das mesmas. Contudo, também foram entrevistados militantes que estiveram diretamente conectados à causa dos exilados na cidade de Foz do Iguaçu, incluindo neste grupo os militantes de organizações brasileiras. Nesse sentido, a busca de fontes orais esteve apoiada em uma cadeia de referências através da indicação de outras fontes por parte dos entrevistados. Essa forma de trabalho foi nomeada por pesquisadores como Robert Weiss, de técnica “bola de neve”, e indicada quando se pretende estudar um grupo de acesso restrito (WEISS, 1994). O uso desta técnica termina por ser uma “permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais” (VINUTO, 2014, p.204).

O trabalho conta com dez depoimentos orais, dos quais nove coletados pela pesquisadora durante trabalho de campo e um retirado do acervo da

Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná (CEV-PR)<sup>15</sup>. Das entrevistas realizadas pela pesquisadora, seis aconteceram na cidade de Foz do Iguaçu e três na cidade de Asunción, capital do Paraguai. Em todas as entrevistas realizadas foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde, além de dar a conhecer o tema da pesquisa, a entrevistada ou entrevistado também ficava ciente da gravação da mesma, permitindo que posteriormente seu conteúdo pudesse ser compartilhado na íntegra ou em partes, exclusivamente nesta investigação ou em trabalhos que dela resultem.

Finalmente, parece relevante destacar que o texto aqui presente, resultado da pesquisa realizada, está escrito majoritariamente em português e segue em seu corpo as regras gramaticais da língua portuguesa. No entanto, é também um texto construído no contato direto com o espanhol. Os entrevistados, como será descrito em detalhe no segundo capítulo, tiveram a liberdade de expressar-se no idioma em que sentiam-se mais à vontade e, por isso, as expressões e frases que se mesclam entre o português, o espanhol e oportunhol, foram mantidas e respeitadas como a forma originalmente dita e expressada durante a entrevista. De minha parte, como pesquisadora e autora do trabalho, assumo a mesma postura de liberdade quanto ao uso do espanhol no corpo do mesmo. Permito-me trabalhar com esta variação linguística no texto por entendê-lo como o resultado de todo um processo de pesquisas, de leituras, escutas e principalmente de vivências nos espaços que foram o pano de fundo da trajetória de escrita. A confecção deste trabalho teve como territórios

---

<sup>15</sup> A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná foi criada pela Lei 17362 em 27 de Novembro de 2012, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. Sua principal finalidade foi examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, além de contribuir com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. A CEV-PR realizou entre 2013 e 2014 em diversos municípios paranaenses a coleta de depoimentos e audiências públicas com o intuito de ouvir as vítimas e testemunhas das violações cometidas pelo regime militar. Especificamente as audiências realizadas em Foz do Iguaçu (em 27 e 28 de julho de 2013) e em Cascavel (em 20 e 21 de março de 2014) tiveram também o propósito de investigar casos de violações ocorridas na região da tríplice fronteira. Neste contexto, o depoimento aqui inserido é de Domiciana Giménez, filha do ex-presos político paraguaio Remigio Giménez Gamarra, e foi coletado pela CEV-PR na sede da Universidade Estadual do Paraná (Unioeste) na cidade de Cascavel.

geográficos: a Tríplice Fronteira, por onde circulei durante os quatro anos em que mantive residência em Foz do Iguaçu; a capital paraguaia, Asunción, onde realizei uma das etapas do trabalho de campo; e finalmente a capital uruguaia, Montevideo, onde residi na etapa final de escrita desta dissertação. Assumo, desta forma, uma escrita que se encontra nas fronteiras entre os países e, portanto, também entre os idiomas. Uma escrita com narrativas fronteiriças e com elementos pertencentes a estes lugares e suas gentes. Assim sendo, ao invés de ocultar, corrigir ou modificar, escolho colocar em evidência as interferências que estes espaços produziram na minha trajetória acadêmica e na confecção deste texto.

## **ESTRUTURA DE CAPÍTULOS**

A fim de proporcionar uma melhor compreensão do que será exposto, esta investigação estará estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo trabalharemos, através de uma revisão bibliográfica, com o contexto histórico em que se promove o exílio paraguaio, abordando os antecedentes e o transcurso da ditadura stronista. Também nos ocuparemos das relações que o regime stronista estabeleceu com os governos brasileiros, com ênfase na relação de cooperação de ambas as ditaduras no marco da Operação Condor e seus reflexos na fronteira.

No segundo capítulo abordaremos o exílio paraguaio no século XX a fim de introduzir a problemática central de pesquisa. Na sequência discorreremos sobre o fluxo migratório de exilados paraguaios para Foz do Iguaçu, trazendo os relatos da chegada destes exilados, bem como as atividades que empreenderam na cidade, suas trajetórias e as relações que estabeleceram com a comunidade Iguaçuense. Particularmente neste capítulo analisaremos as relações de gênero que permeiam estes recomeços através do lugar ocupado pela mulher na reorganização do núcleo familiar e da militância. Não pretendemos, com isso, trabalhar em profundidade teorias de gênero no contexto desta pesquisa, mas

sim tratar das particularidades existentes nas trajetórias femininas dos relatos aqui abordados. A mulher em muitos casos foi o eixo central da reestruturação na nova realidade de um grupo familiar no exílio, pois dentro deste grupo muitas vezes a migração se deu aos poucos em função da clandestinidade ou da prisão de algum dos membros da família. Assim, mais do que a mudança de um contexto estritamente doméstico, essa condição exigiu uma reordenação das funções desempenhadas por elas neste núcleo familiar e em seus percursos políticos e econômicos. Nesse sentido, as narrativas de recomposição destes núcleos familiares, bem como das tarefas desempenhadas dentro da militância, estão atravessadas por questões de gênero que se mostraram relevantes neste trabalho, pois aqui analisamos os relatos de cinco mulheres paraguaias que vivenciaram a experiência da militância dentro de movimentos sociais e partidos políticos antes e durante o exílio. Fez-se, portanto, imprescindível dar visibilidade a estas experiências e trabalhá-las mais detidamente.

O terceiro capítulo estará centrado na análise das duas edições das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio, eventos realizados no mês de agosto de 1984 e 1985 em Foz do Iguaçu. As Jornadas mobilizaram e reuniram paraguaios exilados no Brasil e na Argentina, bem como jornalistas, militantes dos Direitos Humanos e diversas instituições a nível nacional e internacional. Desta forma, estes eventos serão tratados como uma arena especial de militância transnacional que combinou a denúncia e a solidariedade, reunindo militantes de diversas matizes políticas em torno de uma pauta central de luta. Ainda nesse capítulo trabalharemos com o contexto posterior à queda do regime, e as questões que emergem a respeito da permanência no Brasil ou retorno ao Paraguai.

Finalmente, através das considerações finais deste trabalho meditamos sobre o caminho percorrido no desenvolvimento do mesmo e também propomos uma reflexão a respeito das narrativas produzidas sobre o exílio pelas fontes orais. Por fim, sugerimos alguns pontos por onde poderiam seguir as futuras investigações sobre a temática abordada e indicamos questões que neste trabalho aparecem de forma secundária nos relatos dos entrevistados, mas que mereceriam estudos a parte.

## **1. Ditadura Stronista: antecedentes, transcurso e saldo repressivo**

Neste primeiro capítulo, ao trabalhar com o contexto histórico em que emergiu e se desenvolveu a ditadura stronista, faz-se necessário voltar um pouco mais no tempo e abordar minimamente o que alguns autores entendem ser a gênese do militarismo no Paraguai (GOIRIS, 2008) ou ainda, o período de emergência e partidarização das Forças Armadas (YORE, 1992). Essa necessidade se apresenta dado que as ações dos governos militares anteriores não somente assentaram as bases de um regime de mais de três décadas, como estão intimamente ligadas ao uso e consolidação da prática do desterro na história do país.

A vida política do Paraguai durante as primeiras décadas do século passado é, sem dúvida, uma complexa teia de acontecimentos. As guerras protagonizadas com outros países da região, os golpes militares, as mudanças de governo e resistências populares emergiram, muitas vezes, em curtos espaços de tempo. Esses episódios, embora estivessem influenciados pela conjuntura global e regional da época, também se desenrolaram em um contexto muito particular de conflitos e disputas internas pelo poder.

Nesse sentido, da mesma maneira que se faz indispensável contextualizar estes antecedentes, cabe ressaltar que o faremos de forma introdutória, respaldados por autores que já se debruçaram sobre a complexidade destes fatos. Deste modo, introduziremos neste trabalho as circunstâncias em que se desenvolveram a ditadura stronista e o grande fenômeno migratório provocado por ela.

Outra questão importante a evidenciar através destes antecedentes é a perspectiva de que, ao contrário de como é comumente retratado em análises comparativas sobre o período na região, o regime stronista não foi uma precoce ditadura em relação aos demais regimes autoritários estabelecidos no Cone Sul. Ainda que a ditadura paraguaia de Stroessner tenha compartilhado semelhanças ideológicas com estes, a exemplo da adesão à Doutrina de Segurança Nacional, outros fatores a diferenciam e particularizam, a começar por sua irrupção. O

golpe de 1954 está intimamente vinculado às divergências internas do Partido Colorado, emergindo em um contexto de prévios conflitos no país, ainda que durante seu transcurso tenha usado estrategicamente o contexto mundial e regional para manter-se no poder.

No decorrer deste capítulo abordaremos, além dos antecedentes, o percurso traçado pelo regime stronista, suas especificidades e as consequências deste período, com ênfase nas violações dos Direitos Humanos e, mais especificamente, no exílio promovido por ele.

### **1.1 Desatar os nós para entender: Antecedentes**

No Paraguai da primeira metade do século XX, logo após o fim da Guerra do Chaco (1932-1935)<sup>16</sup>, sucede o que ficou conhecido como Revolução de Fevereiro de 1936 ou Revolução Febrerista. O episódio nasce do agrupamento de diferentes forças políticas que buscavam uma mudança de governo e eclode através de um levantamento contra o então presidente Eusébio Ayala. O governo de Ayala neste momento representava não somente a supremacia do Partido Liberal no país, como também a conquista final de um conflito que, na prática, não foi assimilada como vitória, nem pelas massas populares, nem pelos veteranos de guerra<sup>17</sup> (DÍAZ DE ARCE, 1986). Desta forma, frente a um descontentamento da população, o anseio pelo fim da hegemonia liberal, e por recolocar o Paraguai em um curso de independência, em 17 de fevereiro o governo é ocupado por oficiais, em sua maioria ex-combatentes da Guerra do

---

<sup>16</sup> Também conhecida como Guerra do Petróleo, a Guerra do Chaco foi um conflito entre Bolívia e Paraguai que, frente a descoberta de petróleo na região dos Andes, disputavam o território do Chaco Boreal. Segundo Omar Díaz de Arce, este conflito aparece na historiografia em três níveis: "La historiografía tradicional suele mencionar el primero: la disputa fronteriza; la de izquierda destaca el segundo: el problema del petróleo. En nuestros días hace falta subrayar el tercero: la estrategia norteamericana por implantar, a cualquier costo, la total hegemonía de los Estados Unidos en la región de la Plata" (DÍAZ DE ARCE, 1998, p.344).

<sup>17</sup> A atmosfera de protesto movida pelo conflito armado, que deixou um saldo de cerca de 30 mil paraguaios mortos, somada ao cenário de mobilização dos setores urbanos e da classe trabalhadora, frente a um contexto de crise econômica, teria dado suporte à toma de poder por parte dos oficiais ex-combatentes, agrupados com diversas frentes políticas, representados na figura de Rafael Franco.

Chaco, liderados pelo coronel Rafael Franco.

Estando no poder, em um primeiro momento o febrerismo reafirma uma orientação progressista marcada pela mudança de posição do Estado, que agora se situava como agente principal dos processos de transformação social, pondo em sua agenda ajustes e reformas, como a regularização da jornada de trabalho, o aumento salarial e a reforma agrária. No entanto, o governo provisional estabelecido com a revolução Febrerista, nas palavras do historiador Omar Díaz de Arce: “obligado a definirse en un sentido u outro, cedió a las presiones del imperialismo y de la derecha” (DÍAZ DE ARCE, 1986, p.349). Concomitante a estas medidas, após um mês de assumir a presidência, o novo mandatário proibiu atividades políticas e organizações partidárias ou sindicalistas pelo curso de um ano no país, ao mesmo tempo em que perseguiu muitos dos que haviam participado do movimento iniciado em 17 de fevereiro. Desta maneira, a ausência de uma direção coerente com o processo inicialmente proposto pelo movimento febrerista, não somente impossibilitou a execução das mudanças sociais planejadas, como promoveu episódios de repressão aos movimentos políticos e à classe trabalhadora organizada. Como observa Ricardo Scavone Yegros, ainda que este movimento tenha incitado grandes expectativas na população paraguaia era, antes de tudo, um movimento essencialmente militar. Conseqüentemente, o uso de elementos autoritários e o isolamento do regime de Franco inviabilizaram a continuidade de seu governo, sendo então derrocado e substituído pelo civil Félix Paiva, fato que marcava a volta do partido liberal ao comando do país (YEGROS, 2010).

A revolução febrerista deu a largada para inúmeras disputas pelo poder no pós-guerra. O período que segue é marcado por instabilidade política, sucessivos conflitos e, sobretudo, pelo estreitamento das relações do Estado paraguaio com o militarismo. Uma aproximação que se intensificaria consolidando sua expressão máxima durante os anos de regime Stronista.

Como saída institucional para amenizar as disputas entre representantes do Partido Liberal e o setor militar, se dá a postulação do general José Félix Estigarribia para presidente, um dos principais chefes militares da Guerra do

Chaco, quem assume o cargo para o período de 1939 a 1943. Durante o mandato, não conseguindo estabelecer um consenso político, Estigarribia promulga uma nova Constituição, dissolve o Congresso e assume a plenitude dos poderes políticos. Com a sua morte em um acidente aéreo no ano seguinte, assume o comando do país através da decisão de uma junta militar, Higínio Morínigo, inaugurando uma nova fase em que se acentua a repressão aos adversários políticos. Morínigo exerce de 1940 a 1943 um governo provisório, sob a consigna “ordem e paz”, estabelecendo a perseguição sistemática à oposição, impondo a pena de morte por questões políticas e proibindo qualquer difusão de críticas às autoridades nacionais. Respalhado pela Constituição de 1940, que outorgava poderes extraordinários ao presidente da República, dissolve o Poder Legislativo, nomeia juízes e declara Estado de exceção.

Ao final de seu governo provisório, decreta o voto obrigatório e chama eleições, nas quais são impostas uma série de restrições às organizações políticas. Eleito, governa de 1943 até 1948, resultando ser o terceiro governo mais longo do país. Durante esse período estima-se que o aparato repressivo do Estado tenha mantido em exílio 2.800 pessoas (CVJ, 2008), sendo que metade destas eram trabalhadores e dirigentes sindicais. Desta maneira, “durante varios años se impuso un gobierno autoritario, fundado más que nada en el apoyo de las fuerzas militares, de espaldas a la ciudadanía, cuyos intereses y aspiraciones el gobierno pretendía interpretar” (YEGROS, 2010, p.252).

Pressionado pelo entorno e também pelo contexto internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1946 o regime de Morínigo empreende uma “manobra democratizadora” (DÍAZ DE ARCE, 1986, p.358), levantando restrições impostas à imprensa e permitindo a volta de exilados políticos ao país. Essa curta temporada de liberdades ficou conhecida como Primavera Democrática. Como parte do processo de abertura, após larga etapa de negociações, formou-se um novo gabinete de coalisão entre as Forças Armadas, a ANR (Associação Nacional Republicana – Partido Colorado) e o Partido Febrerista. De forma estratégica, o governo realiza o chamado para a redação de uma nova Constituição através de uma Convenção Nacional Constituinte, processo que nunca chegou a consolidar-se. A postergação das



eleições, somada à crescente tensão no gabinete de coalisão do governo, sobretudo em relação aos privilégios que exercia o Partido Colorado junto à administração de Morínigo, culminou em um conflito armado em janeiro de 1947.

Não atendendo às reivindicações da oposição e eliminando-a do governo, o ditador volta atrás em relação às medidas de abertura e alia-se oficialmente ao setor mais reacionário do Partido Colorado, chamado “Guión Rojo”. O país é então dividido em duas forças, uma comandada pelo governo e seus privilegiados, integrada por parte das forças armadas e Partido Colorado, e outra conformada pelos que se viam excluídos do poder e duramente reprimidos pelo governo, integrada pela parcela mais jovem de militares e pelos Partidos Comunista, Febrerista e Liberal.

A Guerra Civil de 1947 durou 6 seis meses e resultou em um massacre aos adversários de Morínigo, que possuía maior número de soldados<sup>18</sup> e superioridade bélica. Segundo Informe da CVJ<sup>19</sup>, estima-se que 30.000 pessoas morreram durante esse intervalo de tempo e cerca de um terço da população do Paraguai, que possuía pouco mais de 1 milhão de habitantes nesta época<sup>20</sup>, teria partido ao exílio (LEWIS, 1986).

É com o fim deste processo e no transcurso destes anos que se assentam os elementos jurídicos e, sobretudo, ideológicos do Estado autoritário militar no

---

<sup>18</sup> Além do contingente militar que apoiava o governo, Morínigo convocou civis apoiadores do partido colorado para somarem-se à defesa de seu governo. Fortemente armadas, as milícias campesinas coloradas ficaram conhecidas como “pynandíes”, que em língua guarani significa “pés descalços”, fazendo referência à origem humilde do camponês. A figura do “pynandí” foi também utilizada pelo coloradismo durante a ditadura Stroessner na construção de um imaginário nacionalista do paraguaio “soldado agricultor” como parte do seu “populismo agrário” (BOCCIA PAZ, 2004 apud ARMADANS, 2016, p.51).

<sup>19</sup> Criada em 2004, a Comisión de Verdad y Justicia teve a finalidade de apresentar e analisar registros históricos dos crimes cometidos contra a cidadania durante a ditadura de Stroessner. As atividades da CVJ foram encerradas em 2008 e como resultado de seu trabalho foram produzidos livros e relatórios, além do Informe Final “Anive Haguã Oiko” com oito tomos, contendo relatos de vítimas e as conclusões e recomendações da comissão. Em 2009, com a finalidade de divulgar o resultado dos trabalhos, resguardar a integridade dos documentos obtidos durante o funcionamento da comissão, e pressionar pela implementação das recomendações formuladas no citado informe, foi criada pela Defensoria del Pueblo, a Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación, órgão hoje encarregado pelas medidas de busca e identificação de mortos e desaparecidos do período 1954-1989.

<sup>20</sup> Segundo a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos do Paraguai, o primeiro censo oficial realizado no país data de 1950, onde a população censada resulta em 1.328.452, sendo 34,6% pertencente à área urbana e 65,4% à área rural (DGEEC, 2004).

Paraguai, elementos estes que alicerçariam os 35 anos de regime Stronista.

Fue ese conflicto el que filtró la sociedad política paraguaya al eliminar actores rurales radicalizados y urbanos de partidos opositores, igual que los militares institucionalistas. Todo esto facilitó la imposición del orden bajo Stroessner. A éste en el poder lo único que le faltaba ordenar era su propio partido, cosa que hace con mucha habilidad y rapidez, para consolidar su poder. (GÓMEZ, C. 2016, p.79).

Com a vitória do governo e do setor colorado que o apoiava, inicia-se um processo de disputa interna pelo poder dentro do próprio partido, que já se encontrava dividido entre “democráticos” e “guiones”. Como explica Yegros: “si bien los democráticos controlaban la estructura partidaria, los guiones estrecharon lazos con el presidente Morínigo y se sintieron respaldados por las fuerzas de seguridad” (YEGROS, 2010, p.258). Em meio a enfrentamentos entre as duas alas em “un círculo vicioso de dictadura y luchas intestinas creado por una oligarquía de familias y grupos rivales” (DÍAZ DE ARCE, 1986, p.59), o setor mais reacionário conseguiu sobressair-se forçando a renúncia do presidente, um mês antes do fim de seu mandato. No período que se segue, após a deposição de Morínigo, a presidência foi alternada quatro vezes somente entre junho de 1948 e setembro de 1949, através de sucessivos golpes. Segundo a politóloga Fátima Yore, “cada facción solo entendía el gobierno partidario y nacional con absoluta exclusión de la otra” (YORE, 1992, p. 55).

A instabilidade política em torno da disputa entre os dois setores do coloradismo, teria uma pequena trégua com a ascensão de Federico Chaves à presidência. Chaves assume inicialmente para completar o período 1948-1953 e é reeleito posteriormente para o período 1953-1958. Durante seu mandato,

(...) el país vivó casi un quinquenio de estabilidad política. Se consolidó un sistema de partido único (...) las actividades de la oposición fueron desalentadas y reprimidas, se mantuvo el estado de sitio y la prensa quedó bajo estricto control gubernamental. Aunque no dejaron de surgir disputas internas entre los democráticos, el presidente de la República las administró con una combinación de paciencia, astucia y bonhomía (YEGROS, 2010, p.261).

No entanto, a estabilidade alicerçada sobre o autoritarismo e as habilidades diplomáticas de Chaves dentro do partido, não foram suficientes para assegurar o término de seu mandato. Em maio de 1954, o então comandante das Forças Armadas, Alfredo Stroessner, lidera o que poderia ser

mais um golpe. Porém, desta vez, a sólida articulação gestada entre militares e dirigentes da ANR dá início ao novo ciclo político, econômico e cultural que duraria mais de três décadas.

## **1.2. Por fora vitrine democrática, por dentro controle absoluto: Transcurso**

Muitos pesquisadores que estudaram o stronismo, tanto paraguaios, quanto estrangeiros, dedicaram-se a caracterizar o regime e identificar as bases que permitiram sua longevidade. Ainda que atribuam diferentes pesos a alguns mecanismos empregados pela ditadura, é consenso entre eles (ARDITI, 1992; YORE, 1992; BOCCIA PAZ, 1997; NICKSON, 2010; SOLER, 2012) – apenas para mencionar alguns dos autores utilizados neste trabalho –, o entendimento de que, desde o início, uma das principais estratégias empregadas foi a roupagem de democracia, recurso utilizado para dar aparência de legalidade ao governo. Os rituais de eleições foram uma forma de ratificar o que já estava decidido: a permanência ininterrupta de Stroessner no poder.

Durante a primeira etapa do stronismo, de 1954-1963 funcionou no Paraguai um sistema monopartidista, onde somente a ANR podia postular candidatos em todas as instâncias de governo. Já a partir de 1963, passa a vigorar um sistema de pluralismo restrito (DÍAZ DE ARCE, 1986), abrindo para a participação de alguns partidos, basicamente partido febrerista e partido liberal. Essa abertura gerou divergências dentro destes partidos, pois muitos dirigentes entendiam que participar deste processo legitimava a manobra empreendida pelo governo. O que ficaria comprovado em todas as eleições nas quais Stroessner “venceu” seus oponentes com larga vantagem de votos.

Além da fachada democrática, para Andrew Nickson, o regime de Stroessner, assegurou sua prolongação em “un sistema de represión eficaz, la corrupción institucionalizada, el uso de la ideología nacionalista y el apoyo de los Estados Unidos” (NICKSON, 2010, p. 280). O sistema de repressão empregava as Forças Armadas no desempenho do papel coercitivo, prevenindo ações de dissidências e executando a punição frente a qualquer desvio da ordem, já o

Partido Colorado estabelecia o controle político hegemônico e ideológico (GOIRIS, 2008) que sustentava o governo nos âmbitos nacional e internacional. Nesse sentido, o uso de instrumentos preventivos agregados à violência punitiva, propiciaram a criação de uma cultura do medo que marcaria a sociedade paraguaia por várias gerações<sup>21</sup>.

Outro sustentáculo do sistema de repressão e da ditadura como um todo, foi o apoio ou conivência de parte da população, pelo qual se constituía em um regime cívico-militar. Esta questão é abordada por Nickson como um dos mitos criados em relação ao stronismo. O autor argumenta:

Un primer mito es que el régimen gobernó el país con casi ningún apoyo de la población. (...) de hecho, el régimen contó con el soporte de un número significativo de la población. Este apoyo derivó de dos de los mecanismos de mantenimiento del régimen: manipulación y corrupción. Esta última estuvo institucionalizada y otorgó beneficios no solo a los generales del Ejército y a los ministros colorados, sino también a una amplia gama de oficiales de bajo rango en las Fuerzas Armadas y a empleados de nivel medio del sector público. En las áreas rurales, el sistema extensivo de patronazgo proveyó de muchos trabajos a personas que no los habrían obtenido por la sola vía de los méritos propios (NICKSON, 2010, p. 291)

A participação da população se deu inclusive através de redes de denúncias, principalmente na figura de delatores, os chamados *pyragues* em língua guarani. Estes eram responsáveis por monitorar qualquer movimento “suspeito”, vigiando desde figuras internas do governo, por solicitação de Stroessner, até militantes ou representantes de qualquer tipo de organização. Desta prática resultavam registros diários informando o que acontecia nos mais diversos espaços e setores. Os arquivos emitidos por estes delatores levavam sempre ao final do documento a consigna “es mi informe” logo antes da assinatura do informante, registrando o serviço cumprido e renovando os laços de contribuição/favorecimento com o regime. A respeito desta dinâmica de delação durante o período stronista, o consagrado escritor paraguaio Augusto Roa Bastos declarou:

"Es mi informe" era la venia sumisa y reverencial que el subordinado rendía al superior absoluto antes de su firma, al pie de cada documento. Se inscribía allí este colofón sacramental de cada parte diario, de cada informe circunstanciado. A través de este mecanismo escalonado e interactivo de comunicación confidencial entre los estamentos

---

<sup>21</sup> Um apontamento interessante sobre a cultura do medo criada pelo stronismo é levantado no documentário “Cuchillo de Palo” dirigido por Renate Costa (2010), onde alguns dos entrevistados, tal como a própria diretora, observam as reminiscências deste período na atual sociedade paraguaia.

del Estado sobre el eje de la policia politica, los subordinados remitian a la cupula del poder la constancia del cumplimiento de la orden y recibian de ella su aprobacion, su inspiracion, sus correcciones: en suma, la orden superior inexorable. (ROA BASTOS, 1994, p. 06).

Ao analisar o dia 3 de novembro, aniversario de Alfredo Stroessner, como a data que foi tirada do âmbito privado e levada ao âmbito público durante o regime, a jornalista Myrian González Vera explicita como a ocasião converteu-se em uma festa popular usada estrategicamente para promover o governo. A construção do 3 de novembro como “Fecha Feliz” ajudou a consolidar a imagem de Stroessner como um benfeitor, pois, entre outras coisas, a ocasião era aproveitada para inaugurar obras e, inclusive, batizá-las com seu nome<sup>22</sup>. Além disso, nesta data realizavam-se homenagens, como entrega de presentes na residência oficial do presidente, festivais artísticos e desfiles. Um calendário de comemorações que era publicado na imprensa local e que movia grande número de pessoas em sua realização. Desta forma, muitos dos sujeitos que trabalhavam para o regime, nestas e em outras ocasiões, recebiam regalias e eram pagos para executarem esse serviço. Porém, não somente o sistema de corrupção instaurado estimulava a cooperação por parte de civis, este apoio muitas vezes se deu também de forma espontânea, movido por admiração e afeto para com o ditador.

Stroessner supo construir un gobierno autoritario y adueñarse del poder absoluto porque contó con el respaldo popular: una parte importante de la población paraguaya prefería y aún prefiere el autoritarismo y la dictadura como formas de gobierno. No ha sido stronista sólo por haber recibido beneficios económicos, sino una fuerte convicción emocional o ideológica. (VERA, 2002, p.154).

A base dessa admiração pelo presidente estava encravada em outro ponto citado por Nickson (2010), o uso da ideologia nacionalista. A partir de um revisionismo histórico, empreendido por intelectuais apoiadores de Stroessner, resgatava-se a imagem dos personagens da história paraguaia, como Francisco Solano López, colocando-os como heróis e a Stroessner como continuador destes. Da mesma maneira, esse discurso era utilizado contra todos aqueles que contrariassem ao regime. Os opositores e exilados, por exemplo, figuravam

---

<sup>22</sup> Além da cidade que levava seu nome, em 1957 foi fundado o bairro Stroessner nos limites da capital Asunción. Após sua inauguração, anualmente eram programadas festividades neste local no dia do aniversário de Stroessner.

no discurso ditatorial como “legionários”, termo utilizado para fazer referência aos paraguaios que, exilados na época do governo de Solano López, lutaram na guerra ao lado de nações inimigas e contra o Paraguai. Assim, os exilados do regime stronista eram também ligados a uma imagem de traidores da pátria (SILVA, 2013).

Para este trabalho de construção de novos discursos e também para a manutenção do regime, os veículos de imprensa, que em grande parte eram controlados por Strossner através do Departamento Nacional de Prensa e Propaganda (DENAPRO), se viam obrigados a uma autocensura para poderem circular, quando não eram claramente porta-vozes<sup>23</sup> dos interesses partidários da ANR.

A socióloga Lorena Soler propõe repensar o Stronismo em uma perspectiva de larga duração e aponta uma crítica à forma como as ciências sociais muitas vezes o interpreta. Uma das questões levantadas por ela é a “simplificação” deste período histórico através da repetição de alguns conceitos, como o de “ditadura”, que dá maior ênfase na força militar empregada pelo regime, deixando em segundo plano a análise do conjunto de medidas econômicas, geopolíticas e estratégicas que permitiram a manutenção do mesmo. Soler sustenta que o regime stronista construiu uma nova ordem social e política a partir de uma modernização conservadora “con un alto grado de legitimidad de sus metas frente a la sociedade, proceso acompañado con índices altos y hasta inauditos de crecimiento económico” (SOLER, 2014, p. 37). Tais fatos não só particularizam o stronismo entre os demais regimes autoritários da segunda metade do século XX no Cone Sul, como demandam uma análise que leve em consideração as condições sócio históricas durante este período, as anteriores a ele e as atuais em que se inseram a herança deixada pelo mesmo.

É certo que o aparato repressivo foi um dos sustentáculos do regime, porém, como reivindica Soler, o medo e a repressão estiveram associados a outros fatores chaves que garantiram sua longevidade. Um destes fatores foi a

---

<sup>23</sup> O programa radial “La voz del Coloradismo” transmitido pela Radio Nacional del Paraguay teve um grande papel de mobilização e divulgação em torno das proposições do regime. A CVJ em seu relatório final responsabilizou-o, juntamente com o Diário Pátria, por “avalar las violaciones de derechos humanos y la represión en general” (CVJ, Informe Final, 2008, p. 82).

estabilidade política conquistada pelo governo, associada ao crescimento econômico advindo da entrada de capital estrangeiro no país e de um forte discurso de modernização. “Dicha modernización consistía en renovar la economía por medio de la iniciativa del Estado, a la vez que preservaba las formas de vida y los valores tradicionales” (SOLER, 2012, p. 23).

Outro elemento de sustentação do governo foi sua política clientelista, de concentração de riquezas e de ascensão e privilégios que perpassava unicamente pelo vínculo com o Partido Colorado. Desta forma, a possibilidade de ocupar vagas em universidades e assumir cargos em órgãos e instituições públicas estava condicionada à filiação ao partido. Esse sistema de corrupção, associado à incorporação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>24</sup>, ajudavam a compor os mecanismos que buscavam manter a sociedade paraguaia sob controle.

A mensagem anticomunista no Paraguai, como elucidado nos antecedentes do período stronista, não foi uma exclusividade do Partido Colorado. Porém, tão reforçado pelos regimes autoritários desse período na região, o anticomunismo serviu especialmente ao governo stronista para uma legitimação internacional no contexto de Guerra Fria. Uma das principais propagandas difundidas intitulava o Paraguai como um país “livre do comunismo”, recebendo em troca não somente a validação deste discurso por parte dos EUA e do Brasil, como também importantes investimentos financeiros em créditos e assistência técnica que incrementavam o aparato repressivo do regime (MORAES, 2007). No âmbito jurídico, a extrema criminalização de dissidências ficou calcada na Lei nº 294, que possibilitava legalmente a repressão a qualquer movimento contestador, bastando para isso a simples acusação de ser comunista.

---

<sup>24</sup> Nas palavras de Rivera: “La DSN fundamentó su filosofía en que todo individuo era un amigo o un enemigo, que América Latina estaba en estado de guerra contra el comunismo mundial y que su lugar se situaba al lado del mundo occidental, que la guerra tenía un nuevo sentido: total y global, indivisible y permanente, puesto que todo estaba implicado y la agresión podía venir tanto del interior como del exterior, el comunismo se filtraba por todas partes. Como consecuencia de lo anterior, se llegó a entender que todas las actividades individuales o colectivas eran actos de guerra a favor o en contra de la nación”. (RIVERA, 2002, p.13-14).

Com a chegada do fim do segundo mandato e sob a vigência da Constituição de 1940, que previa apenas uma reeleição ao presidente, Stroessner convoca uma Assembleia Constituinte que modificaria pontos estratégicos da Constituição, sendo que o principal deles abriria caminho para a reeleição presidencial por mais dois mandatos consecutivos. Ademais, a Constituição<sup>25</sup> de 1967 cumpriria um papel não só de aprofundar a ordem estabelecida pelo regime, mas também de ampliá-la de forma estratégica, incorporando o direito ao voto das mulheres e, pela primeira vez, o reconhecimento à língua guarani como idioma nacional.

Aunque el stronismo haya creado esa propuesta de cambio, recreó parte de la estabilidad política reivindicando un principio de legitimidad que buscó su sustento en la tradición nacional. Se apropió de identidades nacionales históricas y las reelaboró dando lugar a un nuevo régimen discursivo, con una urgencia en reinventar héroes y buscar legitimidad que acompañasen los cambios puestos en marcha. (SOLER, 2014, p. 25)

Em seu Informe Final, publicado em 2008, a Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay, considera que o maior instrumento jurídico da ditadura foi o Estado de sitio, permitindo que qualquer cidadão pudesse ser preso sem uma ordem judicial. Renovado a cada três meses, este mecanismo era aplicado em consonância com a já citada Lei 294/55 e também com a Lei 209/70, respectivamente Lei de “defensa de la democracia” e Lei de “defensa de la paz pública y libertad de las personas”, normas que ficaram conhecidas como Leis “liberticidas” e eram especificamente dirigidas aos críticos e opositores do governo, valendo-se do conceito de “inimigo interno” tão replicado pela DSN.

Según el artículo 79 de la Constitución de 1967, el estado de sitio “podrá ser aplicado solamente en caso de conflicto o guerra internacional, de invasión exterior, de conmoción interior, o de amenaza grave de uno de estos hechos”. Añade que “la declaración del estado de sitio será por tiempo limitado y responderá en todos los casos a los fines de su institución”. Sin embargo, todo el tiempo del gobierno de Alfredo Stroessner ha transcurrido en estado de sitio. Así, de una medida extraordinaria se volvió una medida ordinaria; de una disposición excepcional se volvió normal y permanente contradiciendo a la prédica del gobierno de que se vivía en paz, en orden y seguridad en toda la República. (CVJ, 2008. p.21)

---

<sup>25</sup> Ao longo de sua história política até os dias atuais, o Paraguai teve a promulgação de quatro constituições (1870, 1940, 1967 e 1992) e uma emenda constitucional (1977).



Com este panorama, Stroessner detinha todos os instrumentos de poder visto que, se por um lado os processos convergiram para a militarização do Partido Colorado, por outro, o regime trabalhou incansavelmente para a partidarização, não somente das forças armadas, como dos veículos de comunicação, do setor público e, coercitivamente, da sociedade paraguaia.

### **1.3 O país que fica 35 anos depois: Saldo Repressivo**

A ditadura stronista rompeu tristes recordes para a história paraguaia e para a região. Dentre os regimes militares da segunda metade do século XX, Stroessner foi o chefe de Estado que mais tempo governou. Foi também a nível global o terceiro a ficar mais tempo no poder após o fim da segunda guerra mundial (NICKSON, 2010).

Segundo a CVJ, existiram três períodos distintos ao longo do regime. O primeiro é chamado de instauração e consolidação da ditadura e se estende de 1954 a 1966; o segundo é chamado período de apogeu e cooptação e ocorre entre os anos 1967 a 1981; e o terceiro entende-se como período de decadência, entre 1982 a 1989, marcado pela crise deste regime. O informe final desta comissão aponta que a maior proporção de pessoas presas e torturadas se deu respectivamente nos anos: 1956, 1965, 1968, 1970, 1971, 1974, 1976, 1980, 1981, 1986, 1988 e 1989. Fica evidente que, ainda que o período de apogeu compreenda os anos em que mais ocorreram casos de violações dos DDHH, este tipo de situação se deu com grande frequência ao longo de todo regime stronista e, inclusive, após ele, no chamado período de transição. Destoando da realidade que se impôs à outras ditaduras da região em seus períodos de decadência, onde a repressão foi atenuada para dar lugar a uma abertura política, no caso paraguaio não somente inexistiu o enfraquecimento dos métodos punitivos, como, no âmbito da legislação repressiva:

Se ha aplicado cada vez con mayor frecuencia para justificar la detención y reclusión de personas de diversos sectores sociales, que intentaban ejercer derechos constitucionales. Pero, sobre todo, fue en las décadas de los años 70 y 80 cuando se dio un cambio operativo

en la represión. Esta no cesó ni amenguó, se volvió más sutil y selectiva, apelándose cada vez más a los presuntos procesos judiciales para la persecución política y social masiva, así como a individualidades (YORE, 1992, p. 184).

As datas apontadas pelo trabalho da Comissão coincidem com eventos repressivos originados em grande parte pela queda de movimentos armados contra a ditadura e pelo advento da promulgação de leis que coíbiam cada vez mais as liberdades individuais do cidadão. No caso do exílio, a comissão aponta os períodos entre 1956-1959 e 1975-1976 como os mais expressivos em relação à quantidade de pessoas que saíram do país. O primeiro período remete ao acionar dos movimentos *14 de Mayo* e *Frente Unida para la Liberación Nacional (FULNA)*, integrado por militantes de diversos partidos, mas sobretudo por integrantes do *Partido Liberal*, *Partido Revolucionário Febrerista (14 de Mayo)* e *Partido Comunista (FULNA)*. Grande parte dos militantes destes movimentos já se encontravam exilados em regiões de fronteira com a Argentina, principalmente nos departamentos de Misiones, Formosa, Corrientes, além da capital Buenos Aires. Já o segundo período diz respeito à queda dos movimentos *Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP)* e *Partido Obrero Revolucionário Armado (PORA)* em 1976 e da *Organização Político Militar (OPM)* com um primeiro grupo em 1976 e um segundo em 1978 (Informe final CVJ, Tomo II, 2008).

A OPM foi uma organização que começou a compor-se em 1971, a partir da iniciativa de estudantes exilados no Chile. Ao trasladarem-se de volta ao Paraguai após a queda de Salvador Allende, começam a planificação da luta armada através da formação de quadros instruídos pelo *ERP-Montoneros* da Argentina (BOCCIA PAZ, 1997). Durante sua formação a organização recrutou ativistas das *Ligas Agrarias Cristianas (LAC)*, movimento camponês formado no início da década de 1960. A queda da OPM se deu de forma inesperada e o episódio desencadeou uma onda repressiva. O recrudescimento da violência logo após a sua queda durou três meses, inicialmente atingindo diretamente os principais quadros da organização e, imediatamente depois, atingindo militantes das Ligas Agrarias, na trágica data que ficou conhecida como *Pascua Dolorosa*, em abril de 1976, considerado um dos eventos de maior repressão de todo o período stronista.

A repressão e o exílio encontraram também os setores pertencentes ao entorno do governo quando estes se posicionaram contrários às medidas totalitárias de Stroessner, a exemplo do *Movimiento Popular Colorado (MOPOCO)* formado em 1959. Com a publicação de um manifesto onde se posicionavam, dentre outras coisas, a favor do levantamento do estado de sítio então instaurado, são expulsos do partido e buscam asilo político nas proximidades, sobretudo nas localidades de Resistência e Clorinda, na Argentina e na fronteira com o Brasil, em Foz do Iguaçu.

Com relação à repressão incorporada a partir do regime stronista, uma das características apontadas pela bibliografia (YORE, 1992; GOIRIS, 2008; TELESCA, 2010) foi o uso de estruturas estatais já consolidadas para a prática de torturas e prisões arbitrárias. Com isso, prescindiam da necessidade de criar estruturas paralelas, como centros de detenções clandestinos, visto que a violência era levada a cabo nos quartéis e delegacias de polícia já existentes. Como um dos principais exemplos, estava o *Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital* que, dentre todos os centros e delegacias da época, foi o local por onde mais passaram presos políticos. Localizado no centro de Asunción, hoje abriga a *Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación*, órgão atualmente encarregado pelas medidas de busca e identificação de mortos e desaparecidos do período 1954-1989.

As imagens a seguir, são fotos tomadas durante o trabalho de campo desta pesquisa, na cidade de Asunción, em maio de 2017. A primeira mostra a placa conservada até os dias atuais em frente ao que, durante o regime de Stroessner, foi o principal centro de detenções da capital Asunción. O alerta “prohibido detenerse en esta cuadra”, indicava que nenhum cidadão podia permanecer no local sob o risco de presenciar os movimentos da polícia de Stroessner, ou ainda denunciar as arbitrariedades perpetradas cotidianamente neste lugar. Sinalizava claramente o *modus operandi* do regime stronista.



Figura 1- Placa em frente ao Departamento de Investigaciones de Asunción.

Na segunda imagem vemos parte da fachada do antigo *Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital* que, seguindo a recomendação da Comisión Nacional de la Verdad em “calificar como sítios históricos los lugares de represión de la dictadura stronista”, foi habilitado, em abril de 2011, como sítio histórico pela “*Red de Sitios Historicos y de Consciencia del Paraguay*”.



*Figura 2 - Placa de identificação no Ex Departamento de Investigaciones como atual Sítio Histórico y de Consciencia do Paraguay.*

As violações promovidas dentro e fora destes locais eram muitas vezes dadas a conhecer intencionalmente pelo governo, de forma que “servissem de exemplo” aos demais. Segundo dados da CVJ, o regime realizou uma média de 626 prisões arbitrárias por ano, o que corresponderia proporcionalmente a quase duas detenções por dia durante mais de três décadas. Com relação aos castigos e torturas, a comissão estima que ao menos 18.772 pessoas tenham sido torturadas, o que corresponde proporcionalmente a uma de cada 133 pessoas que sofreram algum tipo de violação. Céspedes (2004) caracteriza a repressão empregada pelo regime como “ilimitada, cruel y ejemplarizadora” diante de qualquer resistência organizada. Ilimitada em relação ao contingente humano, bélico e logístico empregado pelo regime, completamente

desproporcional ao “inimigo” que enfrentava. Cruel pela violência sem precedentes aplicada, que tinha por principal objetivo “hacer sufrir y disfrutar con el sufrimiento del vencido” (CÉSPEDES, 2004, p.07) e exemplar por dar conhecimento à sociedade paraguaia, de uma maneira ou de outra, sobre o que acontecia com quem desobedecesse ou atentasse contra a ordem vigente. Como exemplifica a seguir:

Si a los guerrilleros del M14 o del FULNA se les sacaba los ojos o se los castraba estando vivos entre otras torturas de las tropas y milicias del general Patricio Colmán con el visto bueno del ministro del Interior Edgar L. Ynsfrán y se tiraban sus cuerpos al río Paraná para que llegasen a la costa argentina o se hacía saber de estas atrocidades, su intención era que se vea el castigo. Otro caso sería el de los comunistas presos en la Comisaría Tercera de Asunción o de los militares presos en el Cuartel Central de Policía de la capital por decenios. La intención ejemplarizadora era diferente. En el primer caso, buscaba frenar en lo inmediato la continuidad de la lucha; en el siguiente, la intención ejemplarizadora es permanente: disuadir a quienes podían pensar en la contestación al régimen. Aquella era la muerte atroz en días, aquí se trataba de la prisión sin límite de tiempo, sin saber si se moriría en prisión. (CÉSPEDES, 2004, p.08).

O quadro abaixo, elaborado pela CVJ, faz um resumo das violações aplicadas durante o regime stronista com um número aproximado de pessoas afetadas por essa violação. A partir do registro de vítimas diretamente afetadas, a comissão aplicou uma soma de cinco vítimas indiretas, representando uma média de familiares ou pessoas próximas a cada indivíduo atingido por esta violação. A própria comissão adverte que esses são números estimados e que no caso de algumas das violações, a exemplo do exílio, existe um grande sub-registro, afinal, como já mencionado, foi um tipo de violação contínua, apesar dos eventos que a impulsionaram com maior força.

**Número de víctimas de violaciones de los derechos humanos en el Paraguay durante la dictadura de Alfredo Stroessner.**

Conceptos	Detenidos	Torturados	Ejecutados	Desaparecidos	Exiliados	Victimas
Padrón de víctimas	9.451	2.880	9.923	9.923	2.235	9.923
Violación de DDHH	9.344	2.691	59	336	386	
Porcentaje	98,87%	93,44%	0,58%	3,39%	17,27%	
Victimas directas	19.862	18.772	59	336	3.470	20.090
Victimas indirectas	99.312	290	1.680	17.348	107.987	
Victimas directas e indirectas	119.175	18.772	348	2.016	20.818	128.076
Porcentaje de víctimas sobre población	0,79%	0,75%	0,002%	0,01%	0,14%	0,80%
Población por víctimas	126	133	43.103	7.440	721	124
Porcentaje de víctimas sobre población adulta	1,59%	1,50%	0,005%	0,03%	0,28%	1,61%
Población adulta por víctima	63	67	21.552	3.720	360	62

Población promedio del Paraguay entre 1954 y 1989: 2.500.000 de habitantes. Población promedio adulta entre 1954 y 1989: 1.250.000 de habitantes. La CVJ procesó 2.059 testimonios, de los cuales 1.042 eran de víctimas desconocidos y 1.017 ya habían sido reconocidas (CDyA, Defensoría, CEPAG, CIPAE). Por cada persona registrada en el banco de datos de la CVJ se calcula que hay 1,02 personas no registradas. El registro de ejecutados puede ser objeto de alguna variación.

*Tabela 1 - Número de vítimas de violações aos Direitos Humanos no Paraguai durante a ditadura stronista.*

O trabalho da comissão, bem como as pesquisas que até o momento se dedicaram a investigar as violações dos DDHH durante a ditadura stronista, são uma enorme contribuição para a sociedade paraguaia e para as ciências sociais. No entanto, continua existindo uma grande lacuna informativa no que diz respeito aos atores sociais exilados, principalmente no que tange às relações mantidas durante esse período no país de asilo (CVJ, 2008). Os poucos trabalhos existentes se dirigem majoritariamente às experiências exilares de paraguaios na Argentina e algumas no Uruguai. Porém, é praticamente nula a produção de estudos a respeito do fluxo e vivência exilar de paraguaios no Brasil. Entende-se que, por um lado, esse fluxo foi reduzido e não se compara numericamente ao fenômeno migratório paraguaio que existiu em direção à Argentina; por outro, a escassa documentação disponível a respeito da migração paraguaia nas fronteiras é outro fator dificultador (COSSI, 2012).

Ainda, ao analisar o contexto geopolítico da época e a grande cooperação existente entre os governos paraguaio e brasileiro, parece

importante entender como esses atores sociais chegaram até Foz do Iguaçu, por que a escolheram e quais relações construíram nesta cidade.

#### **1.4 As relações Brasil e Paraguai após 1964**

Com a queda do governo de Juan Domingos Perón na Argentina, país com o qual o Paraguai mantinha laços estreitos durante os governos de Higínio Morínigo e Federico Chaves, se produz uma mudança na orientação geopolítica<sup>26</sup> do país, que agora se acerca novamente com o Brasil. Segundo Francisco Doratioto “a hostilidade do governo militar argentino a Stroessner contribuiu para o movimento paraguaio de afastamento da Argentina e aproximação do Brasil” (DORATIOTO, 2014, p.132). A partir da consolidação das relações entre os dois países, com a queda de João Goulart em 1964 esse vínculo se amplia para uma cooperação também no âmbito repressivo das ditaduras.

A relação, intensificada no decorrer dos governos autoritários de ambos os países, ficou plasmada no âmbito econômico através de grandes acordos bilaterais como a inauguração da Ponte Internacional da Amizade em 1965, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) e a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973. Ainda, a cooperação dos dois países neste período foi tão intensa, que pode ser analisada por múltiplas perspectivas. No âmbito cultural encontram-se as atividades de penetração da cultura brasileira no Paraguai, no marco da Missão Cultural Brasileira, um acordo entre o Ministério de Educação e Cultura do Paraguai e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, que durante 22 anos

---

<sup>26</sup> Sobre os processos de afastamento e aproximação entre Paraguai-Brasil versus Paraguai e Argentina, o historiador Paulo Renato analisou a devolução dos Troféus da Guerra da Tríplice Aliança, realizada ainda sobre o governo de Perón em 1954 como marco de confraternidade Argentino Paraguaia. Segundo o autor há uma diferença elementar entre a relação de aproximação dos dois países com o Paraguai: “enquanto o Brasil passou a difundir a cultura brasileira no país, a Argentina reivindicou a existência de uma unidade histórico-cultural entre os argentinos e os paraguaios. Em outras palavras, enquanto a aproximação cultural entre o Brasil e o Paraguai se apresentava como uma meta que se projetava para um futuro incerto, a relação entre os argentinos e os paraguaios, segundo a “confraternidade”, seria indissociável da história dos dois povos, antecederia os próprios Estados nacionais e estaria acima deles”.



atuou como órgão de assistência técnica em assuntos educacionais, oferecendo intercâmbio a estudantes paraguaios e cursos em sua sede em Asunción (CHEDID, 2014).

Segundo a historiadora Ceres Moraes, no âmbito diplomático e militar, os governos paraguaio e brasileiro já dialogavam desde fins da década de 1940, pois o Brasil “considerando a conjuntura da época, passou a intensificar sua ação no meio militar para obter as simpatias do novo governo paraguaio” (MORAES, 2007, p.58). Essa ação entre os dois países ficou inicialmente plasmada em uma missão militar, nomeada Missão Militar de Ensino, posteriormente modificada para Missão Brasileira de Instrução Militar que tinha como principal objetivo o treinamento de tropas oficiais (MORAES, 2007).

É oportuno mencionar que os convênios firmados com o Brasil, as obras estruturais realizadas, a geração de emprego, bem como a entrada de capital provindo dos EUA, impactaram na economia paraguaia a ponto de sustentar um crescimento econômico exponencial (CHEDID, 2014). Desta forma, a estabilidade econômica associada à estabilidade que se pretendia também política, foram intensamente exploradas pelo regime stronista na construção discursiva desta fase “próspera”, legitimando assim sua continuidade, como pontua a historiadora Danielle Chedid.

Dentro do aparato discursivo que sustentava o governo ditatorial essa conquista procurava legitimar o conhecido slogan "Paz, Trabajo y Bienestar com Strossner". Afinal, um estado coercitivo e autoritário precisava apresentar periodicamente resultados, numéricos e simbólicos, para que suas estruturas não fossem questionadas e rompidas. Se a população enxergasse na figura do ditador o responsável pelos avanços que o Paraguai vinha apontando, ficaria mais segura sua permanência no poder, ou seja, no comando das políticas desenvolvidas pelo Estado. Nesse sentido o Brasil se fazia útil e necessário. (CHEDID, 2014, p.41)

Já no plano repressivo das ditaduras, o Brasil – que já colaborava com a venda de armamentos desde o governo de Juscelino Kubitschek – a partir da década de 1970 passou também a entregar presos políticos e ajudar na captura de perseguidos e exilados no âmbito da Operação Condor, projeto de ação comum dos exércitos no Cone Sul que atuava para eliminar adversários

políticos<sup>27</sup>. Nesse sentido, o combate ao comunismo se somava como mais uma ação conjunta, uma ação de luta contra o mesmo “inimigo”.

Militarmente, a mais clara e significativa demonstração do apoio brasileiro foi dada durante a tentativa de implantação da guerrilha no interior do Paraguai. Conforme denúncias, entre 1959 e 1962, o Brasil entregou às Forças Armadas paraguaias três aviões novos, cinco aviões de treinamento, metralhadoras, bombas e projéteis. Além dessa doação e de prestar informações sobre a movimentação dos grupos guerrilheiros na fronteira, autoridades brasileiras em dezembro de 1960 entregaram seis exilados à repressão paraguaia que os assassinou ainda em território do Brasil” (MORAES; COLMAN, 2007, p.05).

É no decorrer destes anos, entre a década de 1970 e 1980, que acontecem periodicamente as Conferências Bilaterais e Multilaterais de Inteligência<sup>28</sup> entre os Exércitos da região. Especificamente nestas ocasiões se davam intercâmbios de informações e um planejamento entre as políticas externas dos Estados da região com o objetivo de reprimir opositores. Para este fim, amparavam-se na justificativa de preservar a segurança de seus Estados e também oportunamente colaborar com o país vizinho (MORAES, 2007). Uma das Conferências que reuniu os chefes de inteligência dos exércitos brasileiro e paraguaio ocorreu em 1976 e tinha como tema central “As atividades subversivas internas e suas conexões com o exterior”. Na ocasião os representantes de ambos os países apresentaram relatórios a

---

<sup>27</sup> Após o descobrimento dos Archivos do Terror em 1992 foi possível ter uma noção sobre a dimensão desta operação, seus objetivos, desdobramentos e duração. A partir de então pôde-se confirmar o que muitos presos e perseguidos políticos da época já informavam a respeito da articulação dos órgãos de polícia dos países da região. Existem hoje algumas investigações sobre o funcionamento desta operação por parte de autores dos cinco países que integraram a mesma, e por conseguinte também variadas definições e interpretações a respeito. Aqui utilizaremos a síntese realizada pelos autores paraguayos José Fernandez y Andres Ramirez: “el llamado Plan Cóndor, Operativo Cóndor u Operación Cóndor, que aparece documentado en los Archivos del Horror en el Paraguay y que sustenta la existencia de una conspiración criminal entre servicios secretos de seguridad de Paraguay, Argentina, Chile, Brasil, Uruguay y Bolivia (...) consistía en controlar, detener y hasta eliminar sistemáticamente a los “subversivos” e implementar un servicio de inteligencia coordinado que controle las actividades de estos grupos identificados como “insurgentes” (FERNÁNDEZ; RAMIREZ, 2015. p.137).

<sup>28</sup> Das Conferências Bilaterais realizadas com o Brasil destacam-se a 6ª conferência de Comandantes de transmissões dos exércitos americanos, em maio de 1973; a 3ª conferência bilateral de informações em novembro de 1974; a Missão militar no Brasil, sem especificação de motivos, em abril de 1975; A principal figura responsável pela articulação da Operação Cóndor no Paraguai foi o General Rafael Benito Guanes Serrano, chefe do Departamento de Inteligência do Estado-maior das Forças Armadas, que chegou a receber as mais altas condecorações do exército brasileiro. (MARIANO, 2003, p.239).

respeito das atividades de exilados na região da fronteira. Um dos acordos a que chegaram os países que participaram desta operação foi a permissão para efetuar consultas bilaterais e o trabalho em conjunto nos interrogatórios de presos políticos. Desta forma, à diferença das Missões Militares até então empreendidas, o intercâmbio estratégico promovido pela Operação Cóndor ampliou e principalmente aprofundou estas relações ao nível de uma aliança supranacional entre os países que se encontravam comprometidos a combater seus opositores, como descrevem Fenández e Ramirez:

Hasta la década de 1970 era inimaginable un acuerdo regional-militar, teniendo en cuenta del recelo de los ejércitos nacionales en materia de soberanía, con un alto grado de desconfianza por conflictos recientes surgidos entre algunos de los países de la región. Sin embargo, la necesidad de enfrentar o controlar a un enemigo común los llevó a compartir el producto de sus servicios de inteligencia militares, archivos confidenciales, claves secretas, coordinar acciones represivas contra la población civil y a permitir el libre movimiento de agentes de seguridad de terceros Estados para interrogatorios o traslados de detenidos. (FERNÁNDEZ; RAMIREZ, 2015. p.136)

Um dos casos mais conhecidos a respeito do que seria um “ensaio”<sup>29</sup> da atuação da Operação Condor na fronteira se deu em novembro de 1974, quando um comando policial sequestrou quatro sujeitos exilados em Foz do Iguaçu. Tratavam-se de Cesar Cabral, Aníbal Abbate Soley, Alejandro Stumpfs Mendoza e Rodolfo Mongelós Leguizamón, todos militantes do MOPOCO. Os quatro foram acusados de “conspirar no exílio contra o general Alfredo Stroessner e terem contato com membros da resistência à ditadura que moravam no Paraguai” (PALMAR, 2013, p.70). Após episódios de intimidação e interrogatórios, foram levados para uma unidade militar no interior do estado de Goiás onde ficaram detidos cerca de vinte dias.

Finalmente foram soltos, graças à forte pressão internacional. O papa Paulo 6º e o presidente venezuelano Carlos Andrés Perez, entre outros, condenaram o governo brasileiro pelas prisões. Aníbal, Mongelos e Stumpfs foram soltos no dia 23 de dezembro. Cesar foi libertado uns dias antes. A condição, tomada num acordo entre as ditaduras do Brasil e do Paraguai, foi que os presos, libertados, não voltassem a Foz do Iguaçu num prazo de dois anos (PALMAR, 2013, p.71).

Outro caso que tomou grande repercussão foi o sequestro e prisão do

---

<sup>29</sup> O caso é relatado pelo jornalista Aluizio Palmar no artigo “A noite em que o Condor pousou em Foz do Iguaçu”, publicado pela Revista Helena em abril de 2013.

então militante do Movimento 14 de Maio, Remígio Gimenez. Em 1978 Gimenez, que era operário da construção civil, foi detido em Foz do Iguaçu pela polícia militar e levado ao outro lado da ponte, onde foi entregue ao departamento de investigações da polícia paraguaia. Ficou durante 11 anos na prisão, onde foi brutalmente torturado e fez uma greve de fome que acabou sendo noticiada por vários jornais da época<sup>30</sup>. Foi solto em 1989 mediante intervenção da Anistia Internacional. Estes episódios ilustram bem como “el brazo largo de la represión transpasaba las fronteras y sometía a una doble persecución a quienes ya habían sido obligados a abandonar el país” (YORE, 1992, p. 187).

Diferentemente dos demais países que participaram, para o Paraguai a Operação Condor representou o aperfeiçoamento de um aparato repressivo já instaurado há quase duas décadas. A operação aprimorou métodos de tortura e sistematizou o intercâmbio de informações e prisioneiros. Estas medidas tiveram as fronteiras como lugares especialmente estratégicos para a captura de perseguidos políticos. A cooperação no âmbito da repressão, como descreve o relatório da Comisión de Verdad y Justicia, era um risco para os paraguaios que cruzavam a fronteira e decidiam fixar-se do outro lado do rio: “Durante la vigencia del Operativo Cóndor no hubo pues el menor atisbo de paz en la región. Aquel que era perseguido en su país no hallaba descanso en la nación limítrofe, donde era de la misma manera buscado por los represores” (CVJ, 2008 p.83). Porém, estas regiões, apesar do risco que ofereciam, foram o destino de milhares de exilados paraguaios, seja na fronteira com a Argentina, ou, como veremos neste trabalho, na fronteira com o Brasil. Essa escolha, dentre outros motivos, permitia manter contato com familiares através de amigos e parentes que levavam e traziam notícias, bem como manterem-se informados a respeito da situação de seu país.

Na fronteira entre Foz do Iguaçu e o então município de Puerto Presidente Stroessner, um dos empreendimentos geopolíticos que mais marcou a região sem dúvida foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Durante o período de construção (1975-1982) a repressão já vivida pela população em um contexto

---

<sup>30</sup> Ver anexo 05.

de ditaduras foi acentuada. A cooperação entre os órgãos de espionagem<sup>31</sup> pôde ser confirmada mais tarde através de documentos produzidos pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Hidrelétrica de Itaipu (AESI). Segundo Silva (2010), este órgão<sup>32</sup> funcionava como um braço da repressão na região da Tríplice Fronteira, investigando e emitindo relatórios<sup>33</sup> não somente sobre os trabalhadores brasileiros e paraguaios da empresa, como de quaisquer pessoas que fossem consideradas suspeitas pelos órgãos de investigação de ambos os países. Nesse contexto, os estrangeiros, principalmente os exilados, eram alvos frequentes das suspeitas de “subversão” que por qualquer motivo surgissem dentro e fora dos canteiros de obras da usina. Segundo a pesquisa da historiadora Jussaramar Silva, analisando os informes produzidos pelas assessorias “os trabalhadores de origem paraguaia eram os principais alvos de desconfiança e perseguições” (SILVA, 2010, p.131).

---

<sup>31</sup> A participação de Itaipu na Operação Condor pode ser comprovada em diversos expedientes que se encontram no arquivo da PF de Foz do Iguaçu como, por exemplo, o informe 031/76, de 15/12/76, enviado pela AESI brasileira à sua similar paraguaia. Nesse documento, a mesma informa sobre a suposta vinda dos ativistas paraguaios Agustín Goiburú Gimenez, Eduardo Sardi, Silvestre Gomes e (Tenente) Caselli para uma reunião na cidade de Guaíra, em dezembro de 1976. O informe registra que a Coordenação de Segurança do lado paraguaio de Itaipu Binacional enviou, naquela ocasião, "elementos de busca àquela cidade" (Guaíra, PR), revelando a estreita colaboração entre o SNI, a Polícia Federal, a Assessoria de Segurança de Itaipu Binacional e a ditadura de Alfredo Stroessner (Ver Anexo 07).

<sup>32</sup> “Os relatórios produzidos pela AESI de Itaipu no período de 1973 a 1988, sobre brasileiros, paraguaios, argentinos e outros, circulavam entre os países e por mais de um escritório das Assessorias. Encontram-se lá documentos que saíram de Curitiba, Foz do Iguaçu e Paraguai, comprovando que a AESI Itaipu participou da chamada ‘fase 1’ da Operação Condor” (SILVA, 2010, p.112).

<sup>33</sup> “Dois informes de assessoria de segurança do Brasil na Itaipu, de agosto de 1973, alertaram para a chegada de 19 ativistas argentinos ao Paraguai. O texto foi escrito em português: ‘Os elementos têm vinculação com grupo subversivo recentemente desbaratado pelas forças de segurança da Argentina’”. (MARIANO, 2003, p.247).

## 2. O ESTUDO DO EXÍLIO: PARAGUAI COMO FOCO

Neste segundo capítulo trabalharemos com as narrativas dos militantes que deixaram o Paraguai durante a ditadura, trazendo o contexto da ida ao exílio, a repressão que recaiu sobre estes e seus familiares, a trajetória dentro das organizações em que participavam e os primeiros contatos com o país de asilo. Como indicado na perspectiva metodológica da História Oral Temática, trabalharemos os depoimentos como disparadores para a discussão do contexto e das situações vividas pelos exilados. O momento de partida e a situação da organização a que pertenciam, por exemplo, situam os diferentes perfis políticos partidários destes exilados que se estabeleceram na fronteira. Também através dos relatos, buscamos analisar a escolha do Brasil como país de asilo; os motivos que determinaram a cidade de Foz do Iguaçu como destino para estes exilados; as redes que já existiam ou que foram formadas do outro lado da fronteira e que possibilitaram sua permanência.

As diferentes realidades de cada exilado após chegarem a Foz do Iguaçu serão analisadas buscando entender como se deu a construção do recomeço, tanto na perspectiva laboral, quanto familiar. Neste recomeço estão imbricadas questões como a criação dos filhos em um outro país, a adaptação aos costumes, a língua e a nova realidade de uma forma geral, bem como o reagrupamento político nas organizações a que pertenciam ou, ainda, a clandestinidade e o afastamento temporário de suas organizações e da atividade política orgânica, com vistas à reestruturação no âmbito pessoal.

As ondas migratórias que se seguem à Guerra Civil de 1947 no Paraguai, passam a ser protagonizadas em maior número pelas mulheres, que deixam o país no marco de uma migração de longo prazo se comparada aos movimentos existentes até então. Portanto, neste trabalho, as narrativas de recomposição dos núcleos familiares, bem como das tarefas desempenhadas dentro da militância, também estão atravessadas por questões de gênero que buscaremos abordar no terceiro tópico deste capítulo, visto que esse movimento descortina claras diferenças no modo como se organizavam homens e mulheres durante o

exílio, seja no âmbito laboral, econômico ou político dentro de suas organizações e da militância.

## 2.1 “No Paraguai não havia tranquilidade, o político era muito forte”<sup>34</sup>

Desde o processo de formação dos Estados Nacionais na América Latina, o desterro foi um mecanismo recorrente para dispersar opositores políticos. Já no decorrer do século XX essa prática é ampliada e toma grandes proporções, atingindo um status de massividade (ROLLEMBERG, 1999; RONIGER, 2010). No entanto, o exílio foi durante muito tempo um tema pouco abordado dentro da academia, cenário que somente começou a mudar após os processos de redemocratização, iniciando com um movimento de revisão do passado ditatorial que invocava as testemunhas desse período a contarem suas vivências. Assim, a partir da década de 1990 as investigações sobre as experiências exilares das ditaduras do século passado ganharam impulso. Tendo como base os primeiros trabalhos que abordavam principalmente as memórias de lideranças, artistas, intelectuais e escritores no exílio, nos últimos anos a temática ganha novos questionamentos, avançando para diversas áreas do conhecimento (MARQUES, 2011).

Dentro das ciências sociais, as pesquisas se deram frequentemente partindo da antropologia, da politologia, da sociologia e da história. Em muitos destes trabalhos, pesquisadores indicaram suas próprias definições de exílio. A historiadora Denise Rollemberg, uma das primeiras a abordar o exílio de brasileiros durante a ditadura civil-militar (1964-1985) propõe que o exílio “tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo” (ROLLEMBERG, 1999, p.02, grifo da autora); mas também o qualifica como “a negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência” (ROLLEMBERG, 1999, p.02). Já o escritor palestino Edward Said, caracteriza o exílio como “irremediavelmente secular e insoportavelmente histórico, producto de la acción

---

<sup>34</sup> Trecho da entrevista com Alcía Morales, de 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal.

de los seres humanos sobre otros seres humanos” (SAID, 2005, p.180). E, mais recentemente, o sociólogo argentino Luis Roniger definiu o exílio como “toda condición de desplazamiento del lugar natural donde se pretende residir (y al cual se desea retornar), y del cual se debió salir por circunstancias ajenas a la voluntad (generalmente debido a violencias de todo tipo)” (RONIGER, 2010, p.136).

Na América Latina, o exílio é considerado por muitos pesquisadores como uma das práticas de exclusão política mais aplicadas ao longo da história. A função que desempenhava como mecanismo de isolamento não se baseava somente na distância que o militante tomava da política nacional em função da imigração, mas também ancorava-se na legislação internacional sobre asilo e refúgio político que, “ao proteger o princípio de soberania nacional, nega aos migrantes internacionais o direito de mobilização política previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1945” (MARQUES; ARTURI; MALLMANN, 2014, p.13).

Conforme propõe Roniger (2010), há uma mudança nessa função quando, ao tornar-se uma política de Estado especialmente empregada pelos regimes militares, transforma-se num processo massivo que incorpora outros atores sociais. Modifica-se, então, enquanto estratégia, pois não é mais destinado apenas a membros da elite política, senão a uma ampla gama de ativistas, afetando indivíduos de todos os segmentos sociais. Nesse sentido, o exílio deixa de significar um isolamento político (intenção primeira das elites que o estabelecem) para se tornar um espaço de atuação, conformando uma rede de militância transnacional. Nas palavras do autor:

Um número cada vez maior de exilados de diferentes classes sociais se vê afetados por sua participação no âmbito político e nas esferas públicas, criando um fenômeno de ampla transcendência que viria a transformar a funcionalidade do exílio. A ampliação da exclusão institucional deu lugar a uma dinâmica de dispersão dos exilados, o que lhes permitiu gerar amplas redes de solidariedade e centralizar cada vez mais a atenção da esfera pública internacional no exílio como reflexo das políticas de exclusão e de repressão empregadas nos países expulsos. A crescente conscientização produz então uma radical transformação na estrutura, no impacto e na funcionalidade do exílio político nos estados ibero-americanos (RONIGER, 2010, p. 92)

No caso paraguaio, o relatório da CVJ estima que o regime stronista



tenha expulsado do país, direta ou indiretamente, cerca de 20.000 pessoas por motivos políticos. Esse número, como reconhece a própria comissão, é limitado e tende a aumentar significativamente quando levada em consideração a imigração por motivos econômicos, impulsionada pelo contexto político e socioeconômico do período.

Quantificar o exílio paraguaio é um dos problemas encontrados pelos pesquisadores da temática, dada a pluralidade de motivações que desencadeou a saída do país. Os números variam e dificilmente correspondem à realidade de um processo de tão longa duração e que na maioria das vezes se deu de forma clandestina. Diante desse panorama, foi possível identificar, ainda na fase de revisão bibliográfica desta pesquisa, como as diferentes estimativas desse movimento exilar aparecem em um campo político de disputa pela memória, variando de acordo com seu interlocutor, visto que as projeções até hoje realizadas dimensionam este fenômeno imigratório com índices profusamente dispares.

Autores como Maria Antonia Sánchez (2009) e Luis Roniger (2007) mencionam uma média de 400 mil exilados somente em direção à Argentina. Já o Comitê Católico Internacional de Migrações, registra que o regime stronista teria mandado ao exílio aproximadamente um milhão de paraguaios ao longo de seus 35 anos de duração, com destino à Argentina, ao Brasil e ao Uruguai (MARIANO, 2003). Essas são cifras que impressionam, independente do recorte geográfico para destino dos exilados ou a motivação desta migração, visto que, segundo senso de 1950, o país contava com uma população de 1.328.452 habitantes (DGEEC, 2002).

Ainda, dentro desse contexto de saída massiva do Paraguai, José Luis Simon (1992) aponta alguns dos usos políticos realizados pelo regime stronista com relação a essa intensa emigração, que se refletia nos índices sociais do país:

Podemos concluir que el régimen de Stroessner se benefició de varias maneras gracias a la expulsión masiva de los trabajadores, intelectuales y profesionales del Paraguay. Desde el punto de vista socioeconómico, la "exportación" de la mano de obra sobrante en el campo y la ciudad ayudó al autoritarismo stronista para que las estadísticas de desempleo y subempleo del país no alcanzaran niveles preocupantes,

al igual que la marginalidad social. Por la misma razón, los gastos sociales pudieron mantenerse dentro de límites razonables, para un Estado en expansión y a la vez en crisis como resultado de los vicios del prebenderismo, del clientelismo y de la corrupción pública generalizada que se convirtió en una de las bases de acumulación para una "burguesía fraudulenta" que ya monopolizaba el poder político. Finalmente, vía el exilio forzoso de líderes y dirigentes opositores y disidentes, el régimen se sacó encima el problema de tenerlos en prisión o en campos de concentración (SIMON. G, 1992, p.105).

Como citado anteriormente, os episódios que levaram a uma emigração numerosa por motivos políticos e econômicos antecederam o golpe de 1954. A inconstância política já instaurada em 1947 e os conflitos armados que dela surgiam, deram força para um agravamento e ampliação do fluxo emigratório. Essa dimensão ampliada se observa primeiramente no que diz respeito ao perfil diversificado destes exilados. O exílio paraguaio foi, sem dúvidas, um fenômeno pluriclassista que afetou quadros políticos, estudantes, jornalistas, escritores, profissionais de várias áreas, sindicalistas e camponeses. Também estavam presentes as diferenças etárias e de gênero, pois conforme dados sistematizados pela CVJ, a média de idade dos exilados ia de 15 a 29 anos, com 86% de homens e 17% de mulheres. Em segundo lugar, a abrangência desse exílio no caso paraguaio é evidenciada pela diversidade de organizações e partidos a que pertenciam os exilados, e também pelas frentes de combate à ditadura que se formaram durante o exílio. Já a partir de um contexto de repressão política generalizada a partir da década de 1970, esse fluxo finalmente se consolida, segundo José Luis Simón, como uma situação constante na formação social do país (SIMON G. 1992).

A CVJ, em uma publicação especial sobre o autoritarismo recente na história do Paraguai, também qualifica três tipos de exílio durante o período stronista. O primeiro deles seria o exílio explícito, configurando uma forma de expulsão oficial por parte do Estado, que emite via judicial a sentença de desterro aos cidadãos opositores que possuíam reconhecimento ou destaque na sociedade paraguaia, a exemplo de quadros políticos, intelectuais e artistas.

Es el caso de los dirigentes de la contestación colorada democrática de 1958 y 1959. Los dirigentes disidentes del oficialismo, que formaron el Movimiento Popular Colorado y la Asociación Nacional Republicana en el Exilio y la Resistencia, fueron expulsados del país y se les prohibió regresar desde 1959 hasta las vísperas del fin de la dictadura

en 1989. Algunos dirigentes opositores de los Partidos Liberal, Demócrata Cristiano, y Revolucionario Febrerista estuvieron años de su juventud o el resto de su vida en el exilio explícito. (CVJ, 2008, p.30)

O segundo seria o exílio perpétuo, destinado a sujeitos considerados opositores que ofereciam “riscos” à ordem estabelecida, estes eram na maioria das vezes mandados ao exílio após uma detenção e “en muchos casos, la liberación del prisionero se realizaba previo acuerdo con la víctima, quien no permanecía en el país sino que se iba al exilio por cuenta propia” (CVJ, 2008, p.30).

Por último estava o exílio preventivo, também entendido por alguns autores, a exemplo de Jensen (2004), como “autoexílio”. Este se refere à fuga de opositores e de pessoas próximas a um perseguido político que, após episódios de repressão e violência específicos, saíam do país para evitar a provável retaliação do governo.

A Argentina, como o país vizinho que mais influência exercia sobre o Paraguai até a primeira metade do século XX, e com o qual compartilha uma faixa de fronteira de 1.699 km, foi sempre o principal destino da emigração paraguaia (HALPERN, 2011). Essa emigração passou a dispersar-se a partir da década de 1970, quando, além de outros países da região, os emigrantes paraguaios passaram a buscar os EUA e alguns países da Europa como destino. Em relação ao Brasil, “aún cuando sus propios datos censales no permiten comparaciones directas con Argentina, se han podido contabilizar 20.025 paraguayos residiendo en 1970 y 17.560 en 1980” (HEIKEL e BAHR, 1992, p. 06).

Ainda no tocante à imigração promovida pelo exílio, a Argentina foi também o principal lugar escolhido pelos exilados, seja por uma questão linguística e cultural, ou ainda por uma rede pré-existente de imigrantes paraguaios nesse país. Os fluxos desta migração política se mantiveram ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando a Argentina deixa de ser um país de acolhida em função do golpe militar de 1976, que promoveu inúmeras violações dos Direitos Humanos não somente aos nacionais argentinos como também aos exilados de vários países que lá se encontravam. A proximidade e facilidade em

cruzar a fronteira, como apontam Roniger e Sánchez, também influenciaram as escolhas de destino:

La concentración de millares de paraguayos en la Argentina se debió, por un lado, a la facilidad de traspasar una frontera que se extiende por más de 1,690 km y que mal podían controlar la Prefectura Argentina o su Gendarmería, a cargo teóricamente del control de quienes ingresan al país. Por otro, a la tradicional política de recepción de inmigrantes llevada a cabo por Argentina, política que, pese a los vaivenes de su vida pública a partir de 1930, se logró proyectar reconociendo el derecho de asilo y otorgando numerosas amnistías o indultos que permitieron el 'blanqueo' de los inmigrantes indocumentados en el país (SÁNCHEZ; RONIGER, 2010. p.08)

Já o fluxo de exilados políticos para o Brasil, segundo os relatos e documentos que essa pesquisa teve acesso, deu-se especialmente em momentos de repressão intensificada, sobretudo no final das décadas de 1950 e 1970. Ainda que, devido a larga duração e ao desgaste gerado por tantos anos de ditadura, esse fluxo tenha sido constante, dando-se mesmo fora destes picos de violência.

Caracterizado por sua massividade e por diversas “ondas” migratórias, cabe salientar que o exílio no Paraguai não só antecede a ditadura de Alfredo Stroessner, como forma-se através da combinação de guerras civis, regimes autoritários e das consequentes crises econômicas derivadas destes processos. Nesse contexto, é possível afirmar que a ditadura stronista não somente deu continuidade a uma prática já frequente, como aprofundou-a. Com o golpe de 1954 e a subsequente repressão estabelecida pelo governo, muitos grupos de paraguaios que já haviam partido para o exílio no final da década de 1940 viram dificultadas as possibilidades de um retorno definitivo ao país, conforme observa Luis Roniger:

El carácter sostenido de las dictaduras y los gobiernos de fuerza en el Paraguay determinó que, a menudo, muchos de quienes se vieron forzados a desplazarse del país natal, no lograron retornar. En muchos casos, el esperado retorno se tornó en un nuevo traslado a otro país de asilo, y no necesariamente al país natal, Paraguay. Dado tal contexto, el exilio paraguayo se caracteriza también por la frecuencia de casos de exilio en serie a lo largo de varias generaciones. (RONIGER, 2014, p. 144).

Ocasionalmente a ditadura promovia a “volta” de imigrantes em eventos

públicos ou festivos, onde Stroessner reafirmava o discurso do crescimento econômico e da possibilidade desse regresso. Em entrevista datada de 1967, ao ser questionado a respeito da situação de pobreza dos imigrantes paraguaios na Argentina e sobre a motivação que os levaram a deixar o país, o mandatário afirma que para estes “están abiertas todas las puertas de la pátria, con la seguridad de que al cruzar sus límites encontrarán paz y trabajo en tierra propia”.<sup>35</sup>

A partir de Stroessner se constrói um discurso em que os motivos da migração são apenas econômicos e anteriores a seu governo, ou ainda de que a saída do país teria sido “por motivos dolorosos de otros tiempos”<sup>36</sup>. Ao afirmar em entrevistas e nas cerimônias festivas nacionais que a volta destes paraguaios era possível, pretendia mostrar uma suposta recuperação econômica, ainda que a pobreza e o êxodo rural fossem uma realidade no país. Assim sendo, o discurso de prosperidade aliado ao não regresso destes sujeitos, fazia pesar sobre eles a acusação de “legionários”, ou “agentes do comunismo internacional” (MORAES, 2007 p.70).

Segundo consta no Informe Final da CVJ, o período que compreende a primeira fase do regime stronista foi o de maior impacto, pois teve os agravantes de tempo e de quantidade de exilados. As famílias que saíram logo após o golpe de 1954 e não puderam voltar definitivamente ao Paraguai, estenderam a experiência exilar para filhos e netos, construindo “um exílio permanente”. No quadro abaixo o gráfico produzido e publicado pela CVJ na página 32 de seu Informe Final, traz uma análise cronológica do exílio e indica os anos em que mais pessoas deixaram o Paraguai.

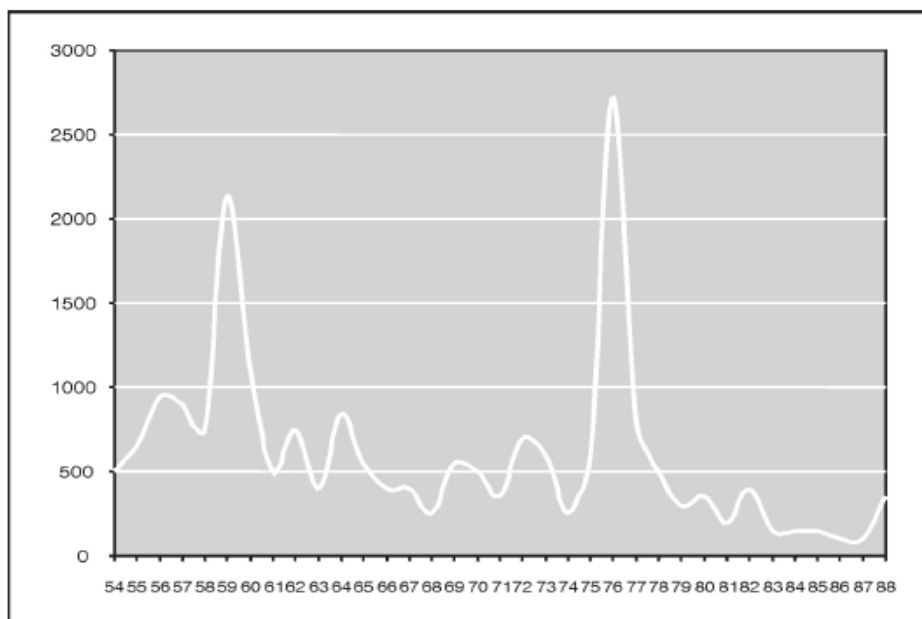
---

<sup>35</sup> Entrevista realizada pelo jornalista argentino Julio Lagos correspondente do telejornal “Noticiero 13”, em 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2whPwmUaCnc>  
Acesso em: 30/03/2018.

<sup>36</sup> Idem.

## ■ Análisis cronológico del exilio como violación de derechos humanos. Exiliados según año de exilio

Gráfico 34. Exiliados según año de exilio



Fuente: Comisión de Verdad y Justicia

Gráfico 1 - Análise cronológica do exílio como violação dos Direitos Humanos no Paraguai.

As fontes orais ouvidas neste estudo situam sua saída para o exílio nos dois principais picos apontados pelo gráfico, 1959 e 1976. Estas datas dizem respeito à repressão desencadeada pelos episódios da queda de movimentos de luta armada no Paraguai, respectivamente do Movimento 14 de Mayo em 1959-1960 e da OPM em 1976. Este trabalho, portanto, centrará atenção nos relatos de exilados políticos que deixaram o Paraguai por pertencerem a partidos e organizações – e ou estarem no grupo familiar daqueles que pertenciam – contrárias ao regime stronista. Ainda assim, parece oportuno salientar nosso entendimento de que o exílio implica uma violação do direito do indivíduo em diversas instâncias, no momento em que o Estado, encarregado de outorgar direitos e deveres, não cumpre com suas obrigações e, além disso, restringe as liberdades individuais do cidadão. No caso paraguaio, essa restrição calou fundo no direito mais essencial do indivíduo, ao retirar ou condicionar<sup>37</sup> suas

<sup>37</sup> Como citado anteriormente, o sistema de partido único pretendido pelo Estado paraguaio impôs um esquema de filiação compulsória ao Partido Colorado. A filiação se dava como exigência primeira para acessar cargos públicos, vagas no sistema de ensino e inclusive era uma

possibilidades de subsistência, não restando outra opção, senão a busca da sobrevivência em outro país. O historiador argentino Tulio Halperín Donghi descreve com clareza esse ponto quando se refere ao exílio massivo dos paraguaios durante a ditadura stronista: “si no eran necesariamente refugiados políticos, eran en cambio fugitivos del estancamiento económico y la cerrazón social” (DONGHI,1998, p.481). Nesse sentido, no momento em que foram expostos a todo tipo de incertezas, desde econômicas, até as que implicavam sua segurança e integridade física, o exílio se configura para estes sujeitos como uma via final de sobrevivência, como também aponta Yore:

La represión era además integral y tranpasaba los límites de la privacidad de las personas, afectando toda su vida privada o particular. Era a la vez generalmente política y económica; no sólo las libertades individuales, civiles y políticas eran literalmente arrasadas. La represión política contra los desafectos se extendía a la persecución económica; las víctimas eran quebradas económicamente, despojándoseles de sus bienes y medios de trabajo, los saqueos y las confiscaciones de propiedades eran parte habitual de la política de persecución. (YORE, 1992, p. 187)

As principais pesquisas que recentemente se debruçaram sobre o tema do exílio paraguaio, não por acaso, são de pesquisadores argentinos que analisam este fenômeno de grande impacto a partir de suas áreas de conhecimento. Luis Roniger e Maria Antonia Sánchez (2010) abordam o exílio paraguaio desde uma perspectiva transnacional e trans-geracional, considerando a “diáspora paraguaia” como um processo que inicia ainda no século XIX e se estende até o final da ditadura Stroessner, afetando assim diversas gerações de paraguaios que se dispersaram por diversos lugares das Américas (RONIGER; SÁNCHEZ, 2010) . Já a partir do ângulo antropológico, Carla Cossi<sup>38</sup> (2012) trabalha as memórias familiares de exilados paraguaios na cidade de Posadas, Argentina, analisando as vivências destes homens e mulheres e os discursos produzidos dentro de um contexto familiar.

Esses trabalhos, produzidos no atual contexto de um crescente interesse

---

condição para obter alvarás de funcionamento e abertura de estabelecimentos privados. Além disso, muitos camponeses que sofreram perseguição política tiveram seus bens, incluindo suas terras, usurpadas e vendidas pelo Estado.

<sup>38</sup> Ver COSSI, Carla. “Memorias familiares del exilio paraguayo”. Asunción: Print Servis, 2012.

pelo exílio, fazem parte da escassa produção acadêmica a respeito do caso paraguaio. Tratam-se de grandes contribuições para as ciências sociais e humanas que, segundo Lorena Soler, ainda hoje não incorporaram o Paraguai como objeto privilegiado de estudo, ocupando este país “un lugar muy marginal en el área de la historia regional o de América Latina” (SOLER, 2012, p.02).

Desta forma, em função da recorrência com que a prática do desterro foi aplicada aos adversários políticos no Paraguai, e também levando em conta a amplitude geracional atingida pelo exílio durante este período, avaliamos que o caso paraguaio ainda enfrenta um grande vazio na literatura acadêmica e científica, no que diz respeito, por exemplo, aos sítios para onde se destinaram os exilados e as dinâmicas próprias destes lugares. Nesse sentido, faz-se necessário ampliar as investigações sobre o exílio paraguaio, analisando a complexidade das experiências vividas em diferentes países e regiões. É neste caminho e com esta perspectiva que o presente trabalho irá abordar, a partir dos próximos capítulos, a memória de exilados paraguaios. Como avalia a historiadora Silvina Inés Jensen:

Reconstruir la historia de un exilio puede implicar estudiarlo tanto desde el territorio que despide o expulsa y que los ha constituido en protagonistas de un viaje no deseado originado en la violencia, como desde la sociedad de destino, o sea analizando el espacio exílico, esto es el territorio habitado por los sujetos exílicos y por aquellos que son construídos como “nativos” por el recién llegado (JENSEN, 2004, p. 25).

Trabalharemos, então, com a perspectiva de análise do espaço exílico descrito por Jensen, sendo este a cidade de Foz do Iguaçu e a região da fronteira. Tomaremos como referência algumas pesquisas pioneiras sobre o tema no Brasil, a exemplo do trabalho da politóloga Teresa Cristina Schneider<sup>39</sup>, que abordaram as ações políticas de militantes exilados no país de asilo e as redes de militância transnacionais.

---

<sup>39</sup>SCHNEIDER, Teresa Cristina. Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011. (Tese de doutorado).



## **2.2 Brasil como alternativa, Foz do Iguaçu como destino**

Como introdutoriamente mencionado no capítulo anterior, os países limítrofes, como Argentina e Brasil, foram os principais redutos de exilados paraguaios durante todo o período de regime militar. Na Argentina, os departamentos de Formosa e Posadas, bem como a capital Buenos Aires, foram os principais paradeiros destes exilados (COSSI, 2008). O ingresso no país vizinho se dava na maioria das vezes de forma clandestina por precaução contra eventuais perseguições em território estrangeiro, mas também se dava desta maneira pela fuga muitas vezes apressada que deixava para trás pertences e documentos pessoais (RONIGER; SÁNCHEZ, 2010).

A Argentina foi, até a primeira metade da década de 1970, o principal destino destes exilados. O exílio de Juan Domingos Perón no Paraguai, após o golpe de 1955, afastou os dois países em um âmbito político. Contudo, o contexto político intermitente que se segue na Argentina não influencia diretamente na possibilidade de fornecer asilo aos exilados paraguaios, contexto esse que muda completamente com o golpe militar de 1976. A partir deste momento, diante de uma repressão generalizada, o contínuo fluxo migratório dos paraguaios se desloca com força para outras localidades, incluindo entre os países da região Brasil e Uruguai. Nesta época, este movimento também se dispersou ao norte para países como EUA e Canadá. A conjuntura de golpes militares em toda a região acabou intensificando, inclusive, uma migração intercontinental de paraguaios para países da Europa (ODDONE, 2010; PACHIONI, 2015).

No Brasil o fluxo migratório de paraguaios se concentrou nas fronteiras das cidades de Ponta Porã no estado do Mato Grosso do Sul e Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. A cidade de Foz do Iguaçu, fronteira com Porto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) foi um dos redutos de exilados paraguaios que atravessavam a fronteira. Essa rota foi traçada muitas vezes como alternativa final de sobrevivência, visto que a travessia ao país vizinho, principalmente no segundo período de maior deslocamento durante os anos 1970, em plena execução da Operação Condor, era uma manobra altamente arriscada.

Apesar do fluxo frequente que é próprio da fronteira e, como já mencionado

anteriormente, apesar de não existirem dados exatos a respeito deste fluxo, o primeiro pico migratório de exilados paraguaios para Foz do Iguaçu data de 1959. Esse primeiro grande deslocamento com destino ao Brasil teve como desencadeador da saída do país a violência gerada pelo descobrimento e queda do Movimento 14 de Mayo. Essa foi a primeira tentativa de resistência armada do período stronista, orquestrada principalmente por militantes do Partido Liberal e Partido Revolucionário Febrerista desde o exílio na Argentina. Operando organizativamente em diferentes células desde 1958 o grupo decidiu realizar a primeira investida armada contra o governo stronista em dezembro de 1959, com um plano de adentrar o país por pontos estratégicos ao longo da fronteira argentino-paraguaia. No entanto, infiltrado por *pyraques*, o movimento foi completamente desarticulado e seus membros surpreendidos antes mesmo de agir. Presos no presídio de Peña Hermosa<sup>40</sup>, os militantes conseguiram arquitetar uma fuga em abril de 1961 e escaparam. Destes, alguns se dirigiram para a Argentina novamente e outros para o Brasil (ARELLANO, 2004).

Após escaparem, os prisioneiros que atravessaram para o Brasil foram acolhidos pelo governo de Jânio Quadros, quem demonstrava oposição a Stroessner (NICKSON, 2004). Este foi o caso de José Luis Gimenez Chavéz, militante que integrou uma das colunas do Movimento 14 de Mayo. Em entrevista concedida para este estudo, Margarita Báez Giménez, filha de Chávez, relata o percurso traçado pelo pai após a fuga de Peña Hermosa.

No total eram 48, e meu pai foi o último que passou porque não sabia nadar. Eles tinham que cruzar o Rio Apa, e dizem que tem uma correnteza muito forte, então os companheiros do outro lado jogaram um cipó pra ele ser resgatado também e ele se virou como pôde até passar para o lado brasileiro. Naquela época subiu o Jânio Quadros como presidente, e Jânio mandou um avião levar todos para a capital, que naquela época acho que era o Rio de Janeiro ainda. Aí cada um mandou para seus parentes um telegrama ou algo assim, e a gente mandou dinheiro para o meu pai pagar a passagem e vir, porque nós já estávamos todos aqui. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

---

<sup>40</sup> Peña Hermosa é uma ilha situada no meio do Rio Paraguay, 500km ao norte de Asunción e perto da fronteira com o Brasil. “Excepto por lo alejado de los pueblos y ciudades, estos lugares no cumplían las mínimas condiciones de seguridad, por lo que para los presos políticos, la fuga hacia Brasil fue siempre una posibilidad cierta que concretaron primeramente un pequeno grupo de 5 personas y la totalidad de los prisioneros restante el día 27 de abril de 1961” (ARELLANO, 2004, p.44).

Natural de Caaguaçu, município localizado a 150 km da fronteira com o Brasil, aos 20 anos de idade Margarita e o marido emigraram para Foz do Iguaçu. Ao cruzarem a fronteira, reuniram-se com os familiares que já estavam na cidade, pois em função da militância de seu pai, toda a família passou a ser alvo de perseguição no Paraguai.

O caso de Margarita, junto de outros três<sup>41</sup> trabalhados por este estudo, é um exemplo do que a CVJ caracterizou como “exílio estendido”, visto que as ameaças e o assédio dos agentes repressores atingia também as famílias dos militantes acusados de subversão. Segundo levantamento da comissão “la mayoría de los exiliados testimoniantes vivieron entre uno y dos episodios de violencia del régimen hacia su familia, previos a su salida del país” (CVJ, Informe Final Tomo II, 2008, p.316).

Sobre a instrumentalização do exílio por parte do regime stronista e também sobre o perfil dos perseguidos políticos que deixaram o país no primeiro pico de fluxo exilar da ditadura, que vai de 1956 a 1959, a Comisión de Verdad y Justicia considera que:

La frecuencia del exilio en este periodo permite considerarlo como una política de Estado para la reducción del adversario político. La persecución fue explícita por razones político-partidarias con preeminencia de la acusación de “comunista” o “contrera” para quienes se oponían activamente al régimen. Entre éstos se incluyen tanto la cúpula militar adversaria y sus seguidores – conformada por muchos veteranos de la guerra del Chaco (1932-1935) – como los empleados y funcionarios públicos que se negaran a afiliarse al Partido Colorado, que comprende la dirigencia, los militantes y simpatizantes de los partidos opositores – especialmente las organizaciones juveniles de base – de los partidos Liberal, Revolucionario Febrerista, Comunista y Colorado disidente (CVJ, Informe Final, Tomo II, 2008, p.302).

No tocante à saída do Paraguai e asilo político nos países limítrofes, em que pese um contexto de instabilidade política, os Estados vizinhos ainda se encontravam em regimes democráticos, o que, em alguma medida, possibilitou a estes exilados uma migração em grupos, junto de seus familiares e sem maiores dificuldades logísticas.

---

<sup>41</sup> Respectivamente: caso da família Blanco, através do depoimento de Porfíria Blanco, caso da família Giménez, através do depoimento de Domiciana Giménez e o caso da família Morales, através do depoimento de Alicia Morales.

A escolha pelo Brasil esteve, muitas vezes, ancorada em um contexto familiar e nas relações estabelecidas anteriormente com o país, mas também foi marcada pela sucessão de acontecimentos decorrentes das ações das organizações de resistência. No episódio dos militantes do 14 de Mayo que posteriormente se exilaram em Foz do Iguaçu, essa escolha se deveu ao próprio plano traçado pela guerrilha que levou seus integrantes até as fronteiras com o estado do Mato Grosso e do Paraná. A dispersão das famílias paraguaias pela região fronteira do Brasil e da Argentina e o posterior assentamento das mesmas neste território se deu, então, de maneira constante e desordenada, principalmente em função de pequenos vínculos familiares pré-existentes.

Pertencente a esta geração de exilados, Margarita, entre momentos de emoção ao recordar da militância do pai, e também de descontração ao resgatar anedotas dos primeiros anos vivendo no Brasil, recorda os motivos que encaminharam sua família para Foz do Iguaçu:

A minha família toda era perseguida, meus tios, meus irmãos, todos fugiram pra cá, uns foram pra Argentina e outros ficamos aqui. Passamos de canoa por Presidente Franco, pois não tinha a ponte ainda, a ponte estava para ser construída. Aqui nós já tínhamos vários parentes, tinha nossos tios que já tinham trabalho, então meu marido e eu decidimos ficar aqui, e um outro tio meu decidiu ir pra Argentina, conseguiu trabalho lá. Tanto é que nossa família tem sobrenome Gimenez, tem Gimenez argentino, tem Gimenez brasileiro e tem Gimenez paraguaio, se você vai lá por Corrientes e acha um Gimenez, esse é um dos nossos (risos). *(Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal).*

A travessia pelo Rio Paraná é uma lembrança constante nos relatos das famílias que se exilaram nesta primeira fase do regime. A construção da Ponte da Amizade aparece como o marco de um antes e um depois dentro deste fluxo migratório. Ainda que a ponte tenha sido inaugurada em março de 1965, o início de sua construção data de 1959 e, como consequência do movimento que se cria em torno desta obra, à migração que possuía fins políticos também se soma para estes exilados a possibilidade de encontrar emprego mais facilmente em uma região em expansão, dando à escolha do destino de exílio também uma motivação de fundo econômica.

Foz do Iguaçu, já nesta época como um pólo turístico em função de suas riquezas naturais; com o crescimento impulsionado pelas obras da ponte e, mais

tarde, em 1969, pela inauguração da BR-277 que liga Foz do Iguaçu a Curitiba e ao litoral paranaense; configurava-se uma possibilidade de estabilidade para as famílias que lá chegavam. Nesse sentido, o depoimento a seguir demonstra também como o fluxo migratório exilar, ainda que com motivação política latente, está vinculado a uma migração tradicionalmente econômica em diversos âmbitos, principalmente no que se refere ao contexto familiar, visto que neste caso a necessidade migratória atingiu várias gerações dentro de uma mesma família.

Quando venimos<sup>42</sup> havia dois primos que trabalhavam lá nas cataratas. Já tinha a repressão, mas eles vieram atrás do serviço, depois o meu irmão veio e logo já começaram a trabalhar. Nós quando venimos estavam começando a ponte recién, entonces passamos com a chalana que tinha aí e venimos pela repressão da ditadura. Toda família, mãe, pai, irmã, meu irmão casado, todos para cá. Todos nascidos lá. A minha irmã parece que veio com 10 anos de lá. Fue de a poco, venimos com a mãe e o pai, sete pessoas de uma vez, depois veio meu irmão casado, arrumou emprego e foi buscar a esposa e as filhas, o outro também foi assim, buscando. Porque no Paraguai mesmo não havia tranquilidade, o político era muito forte, e os colorados quem mandavam e não aceitavam liberal. Uno, si ía en contra, eles matavam ou mandavam pra cadeia, fizeram assim com tanta família. (*Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal*).

Aos 17 anos Alícia cruzou a fronteira pela primeira vez na condição de exilada política junto com a família. Ela e os 12 irmãos nunca mais retornaram ao Paraguai definitivamente. De uma família de militantes do Partido Liberal, recorda principalmente a militância dos irmãos Justo e Florêncio Morales. Justo, mais conhecido como Tito Morales, em 1959 foi também um dos presos políticos do Movimento 14 de Mayo que conseguiu escapar e cruzar para o Brasil pela fronteira com o Mato Grosso do Sul. No exílio, viveu ativamente a militância pela democratização no Paraguai presidindo o Comitê do Partido Liberal em Foz do Iguaçu e posteriormente integrando a lista de candidatos do PLRA à eleição Constituinte em 1991.

O Tito foi preso em Tacumbú e de Tacumbú levaram a Peña Hermosa, la Isla del Medio, em 1960. Um dia resolveram fugir e foi o Jânio

---

<sup>42</sup> Neste trabalho optamos por inserir os depoimentos com sua transcrição literal, sem traduzir ou modificar palavras ditas em espanhol ou expressões próprias dos entrevistados. A única adaptação realizada ao transcrever os depoimentos foi a não inclusão de palavras repetidas, quando estas não mudavam o sentido ou a ênfase do que era dito pelo entrevistado.

Quadros que recebeu eles lá no Porto Murtinho, aí eles passaram para São Paulo e de lá vieram para cá, depois cada um voltou para o lugar onde estava sua família. (*Alícia Morales, 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal*).

Alícia também recorda a relação estreita do irmão com o presidente geral do partido. A casa onde viviam em Foz do Iguaçu foi por muitas vezes o paradeiro de Domingo Laíno quando visitava a fronteira. “Tinha o liberal Laíno, ele sempre vinha aqui na casa da mãe, ele vinha, fazia reunião, às vezes reuniam umas 400 pessoas pra conversar. Tivemos uma vida muito feliz nesse tempo”, comenta. Florêncio Morales, o segundo irmão mais velho, foi para Foz posteriormente e conseguiu trabalho nas obras da Ponte da Amizade. Também com participação ativa na comunidade, fundou a primeira associação de moradores de Foz do Iguaçu, no bairro Jardim Santa Marta, atual Pólo Centro.

Na imagem a seguir o amigo pessoal de Domingo Laíno, à esquerda, presidente do PLRA, Tito Morales recebia frequentemente o correligionário em sua casa em Foz do Iguaçu. A foto é do acervo pessoal de Alícia Morales, sem data informada sobre o registro.



*Figura 3 - Domingo Laíno presidente do Partido Liberal Radical Autêntico em visita ao correligionário Tito Morales.*

A residência da família Morales, de frente para a atual Avenida Carlos Souto Maior, foi por muitas vezes o local de reuniões e encontros dos militantes

do PLRA. Há poucos metros da barranca do Rio, próximo da divisa entre os Estados Nacionais, reuniam-se para pensar formas de resistência ao regime implementado em seu país de origem. Esta situação representa muito bem a “linha demarcatória” dos limites políticos e espaciais (neste caso estabelecido fisicamente pelo curso do Rio Paraná) da fronteira. Este tipo de situação, que se repetiu para muitas famílias e militantes que se assentaram próximos à barranca do Rio, ilustra também como a fronteira é ao mesmo tempo um território específico “sobre el que ejerce su soberanía un poder o un Estado nación” mas que muitas vezes se assemelha “a una *tierra de nadie* que articula un espacio difuso” (GARCIA, 2006, p.14).

Os sentidos de difusão para este espaço aparecem de várias formas nos relatos destas famílias, a começar por este “estar próximo” do Paraguai, ao mesmo tempo em que há a restrição (que poderia custar a própria vida caso descumprida) para cruzar ao outro lado. A fronteira causa ainda nestes sujeitos uma multiplicidade de sentimentos que vamos trabalhar mais adiante quando tratarmos da adaptação dos mesmos no novo espaço, pois além da dimensão física e estrutural, a fronteira está presente também em sua forma imaginada, idealizada e, portanto, sentida (GARCÍA, 2006).

O “não poder retornar” esteve estabelecido durante as três décadas de ditadura, em algumas fases de forma mais crítica que em outras, porém, as estratégias de articulação e resistência com o país de origem foram durante este período a forma encontrada para cruzar o limite, para sentir-se ainda parte atuante, para manter esperanças. As reuniões entre a militância são um símbolo destas estratégias, pois eram o momento onde compartilhavam não somente a convicção pela luta política empreendida, como também a saudade e a experiência compartilhada no país receptor. No entanto, a possibilidade de realização destas atividades de forma mais aberta e participativa por parte da comunidade de exilados na cidade, foi possível apenas em curtos espaços de tempo. Primeiramente no final da década de 1950 até 1964 e, quase duas décadas depois, quando o Brasil já se encaminhava para a abertura democrática no início da década de 1980. Neste sentido, a travessia do Rio, o encontro com entes queridos, o retorno, ainda que espacialmente tão possível, durante este

primeiro período era sinônimo de um risco sem volta.

Não, durante 30 anos nunca passamos, não podia passar porque se passava seria preso. Não, não passamos pra lá. Porque ainda esse tempo era tão difícil, só a lancha que passava, a turma que trabalhava no Paraguai passava de lancha e voltava outra vez. Só depois do Stroessner entregar o governo, depois disso já pudemos passar, e aí fuímos várias vezes (*Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Demoramos um tempo, porque pelo sobrenome, e por tudo, meus parentes tinham medo da gente ir lá. Uma vez, naquela época a gente ia levar meu pai como presente para minha vó, porque era aniversário da minha vó. E não é que no auge da festa a polícia nacional de Asunción atropelou a nossa festa. Eles falavam pra minha vó que o filho dela tinha contas pendentes com o governo, íam prender meu pai lá. E meu pai nunca mais voltou pro Paraguai... (chora emocionada) minha vó morreu e meu pai não pôde ir no velório da minha vó porque não podia colocar os pés lá. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Ao chegar em Foz do Iguaçu a família Morales fixou residência na região do Jardim Jupira, bairro lindeiro à Ponte da Amizade. Hoje, com um cenário completamente diferente ao da época, a estrada de terra que levava até a barranca do Rio integra a atual BR-277 que desemboca na ponte, já considerada parte da estrutura comercial estabelecida com a criação da zona franca em Ciudad del Este. A área de livre comércio que atraiu grandes contingentes de trabalhadores na década de 1960, foi modificando o cenário local e resultando no que chegou a ser, até o princípio dos anos 2000, a terceira maior zona franca do mundo (KLEINSCHMITT; AZEVEDO; CARDIN, 2013). Após a construção da Ponte, a urbanização crescente também desenvolveu e direcionou o crescimento dos bairros Vila Portes e Jardim Jupira para o comércio do lado paraguaio (RABOSSI, 2015). Nos arredores deste assentavam-se as famílias que chegavam na região em função da migração, ora predominantemente econômica, ora também política. Estas acompanharam de perto a completa mudança da paisagem local e foram, na maior parte das vezes, mão de obra para os empreendimentos entre os dois países. Vivendo no mesmo lugar até hoje, Alícia me concede a entrevista sentada no pátio de sua casa, quase de frente para a avenida, onde observa com o olhar distante enquanto recorda o cenário de outrora.

Quando chegamos aqui era um mato que vou te contar, só tinha uma estrada pequena que ia na ponte e outra que ia na vila. E aí havia dois



ônibus que levava para o colégio...terça-feira à tarde a família ia fazer compra, só sexta e terça, porque era tudo deserto. Às vezes eu sento e penso e não acredito que está tudo assim, porque era tudo mato, tanto desse lado quanto do lado paraguaio, que era só uma carretera também. (*Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Próximo àquela região, seguindo o curso do Rio, também foi sendo expandida a Vila Paraguaia, formada em meados da década de 1950, decorrente do fluxo migratório dos paraguaios que deixaram o país após a Guerra Civil de 1947. Assim como os migrantes que se assentaram nos bairros Jardim Jupira e Vila Portes, a Vila Paraguaia também foi formada por famílias paraguaias que deixavam o país com motivação política, porém, diferente das demais Vilas, esta se configurou como um reduto, um pedaço do Paraguai em Foz do Iguaçu, pois foi formada e desenvolvida fundamentalmente pelas famílias do país vizinho. Esse foi o caso da família de Remígio Giménez, militante do partido Liberal que também integrou as fileiras do 14 de Mayo na década de 1950.

A queda do grupo de Remígio se dá um pouco antes da fuga do agrupamento em que estava Luis Giménez Chávez, pai de Margarita. Concomitante a este episódio da prisão dos militantes em Peña Hermosa, no interior da Argentina um outro agrupamento arquitetava uma última investida armada pelo Rio Paraná. Liderada por Juan José Rotela, principal líder do movimento, a coluna “Libertad” terminou por ser dizimada em maio de 1960 (NICKSON, 2004). Meses depois, sem informações sobre o desfecho da investida, um grupo isolado de oito guerrilheiros entra em ação saindo do interior da província de Misiones com direção a Puerto Iguazu, de onde cruzaram para o Paraguai. A intenção era prestar apoio ao grupo de Rotela, sem saber que neste momento a maioria de seus integrantes estavam presos ou mortos. Segundo Andrew Nickson, nessa incursão, sem apoio logístico e com grandes dificuldades em planificar as ações, o grupo termina cruzando para o Brasil pelo estado do Mato Grosso do Sul, em uma região próxima ao município de Paranhos, onde buscavam reagruparem-se com membros exilados do movimento, mudando completamente os rumos inicialmente planejados. No entanto, a estadia do grupo duraria pouco tempo na cidade, pois logo após cruzarem para o Brasil foram delatados por oficiais municipais. O autor comenta o desfecho do plano mal sucedido:

Engañados al creer que les iban a traspasar al custodio de las fuerzas militares brasileñas para su propia protección, en altas horas de la nochebuena fueron llevados en camión a un camino vecinal en las afueras de Paranhos. Al bajarse, un escuadrón de la muerte enviado por el ejército paraguayo les tiroteó (NICKSON, 2004, p.32).

Deste episódio, ocorrido em 24 de dezembro, que ficou posteriormente conhecido como “La masacre de nochebuena” (CUEVAS, 2002), sobreviveram apenas Remígio Giménez e um outro militante do PLRA chamado Antonio Arce. Giménez também protagonizou mais tarde um dos casos emblemáticos de cooperação entre as ditaduras quando, vivendo como exilado no Brasil, foi entregue em 1978 para a polícia paraguaia. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEV-PR) a filha de Remígio, Domiciana Giménez, resgata as memórias do pai sobre a trágica noite em que ele e seus companheiros do 14 de Mayo foram levados para uma emboscada na fronteira entre os dois países.

Então carregaram eles em uma camioneta, um amarrado no outro de dois em dois, que eram oito pessoas. E foram no mato, ali mandaram eles descer e cada um que descia já tomava os tiros né, caía um pra cá e outro pra lá. Meu pai por milagre conseguiu soltar as mãos e correu pro mato, tomou um tiro no rosto, mas correu pro mato, amanheceu no mato e o outro que ficou mal, ferido, não morreu ali onde mataram os outros e se salvou também. Depois disso ele andou por São Paulo, não vinha aqui na fronteira, de medo também porque aqui era muito perseguido. (*Domiciana Giménez, 73 anos, exilada em 1963*).

Domiciana mudou-se aos 14 anos de idade com a mãe e os irmãos para Foz do Iguaçu no início da década de 1960. Nesta época o pai vivia na clandestinidade e sob hipótese alguma poderia retornar ao Paraguai, pois até mesmo estar perto da fronteira era um grande risco após as últimas tentativas de ação da guerrilha. Remígio Giménez passou mais de 10 anos repetindo um trajeto de ida e volta de São Paulo (onde trabalhava na construção civil) a Foz do Iguaçu para, entre largos períodos de tempo, poder rever a família.

Vimos pra cá porque nós morávamos no Paraguai em uma cidadezinha chamada Mbocayatu, minha mãe trouxe os sete filhos que tinha na época, trouxemos em bolsa branca nossas roupas, porque até ali nós não tinha nada, viemos só por destino. E meu pai como não podia ficar com nós, porque aqui é fronteira e ele não podia ficar muito tempo aqui, ia pra São Paulo e voltava. (*Domiciana Giménez, 73 anos, exilada em 1963*).

Em uma de suas vindas à fronteira, no ano de 1978, Remígio foi abordado

por uma viatura da Polícia Federal brasileira próximo à Ponte da Amizade e trasladado a uma delegacia de Puerto Presidente Stroessner. Com um histórico de militância em movimentos de resistência armada, era um alvo de interesse de ambos os regimes militares, brasileiro e paraguaio. Nesse sentido, a cooperação para sua captura foi estabelecida com base em acusações inicialmente de subversão e terrorismo e, posteriormente, elaboraram-se acusações de roubo e tráfico de drogas. Com isso, buscavam “passar a ideia de que se tratava, ora de um criminoso político no Paraguai, ora de um criminoso comum no Brasil” (CEV-PR, 2014, p. 124). A partir das denúncias que começaram a surgir na imprensa internacional a respeito do caso de Remígio, documentos<sup>43</sup> produzidos pela polícia brasileira tratavam de negar o envolvimento da polícia federal com seu sequestro em solo brasileiro. Preso em dezembro de 1978, foi levado para o *Tercer Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital*, em Asunción, onde foram oficializadas as acusações que chegam a citar os episódios de 1959 e a fuga após o massacre ao grupo do 14 de Mayo. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, em seu relatório final, ressalta que:

Tais acusações, obtidas segundo testemunho de Remígio, sob intensas sessões de tortura, ignoram por completo o fato de que o mesmo havia se radicado em solo brasileiro desde os dramáticos eventos ocorridos no massacre de 1959 e que permaneceu trabalhando em atividades braçais humildes, inclusive com carteira de trabalho registrada, na cidade de São Paulo. (CEV-PR, 2014, p.132).

Em total, passando por quatro centros de detenção distintos, e ficando o maior período recluso no presídio de Tacumbu, Remígio ficou detido por 11 anos, obtendo liberdade apenas em agosto de 1989. Durante esse tempo, esteve totalmente incomunicável em alguns períodos e chegou a realizar uma greve de fome em 1986. O caso tomou repercussão internacional possibilitando a intervenção da Anistia Internacional que ajudou a pressionar por cuidados médicos, alimentos e pela liberdade de Giménez. Em Foz do Iguaçu foram realizadas manifestações em frente ao consulado paraguaio em mais de uma ocasião. O Jornal Nosso Tempo publicou reportagem<sup>44</sup> em fevereiro de 1986

---

<sup>43</sup> Ver anexo 06.

<sup>44</sup> Ver em anexo 05 reportagem completa.

onde relatava:

Na última terça-feira, em novo ato pela libertação de Giménez, um grupo de pessoas representando o PMDB, PDT, Diretório Acadêmico da Facisa, Centro Cultural Árabe Umefi e Comitê Latinoamericano de Solidariedade, fez uma jornada de jejum na praça da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Paraguaio e brasileiros reuniram-se em vigília às 8 horas e encerraram o ato com um culto religioso conduzido pelo padre Germano Lauck, da Paróquia São João Batista. Durante o dia, os manifestantes distribuíram panfletos relatando a situação de Giménez e ostentaram faixas e cartazes informando aos que passavam pelo local o motivo do jejum e da vigília. A manifestação teria ocorrido sem incidentes, não fosse a interferência do presidente da Câmara de Vereadores, Perci Lima<sup>45</sup>, que chamou a polícia e exigiu a retirada do material exposto na praça. Ao culto compareceram dezenas de pessoas, entre elas muitos paraguaio residentes em Foz do Iguaçu – alguns deles com amargas experiências vividas nas mãos da repressão do regime de Stroessner. Antes do encerramento do ato religioso, o padre celebrante convidou os presentes para que falassem de suas experiências (NOSSO TEMPO, 1986, p.04).

Estas mobilizações foram pautadas pelos grupos políticos organizados na cidade, que anteriormente já haviam articulado as edições das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio, eventos que vamos tratar no terceiro capítulo deste trabalho.

Dentre os militantes brasileiros que articulavam ações de solidariedade e denúncia junto aos exilados paraguaio estava Aluizio Palmar, jornalista e militante que na época foi um dos fundadores do semanário Nosso Tempo. Palmar havia mudado para a fronteira inicialmente com a missão de assentar as bases de uma célula guerrilheira da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e acabou acompanhando de perto a movimentação da chegada e assentamento de exilados paraguaio em Foz do Iguaçu. Com relação a este primeiro grupo que emigrou em grande escala para a cidade, pertencente em sua grande maioria ao Partido Liberal, diferentemente do que aconteceu um pouco mais tarde com militantes exilados de outros partidos e movimentos, pesava a forte representação da luta armada. Isto fazia com que, se por um lado o momento político vivido na região exigisse o deslocamento e assentamento destas famílias

---

<sup>45</sup> Sobre a figura de Perci Lima é importante destacar, já que não tivemos a possibilidade de entrevistá-lo para este estudo, que existem relatos divergentes a respeito da sua figura e atuação no que diz respeito às atividades de solidariedade ao Paraguai que foram empreendidas na cidade. O mesmo esteve presente e inclusive foi parte da mesa de abertura da Segunda Edição da Jornada de Solidariedade ao Paraguai no ano anterior, em 1985.

na cidade, por outro, o contexto particular de polarização e enfretamento vivido pelo país vizinho repercutisse na adaptação destes sujeitos do outro lado da fronteira. Os mesmos encontravam uma entrada possível ao Brasil, mas carregavam consigo o peso da motivação política como fator migratório, o que dificultava uma estabilização no país de asilo. Entrevistado para esta pesquisa, Palmar relembra o contexto em que estavam inseridos estes exilados na cidade e o processo de adaptação que o mesmo acompanhou de perto:

Então o que acontece, quando eu chego aqui na década de 1960, eles estavam com muita dificuldade de radicação no país e havia um certo estigma. Como os liberais criaram a Frente Única de Libertação Nacional, o FULNA, e dele surgiu o Movimento Revolucionário 14 de Maio, e foram todos eles assassinados, exceto três, e esses três vieram pra Foz... os três eu conheci e trabalhavam de pedreiros, de mestre da construção civil. E eram bons pedreiros, a melhor mão de obra da construção civil. Então o estigma do liberal, era o estigma de subversão. Se você vai nos documentos da ditadura, documentos da Polícia Federal, você vai ver o controle focado nos liberais. Reuniões que eles faziam de vez em quando, um baile, uma dança, uma festa de aniversário ou um casamento, tudo era controlado, e você encontra nos relatórios, até festinha de 15 anos dos liberais falavam que era subversiva, e alguns colorados também passaram a ser controlados mais para frente (*Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia*).

Palmar também foi depoente na audiência da CEV-PR que ouviu Domiciana Giménez. A audiência em questão, que abordou as violações de direitos cometidas na região oeste do Paraná, ouviu ainda outros perseguidos políticos e filhos de exilados que haviam sido vítimas da cooperação entre as ditaduras brasileira e paraguaia. Nos relatos dos filhos, o denominador comum foi as marcas que o estigma de “guerrilheiro” ou “subversivo” deixava impresso nos pais e como isso afetava toda a família. Os filhos dos sujeitos exilados carregam por si só uma memória difícil da experiência migratória forçada. São, como afirma Cossi (2012):

Herederos de una memoria del horror (...) por ello, se esfuerzan por recoger los fragmentos de sus historias familiares y por reconstruir así una memoria que les permita librarse de un sentimiento frecuente de culpabilidad, por no estar a la altura del sufrimiento de sus padres idealizados y heroizados o, rechazados y despreciados (COSSI, 2012, p.16).

Na situação dos exilados paraguaios e seus filhos a questão temporal da ditadura paraguaia e sua longa duração agravou ainda mais as dificuldades

enfrentadas. No caso de Domiciana, retirou o pai do convívio familiar por vários anos, deixando não somente a ausência como também o fardo do preconceito nos anos em que ainda viviam no Paraguai e, mesmo no exílio, onde pesava sobre Remígio a acusação de comunista e até mesmo de terrorista, como foi acusado formalmente ao ser preso em 1978.

A gente perde muita coisa quando o pai da gente é guerrilheiro, como eles falavam. Você não é ninguém, ninguém te considera, você é apontada com os dedos, e tudo isso dói muito, e tudo isso você não esquece, você fica marcado pelo resto da vida. Nem que você queira, não sai da tua memória. Às vezes eu deito e começo a pensar em tudo o que a gente passou. Nós passamos muita coisa, não digo que passamos fome, porque a minha mãe é muito trabalhadora, trabalhou com costura dia e noite e nós ajudando ela desde os nove anos vendendo mercadoria que meu pai trazia de São Paulo. Meu irmão que nasceu no Brasil acabou sofrendo porque meu pai nunca mais ficou com a gente, ele ia e voltava porque aqui na fronteira não tinha nenhum resguardo, você podia ir e não voltar do mesmo jeito, então ele tinha muito medo. O problema era esse, que ele não podia ficar com a gente aqui em Foz, e no Paraguai não tinha condição, não tinha recurso, aqui a gente se virava mais. (*Domiciana Giménez, 73 anos, exilada em 1963*).

Ao analisar as experiências daqueles que chegaram a Foz do Iguaçu nesta primeira onda migratória do regime stronista, entre relatos de vivências heterogêneas, notamos padrões onde essa escolha unia algumas principais motivações. Por um lado estava o desejo de permanecerem próximos do seu país, com vistas a qualquer possibilidade iminente de retorno. O Brasil, ainda com um regime democrático, propiciava até certo ponto a segurança ao pisar em solo estrangeiro, ao mesmo tempo em que o estar na fronteira possibilitava a manutenção de alguns hábitos e costumes, como veremos mais adiante. De outro lado estava a possibilidade de “camuflar-se” em meio ao mercado de trabalho informal em uma cidade e região que se encontrava em total expansão. Para este último propósito, os demais grupos de imigrantes que chegavam a Foz do Iguaçu ajudavam aumentando o contingente populacional e incrementando o contexto de crescimento da região, a exemplo da migração árabe, que a partir de 1950 começa a criar corpos de massividade, e asiática de chineses e coreanos, que no final da década de 1970 já ampliava a diversidade étnica no município. Portanto, rearmar a casa e a vida em meio ao grande número de trabalhadores migrantes da região, se constituía também em uma estratégia de

sobrevivência para despistar a repressão. O quadro abaixo ilustra o rápido crescimento populacional em Foz do Iguaçu, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960 e, mais tarde, entre 1970 e 1980 com o exponencial aumento em função da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Censos	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Município	População	População	População	População	População	População
Foz do Iguaçu	12.010	28.212	28.060	124.789	190.115	258.543

*Tabela 2 - Censo populacional de Foz do Iguaçu, período de 1950 a 2000*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O fator econômico, como anteriormente citado, foi também um dos pivôs da escolha de destino. Para os exilados que se dirigiram para a Argentina estava a possibilidade de integrar-se ao mercado de trabalho e atuar, em alguns casos, na profissão que estavam habilitados para exercer no Paraguai. Esse foi principalmente o caso de médicos e profissionais da saúde que deixaram o país e puderam inserir-se no mercado de trabalho do país vizinho. Essa não era uma possibilidade para a grande maioria daqueles que se dirigiram ao Brasil, principalmente pela questão do idioma, portanto, dedicaram-se a trabalhar em setores como a construção civil e comércio local, mercados em expansão na região. Neste último setor, somavam-se às dinâmicas de transporte e revenda de mercadorias do outro lado da fronteira. A localização estratégica, somada a baixa fiscalização na época, permitia a prática da comercialização de produtos diversos, comprados por um preço e revendidos por outro do outro lado da fronteira.

Uma senhora nos ensinou a ir na Argentina, fazer compras lá e vender aqui. Isso nós fizemos por muitos anos, porque não tinha repressão, tinha uma certa quantidade que se podia trazer, e a gente sempre trazia um pouquinho mais. E isso ajudava na manutenção da casa e o dinheiro que o marido ganhava ficava livre. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

A prática relatada no depoimento de Margarita, diariamente empreendida por milhares de moradores na fronteira até hoje, já era comum inclusive antes

da chegada destes imigrantes exilados em Foz do Iguaçu. Porém, neste momento se constituiu como um novo vínculo com a cidade e com novas estratégias que se tornariam rotineiras, viabilizando a criação dos filhos e a subsistência da família.

### **2.3 Colorados e Liberais no exílio**

Uma das características do regime stronista foi a perseguição sistemática a qualquer pensamento divergente ao de Stroessner e sua cúpula de mando. Essa radicalidade incluiu os membros da própria ANR que não aceitaram as medidas postas em marcha pelo governo. Desse modo, uma ala encabeçada por quadros destacados, como Epifanio Mendez Fleitas, que já se encontrava exilado desde 1956, e outro setor pertencente à Junta do governo, exigiu em março de 1959:

(...) la renuncia del gobierno, la derogación del estado de sitio, el restablecimiento de la libertad de prensa, una amnistía para los perseguidos y la convocatoria de la asamblea nacional constituyente. Surgía así dentro del partido oficial una corriente que en breve se organizaría bajo la denominación de Movimiento Popular Colorado. (DÍAZ DE ARCE, 1986, p.366).

Integraram este movimento muitos dos exilados que partiram para o Brasil antes e após o recrudescimento do regime neste período. Em Foz do Iguaçu o MOPOCO mantinha uma atividade frequente de reuniões pautadas na denúncia do governo stronista. Essas denúncias carregavam um teor crítico da dissidência partidária, do desacordo advindo da experiência de quem outrora havia pertencido ao partido. Por este motivo foram intensamente vigiados durante o exílio, visto que uma das estratégias do stronismo foi a de conter completamente qualquer possibilidade de golpe no seio do Partido Colorado. Assim, na maioria dos casos, ainda que houvesse exceções, o perfil do exilado que militava no MOPOCO era de sujeitos que em algum momento do passado possuíram algum cargo de mando ou posição política de destaque dentro do Partido. Sobre o modo organizativo do movimento, a historiadora Evelin Wellbach considera que:



El MOPOCO, con la mayoría de sus miembros en el exilio, se organizó por medio de Comisiones Directivas en los países donde se habían refugiado, Brasil, Uruguay y Argentina. (...) Dado sus orígenes contestatarios este grupo planteaba críticas a la dirigencia del Partido Colorado, pero sobre todo al dictador y a las medidas tomadas en cuanto a la economía, la salud y la falta de libertades (WELLBACH, 2012, p.07)

Nomes como Aníbal Abatte Soley, Alejandro Stumpfs, Cesar Cabral e Rodolfo Mongelos ficaram conhecidos durante esse período em decorrência da perseguição política que sofreram orquestrada em conjunto pelas ditaduras brasileira e paraguaia. Em 1974 os quatro foram sequestrados em diferentes pontos da cidade e levados para um centro do exército no estado de Goiás, onde ficaram detidos por 24 dias. A liberação dos mesmos foi possível devido à grande mobilização realizada em Foz do Iguaçu que acabou tomando repercussão na imprensa regional<sup>46</sup>. Por se tratarem de comerciantes e empresários importantes que já moravam há quase 15 anos na cidade, alguns representantes do Lions Club (do qual Soley era presidente), do Rotary Club, da Câmara de Comércio e de um centro de Advogados, formaram uma comissão que se deslocou até Brasília para interceder pelo caso. Ao movimento gerado na cidade, somou-se a pressão internacional através do posicionamento da Anistia Internacional. A liberdade dos quatro militantes foi negociada com o governo com restrições categóricas que os mesmos deveriam cumprir. Primeiramente foram obrigados a assinar declarações que retiravam a responsabilidade do exército brasileiro sobre o sequestro que haviam sofrido e onde, contraditoriamente, a operação figurava como um resgate dos quatro militantes. Também foram proibidos de estarem próximos de uma faixa de 60 km da fronteira com o Paraguai pelo prazo de dois anos.

Stroessner estava para vir a Foz cortar a fita da Itaipu, inaugurar algo, então, toda vez que o Stroessner vinha, os paraguaios que eram exilados políticos, eram ou presos ou tinham que sair da fronteira, e dessa vez não foram nem presos oficialmente, nem retirados da fronteira, foram sequestrados e levados em quatro carros, clandestinamente, sem ordem de prisão, no meio da madrugada. (*Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia*).

---

<sup>46</sup> Ver anexo 06.

Outro nome de referência do MOPOCO no exílio foi o do médico Agustín Goiburú, vítima de um dos casos emblemáticos da ditadura stronista, também decorrente da cooperação entre as ditaduras latino-americanas no marco da Operação Condor. O informe<sup>47</sup> 031/76 da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, de 15 de dezembro de 1976, por exemplo, refere-se à autorização de agentes da AESI para segui-lo durante as visitas que o médico costumava fazer a amigos do lado brasileiro da Tríplice Fronteira. Como um dos alvos prioritários da ditadura paraguaia, Goiburú foi preso duas vezes pela polícia de Stroessner, conseguindo escapar da primeira vez com a ajuda dos correligionários. Dentre eles estava Rigoberto Leguizamón, paraguaio exilado em Foz do Iguaçu em duas oportunidades, 1960 e 1974.

Aí tínhamos esse grupo em formação, éramos uns vinte. E foram escalados os que iam ajudar na saída do Goiburú, porque ele estava cavando um túnel para sair. Bueno, se hizo a operação de resgate, e eu atuei como motorista, como chofer né. E um dos companheiros, vestido de policial, foi lá e falou com o guarda para poder entreter o pessoal lá, e o outro buscando o espaço por onde iam sair. Isso foi a operação, saíram cinco pessoas. O problema era para onde se levava essas pessoas, aí se conseguiram amigos e parentes. (*Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO*).

Natural de Paso de la Patria, distrito do departamento de Ñeembucú que faz divisa com a Argentina, Rigoberto migrou aos 20 anos de idade para o Brasil primeiramente por uma forte motivação econômica. Chegando na cidade trabalhou em diversos setores e durante algum tempo se somou à dinâmica da venda de mercadorias que chegavam pelo antigo porto da cidade.

Eu vim em julho de 1960, eu tinha um parente aqui que me deu serviço pra trabalhar. É que no Paraguai se você não era empregado público ou algo assim...se era pobre não tinha condições, não tem fábrica, não tem fonte de trabalho. Lá é mais funcionário público que qualquer coisa e ainda tinha que ser colorado. Quando cheguei aqui trabalhava em lojas, essa era a atividade maior. Depois de 9 anos eu já tinha dois filhos, já estava com a Blanca, minha esposa. Não foi fácil...não foi fácil porque o serviço que tinha, aqui nesses anos assim vinha todo dia no antigo porto oficial, não tinha a ponte ainda, e se passava de canoa, lancha. E passava de presidente Franco, oito horas abria o porto e você via a fila lá do porto até o centro, na avenida Brasil, um atrás do outro, todos os dias. (*Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO*).

---

<sup>47</sup> Ver anexo 07.

Em 1969, já casado e com duas filhas nascidas no Brasil, decide voltar ao Paraguai, onde ele e a esposa alugam um espaço e montam um pequeno restaurante no bairro San Antônio, em Asunción. O lugar, que prosperou durante algum tempo, funcionava como uma pequena rodoviária da linha de transporte Caacupé. Nesse momento, os rumos da vida foram aproximando Rigoberto da militância de esquerda no Paraguai, o que o levou a participar da operação de resgate dos integrantes do MOPOCO. Sobre esta aproximação, Rigoberto menciona: “Levava a vida, mas eu comecei a ler algumas coisas, a ter amizades com muita gente, e lá formamos um grupo de esquerda, porque a esquerda lá... quem era de partidos estavam todos presos”. O grupo citado por Rigoberto fez parte do operativo de resgate de Augustin Goiburú que pôde ser realizado com sucesso. Porém, após a fuga do médico paraguaio, um dos integrantes da operação foi capturado em uma armadilha orquestrada por agentes da repressão e, na sequência, todo o grupo envolvido acabou sendo preso.

Ele (Goiburú) saiu, e treze dias depois eles entraram na embaixada do Chile, depois de trinta dias ainda não haviam conseguido a licença para viajar. Nesse momento, fazendo trinta dias, um daqueles que saiu, um tal Lopez...mostraram pra ele uma mulher lá, inventaram uma história e ele foi e prenderam ele. Levaram ele, torturaram e ele falou tudo que sabia. Aí caiu tudo. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Rigoberto ficou preso durante três anos, inicialmente no Departamento de Investigaciones e posteriormente trasladado para a 4ª Comisaría de la capital. Durante esse período o negócio construído pela família foi saqueado por agentes da polícia. Desta forma, sem recursos e sob a mira da repressão, a esposa e as filhas de Rigoberto retornam a Foz do Iguaçu. No dia da detenção, foi levado de sua casa na presença das filhas, que em algumas ocasiões puderam também visitá-lo na prisão, eventos que ficaram marcados para toda a família.

Uma estava com três anos acho e a outra estava com sete. O que mais me impressionou uma vez foi a menor, eu pedi pra ver minha filha na guarda e permitiram ela entrar, mas eu estava barbudo e tinha uma corrente no pé. Ela tinha três anos, e isso ficou marcado pra ela. Mesmo a mais velha, na hora que me prenderam, porque foi de dia, de manhã na minha casa, a mais velha lembra bem desse dia, da hora que me prenderam. Claro que aí só te prendem né, mas depois te levam pra pileta, picana elétrica, te surram. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Após a fuga, Agustín Goiburú passou a ser um dos opositores mais buscados pela ditadura. Perseguido na cidade de Posadas na Argentina, onde vivia o exílio junto da família, foi sequestrado no dia 9 de fevereiro de 1977 e levado clandestinamente ao prédio do Departamento de Investigações da Polícia de Asunción. O médico paraguaio nunca mais foi visto nem seu corpo encontrado, segue sendo um dos tantos casos de desaparecidos políticos nunca investigado pelo Estado paraguaio.

Fora das listas de nomes de exilados e militantes conhecidos, ou que obtiveram visibilidade de alguma forma, estão aqueles que dentro dos movimentos, atuando na clandestinidade política ou ainda no anonimato da história, contribuíram com sua militância e se arriscaram pela causa da democratização e da volta dos exilados ao Paraguai. Rigoberto faz parte deste grupo de pessoas que não aparecem na escrita deste período até hoje. “Muitos de nós ficamos conhecidos porque participamos nessa operação. Se você falava Rigoberto ninguém conhecia, mas se falava que ele estava preso por causa do Goiburú, sim (risos)”.

A ANR e o Partido Liberal foram historicamente as maiores forças políticas do Paraguai, ambos fundados em 1887. No exílio em Foz do Iguaçu, foram também as que estiveram mais presentes em número de militantes, fato que levou esses militantes a conviverem e empreenderem lutas conjuntas pela democratização do país. Essa convivência aparece nos depoimentos coletados pela pesquisa de duas formas, hora descrita como harmoniosa, superando diferenças em prol de uma causa única; hora referida através de comparações que ressaltam essas diferenças ou “vantagens” nos processos de adaptação no espaço exilar.

Tinha até uma convivência mais ou menos, mas estava mais presente o MOPOCO, estava mais na luta, mais atuante. Os liberais eles já vieram antes, quando nós chegamos eles já estavam ambientados aqui. Agora, o MOPOCO era o que mais estava na mira porque era formado por exilados que queriam voltar de qualquer maneira, e eram mais novos na cidade. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Lá no Paraguai que se perseguiram os liberais. O colorado não aceitava o liberal junto, estavam separados, e aqui não, era uma família todo mundo, porque aqui tinha e tem bastante paraguaio, bastante mesmo. *(Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal).*

Nesse sentido nos interessa pontuar como o exílio foi um espaço único, ao mesmo tempo que de tensões entre as diferentes correntes políticas, também de aproximação entre os militantes dos diferentes partidos e movimentos que se encontraram em Foz do Iguaçu. No Paraguai a tradição partidária esteve ao longo de sua história recente muito ligada a agrupamentos familiares, esse fato fomentou não somente a disputa entre os mesmos, como fez com que, segundo Goiris:

Os confrontos políticos fossem muito acirrados e ressentidos, já que não incluíam apenas fatores doutrinários ou ideológicos, mas também envolviam relações de consangüinidade. Isso serve para explicar por que é muito comum até os dias de hoje a menção de que determinada família pertence ao Partido Liberal enquanto outra estaria do lado do seu secular adversário, o Partido Colorado (GOIRIS, 1996. p.56).

Essa tradição partidária passada de geração para geração seguiu sendo transmitida pelos exilados aos seus filhos. Mesmo após anos vivendo no Brasil, seguem reafirmando suas convicções político-partidárias: “Meu pai era membro do partido liberal, meus irmãos também, e até agora somos liberais. Uma vez liberal, liberal por siempre (risos)”, afirma Alcía Morales.

Os processos de dissidências dentro destes partidos também se explicam por elementos desta tradição. No caso do Partido Colorado a criação do MOPOCO foi uma via de institucionalização da oposição, da mesma forma que a Associação Nacional Republicana no Exílio e Resistência (ANRER), ambas formadas por paraguaios exilados na Argentina. Estas organizações fundamentaram-se em oposição ao estado de exceção implementado pelo stronismo, sem abdicar da linha ideológica da ANR. Sobre essa tradição observada na atuação política dos exilados paraguaios, Palmar observa:

Acontece que quem é colorado, é colorado a vida toda, não troca de partido, o filho, o neto, tudo é colorado. Liberal é liberal, da mesma forma, não troca de partido. Então eles não saíram do partido colorado, eles criaram um movimento popular colorado. *(Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia).*

Já dentro do Partido Liberal houve três principais dissidências que conformaram um processo de reorganização durante o regime de Stroessner. O primeiro em 1966 quando se forma o PLR (Partido Liberal Radical), dissidência que se conforma em protesto à participação do partido nas eleições promovidas pelo governo e, apesar de adotar uma posição contrária à legitimação de uma fachada democrática empregada pelo stronismo, finalmente integra a cenário eleitoral. O segundo grupo dissidente é formado em 1978 com a criação do PLRA, quando setores influentes do partido promovem uma nova divisão baseada principalmente em posições políticas contestadoras (GOIRIS, 1996). O PLRA nunca chegou a ser reconhecido legalmente pelo regime militar de Stroessner, e seu principal quadro Domingo Laíno, foi intensamente vigiado durante o exílio.

## 2.4 A segunda chegada de exilados e a Operação Condor na fronteira

*Allí donde había un exilado paraguayo  
parecia haber siempre alguien dispuesto a informar sobre él.*

*(Alfredo Boccia Paz)*

Os relatos dos exilados entrevistados pela pesquisa dão base para elaborar um contexto da fronteira em alguns momentos pontuais durante o período como, por exemplo, um antes e um depois do golpe militar de 1976 na Argentina; um antes e um depois das ações orquestradas pela Operação Condor; e finalmente, enquanto ainda se vivia o regime no Paraguai, um antes e depois da redemocratização nos dois países vizinhos (Argentina e Brasil). Neste tópico, buscaremos pontuar estes diferentes contextos, trabalhando mais a fundo os acontecimentos que marcaram a vida destes exilados em Foz do Iguaçu a partir das ações coordenadas pelas ditaduras que aprofundaram severamente o grau de repressão na segunda metade da década de 1970. Ao mesmo tempo, dentro desses contextos buscaremos pensar este território fronteiriço, observando os sentidos e usos políticos dados ao mesmo.

No início dos anos 1960 a realidade política na Argentina era inconstante, visto o contexto de tensão vigente desde o golpe de 1955 pelo receio das forças opositoras à volta do peronismo. Os breves períodos em que se realizaram tentativas de retomada do processo democrático foram interrompidos por golpes militares em 1962, 1966 e 1976 (QUESADA, 2001). Até a primeira metade da década de 1970 transcorreram anos de intensas disputas e instabilidade no país que, no entanto, não afetaram diretamente no fluxo migratório de paraguaios. Um dos motivos para que isso ocorresse seria o fato de que o Paraguai seguia um rumo de aproximação política e econômica em afinação com o Brasil e relativo afastamento em relação à Argentina (DORATIOTO, 2014), o que poderia ter ajudado a manter uma visão da Argentina como um país receptor e que não apresentava visível cooperação no âmbito repressivo com a ditadura de Stroessner. Este fluxo de exilados paraguaios, portanto, continuou sendo fluído durante os anos que se seguiram, o que se repetia com menos intensidade para

o Brasil. Porém, foi em 1976 que a conjuntura política da Argentina propiciou um cese parcial desse fluxo com o golpe militar que retirou María Estela Martínez de Perón da presidência e deu início, nas palavras de María Soledad Catoggio, a “la experiencia más cruenta, en materia de violaciones a los derechos humanos, del Cono Sur de América Latina” (CATOGGIO, 2010, p.01). A partir dessa data, associado às medidas repressivas que atingiram indistintamente militantes argentinos e exilados políticos que se encontravam no país, está a mudança na política econômica que também irá restringir a escolha da Argentina como possível asilo político, visto que as possibilidades de inserção laboral (motivação histórica da migração paraguaia no país) já se veriam dificultadas pelos próximos anos, como descreve o sociólogo argentino Sebastián Bruno:

La irrupción del gobierno militar en 1976, significa no sólo un cambio en las condiciones políticas (asemejando un clima de persecución análogo al de los países limítrofes), sino también el comienzo de un proceso de desindustrialización y la correspondiente terciarización de la economía (...). En cuanto a bolivianos y paraguayos en el área metropolitana, los cambios en el mercado de trabajo operados a partir de allí condicionaron aún más las posibilidades de movilidad laboral de los migrantes, circunscriptos al área de la construcción, el servicio doméstico y el comercio minorista informal. (BRUNO, 2012, p.02)

A política migratória adotada pelo governo militar na Argentina também se consolidou como um fator que contribuiu para o “fechamento” do país aos exilados paraguaios. A partir da assunção do ditador Jorge Rafael Videla, as restrições que se estabelecem quanto à entrada de imigrantes no país, ademais de estarem baseadas nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, empregados pelos demais regimes militares da região, também estavam ligadas a valorização de um perfil específico de cidadão que representasse o “ser nacional”. Desta forma, esta política se baseou em diretrizes que:

a) establecen las características culturales deseables que debería comportar aquél que quisiera incorporarse a la sociedad argentina siendo extranjero; b) se intenta diseñar una fuerte política de protección y persecución de los “indeseables”, a través de la penalización del ingreso irregular, la obligatoriedad de la denuncia de la presencia de ilegales en todo organismo público, la denegatoria de uso de los servicios públicos (como la salud y la escolarización), etc. Estas medidas contienen las nociones de la composición social que pretendía perpetuar el gobierno militar. (...) En las construcciones nacionales que se refuerzan a partir de la figura del migrante son marcados los efectos que el modelo migratorio de la dictadura pretendía producir al nutrirse de múltiples enemigos: por un lado, el inmigrante limítrofe -en tanto



aquel otro "enemigo externo" que atentaba culturalmente contra las bases (ficticias) sobre las que se asentaba la nación-; por otro, el "enemigo interno", representado por el "subversivo" que desafiaba los presupuestos ideológicos impuestos por el régimen al que por consiguiente había que exterminar o expulsar. A partir de este momento se funda una lógica particular para elaborar políticas migratorias que involucra, además de una preocupación creciente en torno a la seguridad interior y exterior, un modelo migratorio que abarca el plano ético, sociojurídico, normativo, político y social. (NEJAMKIS, 2016, p.26).

Assim sendo, aqueles que saíram do Paraguai na segunda metade da década de 1970, encontraram a necessidade de buscar novos destinos de refúgio e de recomeço. No caso do Brasil como opção de asilo político, alguns momentos específicos foram “facilitados” para esta escolha. Na década passada, como visto anteriormente, com a chegada de Jânio Quadros à presidência, por exemplo, alguns dos perseguidos que fugiram do presídio de Peña Hermosa puderam encontrar proteção política em solo brasileiro. Porém, em 1964 o Brasil também sofre um golpe militar, alinhando o país a uma política anticomunista e de repressão aos setores de esquerda. Nos primeiros anos de governo militar, no entanto, não foram registrados pelos depoimentos ou documentos disponíveis até o momento, casos de repressão ou vigilância a exilados de outros países. Entendemos que esse vazio informativo quanto à realidade destes exilados no que diz respeito à vigilância por parte dos órgãos da repressão nesse período, se deve ao fato de que muitos destes se mantiveram na clandestinidade e sem realizar atividades políticas por algum tempo após chegarem ao Brasil e somente se rearticularam abertamente em momentos em que a conjuntura política da região já demonstrava possíveis mudanças.

A repressão ajudou que a gente ficasse fora da militância por um bom tempo e depois trabalhando também...estávamos fora, do contexto digamos, porque a gente não podia militar, não tinha como, já estava clandestinamente, era mais o sentido de sobreviver. E claro, com o grupo de paraguaios fazíamos solidariedade com os que sofriam a repressão, era o pouco que nós fazíamos, era mais para solidarizar-nos com quem estava lá lutando. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Também se tratavam de anos anteriores ao recrudescimento do regime brasileiro, que no final da década de 1960 seria ainda mais endurecido sob o

mandato de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Eram anos em que vigorava o Ato Institucional número 5, dando plenos poderes ao regime, ao mesmo tempo em que o país vivia o ilusório crescimento do milagre econômico. Na fronteira, o início das obras da Itaipu acelerava o aumento populacional e já delineavam o contexto de ebulição econômica e social da região dos próximos anos. No entanto, foi durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) onde se intensificaram os episódios de perseguição e vigilância aos estrangeiros com histórico de militância política nos países vizinhos, fossem esses legalmente asilados políticos ou não. Durante este período o contexto regional também se conformava favorável ao aumento dos sistemas repressivos, visto que todos os países do Cone Sul já se encontravam sob regimes militares.

A partir de 1975 começam a aparecer casos mais explícitos de colaboração entre as ditaduras, o que mais tarde sairia à luz como Operação Condor. Foram durante os cinco anos que se seguiram em que mais casos foram registrados, ainda que, como afirma Quadrat (2015), a Operação Condor tenha sido a culminação de um intercâmbio para a repressão que já existia entre os países que se encontravam em regimes militares durante os anos 1960 e mais fortemente durante os anos 1970. Em Foz do Iguaçu o já citado caso dos quatro militantes paraguaios sequestrados em território brasileiro é um exemplo de como os regimes militares da região já agiam em cooperação.

Essa fase de embrutecimento da violência, não aleatoriamente coincide com a segunda onda de exilados políticos que saem do Paraguai buscando refúgio em países da região. O episódio que culminou com a queda da Organização Político Militar ou Organização Primeiro de Marzo (OPM) foi o estopim de uma nova ofensiva do regime stronista que, segundo constam nos registros policiais do período, chegou a realizar somente neste episódio mais de 1.500 detenções (BOCCIA PAZ, 1997).

Criada por estudantes paraguaios a OPM começa suas atividades em 1971, embora nunca tenha chegado a realizar nenhuma ação direta contra o regime. A organização cresce até 1975, quando então recebe o primeiro golpe de desarticulação por parte da repressão. Vinculada ao movimento Montonero argentino, seu principal líder foi Juan Carlos da Costa, estudante que, assim

como outros integrantes do movimento, esteve exilado no Chile antes da queda de Salvador Allende.

Em abril de 1976 caem os primeiros militantes da organização em Encarnación, Argentina. A circunstância da captura de vários documentos encontrados com um dos membros da OPM que cruzava ao Paraguai, o estudante Carlos Brañas, permitiu ao governo encontrar rapidamente os demais integrantes da organização e estender a repressão a diversos setores da sociedade civil (CVJ, 2008). É neste momento em que os militantes que conseguem escapar dos operativos de busca realizados pela polícia stronista, veem o Brasil como rota de fuga, visto que a Argentina também já não era mais uma opção possível. Este foi o caso de Eduardo Bogado que, juntamente com seu irmão José Félix Bogado, integrava o primeiro grupo da organização a ser descoberto.

Primero yo ya había estado exiliado en Argentina en 1976 más o menos de abril a diciembre, y llegué unos días después del golpe militar y fue aquello una experiencia terrible de verdad. Yo retorné acá en Paraguay clandestinamente y después fui preso, estuve acá unos 10 meses más o menos, clandestinamente, y después fui preso. Entonces conocía lo que era la Argentina, lo que había sido la dictadura militar, y sabíamos que había una liberalización en Brasil. Entonces nosotros teníamos una opinión favorable digamos de irnos a Brasil porque gente de Brasil había intervenido en la negociación que se hizo durante nuestra huelga de hambre, particularmente un señor que se llamaba James Wright<sup>48</sup> y el cardenal Arns<sup>49</sup>, ellos intervinieron digamos en las negociaciones que concluyeron con una promesa de libertad para nosotros. Y también el Comité de Iglesias tenía conexiones con la Comisión Justicia y Paz de Brasil, entonces nos acompañó alguien del Comité de Iglesias y nos fuimos a Foz de Iguazú. (*Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978*).

Eduardo cita a relação da organização com a Igreja Católica e os exilados

---

<sup>48</sup> Foi um pastor presbiteriano brasileiro, filho de missionários estadunidenses. Após concluir os estudos nos EUA, retorna ao Brasil onde assume a direção do Instituto de Educação Presbiteriano Ponte Nova, na Bahia. Em 1968, assumiu a direção da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo. Militante dos DDHH, Wright teve seu irmão Paulo Stuart Wright vitimado pela repressão do regime militar brasileiro em 1973. Foi um dos fundadores do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul e coordenou o projeto “Brasil: Nunca Mais”.

<sup>49</sup> Cardeal brasileiro, arcebispo de São Paulo, responsável pelo surgimento da Comissão Justiça e Paz, entidade que fornecia assistência aos presos políticos e denunciava publicamente as violações cometidas pelo regime. Foi, sobretudo, uma autoridade religiosa de destaque na defesa dos Direitos Humanos.

políticos dado o contexto de mudanças dentro da própria igreja após o Concílio Vaticano II que, dentre outras posições, incentivou a atuação da igreja em defesa dos DDHH. Também em 1977 poderia-se dizer que a igreja rompe as relações institucionais com o regime militar publicando o manifesto “Exigências Cristãs de uma ordem política” (MAINWARIN, 1989). Ainda, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o trabalho mais próximo da população possibilitava uma assistência prestada pela igreja aos familiares de perseguidos políticos. O mesmo se deu através da Comissão Justiça e Paz, que acolhia exilados de outros países, principalmente os que não eram reconhecidos pelo ACNUR, e prestava auxílio aos mesmos logo da chegada ao país. No Paraguai, o Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE)<sup>50</sup> foi um dos organismos criados para intervir junto aos presos e perseguidos políticos prestando ajuda e assistência jurídica a estes. No caso dos exilados paraguaios que vieram com destino ao Brasil após o episódio da queda da OPM, muitos deles foram diretamente viver em São Paulo, onde alguns seguiram militando em função da organização.

Após o golpe recebido e a perda de vários militantes, em 1977 a OPM lança um informe onde analisa o crescimento que havia tido até ali, seguido da crise estabelecida pela descoberta de boa parte de seus integrantes. O documento com a auto-crítica do movimento também termina por cair em mãos da repressão e em 1978 a organização é completamente dizimada com a prisão dos militantes que incursionavam por uma rearticulação do movimento. Segundo relata Eduardo, os militantes que se encontravam exilados, principalmente aqueles que estavam no Brasil, durante um tempo ainda se reuniram para atividades em torno da organização e da denúncia ao governo stronista.

Hubo una otra actividad muy importante que tuvimos la gente que estuvimos en la OPM desde distintos países, creamos una revista que se llamaba “Síntesis”, entonces varias personas que estábamos ahí en San Pablo escribimos en esa revista. Y en esa revista creo que se publicó una parte de la autocrítica, se publicó también una entrevista a Nidia González Talavera que fue la numero dos de la organización, que hasta ahora vive en San Pablo. Tuvimos reuniones en torno al tema de la revista, inclusive en algunas ocasiones con compañeros que vinieron

---

<sup>50</sup> Instituição Ecumênica, sem fins de lucro, criada pelas igrejas Católica, Evangélica e Protestante em 1976 após os episódios repressivos executados pela ditadura stronista que atingiram grandes contingentes de paraguaios que viviam no campo e na cidade.

del exterior, que eran también parte de la revista. Y como siempre había controversias, divergencias, ya no me acuerdo más cuál era el motivo de la divergencia, pero recuerdo que tuvimos algunas reuniones con muchas confrontaciones de ideas en el contexto de la revista. *(Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978).*

Uma das características da OPM foi sua articulação com setores camponeses das Ligas Agrárias Cristianas, marcando um período de convergência entre vanguardas estudantis e camponesas (BOCCIA PAZ, 1997). As LAC foram um movimento que surgiu a partir dos anos 1960 com seu núcleo principal no departamento de Misiones, se estendendo com o passar do tempo para os departamentos de Paraguari, Cordillera, San Pedro, Caaguazú, Concepción y Alto Paraná. Surge da reunião de camponeses que sentiam as mudanças e a precariedade vivida no campo a partir do processo de avanço das empresas agrícolas e agropecuárias sobre o espaço das pequenas comunidades que viviam de uma agricultura de subsistência (FOGEL, 1986 apud ASERETTO, 2001). A partir de reivindicações comuns e práticas de ajuda mútua, diversas ações são empreendidas dentro do movimento, a exemplo das Escuelitas Campesinas, que foram escolas criadas no campo aplicando metodologias de ensino que aproximavam os alunos de sua própria realidade, a exemplo da metodologia Freireana. Segundo a CVJ, as Escuelitas Campesinas representavam “la creación de formas educativas propias, creando escuelas donde no existían oportunidades de educación (...) fueron un ejemplo práctico de educación concientizadora” (CVJ, Tomo V, 2008, p.155).

Dentro deste movimento camponês, Constantino Coronel foi o quadro político de maior vinculação com a OPM e já na primeira queda da organização foi morto em enfrentamento com a polícia stronista. Em decorrência deste operativo criado em torno da busca por desarticular completamente a organização, no final do mês de abril ocorre o episódio que ficou conhecido como Páscoa Dolorosa pela data de sua ocorrência, no feriado da semana santa. Uma parte do campesinato paraguaio organizado desde o início da década de 1960 em várias localidades do departamento de Misiones, foram presos e torturados, acusados de atuarem conjuntamente com a OPM. Com o decorrer dos dias, as circunstâncias estabelecidas deram brecha para que a polícia stronista

alastrasse a onda repressiva a todos os departamentos onde atuavam as LAC, que nesse momento já contava com mais de 10.000 membros unificados na Coordinación Nacional de Bases Campesinas Cristianas (CVJ, 2008).

A partir desta data, então, com a queda da OPM e a dura perseguição que recaiu sobre os opositores do regime, principalmente sobre o movimento campesino das Ligas Agrárias, o Brasil passa a ser a principal rota de fuga. Alguns dos militantes que deixaram o Paraguai nesse momento percorreram longos caminhos de trânsito na clandestinidade, passando por vários estados brasileiros, até fixarem raízes na fronteira.

Quando chegamos em Foz do Iguaçu era pela sobrevivência né, porque a gente não tinha nada em São Paulo. A única coisa que nós tinha de valor era uma geladeira, nem cama praticamente, porque era sempre aquele “vamos embora, vamos embora”. Foi por sobrevivência, para manter os cinco filhos e nós mesmos. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Porfíria Blanco militou na Juventude Agrária Católica do Paraguai, onde chegou a ser dirigente nacional, e posteriormente integrou-se às Ligas Agrarias Cristianas. Através de sua formação no magistério, ministrava aulas em uma das Escuelitas Campesinas, na cidade de Santa Rosa, departamento de Misiones. Em 1976 seu marido, Juvencio Blanco, é preso no episódio da Pascua Dolorosa. Neste momento, Porfíria teve de buscar asilo político, pois também seguia sendo procurada pela polícia de Stroessner. Sai, então, clandestinamente do Paraguai com seus dois filhos, atravessando a fronteira até chegar em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, onde morou por dois anos, período em que o marido ficou preso no Paraguai. Após a libertação de Juvencio, os dois partem para São Paulo onde vivem por quatro anos até se mudarem para Foz do Iguaçu em 1984, onde Porfíria e os filhos vivem até hoje. Após a prisão do marido, inicia-se um duro período de fuga e luta pela sobrevivência, pois a mesma foi procurada como fugitiva e teve sua identidade divulgada até mesmo em jornais. Na busca pelo asilo político, ela relata:

Durante nove meses eu ainda fiquei andando por aí, porque eu dizia que não iria me render, que Stroessner não iria me vencer, mas aí eu saía de um lugar e a polícia chegava lá. Eu não fui presa só porque não era pra estar presa...eu com três filhos, não podia continuar lá, tinha que trabalhar para me manter e manter meu filhos. Aí se formou no Cone Sul o Comitê de Igrejas para dar um auxílio, abrigar os que

estavam sendo reprimidos, e em um dado momento onde eu não tinha mais para onde ir, porque eu tentei passar para a Argentina e não foi possível, eles me compraram a passagem. Eu estava só com a identidade e com a certidão dos meus filhos, que não eram meus (no papel), porque eu estava sendo procurada, então eu já não estava com meu nome, eu usava a certidão de outra pessoa, porque se eu andava com a minha identidade eles iam me pegar. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Ao cruzar a fronteira os exilados adentravam o país de inúmeras formas, com documentos falsos ou mesmo indocumentados e, no caso de Foz do Iguaçu, ao chegarem à cidade conseguiam em certa medida ocultar-se na dinâmica de uma região em expansão e efervescência econômica. Por outro lado, estava a trama repressiva estabelecida pelos Estados Nacionais que vigiavam a entrada e saída de estrangeiros ao mesmo tempo em que espionavam as atividades dos exilados já reconhecidos pela polícia local na cidade.

Segundo Boccia Paz (1997) a repressão desencadeada a partir dos episódios de 1976 no Paraguai serviu para fortalecer os laços militares da região concretizados a partir da Operação Condor. A repressão, neste momento, se encontrava institucionalizada em todos os países da região e esse fato traria consequências para os que buscavam refugiar-se nas fronteiras. Estes territórios, que outrora representaram uma zona de resguardo, passam a representar neste momento também uma zona de perigo. Portanto, tratar das experiências dos exilados neste local antes e depois da década de 1970, é também tratar dos sentidos dados a esse território fronteiriço e as mudanças destes sentidos em acordo ao período histórico e aos contextos locais das regiões fronteiriças. O antropólogo Alejandro Grimson (2003) considera que no período em questão existiram dois movimentos recorrentes nestes locais, onde por um lado as fronteiras eram “borradas” pela livre circulação e ação dos agentes estatais dos países envolvidos, e por outro, eram reforçadas pelas políticas repressivas que intensificam o policiamento e a vigilância para controlar a entrada e saída nestes países. Nas palavras do autor:

De modo análogo, las fugas y exilios políticos pueden existir allí donde hay un límite que separa un territorio de riesgo de un territorio de posible salvación. Al mismo tiempo, las fronteras no son estáticas. Así como la territorialidad nacional de la represión política fue suspendida por la Operación Cóndor y, en ese sentido, las fronteras desaparecieron, el efecto de esa difuminación acentuó los límites para

la acción política local transfronteriza en la medida en que contribuyó a diluir redes históricas (GRIMSON, 2003, p.226).

Em Foz do Iguaçu, à uma realidade de controle exercido pelo Estado ditatorial brasileiro que já era vivida na fronteira, soma-se a partir da segunda metade da década de 1970, também uma estrutura de investigação implementada pelas ditaduras de ambos os países. Essa estrutura contava ainda com o trabalho das agências de informação de Itaipu para obter informações sobre trabalhadores e moradores da região.

No marco da Operação Condor também foram registrados na fronteira episódios de perseguição a militantes argentinos, vide o caso de Enrique Ernesto Ruggia, estudante de 19 anos que acompanhava o grupo de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1974. Ernesto e mais cinco militantes brasileiros foram mortos em uma emboscada que ficou conhecida como Massacre do Parque Nacional, ao tentarem adentrar o Brasil pelo lado argentino da Tríplice Fronteira, onde pretendiam articular um foco guerrilheiro da organização. Também está o ocorrido com o casal Lílian Inês Goldemberg e Eduardo Gonzalo que foram ameaçados pela polícia brasileira assim que desembarcaram de uma lancha no bairro do Porto Meira, na travessia que realizavam entre Puerto Iguazú até Foz do Iguaçu. Para evitarem a prisão e a tortura, o casal se suicidou na ocasião ingerindo cianureto assim que foram abordados pela polícia (PALMAR, 2006). Ambos os casos até hoje nunca foram investigados nem pela justiça brasileira, nem pela Argentina.

A respeito da perseguição que os membros dos dois partidos de maior representação numérica no exílio, Colorados e Liberais, sofreram em Foz do Iguaçu também na década de 1970, é possível resgatar nos documentos produzidos pela polícia Federal do Estado do Paraná e também pelos informes produzidos pelas AESIs brasileira e paraguaia, a dinâmica de vigilância empreendida na cidade. Um movimento que incluía não somente os agentes oficiais como também os já mencionados *pyragues*, civis que prestavam serviço de informantes para estes organismos.

Foz de Iguazú era prácticamente el lugar de los pyrague de Stroessner.



El pyrague era tan temido en esas épocas porque daba las informaciones a los represores en forma secreta. Cualquier movimiento extraño era denunciado. Y Foz estaba lleno de delatores, era la frontera libre y para colmo había dictadura también en Brasil. (ROIG, 2008, p. 174).

A forma de operar deste sistema de delações ficou plasmada em um grande número de informes provindos de diferentes partes da região, recebidos diariamente pela polícia paraguaia, como descreve Boccia Paz:

Los movimientos guerrilleros habían sido derrotados. Internamente no existían riesgos inmediatos, pues el país estaba sumido en el temor. El enemigo estaba, más allá de las fronteras, lejos del alcance del estado de sitio, con reuniones difíciles de controlar y con fácil movilidad. Conscientes de esa dificultad Edgar L Ynsfran y Ramón Duarte Vera crearon un impresionante dispositivo de informaciones sobre las actividades de los dirigentes opositores en la Argentina, el Brasil y el Uruguay. Manuscritos en hojas de cuadernos, en papelitos, en prolijos informes dactilografiados, la información llegaba de mil formas al Departamento de Investigaciones desde Buenos Aires, Resistencia, Formosa, Foz de Iguazú, Campos Grande, Aquidauana, Montevideo, Alberdi, etc. (BOCCIA PAZ, 2014. p. 85-86).

Os documentos a seguir são exemplos de como trabalhava a rede de informantes ou *pyragues* do governo. O primeiro relatório, escrito pelo Delegado Regional de Polícia de Foz do Iguaçu, Nelson Tavares, em 2 de fevereiro de 1956 e enviado ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, Edward Rezende Pimenta, registra que um cidadão paraguaio teria ido à repartição policial e delatado seus compatriotas ao afirmar que estes estavam “conspirando e tramando uma revolução no Paraguai para subirem ao poder”. A delação se estende a exilados do lado argentino que estariam em Puerto Iguazú “com o mesmo objetivo”.



*Estado do Paraná*  
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

11°

Cópia do Ofício Secreto da 14ª Delegacia Regional de Polícia  
de Fóz do Iguaçú. ~~SECRET~~

S E C R E T O

Fóz do Iguaçú, 2 Fevereiro de 1956.

SENHOR DELEGADO:

Comunico a V.S., em caráter SECRETO E CONFIDENCIALMENTE, que um cidadão de nacionalidade paraguaia, aqui domiciliado e que pediu que seu nome ficasse sob sigilo, trouxe ao meu conhecimento o seguinte:

Que, em duas casas desta cidade, individuos de nacionalidade paraguaia e aqui residentes, pertencentes à facção política que está na oposição em seu País, estão fazendo reuniões, conspirando e tramando uma Revolução no Paraguai para subirem ao poder alijando do mesmo o PARTIDO COLORADO que é o que está "mandando".

Disse, ainda, que na vizinha cidade de "PORTO IGUAZU", na República Argentina, também está se processando o mesmo movimento de elementos paraguaios com o mesmo objetivo. Diz, êsse paraguaio, que os elementos pertencentes ao Partido Colorado e residentes nesta cidade, estão sofrendo coações e ameaças de morte por parte dos paraguaios pertencentes à facção política que quer tomar o poder, isto, se "os COLORADOS" os denunciarem às Autoridades Paraguias.

Êsse paraguaio, que se mostrava muito amedrontado, disse que queria "contar isso" ao Consul da República do Paraguai, nesta cidade, para pedir proteção, porém, não o fazia porque temia por si e pela sua família.

Procedendo investigações pessoais, de maneira reservada, apurei que realmente se realizaram duas reuniões de paraguaios, nesta cidade, todavia, não me foi possível saber o que foi tratado nessas reuniões.

Com a mais rigorosa RESERVA estou mantendo essas casas sob vigilância, porém, somente isso, me abstendo de tomar qualquer outra medida porque julgo depender de determinações expressa da Chefia de Polícia,

PT499a. 55



# Estado do Paraná

## CONTINUAÇÃO

R<sup>o</sup>~~MACC333~~

dada a repercussão que teria qualquer providência repressiva que se tomasse sem se estar solidamente estribado em fatos positivos, maximé em se tratando de uma Fronteira.

Na oportunidade apresento a V.S., meus protestos de elevada estima e mais distinta consideração.

Atenciosas Saudações.

(ass) Nelson S. Tavares

Delegado Regional de Polícia.

Ao Ilmo. Snr. Dr. Edward Rezende Pimenta.

D.D. Delegado de Ordem Política e Social.

CURITIBA

O segundo documento se trata de um informe datado de 1975, onde o chefe do Departamento de Investigações, Pastor Coronel (figura conhecida e citada por muitos presos e perseguidos políticos da época) relata no ponto 2 do informe que "Anibal Abatte, de Foz de Iguazu, hechó a patadas un informante nuestro que trabajaba en su casa" e segue descrevendo o que seriam atos suspeitos em seu entendimento, culminando com a sugestão de "alertar a todos los

organismos de seguridad pues sin lugar a dudas algo muy serio se esta preparando".

00025F 1130



## POLICIA DE LA CAPITAL

DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIONES

Asunción - Paraguay

, 3

ASUNCIÓN,  
16 DE DICIEMBRE DE 1975.

SEÑOR  
JEFE DE POLICIA DE LA CAPITAL  
GRAL. DE DIV. DON FRANCISCO A. BRITZ  
E. S. D.

TENGO EL HONOR DE DIRIGIRME A ESA  
SUPERIORIDAD A FIN DE ELEVAR EL SIGUIENTE INFORME:

1. POR INTERMEDIO DEL SEÑOR BARCHINI LLEGO HASTA MI OFICINA UNA PERSONA PARA INFORMARME LO SIGUIENTE:

QUE AYER HABIAN LLEGADO TRES AMIGOS DEL MENCIONADO INFORMANTE CON EL PROPOSITO DE ENTREVISTAR AL GRAL. RODRIGUEZ, A FIN DE FACILITARLE UNA IMPORTANTE INFORMACION Y EN VISTA DE HACERSELE TARDE Y NO PUDIENDO CONCRETARSE LA ENTREVISTA ESTOS PROPORCIONARON LA SIGUIENTE INFORMACION:

1. EL DIA DOMINGO LLEGO UNA BARCAZA A ALBERDI. POSTERIORMENTE, DE ALBERDI SIGUIO VIAJE HASTA UNA PROPIEDAD DEL DR. EDGAR INSFRAN, LLAMADO TACUATI, APROXIMADAMENTE A 25 KILOMETROS, ENTRE GABOTO Y ALBERDI. EN DICHO LUGAR, LA MENCIONADA BARCAZA DESCARGO UNA GRAN CANTIDAD DE ARMAS PERTENECIENTES A ELEMENTOS SUBVERSIVOS PARAGUAYOS. ASI MISMO, PASARON POR RESISTENCIA, CINCO CAMIONES CON ARMAS Y QUE A LA ALTURA DE BRUGUEZM HACIA TERRITORIO PARAGUAYO DESCARGARON TODAS LAS ARMAS. DI INSTRUCCIONES PARA QUE EL INFORMANTE FUERA A FORMOSA A FIN DE TRAER A LAS PERSONAS QUE HABIA VENIDO A NUESTRO PAIS PARA HACER LLEGAR LA INFORMACION.

ME PERMITO HACER NOTAR A ESA SUPERIORIDAD QUE ESTAMOS RECIBIENDO INSISTENTES INFORMES DE NUESTROS INFORMANTES EN EL SENTIDO DE QUE ALGO GRANDE Y GRAVE SE ESTA PREPARANDO PARA ESTE MES DE DICIEMBRE EN NUESTRO PAIS. LA ACTIVIDAD DE NUESTROS ENEMIGOS SOBRE TODO EN LA ARGENTINA ES INTENSA. LAS DISTINTAS INFORMACIONES HABLAN DE LA COMPLICIDAD DE LA GENDARMERIA ARGENTINA EN ESTA GRAN OPERACION.

2. ANIBAL ABATTE, DE FOZ DE IGUAZU, HECHO A PATADAS A UN INFORMANTE NUESTRO QUE TRABAJABA EN SU CASA. ESTE SE ENTREVISTO CONMIGO EL VIERNES 12 ULTIMO Y ME INFORMO QUE ESTE, CONJUNTAMENTE CON STUMPS Y TODOS LOS QUE INTEGRAN EL GRUPO SUBVERSIVO EN FOZ DE IGUAZU SE HALLAN DESPLEGANDO UNA INTENSA ACTIVIDAD, ASEGURANDO QUE A FIN DE AÑO SE LOGRARIA UNA GRAN SORPRESA.  
...///...

00025F 1131



POLICIA DE LA CAPITAL

DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIONES

Asunción - Paraguay

- 2 -

EL INFORMANTE MANTIENE QUE JUNTO A ABATTE SUELE IR UN ALTO JEFE, A SU ENTENDER MILITAR, LOS FINES DE SEMANA Y SE SUELEN REUNIR EN ALTAS HORAS DE LA NOCHE EN LA CASA DE ABATTE. TAMBIEN SUELEN IR DIPUTADOS. EL NO CONOCE LOS NOMBRES PERO TRATARA DE IDENTIFICAR AQUI EN ASUNCION A LOS MISMOS PARA SABER DE QUIENES SE TRATA.

ABATTE SUELE VIAJANDO A MENUDO A PUNTA PORA DONDE TIENE UN NEGOCIO Y DONDE TAMBIEN SUELE REALIZAR ENTREVISTAS CON PERSONAS IMPORTANTES DE NUESTRO PAIS. AL PARECER ALGO ESTAN PREPARANDO EN ESA ZONA.

SUGIERO A ESA SUPERIORIDAD LA CONVENIENCIA DE ALERTAR A TODOS LOS ORGANISMOS DE SEGURIDAD PUES SIN LUGAR A DUDAS ALGO MUY SERIO SE ESTA PREPARANDO.

SIN OTRO PARTICULAR, SALUDOLE MUY ATENTAMENTE.

PASTOR M. CORONEL  
JEFE DPTO. DE INVESTIGACIONES

Estes informes eram levados diariamente a Stroessner e sua cúpula, e relatavam cada passo dado pelos exilados paraguaios. Este último particularmente nos dá uma dimensão do que chegou a ser essa rede de delação, pois evidencia que os informantes não eram apenas pessoas anônimas delatando estes sujeitos, mas também vizinhos e inclusive funcionários que estavam infiltrados em suas casas.

Durante a fase de construção e principalmente durante a consolidação da Usina Hidrelétrica de Itaipu a vigilância recrudescer com a ajuda prestada pelas AESI's (SILVA, 2010). Os documentos encontrados no decorrer desta pesquisa, a exemplo do informe a seguir, igualmente datado de abril de 1975, também indicam como se dava o monitoramento dos exilados paraguaios em Foz do Iguaçu. No segundo parágrafo do mesmo estão citados Justo Morales, Antonio Arce e Remígio Giménez.

(sello) CONFIDENCIAL

00050F 1808 (sello microfilme)

"Itaipu Binacional"

"Asesoría General de Seguridad e Información"

"Informe N° 002/75"

1. Fecha : 28 de abril de 1975.-
2. Origen : Asesoría General de Seguridad e Informaciones
3. Referencia : Remisión de Informes
4. Para : Comando en Jefe"

Texto: "El 18 de abril se hospedaron en la Pensión 3 Fronteras de "Pte. Franco" Marité Pérez de Bejarano (separada de "Baby Bejarano", hijo del Cnel. César Bejarano) y el Sr. Carlos Bruno Rin (alemán) quien viajó a Paranambú, (según manifestó); quedando la mujer, Marité Pérez quien confió a la propietaria de la pensión que el señor Rin lo considera un elemento peligroso, pues había viajado hasta Cuba y había participado activamente en un plan para derrocar al gobierno argentino y que dicho plan seguía en vigencia con conexiones en Argentina, Bolivia y Paraguay. Manifestó además su deseo de separarse del sujeto a pesar de no simpatizar ella con el Gobierno del Pte. Stroessner. El 25 de abril volvió el ciudadano Rin y abandonaron la pensión manifestando que se dirigían a Iguazú (R.A.); para luego seguir a Asunción. A su regreso del viaje a Paranambú el Sr. Rin fué portador de una cantidad apreciable de dinero y con la vestimenta bastante sucia. La mujer se halla domiciliada detrás de la Escuela de Poliofía (Villa Morra). El Sr. Rin es amigo del Sr. Angel Alderete Chavez, propietario de una imprenta en Asunción (Chile y 5ta. Proyectada - Verificar). Autoridades argentinas también siguen los pasos de esta pareja.

## II

En Foz de Iguazú está radicado un paraguayo de nombre PEDRO ENCISO, que dice que es dirigente del Partido Comunista y efectúa reuniones periódicas en su propia casa, preferentemente los días feriados y acuden allí para escuchar discursos grabados, presumiblemente recibidos de la organización. Los que acuden frecuentemente son WALTERO ANTONIO ARCE, ex-guerrillero, natural de Itakry, JUSTO MORALES y un desconocido recientemente llegado de la Argentina, dichas reuniones está posiblemente asesorado por JUAN REMIGIO GIMENEZ, ex-guerrillero, muy allegado a la casa y que viaja constantemente a Sao Paulo y vice-versa."

(final página uno)

(página dos)

"/ITAIPU Continuación del Informe n° 002/75 de abril 28 de 1975"

00050F 1809 (sello microfilme)

"El Gerente de la 'Compañía Forestal María Magdalena' Sr. GRIMEZ (Alemán) manifestó y consideró importante hacer llegar donde corresponda lo siguiente: 'Que para el mes de agosto, los opositores tienen la intención de dar un golpe contra el Gobierno del Pte. Stroessner, contando con bastante dinero para el efecto y en conexión con la oposición argentina, tratando de impedir la realización de Itaipú. Prometiendo recabar mayores informes' (Es necesario localizar al Sr. GRIMEZ y recabar mayores datos)

CESAR CABRAL U OSCAR CABRAL con domicilio en Foz de Iguazú, en la curva del camino que va a las Cataratas, recibe visitas en forma periódica con vehículos con chapas de Brasilia y Sao Paulo; el citado fue secuestrado con Anibal Abatte, Alejandro Stump y Rodolfo Mongelós. fue secuestrado X

...//...

A vigilância articulada pelas AESIS dava conta de toda e qualquer atividade política que ocorria na cidade, incluindo as atividades do movimento estudantil secundarista e universitário. Carlos Grellman, gaúcho naturalizado no Paraná, militava nesta época na Comissão Pastoral da Terra, que neste momento realizava um trabalho de organização dos agricultores que reivindicavam indenizações pelos desalojamentos promovidos pela construção de Itaipu. Grellman mais tarde seria presidente da juventude do MDB em Foz do Iguaçu e um dos brasileiros que se somou ao movimento pela democracia no Paraguai durante a década de 1980. Sobre a realidade da região durante esse período ele recorda:

A gente vivia um regime de ditadura militar muito pesado aqui, principalmente em nossa região. Pra você ter uma ideia, na eleição de 1974, Marechal Cândido Rondon teve o maior índice de votos para a Arena, quase 94% de votos foram para Arena, então não existia oposição praticamente. Existiam ameaças veladas. Não existia diretamente a Itaipu, porque todos eram militares né, o Costa Cavalcante e tal. Existia também essa questão da imprensa, era muito forte o rádio na época, fazendo propaganda contra os comunistas né, isso era 24 horas por dia. *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

A região sul foi historicamente uma área de concentração militar em função da demarcação e proteção do território nacional. Do mesmo modo, com o tempo foi constituindo-se em rota de fuga para perseguidos políticos. Ao ser então uma zona de entrada e saída para exilados, a contrapartida das autoridades locais foi a de vigiar aqueles que haviam deixado seus países em busca de proteção do outro lado da fronteira (SETEMY, 2015). Os órgãos da repressão que atuavam em Foz do Iguaçu, como vimos, souberam fazer uso não somente de seu poder de ação outorgado pelo Estado, como também da própria população local e vizinha para desarticular qualquer movimentação opositora. Esses fatores nos levam a refletir sobre os usos políticos dados a esse território fronteiriço, visto que, se por um lado a fronteira foi uma via de escape e até mesmo camuflagem para muitos exilados, por outro, a análise dos informes produzidos pela repressão demanda pensar também no uso estratégico da fronteira pelos órgãos das ditaduras, que souberam usar esse território para vitimar militantes opositores nacionais e estrangeiros. A “ameaça comunista” propagada pelas



Doutrinas de Segurança Nacional fomentava ainda mais uma lógica em que as Forças Armadas estivessem voltadas para a defesa das fronteiras, que se tratava de um lugar estratégico para a repressão, pois, no marco de uma colaboração oficializada entre os regimes, o deslocamento e entrega de exilados e perseguidos políticos se dava de forma conveniente aos interesses de ambos os países, sem nenhum tipo de processo ou tramitação perante a lei. Era, portanto, um local estratégico para a captura destes sujeitos, pois ali, ao cruze de uma ponte, estava a possibilidade de desfazer-se do “hóspede” não desejado, ao mesmo tempo em que estabelecia com o país vizinho uma dinâmica de retribuição sempre que necessário.

## **2.5 Ser um exilado na fronteira: construindo recomeços**

*País lejos de mí / que está a mi lado  
país no mío que ahora es mi contorno  
que simula ignorarme y me vigila  
y nada solicita pero exige  
que a veces desconfía de mis pocas confianzas  
que alimenta rumores clandestinos  
e interroga con cándidas pupilas  
que cuando es noche esconde la menguante  
y cuando hay sol me expulsa de mi sombra.  
(Comarca Extraña - Mario Benedetti)*

Neste trabalho, como descrito inicialmente, buscamos analisar o exílio como um tipo de migração específica, diferenciando-o de outros processos migratórios através de suas particularidades. Ainda que em processos migratórios “voluntários” os fatores econômicos e sociais que estejam implicados na decisão de migrar possam ser considerados tipos de violência que obrigam o cidadão nativo a partir em busca de uma nova realidade (BOLZMAN, 2012), consideramos que a violência política geradora do exílio se constitui em uma especificidade não somente para a decisão de sair do país, como também em

toda a trajetória que o exiliado irá percorrer no novo local de destino.

O ato de emigrar por si só representa um conjunto de rupturas para aqueles que o vivenciam: rupturas de espaço, de códigos próprios, de zonas de referência e conforto. No caso do exilado, que deixa o país em um contexto de perseguição política, o “recomeçar” em outro lugar pode ser uma experiência ainda mais difícil, pois mesmo que essas rupturas nunca sejam totais, nem com o lugar e nem com a cultura de origem, há uma quebra significativa de padrões na vida desse sujeito.

Chegar a um novo país representa muitas vezes o começar do zero, estabelecer novos vínculos, encontrar uma atividade laboral, enfrentar as barreiras idiomáticas e culturais. E para além dos obstáculos a serem superados, encontra-se o desejo e a esperança do regresso. A contínua sensação de “estar de passagem” pode influenciar na adaptação desse exilado à nova realidade encontrada, postergando em alguns casos a busca por uma estabilidade, frente à expectativa do pronto retorno. Segundo as sociólogas Angela Brito e Ana Vasquez, em um primeiro momento da vivência do exílio ocorre um certo repúdio ou “uma recusa bastante unânime de entrar em contato com as pessoas ou as instituições do país anfitrião: os exilados vivem quase exclusivamente entre si, em um tipo de confinamento que os leva a conceber o tempo passado no exílio como uma espécie de vida provisória” (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.06).

À diferença de outros tipos de migrações, ou mesmo à diferença daquele sujeito que é condenado a uma pena de desterro, o exilado não sabe quanto tempo vai durar esse afastamento, o que torna a planificação do futuro difícil, criando uma situação de permanentes incertezas. O trecho a seguir de uma das entrevistadas exemplifica o que ocorria na maioria dos casos.

Meu marido tinha essa esperança, ele sempre quis voltar, tanto é que nem terreno ele queria comprar aqui... Ele era jovem e entusiasmado naquela época, dizia que iam voltar no Paraguai, que iam derrubar Stroessner, eu já fui mais cautelosa. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Com o tempo, o fato de adquirir um imóvel, bens materiais e até mesmo ensinar os filhos sobre a língua e a cultura local sinalizava vínculos cada vez mais permanentes com o país de asilo. Coisas que com o passar do tempo se

deram naturalmente em função da necessidade de adaptação e estabilidade, no início foram barreiras a serem ultrapassadas, pois funcionam nesta situação, segundo Léon e Rebecca Grinberg (1984), diferentes mecanismos mentais que condicionam este sujeito a uma perspectiva de curto prazo. De acordo com os autores a condição do sujeito exilado recria necessidades básicas anteriormente já estabelecidas: “volver a crear un ámbito de trabajo, establecer relaciones afectivas con nueva gentes, volver a contar con un entorno de amigos, instalar nuevamente una casa” (GRINBERG, p.210).

Cada entrevistado teve uma experiência de chegada e adaptação distinta ao migrar para o Brasil. Para aqueles que já possuíam contatos ou familiares vivendo no país, o processo inicial de reorganização indica ter sido menos traumático do que para aqueles que decidiram exilar-se no Brasil sem contatos anteriores. Isso também se deve ao fato de que, em todos os casos aqui trabalhados, quando essa escolha se deu desta forma, sem parentes ou amigos que os esperassem, era exatamente por se tratar de uma situação limite, onde não havia outros destinos possíveis ou tempo hábil para consolidar redes de apoio no exterior.

Além das particularidades das experiências de cada exilado, estão alguns desafios compartilhados por todos ao chegar no país. Um dos primeiros pontos de impacto para o exilado paraguaio que chegava ao Brasil era a diferença linguística e a adaptação ao português. Esse foi inclusive um fator decisivo para que muitos optassem por outros países da região para buscar asilo político. O Uruguai, por exemplo, mesmo não possuindo fronteiras terrestres com o país, foi um dos destinos onde se assentaram vários paraguaios exilados. Fato que se deve, segundo o advogado Waldino Ramón Lovera, ex-presidente do MOPOCO e exilado no Uruguai, “a la diferencia idiomática que, como quiera que sea se alza siempre como una verdadera frontera de separación entre los hombres” (LOVERA, 1986, p.16), referindo-se à dificuldade que poderia gerar migrar para um outro país onde o idioma não fosse o espanhol.

Os obstáculos iniciais provocados pela barreira idiomática eram vencidos com o passar do tempo e a convivência com os moradores locais. Convivência esta que, como veremos a seguir, enfrentou tensões, mas também soube em

muitos momentos ser fraterna e solidária.

A gente vai procurando, e eles também têm paciência de explicar, porque uno chega aqui e fica de boca aberta porque eles tão falando e a gente não entende né (risos). Mas depois pouco a pouco vamos entendendo já e eles também entendem a gente. Depois que nós entendemos, a realidade melhora, mas o português é mais diferente. (*Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal*).

As diferenças linguísticas no caso paraguaio eram não somente com relação ao espanhol, mas principalmente com relação ao guarani, visto que não apenas no campo, mas também na capital Asunción, este era o idioma mais falado, incluindo altos índices de monolinguismo do guarani em muitas regiões do país até a metade do século passado (ZUCCOLILLO, 2000). Dada esta realidade, o impacto com a nova língua e a busca por comunicar-se provocou também anedotas hoje relatadas em meio a risadas pelos entrevistados.

E aí eles me perguntavam, “para onde você vai?” e eu dizia “para Cuíba”, e eles perguntavam “que Cuíba? Não existe esse lugar”, e eu dizia “existe sim, minha irmã mora lá”, me fazia que sabia das coisas. Aí ele perguntou “por quanto tempo?” e eu disse “um mês” isso foi em 1976 e estou no Brasil até agora, foi um mês que durou bastante (risadas). (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Para alguns exilados, como é o caso de Porfíria, que vivia no campo e ao chegar no Brasil morou em grandes cidades como Cuiabá e São Paulo, estava ainda o impacto de trocar um contexto rural por um contexto urbano. Implicados nesta mudança existiam diversos fatores como a alimentação, os hábitos diários, as horas dedicadas à jornada de trabalho, a forma de relacionar-se com seu entorno, entre outras questões que abordaremos a seguir, como por exemplo, lidar com o preconceito neste novo espaço.

No caso paraguaio, mesmo aqueles militantes que viviam na cidade, saíram de zonas pouco povoadas para encontrarem-se com a realidade de uma cidade com o triplo ou mais de habitantes. Questionada sobre essa mudança, a entrevistada afirma:

Mudou desde a alimentação até a maneira de pensar. O paraguaio é mais indígena, é mais do seu lugar, sobretudo o camponês. E o brasileiro já não, é muita cultura dentro da mesma cultura. Por exemplo, o brasileiro parece que é mais...como vou te explicar...não é tão profundo, e o paraguaio se você fala em mudar, por exemplo com

a comida, colocar outra variedade, eles não mudam, não fazem, não aceitam, dizem: “vamos comer a nossa comida”, a cultura é muito forte. Já o brasileiro teve influência cultural de todo lugar. O paraguaio parece que resiste e fala, e fala de verdade, mas não acontece nada, não muda. Ultimamente culturalmente (o Paraguai) foi invadido, e já não reage mais, é a cultura da panela, que coloca e vai colocando e vamos perdendo a nossa. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Com relação à convivência dos exilados com os moradores locais neste novo espaço, ainda que na maior parte do tempo tenha se dado de forma amistosa, aparecem nos relatos também episódios de tensão em que muitas vezes estes sujeitos se sentiram discriminados em função de sua origem. O próprio termo “acolhida” para fazer referência ao país que recebe alguém de fora, denota uma recepção ou solidariedade para com este exilado. Ainda que usado amplamente na literatura que aborda processos migratórios, o mesmo pode também ocultar ou esmaecer uma realidade mais complexa. Como afirma Rollemberg: “mesmo a solidariedade não esteve a salvo de contradições e ambiguidades. Se segmentos da sociedade mobilizavam-se para receber exilados políticos, outros agiam em sentido contrário identificando-os a «terroristas» cuja estada devia ser interdita” (ROLLEMBERG, 1999, p.13).

Imerso na discussão a respeito da visão que o brasileiro construiu do paraguaio ao longo do tempo e dos episódios que compõem esse imaginário social, estão diversos fatores e marcos socio-históricos. Como os mais representativos e que eventualmente surgiram nos discursos dos entrevistados citamos a Guerra da Tríplice Aliança no século XIX e as atividades comerciais entre as cidades de fronteira como ponto auge de uma integração no século XX a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Desses processos nasceram percepções e imaginários de um país para com o outro que seguem presentes nos discursos, ora de divisão e estigmatização, ora de aproximação e integração. No relato acima, por exemplo, Porfíria se refere a uma “invasão cultural” no Paraguai por parte dos brasileiros, a uma “cultura da panela” que anteriormente não existia e que foi “levada” pelos imigrantes do país vizinho. O Brasil como “país invasor”, poderíamos dizer, segue sendo uma reminiscência dos conflitos entre os dois países, principalmente fazendo alusão à Guerra da Tríplice Aliança e também à intensa migração brasileira promovida ainda pelo

governo stronista a partir do final da década de 1950.

Nas zonas de fronteira também podem ser observados processos mais intensos de ressignificações linguísticas e culturais, pois ao passo em que as duas culturas nacionais se encontram e interagem, também se auto afirmam e tencionam. Como afirma Albuquerque (2007) é nas zonas de fronteira onde “as tensões se ampliam porque entram em jogo os sentimentos nacionalistas e as diferenças entre ser cidadão e ser estrangeiro” (ALBUQUERQUE, 2008, p.07). Um dos elementos que desponta desta autoafirmação nacional é a negação ou inferiorização do outro. Surgem ou se intensificam então estereótipos e preconceitos de uma nação para com a outra. Uma das entrevistadas relata:

Nas escolas e em outros lugares os nossos filhos sofreram essa discriminação, chamavam de paraguaiozinho e de xirú de forma depreciativa. Na Argentina era paraguaio muerto de hambre, e aqui é xirú, que na verdade é uma palavra guarani que significa “meu companheiro”, só que aqui na fronteira eles usam de forma depreciativa. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Nesta ocasião, como explica a entrevistada, utiliza-se a expressão “xirú”, palavra que vem do guarani “che’irũ” e significa amigo ou companheiro, para empregá-la de forma pejorativa fazendo referência à origem indígena do paraguaio. Sobre o termo em particular existem obras literárias, bem como reflexões acadêmicas que exploram as apropriações desta expressão ou ainda seus “sentidos deslocados” nas palavras de Damián Cabrera (2012). Segundo Cota (2017) “dependendo de quem e a situação em que se utiliza, ela pode carregar um tom depreciativo, negativo, muito comum entre os brasileiros da região fronteira ao se referirem aos paraguaios” (COTA, 2017, p.03).

Hugo Oddone menciona ao analisar os processos migratórios e as políticas envolvidas nesses processos no Paraguai, como “la estigmatización sobre la condición de barbárie del pueblo paraguayo atribuída a su sometimiento a las tiranias, con notables alusiones raciales” (ODDONE, 2010, p.08) serviu como um dos pilares para a conformação ideológica da Guerra da Tríplice Aliança. A esse estigma, que perdurou no tempo, somaram-se outros após o conflito, a exemplo do que Oddone chama de “mito de la poquedad”. O autor menciona como ficou marcado no imaginário coletivo das nações vizinhas uma imagem de escassez

populacional no Paraguai que, por um lado continha claramente um fundo verdadeiro em função da quase aniquilação da população masculina no país, mas, por outro lado, a relacionava com uma pouca qualificação do paraguaio para o trabalho. Nas palavras do autor:

Se inicia, a partir de entonces, la construcción de un imaginario colectivo que percibirá al Paraguay como un país dramáticamente despoblado y carente de fuerza productiva válida. Esta imagen se irá consolidando en la mente de gobernantes y gobernados y no se desprende de la sociedad paraguaya y de los gobiernos que se suceden a partir de entonces, hasta casi finalizado el siglo XX, cuando aun las leyes migratorias se promulgan para promover y regular meticulosamente el ingreso y la residencia de extranjeros al país, sin dedicarle una atención igualmente privilegiada a las incesantes corrientes de emigrantes que abandonan su patria y sin proponer medidas de arraigo y capitalización de un recurso humano propio. (ODDONE, 2010, p.06).

Da mesma maneira, após o percurso de ditaduras e conflitos civis durante o século XX, cristaliza-se neste imaginário também uma “imagem da violência remanescente, herdada dos séculos XIX e XX, dominados pela traumática Guerra do Paraguai e pelas ditaduras” (SOUCHAD, 2011, p.17). A respeito desta visão das nações vizinhas, que em algum momento e em diferentes graus foi notada ou sentida pelos exilados em seus percursos como imigrantes, Porfíria comenta:

O Paraguaio é diminuído, é o mandioqueiro, é o inferior e, pensando politicamente e geopoliticamente, é o país mais pobre, é o primo pobre que ninguém quer ser. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Um outro aspecto que compõe o imaginário social a respeito do Paraguai está presente nas relações de comércio estabelecidas na fronteira, entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Como bem abordado por Rabossi (2015), o mercado de fronteira carrega consigo algumas características que terminam fixando preconceitos e estereótipos relacionados à falsificação, pirataria ou ilegalidade. A procedência dos produtos vendidos, a origem diversa dos grupos humanos que se encontram neste espaço e o extenso leque de atividades que conformam esse mercado de fronteira, contribuíram, segundo o autor “para a transformação do gentílico ‘paraguaio’ em um adjetivo que qualifica algo que não é como deveria ser – algo que é falso ou adulterado” (RABOSSI,

2015, p.02). Um dos entrevistados que após passar pela fronteira viveu a maior parte de seu tempo de exílio na cidade de São Paulo relata:

Bueno, la imagen que se tenía...yo decía que era Paraguay y la primera palabra que escuchaba era “muamba” (risos). Y en general la imagen del paraguayo era muy negativa, o sea, generalmente las noticias que habían eran así, transmitían una cierta imagen de cosas que, a lo mejor eran reales, pero eran como un estereotipo digamos, era como si en Paraguay sólo hubiera eso. (*Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978*).

Segundo Sylvain Souchad essa visão se constrói a partir de uma percepção fragmentada e seletiva do Paraguai: “seja territorialmente, uma vez que apenas a região de fronteira é considerada; seja historicamente, pois correspondem a momentos históricos circunscritos não atuais” (SOUCHAD, 2011, p.17). A mídia também desempenha um papel importante na imagem que se constrói do país vizinho a partir da região de fronteira. Durante muito tempo foram recorrentes as abordagens baseadas em pontos como a falta de regularização e controle que davam ênfase a respeito da ausência de instituições estatais neste espaço (RABOSSI, 2015).

Sobre as visões do Paraguai no Brasil, Paulo Renato Silva (2016) partindo de sua investigação sobre a devolução dos troféus da Guerra da Tríplice Aliança por parte da Argentina ao Paraguai, onde analisa os usos políticos e simbólicos deste feito para os atores envolvidos, promove uma reflexão afirmando que existe uma tensão que atravessa a relação entre Brasil e brasileiros com os países vizinhos e seus povos, nas palavras do historiador: “necesitamos de un vecino «pobre» para sentirnos «ricos», «desarrollados» y «modernos» y no es necesario aclarar que sentirse no es lo mismo que ser” (SILVA, 2016, p. 72, grifo do autor). Essa tensão descrita por Silva aparece repetidas vezes no relato dos entrevistados, a exemplo do depoimento de Porfíria, anteriormente citado, onde a mesma se refere ao Paraguai como “o primo pobre”, ou ainda no depoimento de Margarita onde relata a forma como os filhos eram tratados na escola por serem filhos de paraguaios.

Dentro deste cenário, construído por um imaginário coletivo onde os conflitos bélicos do passado seguem presentes nos discursos atuais, e também onde as tensões com relação ao território fronteiro foram reforçadas por uma



parcela dos meios de comunicação nacionais (ainda que esse segundo elemento seja incorporado a esse imaginário somente a partir do final da década de 1980), os episódios de discriminação, muitas vezes velada, se materializavam na vida destes exilados através do preconceito alimentado pelos estereótipos, como é possível identificar nos relatos dos entrevistados citados acima. Para Sierra (2011) a discriminação para com o migrante se dá como um processo de “señalamiento” do outro, um fenômeno que se desenvolve através das relações de valor entre membros de um grupo para com outro e implica pelo menos quatro elementos primordiais. Nas palavras do autor:

Primero que lo que se distingue es un colectivo humano dentro de ciertos tipos particulares de colectivos: los minusválidos, los de una “raza”, los de determinada religión, los de determinada clase social, etc.; segundo que se establecen ciertas relaciones de valor entre los miembros de esa clase y otra, donde lo discriminado se encuentra, por lo menos, un escaño abajo en la valoración; tercero, que existen ciertas relaciones de poder de la clase “sobreevaluada” sobre la otra, y cuarto, que se da de alguna forma de rechazo y o inhabilitación por parte de quién discrimina hacia el discriminado (SIERRA, 2011, p.273).

Portanto, quando Eduardo menciona que ao identificar sua nacionalidade a mesma era automaticamente relacionada à “muamba” ou quando Porfíria relata que, dentro de sua experiência no país sente que a visão do Brasil em relação ao Paraguai é a de um país “inferior”, identificamos as fortes relações de valor plasmadas nesta convivência. As experiências vividas pelos imigrantes que sofreram algum tipo de preconceito e ou que vivenciaram uma situação discriminatória, são a manifestação tangível desta configuração de relações sociais que, acreditamos, se dá de maneira ainda mais intensa em um território de fronteira.

Além das barreiras socioculturais que teriam que enfrentar neste novo e desconhecido cenário, a migração praticamente obrigava aos exilados mudarem a fonte de ingresso para o sustento familiar, assim como o nível de consumo que anteriormente possuíam. Travava-se, então, outro desafio importante: buscar uma atividade laboral em que fosse possível não expor seus históricos de militância e que, desta forma, não comprometesse a permanência no país de asilo. Para tanto, estes exilados buscaram renda nas mais diversas atividades, desenvolvendo estratégias também na hora de manter a economia doméstica e

garantir o sustento familiar.

Olha nós fizemos de tudo minha filha. Eu quando era moça era uma menina chique, chegando aqui lavei roupa pra fora, eu fazia pudins, fazia coisas comestíveis. Eu tinha uma irmãzinha, ela saía vender comigo de casa em casa. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

A situação de precariedade laboral também é uma das questões que emergem dos relatos dos entrevistados. Esta foi frequentemente uma das dificuldades enfrentadas por eles que, ao chegarem a um território desconhecido e muitas vezes sem referências profissionais ou contatos que possibilitassem a inserção no mercado laboral, dependiam de uma rede de apoio, quando essa existisse, formada por outros exilados ou familiares, pois nem sempre podiam seguir empregando suas habilidades e experiências profissionais anteriores, necessitavam então submeter-se a empregos informais ou a atividades fora de sua área de atuação para sobreviver.

Eu fui pra um colégio, um internato, eu nunca tinha trabalhado fora, era pobre, “estudantinha”, mas nunca tinha trabalhado assim. Fui professora e nunca tinha feito algo parecido, porque depois que casei fazia apenas as coisas do dia a dia de casa. E foi uma loucura, porque no começo me colocaram na lavanderia e eu não dei conta, imagina, eram 200 alunos, e como os meninos trabalhavam no campo, o que era lavado na lavanderia eram as calças jeans, e todas as coisas pesadas, eu não dei conta. Depois me colocaram no refeitório, e aí foi outra loucura porque eu tinha que lavar toda louça, pratos, talheres e mais as travessas de colocar a comida e foi uma coisa...(suspira). (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Para Porfíria os primeiros anos no Brasil na espera que o marido fosse colocado em liberdade, foram de intenso trabalho pela sobrevivência e cuidado dos filhos. O “não dar conta” aparece em seu relato como uma expressão de desabafo para a fase em que considera a mais precária de seu percurso migratório até chegar à fronteira. As incertezas do novo caminho que percorria somavam-se à indefinição a respeito do que havia sido deixado no Paraguai.

Em alguns casos para os exilados que saíram do país em uma situação de fuga devido à perseguição e ao risco eminente de uma prisão, ficavam para trás bens materiais que nunca puderam ser recuperados. Nestas situações, ao

atravessar a fronteira a ajuda de amigos, parentes e companheiros da militância fez possível a sobrevivência para recomeçar a vida em solo estrangeiro.

Após sair da prisão no Paraguai e retornar a Foz do Iguaçu, Rigoberto Leguizamón, por exemplo, já se encontrava em uma situação bem mais crítica do que da primeira vez em que saiu de seu país. Além da situação econômica desfavorável, principal motivação que o levou a emigrar pela primeira vez, somava-se agora a perseguição política e o peso de uma prisão por colaborar com a fuga do médico Augustin Goiburú. Chegando novamente na fronteira, Rigoberto contou com o auxílio de seus correligionários:

Me arrumaram serviço e os companheiros me ajudaram muito aqui. Primeiro trabalhei na padaria do Rodolfo (Rodolfo Mongelos), depois trabalhei numa transportadora que era do Stumpf (Alejandro Stumpf), ele me pagava melhor, então fui. Eles me deram todo o apoio, porque eram do MOPOCO. (*Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO*).

A respeito do status de exilado, juridicamente poucos paraguaios foram reconhecidos por organismos ou obtiveram documentação que lhes outorgasse proteção e assistência. Essa condição de indocumentados vale para todo o período de regime, ainda que durante o pico migratório da segunda metade da década de 1970, tendo em vista o contexto de abertura política no Brasil, uma minoria de exilados tenha conseguido migrar com o auxílio de organizações que trabalhavam pela defesa dos Direitos Humanos. Tanto na Argentina como no Brasil a figura do exilado não existia formalmente, visto que essa era também uma estratégia dos próprios exilados para se protegerem da repressão ao não deixarem registros de sua situação e localização (WELLBACH, 2012). O status, tanto pelo reconhecimento da comunidade local, quanto no que diz respeito à auto intitulação de exilado, se deu para muitos como um processo de construção assimilado após algum tempo de residência no país para onde puderam escapar. O processo de autodenominação, principalmente, foi sendo construído na medida em que esses sujeitos vivenciavam as perdas e as privações a que haviam sido expostos, ao passo em que também reorganizavam a vida e deparavam-se com a nova realidade. Em princípio, o deixar o Paraguai se deu como uma fuga ou uma manobra de emergência diante de ameaças ou do risco eminente de uma prisão, portanto, a possibilidade de sair do país inicialmente

pôde ser vista como uma oportunidade de livrar-se ou proteger-se de um perigo. Também para outros foi encarada como uma chance de recomeço. Como bem pontua o relatório da CVJ:

El exilio constituye una violación a los Derechos Humanos, aunque las víctimas de exilio en general lo vivieron en un primer momento como la oportunidad que tuvieron de salvar sus vidas. Así la autopercepción como exiliados no se constituyó hasta mucho tiempo después, cuando se consolidó su situación y fueron más manifiestas las consecuencias del exilio. Antes bien, se consideraban a sí mismos como “escapados” de la dictadura. Sobre todo aquellos que habían sido encarcelados y habían logrado evitar nuevas detenciones huyendo del país o fugándose de los centros de detención. Así, la expresión frecuente es “yo me escapé del Paraguay” o “yo crucé el Paraná” antes que “yo salí al exilio” o “yo fui desterrado”. En ese sentido el exilio tenía para las víctimas una connotación positiva en tanto les permitió la preservación de su integridad física y la vida incluyendo la de su familia, desdibujándose la percepción de la violación del derecho a residir en el país de origen. (CVJ, Informe Final Tomo II, 2008, p.315).

Das pessoas ouvidas por esta pesquisa, apenas dois entrevistados tiveram oficialmente o reconhecimento de asilado político por um organismo internacional no Brasil. Porfíria Blanco e Eduardo Bogado, ambos saídos do Paraguai na década de 1970, obtiveram o status de refugiados pelo ACNUR. A ajuda prestada pelo organismo lhes possibilitou, entre outras coisas, o ingresso na universidade com bolsas de estudo no período em que viveram na cidade de São Paulo.

Esse fato claramente se deve ao contexto político regional deste período, dada a retomada das atividades do ACNUR no país durante a década de 1970. O Brasil foi um dos países a assinar o texto da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados em 1951, quando então o ACNUR foi fundado, porém, delimitava a geografia desta migração, onde basicamente receberia europeus refugiados. Já após o golpe de 1964, há um retrocesso nas políticas de recebimento e proteção a refugiados visto que, nas palavras de Moreira:

O Brasil deixava de ser país de acolhimento para se tornar país de origem de refugiados. Na então conjuntura política doméstica, não fazia sentido reconhecer como refugiados pessoas que fugiam de outros regimes ditatoriais na região, tampouco conceder-lhes abrigo. A justificativa dada pelo governo era jurídica (fundamentada na reserva geográfica), mas as motivações eram claramente políticas (MOREIRA, 2010, p.115-116).

Em 1977 o ACNUR fixa escritório no Rio de Janeiro, porém suas atividades só seriam reconhecidas pelo governo brasileiro a partir de 1982. O organismo trabalhava em conjunto com agentes locais como a Cáritas Arquidiocesana e a Comissão Justiça e Paz que assistia aos refugiados até que, quando fosse o caso, os mesmos fossem reassentados em outros países (MOREIRA, 2010).

Esa comisión paz y justicia estaba como albergando el ACNUR entonces ahí nos hicimos refugiados de las NNUU y frecuentábamos el ambiente de los exiliados latinoamericanos que frecuentaban el ACNUR. Eran muchos, argentinos, chilenos, uruguayos...tuvimos como refugiados en ACNUR creo que un año y en ese momento el Brasil solo aceptaba refugiados en tránsito, no para quedarse. Queríamos quedarnos en Brasil porque nos quedaba cerca del Paraguay y todo eso, entonces renunciamos al refugio de las NNUU y nos quedamos en Brasil porque en caso contrario teníamos que elegir un país y salir como refugiados. (*Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978*).

Durante o trabalho de campo onde foram realizadas as entrevistas, observou-se que cada homem e mulher entrevistada se referiam de diferentes formas a sua vinda para o Brasil. Alguns simplesmente mencionavam que haviam saído do Paraguai pela “questão política”, outros se referiam diretamente à sua sobrevivência dentro do contexto social da época, e outros ainda enfatizavam mais os vínculos familiares que os trouxeram. No entanto, todos em algum momento faziam menção ao governo de Stroessner e à questão de fundo que havia gerado a sua saída ou a saída de sua família do Paraguai. O exílio representou para a maioria destes uma salvação frente às ameaças, a tensão política e a falta de condições materiais para seguir vivendo em seu país. Desta forma, o exílio se apresentava como “una oportunidad de continuar con vida, aunque pocos perciban que en realidad se trataba solo de sobrevivir” (COSSI, 2012, p.127).

O auto intitular-se exilado, entendemos, se deu como um processo de assimilação a longo prazo para alguns mais que para outros. Imbuído neste reconhecimento estava o medo da estigmatização que poderiam sofrer pela associação à ideia de subversão ou culpa ao terem saído do Paraguai por motivações políticas. As atividades políticas que empreenderam na cidade quando o contexto da região permitiu, também influenciaram em uma

categorização externa por parte da comunidade local. Foi comum escutar durante as primeiras buscas por informações a respeito do tema, que nos eventos da década de 1980 organizados em Foz do Iguaçu, as Jornadas de Solidariedade, estavam “cheias de exilados”. A esse respeito, o Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia considera:

La mayoría no se presentó como perseguido político y sin embargo sufrió las consecuencias de tal situación, ya que las condiciones de emergencia de la huída del país impidieron tomar las medidas necesarias para una emigración planeada y ordenada. Por ese motivo, se dieron circunstancias como la caída en situación de pobreza y la apresurada búsqueda de trabajo, para ganarse la vida en circunstancias precarias. Las redes de compatriotas fueron un elemento de solidaridad y de ayuda, pero también de invisibilidad y de lentitud de adaptación, porque no siempre las pautas culturales, cultura y lengua, coincidían con las vigentes en la sociedad de acogida, y se formaron micro comunidades no del todo capaces de adquirir las destrezas que requería el nuevo entorno y porque la socialización dentro de la comunidad paraguaya postergaba a veces una socialización más amplia. (CVJ, Informe Final, 2008, p. 48-49).

Mesmo durante o período ditatorial e os primeiros anos no Brasil, a indocumentação ou a circunstância em que o exilado saiu do país não foi uma questão que gerasse questionamentos dentro do círculo de convivência, visto que assim como no caso dos paraguaios que se exilaram na Argentina, como descreve Walbach: “independientemente de “los papeles”, para un número significativo de paraguayos la condición de exiliado es constitutiva de la memoria y la identidad con que se autodefinen” (Wellbach, 2012, p.04). O que sim afetou este exilado foram as limitações impostas por sua condição de estrangeiro que restringia o acesso a determinados tipos de trabalhos, como relata uma das entrevistadas a respeito do documento de identificação que lhes correspondia:

Naquela época chama-se modelo 19, no verso dizia quais eram os direitos deles, em que lugares podiam trabalhar, não podiam ocupar cargos públicos, nem comerciais, só podiam fazer trabalhos braçais. Também não podiam ir mais pra dentro do país, só podiam ficar na fronteira, por causa da área da segurança nacional. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Entendemos que o perceber-se exilado por parte destes sujeitos, ainda que após a queda do regime stronista esse status tenha ganhado novos sentidos e se reformulado, está absolutamente vinculado a um ponto de partida para a

vida que deixaram no Paraguai e para a que construíram no Brasil. A apropriação do termo exilado também se deu através de um processo vivido por estes sujeitos dentro de seu círculo de convívio com outros exilados e na medida em que se engajavam dentro desse espaço exilar na militância que denunciava a ditadura stronista. É, por fim, parte de uma identidade forjada através do processo de desterritorialização, pela perda e pelas descobertas que a experiência de uma migração forçada lhes provocou.

## 2.6 Particularidades de um exílio fronteiriço

*No se pertenece ya al mundo que se deja,  
y no se pertenece aún al mundo al que se llega.  
(Léon e Rebeca Grinberg)*

O exílio fronteiriço carrega consigo como principal especificidade o estado de ambiguidade vivido pelos sujeitos que o experimentam. Este estado aparece nos depoimentos através de sentimentos e sensações que brotavam nestes exilados ao depararem-se com uma nova realidade, seja essa a da chegada ao país de exílio ou a do retorno ao país de origem.

Ainda que com o passar do tempo e a criação de vínculos com o país de acolhida, os estranhamentos e tensões iniciais sejam amenizados, a condição de estrangeiro estará sempre presente na experiência deste exilado. Segundo Jensen (2004), desde a etimologia da palavra exílio, o sentido de isolar enfatiza o “estar e sentir-se afuera” porque ao tempo em que a violência política justifica a impossibilidade do retorno, também “funda la idea de patria perdida y la identificación (positiva o negativa, desde el deseo constante de regresar) del exilado con su tierra de origen” (JENSEN, 2004, p.28). Esse sentimento de perda ou de não pertencimento se expressa nos depoimentos através da referência ao que era antes, à saudade do lugar deixado, mas também à condição de não ser do lugar onde vivem.

Sentia saudade da nossa casa lá, que era grande, tinha assim o campo

em frente, porque todos éramos pequenos ainda. Eu ia atrás da mãe na chácara e acompanhava ela a apanhar mandioca, era outro ritmo de vida. (*Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal*).

Você não vai jamais ser daqui, e quando você vai pra lá, já não é mais de lá, então você vira um híbrido. Eu até agora...nós pensávamos com meu marido em voltar pra lá, mas depois ele faleceu, e eu ia fazer o que no campo sozinha? (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

O sentir-se não pertencente a um só lugar, o “não ser daqui e nem de lá”, mas um pouco dos dois, gera uma sensação de ambiguidade que no depoimento de Porfíria se resume na expressão “híbrido”. Essa palavra, tão trabalhada pelos estudiosos da cultura, ganha no discurso da entrevistada o sentido de algo novo, resultado do entrecruzamento dos elementos que a constituíam enquanto sujeita no Paraguai e os que foram agregados vivendo no Brasil.

Para Homi Bhabha (1998) falar de sujeito já significa falar de constituições culturais híbridas. O autor parte do pressuposto de que esse hibridismo se configura em torno de práticas culturais, funcionando como um processo de identificação em uma perspectiva de cruzamento de uma ou várias culturas. Para o indivíduo que migra de um território a outro, esse cruze se dá de maneira em que vários elementos linguísticos e culturais próprios interagem com outros novos do país receptor. O que, porém, entendemos ser uma particularidade da experiência dos exilados em território de fronteira, é que este indivíduo segue em contato, às vezes diário, com os elementos e produtos próprios de sua cultura, buscando muitas vezes reafirmar sua identidade nacional no território estrangeiro. Essa identidade nacional, que funciona como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1993), segundo o historiador Benedict Anderson é conformada a partir de uma imagem idealizada de compartilhamentos de hábitos, símbolos, práticas e tradições. É imaginada, pois ainda que a totalidade de seus membros jamais conheça uns aos outros, projetam uma unicidade e coesão em torno a estes elementos que conformam a ideia de nação.

O sociólogo Stuart Hall (2006), ao criticar a ideia da identidade nacional unificada, também a entende como uma construção e uma representação. Nas



palavras de Hall: “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p.59).

O espaço fronteiriço e o conjunto de relações que nele se estabelecem, justamente desafiam os sentidos supostamente uniformes ou coesos de nacionalidades, modificando e incrementando elementos ao conjunto de representações e características que as formulam. Através do trecho acima citado do depoimento de Porfíria e do depoimento de Rigoberto a seguir, percebemos esse processo de construção de novos sentidos e como a condição de paraguaios enraizados no Brasil, e todo o arcabouço de intercâmbios e mudanças que se desenvolveram com esta condição, transformaram a eles e aos membros de seu núcleo familiar enquanto sujeitos.

Agora eu moro mais tempo aqui do que lá (risos), algumas coisas eu perdi e outras coisas ganhei, porque estou morando há muito tempo aqui e possivelmente vou morrer aqui. O português pra mim sempre foi muito difícil, por exemplo, até hoje não falo bem, porque o guarani é muito gutural, então tem essas coisas...minhas filhas nem falam o guarani, nunca quiseram aprender, para se adaptar melhor né. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Na experiência dos exilados que vivem na fronteira, a mudança e ou a adaptação de hábitos, costumes e até mesmo crenças, se dá como um processo muito particular em função do contínuo contato que seguem mantendo com os elementos de sua cultura. Como citamos anteriormente, é neste ponto que entendemos residir a particularidade deste exílio fronteiriço. Uma experiência que pode ser vista como dicotômica inclusive, pois ao mesmo tempo em que podiam seguir em contato, ainda que limitado, com amigos e parentes, eventualmente recebendo e mandando notícias, os exilados não podiam atrever-se a cruzar a fronteira. Essa proximidade territorial potencializava as saudades e até mesmo a sensação de impotência pela simples noção de que tudo que havia sido deixado para trás, estava ao simples cruzar de uma ponte. Por outro lado, estando neste espaço, o contato com sua cultura e um sem fim de elementos próprios do Paraguai, pôde ser mantido em alguma medida.

O nacionalismo que se intensifica nos sujeitos ao viverem no exterior,

também impulsiona a continuidade dos laços estabelecidos com seu país de origem, fato que se nota a partir dos “vínculos sentimentais e comunicacionais (através do telefone, da televisão, da internet etc.) com suas nações de origem” (ALBUQUERQUE, 2008, p.04).

Tem várias coisas aí, primeiro que como estou te falando, está meu rádio ali, é só ligar e já está na estação do Paraguai, eu não escuto o rádio do Brasil, e depois a televisão, hora da noticia todo dia eu vejo o que está acontecendo lá, então isso é muito importante, por que pelo menos sei lá...idealmente estou participando. *(Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976).*

Vivendo no Brasil, a forma como Porfíria encontrou de seguir participando da vida de seu país foi acompanhando o que lá se passava através do consumo de notícias possibilitado pela captação de sinais de rádio e tvs paraguaias que chegam até Foz do Iguaçu. Frequentar e participar de ambientes comuns de convivência com outros paraguaios também serviu de estratégia para seguirem em contato e sentirem-se ativos com as questões do Paraguai. Esses laços possibilitavam manter uma certa “normalidade” ou, como menciona Brito (...) uma “continuidade de si” nesta situação de deslocamento onde sofriam a perda de sua “identidade de status” (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.18).

Além dos espaços de militância que estes exilados promoveram, como as Jornadas de Solidariedade que abordaremos no capítulo seguinte, espaços como a Casa Paraguai foram redutos da resistência em relação às tradições e manifestações culturais típicas paraguaias. Segundo León e Rebeca Grinberg:

El inmigrante, en su lucha por auto preservación, necesita aferrarse a distintos elementos de su ambiente nativo (objetos familiares, la música de su tierra, recuerdos y sueños en cuyo contenido manifiesto resurgen aspectos del país de origen, etc.) para mantenérsela experiencia del “sentirse a si mismo” (GRINBERG, 1984, p.15).

Fundada na década de 1970 a instituição funcionou durante quase 40 anos como um clube onde eram realizadas festas de aniversário e também como espaço de convivência entre os associados. O espaço, no entanto, aparece na fala de apenas alguns entrevistados e, segundo relatam, era majoritariamente frequentado por membros do MOPOCO, movimento ao qual pertenciam os principais fundadores e a diretoria da instituição. Por se tratar de um clube, exigia

de seus membros a cobrança de uma mensalidade, fato que segmentava o público frequentador do local. Desta forma, para alguns exilados seguramente esse tenha sido um espaço de convivência e organização que lhes possibilitava cultivar costumes através de datas comemorativas e eventos artísticos. Ao tempo que para outros apenas representou um lugar inacessível e distante de sua realidade social, bem como das necessidades mais básicas que o exílio havia imposto.

Já a casa paraguaia, que era aqui no centro, um clube suntuoso onde eram feitas as festas de 15 anos, bailes, casamentos, cuja diretoria sempre foi colorada, sempre foi dos paraguaios ricos. Boa parte desses paraguaios colorados eram do Movimento Popular Colorado (MOPOCO). *(Aluizio Palmar, 79 anos, perseguido político da ditadura brasileira).*

Também nos relatos é possível identificar que ao longo do tempo o caráter e função da Casa Paraguaia foram mudando e o espaço, que serviu em algum período como contensão para os exilados, realizando ações que os beneficiavam, também em outros períodos foi ocupado por pessoas que eram indiferentes à problemática dos imigrantes.

O trabalho deles inicialmente foi para que os paraguaios conseguissem essa cédula de identidade daqui. A casa paraguaia tinha que ter sócios de nacionalidade brasileira, no mínimo 30%, e na segunda casa que se formou, que o nome já mudou, era 50%. Hoje o lugar está no nome de brasileiros. *(Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal).*

Era difícil pagar uma cuota, então era um clube de gente que tinha mais ou menos alguma coisa, e eu acho que a maioria dos clubes é assim... aqui tinha bastante paraguaio que tinha bens. Atualmente está fechado, existe a Casa paraguaia, mas ninguém vai mais, porque a maioria já morreu também. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Seguindo o entendimento de Boaventura de Souza Santos, partimos do pressuposto de que as identidades culturais não são fixas ou imutáveis, mas são “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (SANTOS, 1993, p.31). As negociações de sentido estão presentes nestas identidades, e em um espaço fronteiriço se fazem notar ainda mais através das diferenças que se encontram e articulam nas relações humanas e sociais que ali

se desenvolvem. Tendo essa linha de raciocínio, e a fim de embasar nossa ideia quanto à particularidade desses processos de negociação de sentidos em um espaço fronteiriço, também podemos trabalhar com a noção de entre-lugar articulada por Homi Bhabha. Sabemos que existem diferenças entre as visões dos referidos autores, porém, valorizamos ambas as contribuições, pois nos ajudam a pensar sobre a região e os sujeitos aqui apresentados. Segundo Bhabha, a perspectiva do entre-lugar encontra na fronteira sua definição como um lugar de novos arranjos sociais, de novas práticas e narrativas que fogem às bases do discurso nacionalista que se pretendem retílineas e unívocas. Esse entre-lugar se constrói como um espaço de micro realidades, estranhamentos e negociações entre o lado de lá e o lado de cá (BHABHA, 2008). Essas características citadas pelo autor aparecem em vários momentos das experiências dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Quando Margarita Baez, por exemplo, trazia no início deste capítulo sua experiência de sobrevivência econômica, atravessando a ponte para comprar mercadorias e revender do lado brasileiro; ou ainda quando Porfíria Blanco nos relata consumir diariamente o conteúdo noticioso e de entretenimento através da TV e rádios do Paraguai. São situações que representam uma micro realidade possibilitada e construída neste espaço fronteiriço. Estas foram e são experiências vivenciadas por grande parte dos migrantes que atravessam uma fronteira e passam a residir do outro lado, e passam também a conformar esse entre lugar, a vivenciá-lo e alimentá-lo conforme constroem suas relações, redes de contatos, seus vínculos afetivos, sociais e profissionais. Foi dentro desse espaço e vivenciando estas particularidades, que estiveram os exilados paraguaios em Foz do Iguaçu, com suas experiências atravessadas pelas dores e pelas lutas imputadas pela situação exilar, mas também pela singularidade da vivência no espaço fronteiriço.

## 2.7 A reorganização do núcleo familiar e a atuação das mulheres no exílio

*Está tan desamparada  
y es madre y padre a la vez.  
Derechos, ni el de la queja,  
por ser pobre y ser mujer*

*(Poema "Penas encimadas" de Carmen Soler)*

Dado o fato de crescer e viver em uma sociedade patriarcal, desde cedo as mulheres aprendem ou são incentivadas a assumir papéis socialmente pré-estabelecidos, como cuidar dos filhos e do lar. No contexto da ditadura esse rol tradicional da mulher enquanto dona de casa e esposa não mudou e foi, inclusive, reafirmado pelo regime ditatorial com uma ênfase no sentido de subordinação delas aos maridos e homens em geral. As violações de direitos cometidas durante a ditadura, incluindo a violência física, também foram empregadas de forma em que a discriminação de gênero fosse ainda mais aprofundada, como bem pontua o relatório final da CVJ:

Aunque la discriminación de género no puede considerarse solamente una consecuencia del sistema represivo, las violaciones de Derechos Humanos refuerzan, amplifican y profundizan esa discriminación validando la injusticia de género como normatividad social e instalan nuevas y peores formas de discriminación y violencia basadas precisamente en el género, tales como la esclavitud sexual, las distintas modalidades de tortura sexual, la privación de la libertad de hijos e hijas, la desintegración familiar, la exclusión social, entre otras. (CVJ, Informe Final, 2008, p.51)

Dentro do contexto do exílio a desintegração familiar e a exclusão social foram as principais ou mais frequentes situações vividas por elas fora do Paraguai. Também analisando pela perspectiva da resistência ao autoritarismo, aos papéis já pré-estabelecidos e ocupados por elas, foram somados outros onde as mesmas assumiram as tarefas da luta política. Assim, as trajetórias das mulheres no exílio possuem a particularidade da sobrecarga das tarefas assumidas enquanto esposas, mães e militantes.

Segundo a CVJ, no período de 1954 a 1989, os homens que foram vítimas da ditadura stronista pertenciam em maior número a partidos políticos, ficando os movimentos camponeses em segundo lugar em relação ao número de

militantes do sexo masculino que saíram para o exílio. O inverso ocorre no caso das mulheres, que pertencem em maior número a movimentos campestres e em segundo lugar a partidos políticos. O movimento com maior representatividade dentro desta migração feminina foi as Ligas Agrárias Cristianas, com mulheres provindas de departamentos como Caaguazú, Misiones e Paraguarí (CVJ, 2008).

Nos casos aqui analisados observamos que durante os episódios de saída para o exílio, as famílias se separavam para empreender a viagem de ida e a mulher era a encarregada de realizar a travessia com os filhos. Elas também foram em muitos casos o eixo central da reestruturação na nova realidade do grupo familiar no exílio.

O fato dos grupos de resistência armada serem compostos majoritariamente por homens ocasionava que as prisões decorrentes das atividades de militância atingissem a estes em maior número. Diante da falta dos companheiros e da figura paterna para as crianças, a mulher passava a ocupar papéis antes destinados aos maridos e se convertia na responsável pela família, empreendendo estratégias de sobrevivência econômica e cuidando sozinha dos filhos durante longos períodos. Situação esta que aparece com frequência nos depoimentos:

Foram as paraguaias que ficaram sem maridos, sem filhos, sem irmãos. Ele (se refere ao esposo) participava do movimento 14 de Maio, muitas vezes fiquei sem marido, nem sabia por onde ele andava. *(Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal).*

Eu tinha 10 anos, ele desapareceu, sumiu, foi embora e nós não sabíamos pra onde. Ficamos oito filhos, a minha mãe costurando, sustentando nós. Todo mundo falava que o meu pai tinha falecido e nós não sabíamos, ficamos assim sem pai, trabalhando. Depois de quatro anos chegou uma carta, tipo correio lá, aí o rapaz chamou a minha mãe, colocou ela dentro de um quarto para ler a carta pra ela e verificar se era para a minha mãe mesmo. Aí minha mãe leu e encontrou que era do meu pai que tinha mandado pra ela dando notícias que estava vivo, mas só isso, não disse onde morava, não contou nada, mas tivemos notícias dele, ficamos assim, foi a única notícia que nós tivemos, depois ficamos sem notícias de novo. Passou um bom tempo e ele chamou a minha mãe de novo e veio ao encontro dela aqui em Foz do Iguaçu. *(Domiciana Giménez, 73 anos, exilada em 1963).*

Com relação ao perfil de gênero dentro do contexto dos exílios no Paraguai do século XX, a historiadora Bárbara Potthast aponta que há uma mudança considerável em relação à presença das mulheres após a Guerra Civil de 1947, visto que a partir daí teve lugar uma migração de longo prazo se comparada com os movimentos existentes até então. A partir desse episódio, segundo Potthast, as mulheres passam a estar em maior número, buscando o asilo sozinhas ou com suas famílias. Esse fluxo mostrou uma clara diferença no modo como se reorganizaram homens e mulheres durante o exílio:

Mientras los hombres continuaron con los desplazamientos temporales en el campo o se concentraron en el sector de la construcción (en las ciudades y en las represas de Itaipu y Yacyretá), las mujeres se marcharon hacia los centros urbanos y de allí al exterior, sobre todo a Buenos Aires, para trabajar en el servicio doméstico (POTTHAST, 2010, p.333).

Assim, mais do que a mudança de um contexto estritamente doméstico, a condição do exílio exigiu uma reordenação das funções desempenhadas por elas neste núcleo familiar e em seus percursos políticos e socioeconômicos. Como também destacou Cossi (2008), as mulheres tiveram que dividir o seu tempo entre as tarefas domésticas que já desempenhavam e as atividades de militância ou atividades laborais fora de casa, pela necessidade econômica que surge com o novo contexto.

Nos casos em que seus companheiros se encontravam presos, a necessidade de dedicação da mulher aos filhos, que por algum tempo ficavam sem a figura paterna, aumentava. O trecho do relato a seguir ocorre em um contexto onde a entrevistada, que havia partido ao exílio após a repressão de 1976, apresenta os filhos ao marido, militante das LAC que havia estado dois anos preso no Paraguai.

Foi engraçado isso, porque ele chegou no começo de julho e tinha que apresentar ele para os filhos, sobretudo para o menor. Ele inclusive aprendeu português com o filho mais novo. Depois de um mês mais ou menos um padre amigo nosso do Rio Grande do Sul foi nos visitar, ele era nosso assistente da Juventude Agrária Católica. E esse meu filho é falador, até agora ele é muito de falar, e quando ele (o padre) chegou lá ele perguntou “esse também é nosso pai?” (risadas), porque claro, depois de todo esse tempo longe, ele não tinha ideia sobre o que era um pai. Foi bem, bem duro aí. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Os psicanalistas León e Rebecca Grinberg afirmam que a migração é uma experiência potencialmente traumática, seja em função de acontecimentos pontuais ou em relação ao conjunto de vivências novas que se impõe na vida deste imigrante e que podem ou não gerar uma situação de crise. No entanto, os autores também reconhecem que a crise em si pode ter sido o disparador para a decisão de emigrar, fato que se aplica à situação dos exilados. Pontuam, ainda, que a experiência migratória pode provocar impactos em qualquer etapa da vida, porém, os traumas ocasionados pelas ausências e pelas mudanças provocadas na rotina são assimilados de diferentes formas dependendo da faixa etária (GRINBERG, 1984). Nesse sentido, os relatos de Domiciana Giménez, Porfíria Blanco e Rigoberto Leguizamón trazem não somente a experiência da mulher que teve de assumir o sustento da família, mas também a experiência dos filhos que, ainda pequenos, ficaram sem a figura paterna e sofreram privações em decorrência da mudança de contexto familiar.

Eu deixava tudo arrumado, deixava a merenda, aí voltava ao meio dia para dar a comida, eles ficavam sozinhos na casa, tinham que ficar trancados. Depois minha filha entrou em trauma, porque chegou o tempo de ir na escola, ela já tinha mais ou menos cinco anos. Em Mato Grosso não faz nunca frio, o maior frio é 14 graus. Ela foi na escola, e estava esses 14 graus, maior frio do mundo (risos). E a professora fechou a porta e ela deu um grito que tiveram que trazer ela pra casa, ela não podia com lugar fechado. E até agora, tem que estar tudo aberto, senão ela reclama que está fechado, ela ficou com isso marcado, é incrível. *(Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976).*

Então foi isso, ele ficou na cadeia 11 anos e enquanto isso nós não tinha pai. Até ali nós éramos filhos de comunista, não éramos ninguém, porque meu pai era considerado um bandido. Continuamos trabalhando pra criar meus irmãos pequenos, até ali éramos em sete irmãos. *(Domiciana Giménez, 73 anos, exilada em 1963).*

Mas não foi fácil quando eu fiquei preso, não foi fácil pra ela (esposa) porque ficaram sem nada, então vieram aqui em Foz, ela arrumou serviço, mas as crianças tinham que tomar café com leite e só. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Para algumas mulheres as tarefas da luta política já faziam parte do cotidiano antes de sair ao exílio, mas para outras essa foi uma realidade que se apresentou somente na vivência exilar. Neste último caso, ao terem acompanhado os maridos e a família em função dos riscos que corriam ao



permanecerem no Paraguai, há uma imersão ou um despertar para a questão política que originou a saída do país. No entanto, em ambos os casos, tanto para aquelas que já possuíam uma trajetória de militância, como para aquelas que adquiriram durante o exílio, a sobrecarga de tarefas que recaía sobre si mesmas, as impedia também de dedicar mais tempo para a militância. Ainda que as mesmas conseguissem participar das atividades e reuniões organizadas pelos exilados ou por grupos políticos que prestavam solidariedade a estes exilados no Brasil, a prioridade do cuidado dos filhos e sustento do lar muitas vezes retirava a possibilidade de uma atuação maior nos espaços de resistência organizada.

No no, todavía no se hablaba mucho de este tema de género y eso de feminismo, todavía no había eso, pero había muchas mujeres. A mí me costó mucho, viste que a las mujeres cuesta más, porque tenés hijos, tenés eso y lo otro, cuesta más tener un protagonismo así dentro de una lucha política. Y después que por otro lado tenés que trasladarte de un lado para otro, y cuándo no hay recursos? es muy difícil todo. *(Diana Bañuelos, 66 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

O caminho era muito contraditório, porque como eu te digo, não dava, eu não participava. Porque às vezes não dava pra sair de casa por alguma coisa ou outra, e eu não participava. *(Alicia Morales, 80 anos, exilada em 1957, vinculada ao Partido Liberal).*

Ainda, dentro do novo contexto vivido no país de acolhida, apesar das dificuldades encontradas por essa sobrecarga, algumas puderam aproveitar os recursos locais da sociedade em que se inseriam para ganhar certa autonomia, ainda que isso não significasse uma divisão igualitária de tarefas no ambiente doméstico e nas relações conjugais e familiares. O que sim se pode notar a partir dos depoimentos é que estas mulheres encontraram a partir das novas estruturas e práticas advindas da difícil experiência do exílio, também a oportunidade de estudar, de participar e realizar projetos que no Paraguai talvez não tivessem a possibilidade ou abertura para fazer. Puderam, inclusive, construir sua militância sem estar sempre à sombra dos homens que as acompanhavam, sobressaindo-se à ideia de que eles é que eram os militantes políticos.

Em São Paulo estivemos quatro anos, aí as crianças começaram a estudar, só aí eu comecei mais ou menos a militar na rede de mulheres, junto com a Moema Vieser. Essa rede era mais com relação às mulheres que estávamos fora do país, paraguaias, uruguaias,

argentinas. Fazíamos reuniões e também fazíamos trabalhos na comunidade. A gente lutava muito pra que a mulher tivesse voz no movimento, mas não como um confronto, porque acho que isso dispersa muito, mas como uma luta necessária, porque no final, não é porque a pessoa é revolucionário (se refere aos companheiros) que também vê o problema. Depois quando chegamos aqui (Foz do Iguaçu) entramos na pastoral do imigrante, sobretudo para dar assistência a quem viesse, aos paraguaios em maioria que viviam aqui, então era um encontro que a gente fazia com os paraguaios mesmo. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Há uma frase no livro “Memória das mulheres do exílio” que sintetiza muito bem alguns sentimentos expressados nos relatos das entrevistadas desta pesquisa, logo na introdução as autoras são taxativas ao nomear um dos capítulos: “o exílio é o exercício da solidão” (COSTA; MORAES; MARZOLA; LIMA, 1980, p.25). A solidão está presente nos relatos das mulheres não somente no formato da saudade do que se deixou para trás, do estar sozinha por estar longe dos seus, mas também se vê refletida na solidão feminina que resultava das condições de sobrecarga e isolamento que enfrentavam nesse novo espaço exilar, pois, como pode-se perceber pelos depoimentos, o exílio exigiu um desdobramento desta em diversas funções.

Por fim, cabe novamente mencionar que aqui não buscamos realizar uma análise sobre a discussão de gênero na experiência da militância política, mas buscamos demonstrar que, embora a experiência de vida no exílio tenha transformado tanto as mulheres como os homens, a intensidade dessas transformações e a maneira pela qual essas mudanças estão intimamente ligadas às suas trajetórias de vida não são as mesmas. O lugar de poder reservado ao homem dentro da estrutura de nossa sociedade, também o ajudou a suportar melhor as perdas de status social, profissional e o isolamento que eventualmente o exílio lhes impôs (BRITO; VASQUEZ, 2007). Portanto, para além do processo de adaptação e reorganização que homens e mulheres viveram, entendemos que para as mulheres couberam processos de redescoberta, de desgaste e enfrentamentos mais profundos.

### **3. Militância Transnacional: as Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguuaio**

No terceiro capítulo vamos trabalhar especialmente com os laços estabelecidos com a comunidade em que se inseriram durante o exílio, resgatando as interações e a luta conjunta entre militantes de diferentes organizações paraguaias, bem como as diferentes organizações brasileiras que se somaram à pauta da democratização no Paraguai. Para tanto, analisaremos os dois eventos que mais aglutinaram essa militância na cidade, as duas edições das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguuaio (1984-1985). Estes eventos serão tratados no marco de uma arena transnacional de mobilização, onde os militantes paraguaios, já em um constante clima de reorganização em função das aberturas políticas da região e de uma etapa de efervescência após a formação do Acuerdo Nacional<sup>51</sup> no Paraguai, buscaram agrupar-se em torno da luta pela democracia.

Em Foz do Iguaçu, as Jornadas de Solidariedade eram organizadas pelo Comitê Latino-americano de Solidariedade com o Paraguai e recebiam grande apoio do semanário *Nosso Tempo*<sup>52</sup>, jornal que circulou entre a década de 1980 e 1990 e que tinha como seu diretor o jornalista Juvêncio Mazzarollo, principal idealizador dos atos de solidariedade aos paraguaios na cidade. Assim sendo, resgataremos brevemente as atividades do Comitê e o papel que desempenhou o jornal no âmbito das Jornadas.

No quarto tópico deste capítulo vamos tratar do contexto posterior à queda de Stroessner e a abertura política no Paraguai, abordando as circunstâncias que levaram os exilados a permanecerem no Brasil ou voltarem ao seu país. Ao explorar nestas narrativas as raízes fixadas em Foz do Iguaçu, também se abre o debate para as tensões presentes nas vivências construídas durante o exílio e o estado de ambiguidade criado pela possibilidade concreta do retorno. Desta

---

<sup>51</sup> Coligação político-partidária formada em 1979 entre o Partido Febrerista, Partido Demócrata Cristão, Partido Liberal e Movimento Popular Colorado, que visava enfraquecer a ditadura e intensificar a luta pela democracia.

<sup>52</sup> Ver Anexos 2 e 3.

forma, buscaremos refletir estas vivências e seus impactos na identidade destes sujeitos, debatendo como este espaço, que antes era exílico e obrigatório, se transforma em um lugar de residência permanente, onde os filhos e os netos são criados e se constroem novas relações e sólidos laços sociais, afetivos e políticos.

### **3.1 “Dónde se combinaba la denuncia, la lucha y la alegría”<sup>53</sup>**

A década de 1980 foi palco do enfraquecimento e queda dos regimes militares que ainda seguiam vigentes no Cone Sul. O processo de abertura no Brasil e na Argentina indicavam novos rumos para a região e davam força às denúncias contra o regime stronista. No próprio Paraguai, o desgaste da figura de Stroessner, as disputas internas pela sucessão do poder e a recessão econômica aprofundada entre 1981 e 1983, debilitaram o governo (LÓPEZ, 2012). Durante os anos que se seguiram, as denúncias contra as violações cometidas pelo regime foram ganhando corpo e espaço no cenário internacional, é neste contexto em que surgem as Jornadas de Solidariedade ao Povo paraguaio. Eventos com duração de dois a três dias, organizados em lugares onde havia coletivos de exilados paraguaios, tanto na América do Sul, quanto na Europa. As Jornadas tinham como principal objetivo “promover la unidad de las distintas fuerzas políticas y sociales, diseñar una estrategia conjunta y formular un modelo consensuado de transición a la democracia” (COSSI, 2008, p.96). Nos países vizinhos ao Paraguai, os eventos ocorreram em cidades fronteiriças onde havia números expressivos de exilados. Na Argentina a principal edição ocorreu na sede da casa Paraguaia da cidade de Posadas, departamento de Misiones, entre os dias 12, 13 e 14 de setembro de 1986. Como nas edições ocorridas no Brasil, reuniu além dos exilados, militantes e quadros políticos de várias nacionalidades que iam até aí prestar sua solidariedade. Essa edição é considerada a terceira, após a realização da primeira em 1984 e da segunda em

---

<sup>53</sup> Trecho da entrevista com Diana Bañuelos, de 66 anos, militante do Partido Febrerista, que fez parte da comissão organizadora da segunda edição da Jornada de Solidariedade, em 1985.

1985, ambas na cidade de Foz do Iguaçu. Identificamos no discurso dos entrevistados essa contagem (1ª, 2ª e 3ª) de edições, unificando-os como eventos regionais em uma sequência, ainda que nos documentos encontrados as edições apareçam por separado como “I e II Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai” no caso dos eventos ocorridos em Foz do Iguaçu e “Jornada de Solidaridad por Paraguay Libre” no caso do evento ocorrido em Posadas<sup>54</sup>.

No Brasil os exilados paraguaios se organizaram com atividades de denúncia em cidades onde estavam em maior número, a exemplo de São Paulo. Porém, através dos entrevistados e dos documentos encontrados foi possível reunir informações de que os eventos de solidariedade em um formato de jornada, como os que veremos aqui, ocorreram apenas na cidade de Foz do Iguaçu. Estes eventos se deram em duas edições que trabalharemos mais detidamente adiante, e serviram como espaço de integração entre paraguaios exilados de toda a região e brasileiros que, movidos pelo processo de abertura política posto em marcha no Brasil, e pela solidariedade aos povos que ainda se encontravam em regimes autoritários, ajudaram a organizar e difundir esse espaço de resistência.

Dos membros e entidades organizadoras, aparecem diferentes nomes em alguns documentos, no entanto, estão aqueles que se repetem nas fontes consultadas e dos quais foi possível reunir um maior número de informações. Portanto, aqui apresentaremos apenas o Comitê Latino-americano e falaremos da atuação do Jornal Nosso Tempo dentro do contexto dos eventos, pois foram estes que apareceram com frequência e de forma linear nos depoimentos e documentos que a pesquisa teve acesso.

O Comitê Latino-Americano<sup>55</sup> foi conformado no princípio da década de 1980, porém, nenhum dos entrevistados soube especificar um ano ou data exata de seu surgimento. Integrado por uma diversidade grande de militantes, participavam representantes de vários partidos da comunidade paraguaia de exilados, membros do diretório da juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e membros do diretório acadêmico da Faculdade de Ciências

---

<sup>54</sup> Ver anexo 08.

<sup>55</sup> Também aparece com o nome de Comitê Brasil-Paraguai-Argentina.

Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA). Ao longo de sua atividade, como conta o entrevistado a seguir, nunca foi fundado oficialmente como entidade – fato que também explica a imprecisão em sua data de surgimento –, mas funcionava como um coletivo de lutas que atuava em função da democratização dos países da região. Com isso, uma das marcas do comitê foi a sua pluralidade de vozes e representações:

Foram várias pessoas de várias forças diferentes, o pessoal ligado a igreja, a juventude católica. Na verdade não era um comitê formal, não existia uma diretoria ou presidência, era um comitê de lutas, a gente se reunia ali, mas cada um tinha o seu trabalho junto ao seu partido ou a sua frente. A gente se reunia porque o nosso objetivo era acabar com a ditadura militar, isso era o que nos unificava. Mas esse movimento (das jornadas) mais específico com o Paraguai começou mais ou menos em 1981 e foi até 1985, foram uns quatro ou cinco anos de atividades diretas e mais contato. Eu me aproximei da comunidade paraguaia na época, eles pediram apoio para ver se a gente podia auxiliar em alguma coisa, a própria colônia árabe também que tinha um movimento pró Kadafi naquele período. Então a gente acabou se estreitando e fazendo amizade, nos colocamos a disposição e começamos a apoiar a causa deles de plantar a democracia no Paraguai. No princípio a gente se aproximou das lideranças como o Domingo Laíno, quando ele veio pra cá se refugiou uma época aqui em Foz do Iguaçu, a gente deu um auxílio em ajudar com toda a logística de apoio. E também a criar um movimento como o que aconteceu no Colégio Agrícola depois. Do Comitê participavam umas 25 pessoas em média, porque o pessoal tinha medo de ir também neste tipo de atividade, porque ainda era tudo muito monitorado. *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

As mobilizações empreendidas na cidade também ganhavam apoio da comunidade local que se solidarizava com a causa democrática. Os eventos organizados muitas vezes receberam apoio logístico ou financeiro de sindicatos e de comerciantes da cidade. O fato de não ter uma sede oficial fazia com que as reuniões do comitê fossem itinerantes, por vezes na casa de algum dos militantes que participava das mobilizações ou, ainda, em lugares cedidos por membros da comunidade local. Um dos casos curiosos a respeito desse apoio da comunidade foi a ajuda prestada pelo comerciante Mohamed Barakat, considerado uma figura de destaque na cidade e citado em informes do SNI

como “líder da comunidade árabe em Foz do Iguaçu”<sup>56</sup>. Barakat era vigiado pela polícia política sob suspeita de “disseminar a ideologia de Kadhafi” e radicalizar setores do PMDB, partido ao qual era filiado. Este é um caso que chama a atenção, pois novamente nos apresenta um cenário local de lutas muito particular em relação à diversidade de atores sociais que nele atuavam. Como destacam os entrevistados a seguir, apesar das diferentes linhas políticas, fosse dentro dos grupos que se solidarizavam, ou dentro da própria comunidade de exilados, uma pauta central de luta se sobressaía e os mobilizava.

Uma pessoa que deu uma ajuda substancial e que não tinha nada que ver com a história, é o Mohamad Barakat. Ele tinha um depósito de mercadoria, uma loja de roupas e de tecido na Avenida Brasil e cedeu esse depósito para gente fazer as primeiras reuniões. Ele não tinha nada a ver, mas como ele era naquela época muito ligado ao Kadhafi, à Líbia, à esquerda, aquelas coisas dele, ele se aproximou muito da gente, acho que a partir da nossa ação que ele ficou solidário. *(Aluízio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia).*

E na época eles lutavam por democracia lá no oriente, só que a gente não entendia muito bem todo aquele negócio do Kadhafi, então em algumas lutas a gente estava junto, tanto nos nossos eventos, como no geral. Então a gente se aproximou muito com o movimento deles. Depois de algumas reuniões informais a gente acabou sendo amigos, a gente ia seguido lá, ele era um cara que apoiava, inclusive financeiramente, ajudava a fazer o boletim, existia esse tipo de apoio, uma meia dúzia de empresários que ajudava, porque éramos todos jovens e não tínhamos dinheiro. O ponto central era a questão da democracia, porque a ditadura podia estar em qualquer país, então o que unia a gente era essa luta, lutar pela democracia, pela liberdade. *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

Já o Jornal Nosso Tempo apoiou os eventos de solidariedade e ações em função destes eventos, atuando como porta voz dos mesmos, divulgando as atividades e denunciando a repressão que recaía sobre a militância. O periódico circulou com o formato tablóide e chegou a ter uma tiragem de 6.000 exemplares em seus dois primeiros anos de circulação, quantidade que caiu para 1.500 no último ano de circulação. Foi, durante seus 14 anos de existência, um importante veículo de comunicação alternativa na região<sup>57</sup>. A linha editorial e política

---

<sup>56</sup> Ver anexos 10 e 11.

<sup>57</sup> Em 2011 foi criada a plataforma digital que atualmente hospeda as edições digitalizadas do Jornal. Através do endereço <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/> é possível conhecer

assumida pelo jornal levou os três diretores a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), porém, somente o jornalista Juvêncio Mazzarollo foi condenado a um ano de prisão, tendo a pena aumentada para quatro anos, tornando-se “o último preso político do Brasil” (BLANC, 2016). A prisão de Mazzarollo desencadeou uma campanha nacional pela sua libertação, fato que só ocorreu após uma greve de fome feita pelo jornalista, quando então escreveu direto da prisão o artigo “Liberdade ou Morte!”, publicado na edição nº 113, de 7 a 13 de abril de 1984. Segundo Jacob Blanc:

Por ser preso depois de que a abertura já estava bem encaminhada, Juvêncio foi autorizado a continuar a escrever de dentro da sua cela e de lá ele manteve uma coluna semanal em Nosso Tempo – um privilégio não estendido a jornalistas presos no início do regime militar. Isso oferece a oportunidade de analisar suas escritas antes, durante e após seu encarceramento. (BLANC, 2016, p.07).

Até 1984 a cidade de Foz do Iguaçu não elegia prefeito através de eleições diretas e o contexto regional e local em função da construção da Usina Hidrelétrica de Itapu, bem como o fato da Lei de Segurança Nacional reforçar as medidas de segurança e repressão, conformavam um cenário de tensão. Nesse contexto, o jornal nasce e permanece durante toda sua existência com um forte caráter denunciante, o que acarretava uma vigilância por parte dos órgãos repressivos à redação do Nosso Tempo. Os membros do periódico, no entanto, souberam dar uso à perseguição que sofriam lançando uma campanha de divulgação do jornal cujo slogan era: “Leia, assine e divulgue o jornal mais perseguido do Paraná”.

Em Foz do Iguaçu a ideia de realizar a primeira jornada parte da mobilização iniciada pela liberdade de Remígio Gimenez. Após vários atos em protesto e denúncias veiculadas no Jornal Nosso Tempo, o grupo então mobilizado articula a proposta de organizar eventos onde fosse possível reunir a militância trazendo quadros políticos exilados na Argentina e também os que seguiam na clandestinidade no Paraguai, como relata Palmar, que na época era um dos jornalistas do periódico:

Pelo Gimenez, que estava preso e em greve de fome no presídio de

---

sua história de forma mais aprofundada e acessar todo o material que antes apenas podia ser encontrado em versão física na Biblioteca Pública Municipal de Foz do Iguaçu.



Tacumbu, nós fizemos varias manifestações em frente ao consulado. Nós brasileiros e os paraguaios, e os filhos de paraguaios. Os velhos mesmo não iam tanto, eram mais os jovens. Fazíamos as manifestações ali em frente ao consulado, até que surgiu a ideia de fazermos as jornadas de solidariedade. (*Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia*).

Ambas as edições das Jornadas tiveram grande impacto na região e chegaram a repercutir em diversos veículos de comunicação nacionais e internacionais. As mesmas também foram fortemente vigiadas pelos colaboradores do regime stronista em Foz do Iguaçu, fato que se comprova com a grande documentação encontrada no acervo do Archivo del Terror, onde estão relatos detalhados de cada dia de evento, nome de participantes e organizadores, bem como descrições minuciosas dos discursos proferidos pelos presentes, como veremos a seguir.

### **3.2 A diversidade na trincheira de luta - Primeira edição (1984)**

A primeira edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai ocorreu entre os dias 11 e 12 de agosto de 1984 e teve como sede o Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. A marca do evento foi a grande diversidade do público presente, com representações de partidos, movimentos sociais, sindicatos e também instituições como a Associação Latino-americana de Advogados<sup>58</sup>. O apoio logístico, financeiro e de divulgação vinha de diversas fontes. A primeira delas eram os próprios organizadores que se colocavam enquanto militantes da causa paraguaia e, através das insígnias do comitê, do Jornal Nosso Tempo e do diretório acadêmico da Faculdade de Foz do Iguaçu, arrecadavam doações da comunidade local e contribuições do comércio. Algumas das refeições realizadas durante a jornada, por exemplo, foram oferecidas em um restaurante da cidade com preço diferenciado aos participantes do evento. A hospedagem para os que vinham de fora também ficou a cargo de famílias que se

---

<sup>58</sup> Ver anexo 12 e 13.

voluntariaram e hotéis que cederam espaço ou hospedaram também a um preço mais baixo.

A mobilização para o evento foi prévia com o envio de convites<sup>59</sup> às organizações de exilados, organizações estudantis, sindicatos e partidos. Além do envio de cartas com a proposta do evento, representantes do comitê de solidariedade também foram pessoalmente à capital Asunción conversar com algumas representações para reafirmar o compromisso solidário para com o país e reforçar a importância do evento no marco das aberturas políticas que se ensaiavam na região. A viagem até lá, com a finalidade que possuía, acarretava riscos importantes ao cruzar a fronteira e produzia grande tensão entre os envolvidos, conforme relata Grellman:

Na época eu fui escolhido, eu e a Silvana Canal, uma jornalista, para irmos para Asunción distribuir os convites para os partidos de oposição. Foi terrível, me lembro até hoje, a gente chegou lá de madrugada de ônibus e começamos a andar com o pessoal da juventude do partido liberal lá em Asunción e ir na casa dos líderes dos partidos. A juventude de lá na época auxiliou a irmos pessoalmente na casa dos dirigentes dos partidos todos. Fomos seguidos todo o tempo, depois ficamos sabendo. Aí eu me lembro quando voltamos, pegando o ônibus de madrugada, saindo de Asunción, foi o momento mais tenso. O ônibus parou, a polícia mandou parar, aí entraram os militares com uma lanterna grande e foram direto no assento em que eu estava, miraram bem com a lanterna no meu rosto, tipo dando um recado, “nós sabemos que você está aqui e o que você está fazendo”. Depois que cruzamos a ponte a Silvana falou “nunca mais eu vou pro Paraguai”. Essa passagem me marcou muito, de ir até lá. Porque ninguém queria ir levar os convites, e naquele momento eu pensei o que eu tinha pra perder e eu não tinha nada a perder, não tinha namorada, não tinha família, hoje já não sei se faria de novo, era aquele momento. Ninguém queria nem atravessar a ponte, imagina levar convite chamando para toda oposição vir participar de evento aqui. E o que a gente fazia era uma visita na verdade. Até porque o que foi tirado na reunião aqui é que não adiantaria apenas mandar o convite, porque o pessoal não viria, tinha que ir até lá explicar o que era essa luta, então esse foi o meu papel na época, de pegar os convites, ir até Asunción, bater na casa de cada um, ficava lá uns 15 ou 20 minutos e explicava a importância da questão. *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

Além dos representantes dos partidos e movimentos paraguaios que conseguiram enviar delegações para as jornadas (ao total foram dois ônibus com

---

<sup>59</sup> Ver anexo 10.

participantes), estiveram presentes representações vindas da Argentina, como o Acuerdo Paraguayo en el Exílio, a Juventud Política Paraguaya en el Exílio, Juventud Solicialista Unificada, a Confederación Paraguaya de Trabajadores en el Exílio (CPT) e representantes da Juventud Peronista. Também estiveram presentes no evento figuras como o jornalista Paulo Schilling, o maestro Hermínio Gimenez, o pesquisador Juan Díaz Bordenave e o jornalista e integrante da OPM Luis Alonso. Na foto abaixo, do acervo pessoal de Mirtha Baez<sup>60</sup>, aparecem da esquerda para a direita: 1) Paulo Schilling 2) Luis Alonso 3) Juvêncio Mazzarollo e 4) Aluizio Palmar.



*Figura 4 - Painel de debate da Primeira Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguai em Foz do Iguaçu (1984).*

A participação e o apoio da igreja nunca foram exatamente afinados ou universais para com os movimentos de resistência e consequentemente com as ações promovidas para denunciar as ditaduras. No entanto, este posicionamento, que ocorria de forma flutuante e por setores específicos, também ficou registrado nos depoimentos dos entrevistados e nos documentos que a pesquisa teve acesso. O trabalho que a Comissão Justiça e Paz realizou junto aos presos políticos e exilados a partir da década de 1970, foi um apoio

---

<sup>60</sup> Mirtha é filha de Margarita Giménez, entrevistada nesta pesquisa.

que repercutiu internacionalmente e que deu ainda mais força para as denúncias realizadas em relação às violações aos Direitos Humanos cometidas pela ditadura stronista.

Eu era um ateu, mas o Juvêncio não, o Juvêncio era um ex-seminarista muito ligado ao bispo, então ele facilitou muito. A igreja católica ajudou muito a gente, o bispo aqui era progressista, então foi muito importante a participação da igreja nas jornadas. O Dom Olívio (Olívio Aurélio Fazza, primeiro bispo de Foz do Iguaçu) não mostrou a cara mas ajudou e alguns padres ajudaram, as freiras da pastoral do imigrante ajudaram muito também. É importante essa parte da participação da igreja, dos contatos da igreja no Paraguai, porque eles trouxeram gente pra cá. E depois tinha uns religiosos de medianeira, uns padres holandeses que também estavam presentes. *(Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia).*

Para o contexto de repressão que a juventude da época conhecia, muitos dos quais haviam crescido durante ele, viver um ambiente intenso de reivindicação e protesto era algo novo, um cenário que até então não havia sido experimentado por muitos, ou que já era algo muito distante na memória de outros. Para estes a Jornada significou bem mais do que um evento ou uma reunião de militância, pois representou o marco de uma nova fase onde reunir-se, solidarizar-se e denunciar abertamente as violações do regime stronista era possível. Nesse sentido, ter o apoio de religiosas e religiosos que muitas vezes enfrentavam-se com os poderes locais para poderem atuar em defesa das vítimas das ditaduras, era também um marco para esta nova fase. A participação de representações religiosas<sup>61</sup> terminava também por desconstruir a imagem de uma igreja que por muito tempo se omitiu e foi conivente com os regimes autoritários da região, visto que naquele novo cenário que começava a aparecer, a mesma estendia a mão e se colocava ao lado da militância. O relato de Diana Bañuelos, uma das representações do Partido Febrerista que ajudou a organizar as jornadas e levar a militância desde Asunción até Foz do Iguaçu, exemplifica esse novo contexto:

Entonces al trasladarse a otros países y ver que ellos tuvieron experiencias de marchas callejeras y experiencias de otros tipos y verles tan abiertos, no como nosotros muy temerosos, sino gente ya que militaba en el PT. Allí se cantaban muchas músicas, música al Che Guevara y músicas así bastante fuertes para personas que estaban escuchando muchas veces por primera vez eso. Y como te digo, de

---

<sup>61</sup> Ver anexos 15 e 16, informe do Departamento de Polícia da Capital Asunción que registra discursos das representações religiosas no evento.

acá fue mucha gente, inclusive fueron monjas de Paraguay, no sé de qué congregación, pero fueron. Vos sabés que había un compañero nuestro que decía que se cantaba al Che Guevara y al Fidel y esos, y las monjitas aplaudían también (risadas), me entendés? Esos fueron hechos llamativos, la tolerancia que había, y creo que esa palabra, tolerancia, es muy importante. El hecho de que las monjitas aplaudieron, a él le llamó la atención en el sentido de que como había una intolerancia al que pensaba diferente, era un poco ya como una cuestión para nosotros clara que vos era diferente, o comunista o socialista, ya era realmente motivo de represión. Entonces que allá (Brasil) se hablara tan claramente de los hechos, que acá ya se hablaba pero en los círculos más pequeños, y allá lo hablaron también los argentinos, los brasileños, como un núcleo así juvenil de diferentes partidos y de diferentes países que estaban ahí cerquita nomás de la región, a otros que vinieron más lejos. (Diana Bañuelos, 66 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).



Figura 5 - Foto publicada em reportagem da edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo sobre as Jornadas de Solidariedade ao Povo Parguaio.

O jornalista Juvêncio Mazzarollo, um dos principais mobilizadores das jornadas, havia saído da prisão quatro meses antes da primeira edição do evento em Foz do Iguaçu. Juvêncio foi o responsável por realizar a saudação de abertura do evento, onde fez um discurso resgatando às dívidas históricas do Brasil para com o Paraguai, ressaltando o genocídio ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança. O jornalista finalizou essa parte de sua fala afirmando: “Se

no passado e no presente encontramos forças unidas para manter a escravidão, também devem unir-se as forças democráticas para a conquista da liberdade e da justiça” (MAZZAROLLO, 1984, p. 04). O discurso foi publicado na íntegra na edição nº132 do Jornal Nosso Tempo<sup>62</sup> que dedicou três páginas completas desta edição para visibilizar a jornada.

Durante o evento foram trabalhados os temas “Solidariedade e Integração Latino-americana”; “Imprensa no Paraguai”; “Itaipu e Política externa do Paraguai”; “Política Brasileira e Argentina em relação ao Paraguai” e “Direitos Humanos no Paraguai”. Alguns dos convidados que participariam das mesas de debate não puderam estar presentes, a exemplo da liderança do Partido Liberal, Domingo Laíno. Em função da repressão e de possíveis complicações ao cruzar a fronteira, muitos dos que não puderam se fazer presentes enviaram cartas e comunicados para serem lidos durante o evento, a exemplo da CRPO (Centro de residentes Paraguaiois de Oberá) e do escritor Adolfo Perez Esquivel, que por seu trabalho de coordenação junto à SERPAJ havia recebido em 1980 o prêmio Nobel da Paz. Esquivel enviou sua manifestação para ser lida durante o evento, bem como entidades e comitês de exilados em outros países da região e também países europeus como França e Espanha.

---

<sup>62</sup> Ver Anexo 11.

# EXILADOS APOSTAM NO FIM DA DITADURA STROESSNER



**Representantes de sete Países e membros de 57 entidades participaram da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai. Página 8**

Figura 6 - Manchete da edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo sobre a Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai.

Durante os dias de evento uma dinâmica de vigilância reforçada foi realizada na fronteira para monitorar a entrada e saída de possíveis participantes e o conteúdo dos materiais que carregavam. Esse controle estabelecido na Ponte da Amizade chegou a barrar alguns participantes que buscavam chegar até Foz do Iguaçu. A respeito deste fato, uma denúncia foi feita pelo Jornal Nosso Tempo citando o paraguaio Alejandro Stumpfs, membro do MOPOCO que teria ficado detido na aduana de Puerto Presidente Stroessner. O jornal também denunciou a presença de agentes infiltrados nas atividades das jornadas, fato que pode ser constatado com a riqueza de detalhes presentes nos informes da polícia stronista sobre os eventos<sup>63</sup>. Ainda na edição nº 132 a reportagem sobre o evento relata que: “Naqueles dias o governo de Alfredo Stroessner montou forte aparato policial-militar na fronteira com o Brasil e estabeleceu um rígido controle na Ponte Internacional da Amizade, provocando engarrafamentos no trânsito. Também não faltou a expressiva presença no encontro de agentes da Polícia Federal do Brasil, da Itaipu Binacional, da Polícia e do Exército Paraguaio – aos quais os organizadores não hostilizaram, mas ironizaram e até forneceram generosamente alimentação e hospedagem” (NOSSO TEMPO, 1984, p.08). Durante a entrevista, recordando destes fatos, Aluzio Palmar comenta:

Quem monitorou as jornadas de solidariedade foi a assessoria da Itaipu. A assessoria de segurança AESI tinha gente infiltrada. Como sabiam que era um evento público, de repente aparecia alguém lá. E diversas vezes durante a plenária nós denunciávamos a presença de pessoas infiltradas ali. *(Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia).*

As fotos a seguir, também são do acervo pessoal de Mirtha Baez e mostram parte do público presente no primeiro dia de evento.

---

<sup>63</sup> Ver Anexo 14.





*Figura 7 - Público presente na conferência de abertura da Primeira edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio no salão do Colégio Agrícola de Foz do Iguacu.*



*Figura 8 - Público presente na conferência de abertura da Primeira edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio no salão do Colégio Agrícola de Foz do Iguacu.*

Segundo relatos dos entrevistados essa foi, se comparada com a de 1985, uma edição menor em termos de público e organização. A força da segunda edição em comparação com a primeira ocorreu por diversos fatores, o primeiro deles consideramos ser o contexto de abertura oficial no Brasil com a eleição indireta de Tancredo Neves. O segundo foi a segurança adquirida com a realização da primeira edição, onde os envolvidos puderam colocar “à prova” os primeiros ares de liberdade que a cidade e a região começavam a respirar. Desta forma, a primeira edição serviu como um plano ousado que deu certo e, portanto, possibilitava a continuação deste tipo de evento como espaço de resistência e integração. Já para o ano de 1985, com o fim do governo militar no Brasil, essas atividades – e não somente as que ocorreram no Brasil, mas também as que foram empreendidas nas cidades fronteiriças da Argentina, na capital Buenos Aires e em Montevideu, no Uruguai, onde foram realizados seminários da SERPAJ – “preparam o terreno” regionalmente, para os movimentos que ganhavam força dentro do Paraguai, a exemplo dos atos da Asamblea de la Civilidad em 1987 e da Marcha por la Vida em 1988<sup>64</sup>.

Sí, la primera jornada realmente fue con mucho menos participación. Y también menos organizada, todavía la represión en Argentina era muy fuerte, todavía seguía siendo. Y de alguna manera la dictadura brasileña y argentina no se habían ido totalmente, después sí realmente es que ya sube Alfonsín y el radicalismo, esa ya es la época en que nosotros nos planteamos la Asamblea de la Civilidad acá. *(Victor Duré, 72 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

Foi algo que não acontecia em Foz do Iguaçu, por isso te disse que Foz do Iguaçu é um pouco mais reacionária, e um evento desses foi um acontecimento na cidade. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

---

<sup>64</sup> As Asambleas de la Civilidad foram atos “relâmpago” coordenados por opositores ao regime em distintos pontos de Asunción. Durante os atos a militância se reunia, aglutinava os presentes, realizava discursos e se dispersava rapidamente antes da chegada da polícia stronista. O mesmo método foi usado para organizar a Marcha por la Vida, considerada o último grande ato público chamado pela oposição antes da queda de Stroessner. Os militantes assignavam dois ou mais locais para realizarem os atos e saírem em marcha, para desta forma confundir a polícia que ia ao encontro de um grupo com a finalidade de dispersá-lo, quando em outro ponto já acontecia um novo ato. (CVJ, Informe Final, 2008).

Por fim nos parece que o saldo desta primeira edição foi primeiramente a quebra do silêncio que se vivia em relação às denúncias da ditadura stronista em âmbito internacional. Com isso, se alcançou um encorajamento da juventude que participava dos eventos em um caráter de formação, pois reuniu, concentrou forças e motivou o público presente a seguir se organizando e denunciando. A Jornada de 1984 serviu como uma preparação para a segunda edição, consolidando alianças entre a militância brasileira e paraguaia e estabelecendo vínculos de colaboração com igrejas, com a comunidade e o comércio local que apoiavam e legitimavam cada vez mais as mobilizações. A respeito dos frutos desta primeira edição, Diana Bañuelos avalia:

Un encuentro regional te permite encontrar en otros países también tus mismas inquietudes. Y nos oxigenó este evento, parece que renació una esperanza, salíamos nosotros de un pesimismo. Y como te digo, si eran eventos muy lejanos, solamente iban uno o dos dirigentes, sin embargo, la posibilidad de hacerlo así en las fronteras...tuvimos muchos éxitos en los eventos regionales, donde se combinaba la denuncia, la lucha y la alegría, eran factores motivantes. Y para nosotros era muy importante tener militantes que vayan rompiendo con el miedo y en otros lugares había gente que, no te hablo que no tuvieran miedo, pero que ya estaban en otras circunstancias, más avanzados en términos de libertad. *(Diana Bañuelos, 66 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

### **3.3 “Intensificar a Solidariedade” Segunda edição (1985)**

A segunda edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio ocorreu entre os dias 17 e 18 de agosto de 1985 na sede do Oeste Paraná Clube de Foz do Iguaçu. Esteve presente grande parte da militância que havia estabelecido contato no ano anterior, mas dessa vez somavam-se novos dirigentes e personalidades públicas como o Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel. A publicidade realizada em função da presença de Esquivel no evento, agregou novas proporções à sua divulgação e repercutiu na mídia internacional. Na organização deste edição, se mantiveram as mesmas entidades e a mesma forma de colaboração por parte da comunidade local, mas com o crescimento e divulgação internacional da proposta, o evento chegou a receber apoio de

comitês de exilados de vários lugares, inclusive com contribuições financeiras de exilados que estavam em países Europeus, visto que o evento era totalmente gratuito para os participantes, realizado em base a doações e arrecadação através de fundo solidário.

A seguir, uma carta do “Comité Latinoamericano” organizado na capital Suíça, Berna, onde os integrantes, na figura do diretor e secretário do Comitê Suíço, se solidarizam com o evento. Em nota ao final da carta informam sobre o envio do comprovante de uma transfrência no valor de 100 dólares, em apoio à realização da segunda edição da Jornada.



COMITE  
LATINOAMERICANO

¡LIBERACION!

fundado el 6. marzo 1982, Berna, Suiza

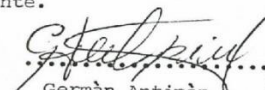
Berna, 19 de julio de 1.985.-

Al  
Comité Latinoamericano  
Foz de Iguazú:

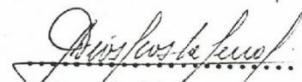
En nombre del "Comité Latinoamericano" de Berna, organismo que nuclea a latinoamericanos y suizos de esta ciudad, uno de cuyos objetivos fundamentales es la solidaridad con la lucha de nuestros pueblos, y cumpliendo, precisamente, con dicho objetivo - hace llegar su solidaridad fraterna y combativa a la "II Jornada de Solidaridad con el pueblo paraguayo", que hace 31 años viene luchando contra la dictadura más sangrienta de nuestro continente sin encontrar hasta ahora el camino de su liberación. Estamos seguros, - sin embargo, que más temprano que tarde el pueblo paraguayo encontrará la senda que le conduzca a su segunda y definitiva Liberación.

Al mismo tiempo debemos hacer llegar nuestra solidaridad a la gloriosa Revolución Popular Sandinista, que hoy más que nunca necesita de nuestra solidaridad y de todos los países, organizaciones políticas y gremiales, personalidades amantes de la Paz y de la Justicia, para detener la agresión del Imperialismo Yanki, que ha costado ya miles de vida de campesinos, maestros, técnicos, etc., como - también millones de dólares en daños de infraestructura, maquinarias, escuelas, hospitales, etc. y con un 40% de su presupuesto dedicado a la defensa. Por todo esto, debemos reclamar la autodeterminación del pueblo de Sandino, sin ingerencia extraña, para que Nicaragua edifique la sociedad que ha elegido.

Reiterando así nuestro apoyo a la "II Jornada de Solidaridad", nos despedimos de los compañeros integrantes de ese Comité fraternalmente.

  
Germán Antipán  
Sec. de Org. y de Rel.



  
Juan de Dios Acosta M.  
Presidente

Nota: Adjuntamos fotocopia de un giro enviado en apoyo a la "II Jornada de Solidaridad" por valor de 100 Dls.-

Esta segunda edição teve como palavras de ordem "Intensificar a solidariedade" com a finalidade de fortalecer os laços entre as juventudes latino-americanas presentes e afirmar o compromisso internacional de denúncia ao governo Stroessner. O documento final com as diretrizes do encontro foi assinado por 22 entidades estudantis e operárias (do Brasil, Paraguai, Argentina

e Chile)<sup>65</sup>. A repercussão internacional desta segunda edição é um fato que pode ser constatado através das diversas cartas e declarações<sup>66</sup> enviadas por entidades e organizações de exilados, de partidos políticos e de movimentos sociais solidarizando-se com o evento. Bem como, pode-se notar o efeito causado através das matérias publicadas em jornais de diversos países a respeito do evento<sup>67</sup>. Uma das lideranças da juventude Febrerista que esteve presente nesta segunda edição foi Victor Duré, quem chegou a fazer parte da segunda formação da OPM. Ele e Diana Bañuelos, casados na época, militaram ativamente nos eventos de solidariedade realizados na região. Duré recorda:

Era un momento de reflujo total. Y nosotros teníamos por una parte que romper el aislamiento de Stroessner, y buscamos entonces vincularnos internacionalmente. Teníamos esa vinculación con el campo obrero también, nos apoyaron mucho en Brasil los sindicatos obreros. Y desde luego la militancia de los exiliados y de la gente de Foz de Iguazú. *(Victor Duré, 72 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

A mobilização gerada pela expectativa do evento é um fato que também se observa através do aglutinamento de entidades em prol da divulgação e arrecadação de fundos para a viagem até Foz do Iguaçu. Segundo declara o jornalista Luis Alonso em uma das cartas enviadas a Juvêncio Mazzarollo e publicada na edição de número 191 do Jornal Nosso Tempo: “Em Buenos Aires foi formado um comitê de apoio à jornada constituído pelo Movimento de Solidariedade Pátria Nova; Movimento Independente de Trabalhadores Paraguaios; Confederação Paraguaia de Trabalhadores Unitária no Exílio; Agrupamento de Trabalhadores 1º de Maio; Movimento de Solidariedade Argentino-Paraguaio (MOSAP), Movimento Operário Paraguaio no Exílio; Comissão de familiares de paraguaios desaparecidos na Argentina; e Movimento Paraguaio de Solidariedade e Luta”<sup>68</sup>. Desde Oberá, Misiones, Argentina, o

---

<sup>65</sup> Ver anexo 02.

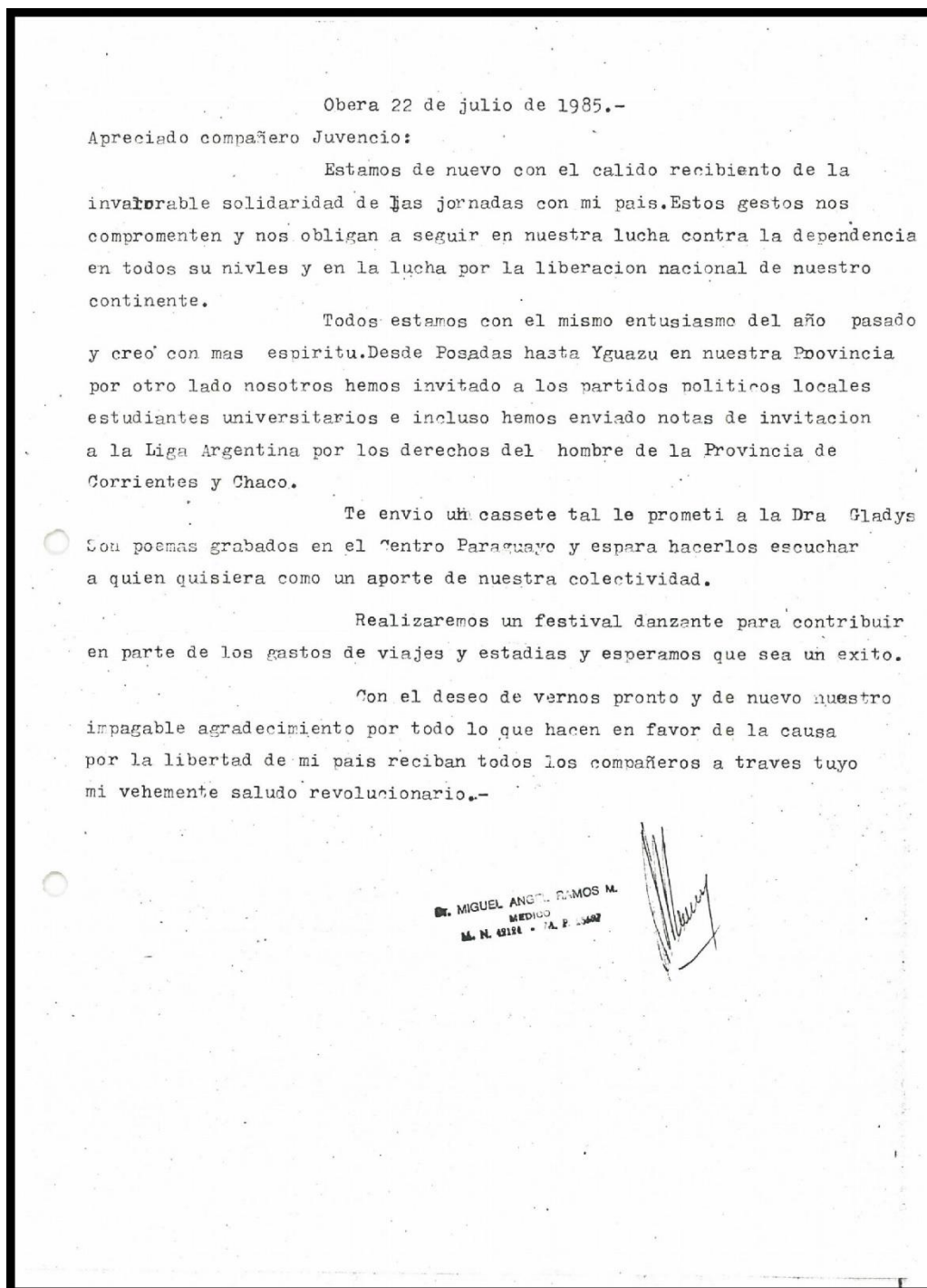
<sup>66</sup> Ver anexos 24, 25 e 26.

<sup>67</sup> Uma série de mais de 300 arquivos documentando a segunda edição da Jornada está disponível na plataforma digital do projeto Brasil Nunca Mais. Em anexo neste trabalho foram inseridos alguns dos quais consideramos mais relevantes para nossa pesquisa, porém, é de grande importância fazer-se conhecer estes e outros documentos que podem ser acessados através do link:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=&pesquisa=Pesquisar>.

<sup>68</sup> Ver anexo 17.

médico Miguel Ángel Ramos informa sobre a realização de um festival para a arrecadação de fundos para a viagem.



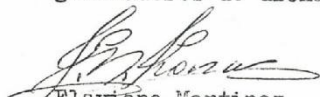
Além disso, as confirmações de participação e o envio de representações que chegavam de diversos agrupamentos, de distintos países, se somaram durante os meses de julho e agosto à divulgação do evento.

Confederación Paraguaya de Trabajadores  
CPT Unitaria en el Exilio



Buenos Aires, 15 de agosto de 1985.

Por la presente certificamos que los compañeros Julio Querey y Luis Andino han sido designados por nuestra organización delegados para el II Jornada de Solidaridad con el Pueblo Paraguayo a realizarse los días 17 y 18 de agosto en la ciudad de Foz do Iguacu, República Federativa del Brasil. Se expide el presente para ser presentado ante las organizadores de dicha Jornada y ante quien pudiera corresponder.



Flaviano Martinez  
Secretario General



Jorge Alberto Eiras  
Secretario de Organización



ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS  
Asesoría Jurídica

-DELEGACION MISIONES-

Callao Nº 569, 1º piso Ofic. 15 (1022) Buenos Aires  
Tel. 46-4382/45-2061  
Domicilio postal: C. C. 52, Suc. 2 (1402) Buenos Aires



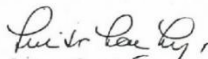
Posadas, 15 de Agosto de 1985.-

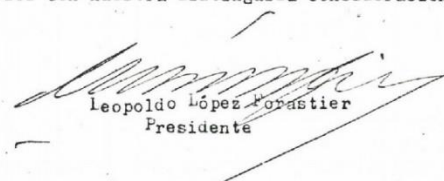
Al COMITE LATINOAMERICANO DE FOZ DE IGUAZU y Otros  
FOZ DE IGUAZU

De nuestra mayor consideración:

Tenemos el agrado de dirigirnos a Uds. con motivo de la 2da. Jornada de Solidaridad con el pueblo paraguayo; a la que nuestra institución ha sido especialmente invitada, para hacerles saber que la Sra. FULVIA BORDON y el Sr. JORGE GUANES, han sido designados representantes de la Filial Posadas para asistir a dichas Jornadas, para llevar la expresión de solidaridad y participar en el encuentro a realizarse los días 16 y 17 del etc.


Al augurarle el más amplio éxito en tan importante evento, nos complacemos en saludarlos con nuestra distinguida consideración.

  
Luisa L. de Leyes  
Secretaria

  
Leopoldo López Corastier  
Presidenta

De diversas partes do mundo exilados enviavam suas declarações de apoio e solidariedade, apostando na queda do regime através da pressão

internacional. O advogado Martín Almada, desde o exílio em Paris, enviou uma carta a Juvêncio onde declarava que: *"Foz de Iguazú pasará en la historia de América como el punto de partida de la democratización del Paraguay pasando previamente por la unificación de la familia paraguaya con el apoyo del pueblo hermano brasileño"*. A seguir, o documento na íntegra:

 united nations educational, scientific and cultural organization  
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

7, place de Fontenoy, 75700 PARIS

téléphone : national (1) 577 16 10  
international + 33 1 577 16 10  
télégrammes : Unesco Paris  
télex : 204461 Paris

CARTA PERSONAL

référence : Paris, 5 de agosto de 1985

Señor:  
Juvencio Mazarolo  
Foz de Yguazú  
Brasil

Mi querido amigo: Después de un largo e injustificado silencio me es grato renovarte mi afecto personal y al mismo tiempo hacerte llegar mi voz de aliento a la formidable cruzada de amistad brasileño/paraguaya que estás impulsando desde ese lejano pero romántico lugar de Foz de Yguazú.

Foz de Yguazú pasará en la historia de América como el punto de partida de la democratización del Paraguay pasando previamente por la unidad, digo, unificación de la familia paraguaya con el apoyo del pueblo hermano brasileño.

Por el cargo que ostento, lastimosamente, no me será posible hacerles llegar un telegrama de solidaridad al evento, II Jornada, pero así tengan la plena seguridad que impulsaré a las organizaciones francesas para que se pruncien en ese sentido.

En el transcurso del mes de diciembre estaré por Foz y allí aprovecharemos para conversar más detenidamente.

A más del saludo, mi intención es avisarte que una delegación de la CMOPE (Confederación Mundial de Profesionales de la Enseñanza), la que se ocupó de tu caso, visitará 16 y 17 de agosto, Huerta Grande, Córdoba donde tendrá lugar el Congreso de los Educadores Argentinos. 18 y 19 de agosto en Asunción, Paraguay. Para ubicar a la delegación dirigirte a la dirección y teléfono del Dr. Rafael Benítez Torales (que obra en poder de Rudy). Te consigno la dirección y teléf. de la Confederación de Trabajadores de la Educación de la Rca. Argentina Rivadavia 2009, 2o. Piso, Capital Federal. Teléf. 49.04.91. Esto es en el caso de que quieras hacerte sentir.

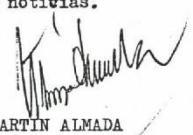
LA INFLUENCIA DE LAS EMPRESAS MULTINACIONALES EN LA EDUCACION EN AMERICA LATINA. Es el tema que estoy investigando. En el caso de que encuentres algún documento referido al asunto, te ruego encarecidamente hacerme llegar.

Qué me cuentas de Aloisio?

¿Cuándo te vienes por Europa? En Francia, digo, Paris, mi Apartamento está a tu entera disposición.

Aguardo con interés tus noticias.

Muy fraternalmente.

  
MARTIN ALMADA

*Un fuerte abrazo a Aloisio.*

Durante os dois dias de eventos foram formados grupos de trabalhos para discussão das seguintes pautas: 1) A democratização do Cone Sul – processo democrático brasileiro, argentino e paraguaio; 2) Problemática camponesa do Paraguai – política agrícola, estrutura fundiária, penetração brasileira, sem terra e ocupações, conflitos no campo, organizações camponesas, entidades de apoio, métodos de ação, reforma agrária, a juventude do campo, a mulher do campo e Direitos Humanos; 3) Problemática sindical do Paraguai – legislação sindical, estrutura sindical, processo de organização e luta, juventude operária, mulher operária e Direitos Humanos; 4) Problemática político-partidária – legislação eleitoral e partidária, correlação de forças políticas, partidos, perspectiva de união contra a ditadura, juventude política, a mulher e a política, militarismo e política e Direitos Humanos; 5) Itaipu Binacional – vícios do tratado, revisão do tratado e política de cooperação binacional.

O evento também contou no sábado com uma noite cultural de apresentações artísticas e foi encerrado no domingo com um ato de solidariedade à Nicaragua, onde o governo Sandinista enfrentava as duras investidas dos grupos contra revolucionários, e ao Chile, que seguia sem sinais de abertura com o regime de Pinochet.



*Figura 9 - Mesa de abertura da 2ª edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguio.*

Na imagem acima , também do arquivo pessoal de Mirtha Baez, vemos os integrantes da mesa de abertura da 2ª edição da Jornada de Solidariedade, com o então prefeito de Foz do Iguaçu Perci Lima, o jornalista Juvêncio Mazzarollo e o escritor Adolfo Perez Esquivel ao centro, respectivamente 1º, 3º e 4º da esquerda para a direita.

Ambas edições (1ª e 2ª) foram secretariadas por alguns dos organizadores. Segundo Aluízio Palmar, as atas de reuniões e manifestos resultantes dos espaços de discussão se encontravam em arquivo pessoal de Juvêncio Mazzarollo, ao qual infelizmente esta pesquisa não teve acesso<sup>69</sup>. Como deliberação final das jornadas foi indicada a publicação de um livro que nunca chegou a ser finalizado. Desta forma, tais deliberações e propostas foram encontradas unicamente em reportagem da edição nº184 de agosto de 1985 do Jornal Nosso Tempo, que traz um relato com os principais encaminhamentos das plenárias e grupos de trabalho do evento. Também como deliberação do evento foi redigida e enviada a seguinte carta ao então presidente do Brasil, José Sarney, onde assinam todas as entidades participantes. Na mesma os remetentes denunciam o impedimento que foi realizado na fronteira para que muitos cidadãos paraguaios não pudessem atravessar e, portanto, não pudessem participar do evento. Citando os artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, solicitam ao presidente brasileiro que exija do presidente paraguaio o “respeito ao convencionado na Organização das Nações Unidas”.

---

<sup>69</sup> Após o falecimento de Juvêncio em 2014, este acervo pessoal ficou aos cuidados da filha do jornalista, que atualmente vive na cidade de Curitiba. O contato com a mesma foi realizado em três oportunidades durante o ano de 2017, mas infelizmente não foi possível obter acesso aos arquivos mencionados.

GA  
0611453+  
0817.2254

611453MNCQ BR  
452475PMFI BR

EXCELENTISSIMO SENHOR  
JOSE SARNEY  
DIGNISSIMO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DISTRITO FEDERAL

NOHS, PARTICIPANTES DA II JORNADA DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO QUE ESTÁ SE REALIZANDO NAS DEPENDÊNCIAS DO OESTE PARANÁ CLUB DE FOZ DO IGUAÇU-PR, NESTA DATA, VIMOS DENUNCIAR IMPEDIMENTO DE CO-IRMÃS PARAGUAIOS DE ATRAVESSAREM A FRONTEIRA DE SEU PAIS, A FIM DE PARTICIPAREM DESTA EVNTO.

SOLICITAMOS DE VOSSA EXCELENCIA QUE EXIJA DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, GENERAL ALFREDO STRESSNER, RESPEITO AAS DETERMINACOES DO CONVEN - CIONADO NA ORGANIZACAO DAS NAÇOES UNIDAS - ONU EM SUA "DECLARACAO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS", MAIS PRECISAMENTE EM SEU ARTIGO - XIII PARAGRAFO I E II QUE DIZ:

I) TODA PESSOA TEM DIREITO DE CIRCULAR LIVREMENTE E A ESCOLHER SUA RESIDENCIA NO TERRITORIO DE UM ESTADO.  
II) TODA PESSOA TEM DIREITO A SAIR DE QUALQUER PAIS INCLUSIVE, DO PROPRIO E A REGRESSAR A SEU PAIS.  
DENTRO DOS PRINCIPIOS DEMOCRATICOS DA NOVA REPUBLICA, ONDE TODA A NAÇAO DE BANDEIRA EM PUNHO LUTA PELA DEMOCRACIA.  
ESPERAMOS PELA PRESENTE QUE SEJA SACRAMENTADA A MAIS CRISTALINA E SALUTAR JUSTICA.

FOZ DO IGUAÇU, 17 DE AGOSTO DE 1985

ENTIDADES PARTICIPANTES:

JORGE GIMENES - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRANTICO-BRASILEIRO-PMDB  
CARLOS ALBERTO DE SOUZA - PMDB - SETOR JOVEM  
JUVENTUDE ESTADUAL DO PMDB  
ADELDIR ROSSI - COMISSAO ESTADUAL PROVISORIA DO PC DO B  
FEDERACIOH JUVENIL COMUNISTA-SECTOR SECUNDARIO  
UNIVERSITARIOS DE MISIONES - ARGENTINA  
COORDINADORIA ARGENTINA DE SOLIDARIDAD CON NICARAGUA  
JUCELIA BILLO - PASTORAL DOS MIGRANTES  
AGRUPACION INDEPENDIENTE - MISIONES - ARGENTINA  
SINDICATO DOS METALURGICOS DE SAO PAULO  
ASSOCIACAO BRASILEIRO - CHILENA DE AMIZADE  
CENTRO PARAGUAIO OBRERA  
MOVIMENTO DE SOLIDARIDAD ARGENTINO-PARAGUAIO (MOSAP)  
DIRETORIO ACADEMICO 7 DE JUNHO - FACISA  
HECTOR ENEBELO  
DIANA BANUELOS  
SECRETARIA NACIONAL DE LA JUVENTUD REVOLUCIONARIA FEBRERISTA  
JOSEH GIL OJEDA - CAMPESINO  
PASTORAL OPERARIA DE CURITIBA - PR  
COMISION DE FAMILIARES DE PARAGUAIOS DESAPARECIDOS EN LA ARGENTINA-  
LUIS ALONSO  
PERONISMO REVOLUCIONARIO  
JUAN BOGADO - MOVIMIENTO INDEPENDIENTE DE TRABAJADORES PARAGUAIOS EN  
LA ARGENTINA  
ALBERTO GONZALES  
GREGORIO GIMENEZC  
CONF. PARAGUAYA DE TRABAJADORES  
VANSQUEZ JULIO CESAR  
SINDICATO DOS METALURGICOS DE SANTO ANDREH-SAO PAULO  
ARNALDO FREITAS - VICE-PRESIDENTE DA UPES  
ELTON FULBER - PRESIDENTE DA UPES  
ELTON FRACH FORSCH - SECRETARIO DE IMPRENSA E DIVULGACAO  
MIRIAM URGONI - ASSOCIACAO INDIGNISTA - MISIONES-ARGENTINA  
COMISION DE CAMPESINOS DE ARGENTINA  
RODOLFO EDUARDO BOGADO - REVISTA SINTESIS  
CENHSIO DE ARAUJO BARBOSA - PT REGIONAL-PR.  
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CURITIBA-PR  
MARIA DAS GRACAS ZACHARIS - MOV. ASSOCIACAO DE BAIRROS DE CURITIBA-PR  
SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA EN AMERICA LATINA  
FEDERACION JUVENIL COMUNISTA - BUENOS AIRES - ARGENTINA  
CENTRO DE FORMACAO E ESTUDOS SINDICAIS DE CAMPINAS-SP.  
CENTRO DE ASSESSORIA AA MOVIMENTOS POPULARES - CAMPINAS - SP.  
CUT-CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES REGIONAL I CAMPINAS-SP.  
ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADEESTADUAL PAULISTA-  
ILHA SOLTEIRA-SP.  
SECKT. RELACOES INTERNACIONAIS P.D.T. SP  
ENCUENTRO DE LA JUVENTUD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES-ARGENTINA  
UPES-UNIAO PARANATENSE DE ESTUDANTES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU  
UNIAO TOLEDANA DE ESTUDANTES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU-UTES  
PEDRO PA  
PEDRO PAULO - SINDICATO DOS MOTORISTAS DE SAO PAULO  
SINDICATO DOS CONDUTORES DO ABC SAO PAULO  
JULIO ALLARCON - COMISION PERONISTA POR LOS DERECHOS HUMANOS ARGENTINA  
*Juanito Pizzarello - coordenador de Jornadas*

\*  
611453MNCQ BR  
452475PMFI BR

Da segunda edição saíram ainda as propostas para a realização da terceira edição do evento, que ocorreu na cidade de Posadas no ano seguinte. Assim sendo, um outro ponto interessante a ressaltar da integração promovida pelas ações das Jornadas de Solidariedade é o alinhamento de forças militantes a nível internacional, de maneira que houvesse uma continuidade das ações de denúncia em formato de jornada no país vizinho e, ainda, uma conexão de movimentos sociais com pautas reivindicatórias similares, como comenta Victor Duré:

Los encuentros en la frontera tuvieron realmente mucha importancia. Yo creo que eso les fue muy útil a los que ya estaban haciendo un trabajo internacional, verdad, porque fue una combinación de esfuerzos de cosas que se dieron. Fue un foro social con la participación de organizaciones, campesinos, inclusive realmente hubo representantes en ese momento de los sin tierra, estaban también. Y ahí por debajo se dio justamente la unión de los sin tierra con el movimiento campesino paraguayo, empezó ahí a haber un vínculo. *(Victor Duré, 72 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

Um dos pontos que gostaríamos de destacar aqui a respeito destes eventos, é que tanto a organização como o público dos mesmos eram integrados por exilados e militantes de distintas organizações e posições político-ideológicas que coincidiam na luta contra a ditadura stronista. Registrados nos documentos que a pesquisa teve acesso e nas entrevistas realizadas estão membros do Partido Liberal, Partido Febrerista, do MOPOCO, da OPM, das Ligas Agrárias e movimentos e entidades de paraguaios exilados que não levavam oficialmente uma sigla partidária, mas eram compostos por membros ou simpatizantes de distintos partidos. Também é fundamental destacar o trabalho conjunto de brasileiros e paraguaios na mobilização de ambas as edições.

O importante ali que eu me recordo, é desse intercâmbio que acontecia, que a gente tinha com a juventude do Partido Liberal e Febrerista, foi importante porque era uma troca de experiências, éramos todos jovens, uma troca de experiências e também um encorajamento, pois eles pensavam “se aqui no Brasil estão fazendo porque a gente não pode”, e vice-versa. Mostrava que tinha gente de diversos cantos da América Latina lutando por essa causa. Então foi importante porque depois a gente manteve os encontros bimestrais, de dois a três meses, tudo clandestino, mas a gente ia pra lá, ou eles vinham pra cá. Mantivemos contato, até hoje, passaram os anos todos, mas às vezes temos contato com eles, que hoje alguns são deputados lá. *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

Pra que você não se sentisse sozinho, para que você visse que alguém estava se importando com você, nesse sentido foi muito importante. E depois também o fato de se encontrar, essa solidariedade, de se encontrar e discutir as mesmas coisas e ver onde a gente estava, foi sim muito importante nesse sentido. (*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

Isso, no entanto, não quer dizer que não houve tensões com relação a estas diferenças, mas sim é possível dizer que muitas delas foram trabalhadas de forma a serem superadas com o fim específico de mobilizar conjuntamente a juventude, aproveitando um novo momento que se desenhava na região para denunciar o regime e pressionar pelo seu fim. Com relação a estas tensões, o próprio Jornal Nosso Tempo publicou na reportagem de divulgação do evento o seguinte trecho mencionando algumas ausências de participantes que deixaram de ir, não por uma impossibilidade logística ou por segurança, mas por diferenças no seio do partido Liberal:

Particularmente da parte de personalidades e organizações paraguaias convidadas, houve uma série de ausências devido a fatores que vão da má compreensão da filosofia aberta e rigorosamente democrática do encontro, passando pela falta de honestidade e coerência de determinados "líderes opositoristas" paraguaios — muitos deles pagos pelo próprio regime para fazerem oposição — e terminando no medo crônico de se manifestarem, ainda mais em atos desta natureza e em outro país onde, no caso do Brasil, há uma lei de estrangeiros inteiramente paranóica<sup>70</sup>.

Outro ponto importante a destacar é que estas atividades desenvolvidas pelos exilados demonstram que o afastamento do país não significava necessariamente o afastamento da participação política. O fator da proximidade territorial, é claro, foi uma peça fundamental para a consolidação dos eventos. Em função disso, houve também uma ajuda e intercâmbio entre os militantes exilados na Argentina e no Brasil, pois muitos destes foram até Foz do Iguaçu para participar dos eventos. Os militantes que entrevistamos e que estiveram presentes também na Jornada realizada em Posadas, afirmam que de todas as edições, das quais se referem como uma sequência de três eventos, a segunda edição ocorrida em Foz do Iguaçu foi a maior em sentido organizacional e de assistência do público. Segundo Duré:

---

<sup>70</sup> Ver anexo 01.

Eso significó por sobre todo la participación de los obreros brasileños, uruguayos, argentinos y también ya de personalidades como por ejemplo Perez Esquivel, Premio Nobel de La Paz. Y se logró un objetivo, porque esa gente que vino a participar no es que vinieron a calentar la silla, eran militantes obreros, eran dirigentes obreros, y que llevaron realmente consciencia de la necesidad de apoyar la lucha por la democracia en el Paraguay a partir realmente de la presión internacional. Porque prácticamente fue por eso que el Paraguay paso a tener mayor presión internacional, también por el trabajo muy importante que hicieron los del grupo ex OPM, que tenían muchos vínculos internacionales también. Porque organismos internacionales como el ACNUR, ellos tenían muchos vínculos a nivel de la burocracia internacional y para nosotros fue importante porque pasamos a sentirnos más protegidos también, e incluso había más espacio. Teníamos más espacio de poder, digamos así, de poder expresarnos. *(Victor Duré, 72 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

Ainda, se faz interessante discutir o alcance e a potência destes eventos, que adquiriam também um caráter de formação da juventude e da militância, incluindo especialmente os filhos dos exilados e a geração que havia crescido no exílio ou em um Paraguai completamente vigiado e reprimido em relação a manifestações políticas contrárias ao governo. Fato que se pode observar nas fotografias, onde é possível ver crianças e adolescentes presentes entre o público assistente. Para Diana Bañuelos:

Estos eventos a nivel de juventud tenían un efecto muy importante porque muchos de ellos que fueron, volvían muy militantes, porque era esa motivación que le daba ese apoyo regional, y el Brasil también para nosotros tuvo siempre mucha importancia. La gente se anotaba para ir, y fue gente de acá de muchos sectores y de organizaciones sociales, de acá de los bañados, de la chacarita, y todo ese pueblo participó por primera vez de un evento así regional. Porque viste que irte a Buenos Aires y a puntos más lejanos solamente podían hacerlo los dirigentes. Yo fui a varios eventos internacionales y regionales, pero para llevar así un grupo grande, dos vehículos completos ya era difícil. Y esa vez nosotros logramos pagar dos vehículos, con los cuales fuimos hasta allá. *(Diana Bañuelos, 66 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*





*Figura 10 - Público participante da Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguáio.*



*Figura 11 - Venda de camisetas promocionando a Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguáio.*

Através dos depoimentos pudemos perceber que o clima que se viveu durante as jornadas foi importante para quebrar com o silêncio e o medo que as ditaduras haviam instaurado nos três países que conformam a tríplice fronteira. Do lado brasileiro esse território, através de sua dinâmica própria também marcada pela condição de zona de segurança nacional, nem sempre acompanhou as liberdades que iam sendo adquiridas no resto do país durante a década de 1980, vide o caso já citado da prisão política de Mazzarollo e da perseguição ao Jornal Nosso Tempo já durante a abertura política. Por outro lado, as dinâmicas e características singulares dessa região também possibilitaram o surgimento de práticas de resistência política que consideramos únicas pela composição dos grupos que aí se encontraram, pelo formato das atividades que empreenderam e finalmente pelo processo de integração que nasce a partir das mesmas.

Acho que as jornadas tiveram um papel muito importante, porque aqui era uma cidade comprometida, cúmplice de muitas coisas, sempre foi, cumplicidade das elites iguaçuenses com as ditaduras tanto do Brasil quanto do Paraguai. A gente sofria muita repressão sabe, devido ao nosso posicionamento contra a ditadura do Stroessner. Porque? Devido aos negócios. Pra você ter uma ideia, o embaixador do Stroessner aqui em Foz do Iguaçu era um agente policial. *(Aluizio Palmar, 79 anos, jornalista, perseguido político da ditadura brasileira e militante pela causa paraguaia).*

Essa integração, ainda que pontual, caminhou em sentido contrário àquilo que propunham os governos da época através da Operação Condor, visto que foi conformada por um conjunto de atores sociais e iniciativas espontâneas de solidariedade, resistência e, porque não dizer, sobrevivência diante do terrorismo dos Estados brasileiro e paraguaio. Assim, ousamos afirmar que as Jornadas não só formaram parte de um conjunto de ações que ajudou a trazer de volta a democracia no Paraguai, como foram também uma peça chave que impulsionou o retorno da mesma, pois deu visibilidade internacional aos atos de violações cometidos no país. Ao criar um espaço onde militantes exilados, lideranças políticas e personalidades públicas pudessem relatar suas experiências, contribuir com análises sobre o regime militar que seguia vigente até aquele momento e, sobretudo, prestar solidariedade àqueles que haviam sofrido a violência institucionalizada pela ditadura, as Jornadas estabeleceram um ponto de encontro democrático em suas duas edições. Foram eventos que

materializaram um movimento de transnacionalização da luta pela democracia nos países da região, condensando pautas em comum e centralizando o fim das ditaduras como a principal delas. Nas palavras de Grellman e Diana:

Elas aconteceram durante a luta contra os regimes militares, então não teve nenhum planejamento de 'vai iniciar e terminar em tal época'. A luta principal da juventude era para a revogação da lei de segurança nacional, para que houvesse eleição direta para prefeitos e a organização da sociedade, que era uma coisa muito forte, estava totalmente desorganizada. Então era 24 horas em função disso, e o que é mais bonito disso é que era um trabalho voluntário, ninguém ganhava nada, esses anos da minha vida toda eu não conto pra aposentadoria (risos). *(Carlos Grellman, 63 anos, jornalista, na época presidente da juventude do MDB e militante pela causa paraguaia).*

Yo creo que estos dos eventos en Foz de Iguazú pudieron darme a mí ya la dimensión y la importancia que tenían los eventos regionales. Creo que fue el ejemplo claro del éxito que se puede lograr en eso. Viste que cuándo tenés una interacción de este tipo, regional así, vos ya tenés otra mirada, que no te lo dicen los libros, sino la propia práctica política. *(Diana Bañuelos, 66 anos, militante do Partido Febrerista, fez parte da comissão organizadora das Jornadas de Solidariedade).*

Por fim, entendemos que não foram realizadas outras edições em Foz do Iguaçu em função de uma dispersão da militância no contexto de reorganização e redemocratização do Brasil, muitos dos quais se lançavam a cargos políticos ou entravam de alguma outra forma para a política institucional. No entanto, a semente plantada durante os eventos continuou sendo cultivada em diversos espaços de resistência na região e dentro do próprio Paraguai onde cada vez mais eram empreendidas marchas e atos de denúncia. Desta forma, acreditamos que as jornadas foram uma das formas em que se materializou a resistência dos exilados e também a intenção de integração dos povos localizados na fronteira.

### 3.4 Raízes do outro lado da fronteira: permanecer ou voltar?

*No soy de aquí, ni soy de allá  
no tengo edad, ni porvenir  
y ser feliz es mi color  
de identidad.*

*(Facunco Cabral)*

Já a partir da segunda metade da década de 1980, a pressão internacional em função das denúncias de violações cometidas pelo regime, repercutia dentro do Paraguai, que passou a ser condenado abertamente em fóruns internacionais. A ONU foi uma das organizações que “monitorou” o curso do regime stronista durante sua última década de existência, produzindo informes a respeito da realidade paraguaia. O país chegou a ser incluído no “Procedimento 1503” da Comissão de Direitos Humanos, estabelecido pela organização para “las situaciones que parezcan revelar un cuadro persistente de violaciones manifiestas o fehaciamente probadas a los DDHH y a las libertades fundamentales en un determinado país” (COSSI, 2008, p.97). Somado a esse contexto estavam as divergências dentro do partido Colorado em relação ao sucessor de Stroessner. Tais divergências se aprofundaram entre o setor de “militantes stronistas”, ala mais dura dentro do partido que seguia convencida da perpetuação do governo através da sucessão pelo filho de Stroessner, e o setor “tradicionalista”, ala menos dura que se encontrava mais afastada do poder e exatamente por isso via-se ameaçada pela hegemonia dos militantes (GOIRIS, 1996). Em função desta quebra dentro do partido, e de todos os fatores externos que pressionavam pelo fim do regime de mais de três décadas, em 03 fevereiro de 1989 assume o poder através de um golpe o general Andrés Rodriguez, comandante do primeiro corpo de exército e sogro do filho de Stroessner.

A notícia da queda do ditador foi vivida com euforia por exiliados paraguaios de todas as partes do mundo. O fim da era stronista representava uma vitória para todos aqueles que durante anos atuaram pela democracia, e para os familiares daqueles que perderam a vida lutando contra o autoritarismo.

Em 1989, o ano em que caiu Stroessner, e ele soube, ele já estava em

cama, já muito doente, mas ele soube e ficou feliz. Ele falou: “agora eu posso ir no Paraguai”. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

Era chegado o momento que possivelmente todo exilado havia sonhado quando deixou seu país, porém, com o passar do tempo e com todas as mudanças que viveu esse sujeito, o plano do retorno muitas vezes se chocava com a realidade de uma vida já estabelecida no Brasil. Começava então a desenhar-se uma situação de profundo conflito novamente, onde os primeiros momentos de alegria e entusiasmo, para muitos, foram posteriormente substituídos por momentos de angústia e incerteza, pois deviam agora tomar a difícil decisão de permanecer no país de asilo ou voltar ao Paraguai e recomeçar do zero. Mesmo para aqueles que já haviam decidido permanecer no Brasil, a possibilidade do retorno e o fim da motivação primeira que os fez sair do Paraguai, remexia com sentimentos e planos de retorno que haviam sido realizados em algum momento, pois até mesmo para estes era necessário agora “oficializar” esta permanência no Brasil consigo mesmos. A esse respeito, León e Rebecca Grinberg consideram que:

Las fantasías de volver, presentes en toda migración, pueden sufrir diversos destinos: quedar como proyectos pospuestos para el futuro pero que, entre tanto, son fuente de secreto placer y compensan las vivencias de desarraigo que subsisten; pueden realizarse parcialmente a través de viajes esporádicos, de visita, y pueden concretarse en un retorno más permanente. Cada una de estas posibilidades está preñada de implicaciones posibles y puede dar lugar a sentimientos muy complejos y variados. (GRINBERG, 1984, p.214).

As variantes implicadas na decisão de ir ou ficar eram muitas. A primeira delas tratava dos vínculos afetivos e profissionais estabelecidos no país de asilo. Muitos dos exilados após tantos anos longe do Paraguai já haviam tomado decisões que a princípio, como descrito no capítulo anterior, pareciam difíceis ou impossíveis devido ao desejo e expectativa de voltar, como, por exemplo, adquirir bens e ou constituir família no Brasil. Além disso, a rotina criada ao longo dos anos e a educação dos filhos também eram pontos que pesavam na hora da decisão.

Eu pensava em voltar quando Stroessner saísse do poder, mas passou o tempo, as crianças aqui já estavam todas crescidas, eu já tinha três filhas e pelos estudos delas acabamos ficando. Lá eu ainda tinha primas que eu ia visitar, meu pai morreu justo quando eu estava preso,

e sólo primos eu tinha, tios já não. Na cidade onde eu nasci possivelmente tenha sobrinhos, mas que nem me conhecem. *(Rigoberto Leguizamón, 82 anos, exilado em 1960 e em 1970, vinculado ao MOPOCO).*

Outra variante que tocava principalmente os campesinos exilados era a questão da posse da terra, pois os mesmos ao voltarem já não teriam acesso a ela e muitos já haviam mudado para um ritmo de vida urbano. O mesmo ocorria com comerciantes como no caso de Rigoberto, que teve seu restaurante expropriado durante o regime. A apropriação indevida de bens, como anteriormente sinalado, foi uma prática constante do governo autoritário que muitas vezes seguiu perseguindo os parentes mais próximos dos presos políticos, pressionando-os ao ponto de que os mesmos se vissem obrigados a deixar o país e os bens que possuíam para trás, os quais seriam rapidamente usurpados pelo regime (ARELLANO, 2012). Portanto, voltar sem posses e sem possibilidade de renda fixa era mais um motivo que afastava a ideia do regresso após a queda da ditadura. Por outro lado, voltar e não encontrar as mesmas pessoas, familiares e amigos, companheiros que se foram, também gerava uma sensação de retornar ao ponto zero, a um lugar quase desconhecido.

Durante a vivência exilar estes sujeitos buscaram aferrarse a elementos de sua cultura, tentando de certa forma “permanecerem iguais” para que fossem reconhecidos quando chegasse o momento de voltar (COSSI apud RODRÍGUEZ, 2008). Somente quando se dá a possibilidade de retorno, quando os mesmos regressam, seja para recomeçar no Paraguai ou apenas para visitar, é que se dão conta do quanto mudaram, percebem efetivamente que “la imagen de su país, que ha sido idealizada en el transcurso de los años, no se corresponde con la que tienen en su mente, en primer lugar; y en segun lugar, ellos mismos han cambiado, nada les parece igual, no piensan ni sienten como antes” (COSSI, 2008, p.115). O trecho do depoimento a seguir dimensiona alguns dos conflitos existentes na trajetória daqueles que não voltam de forma permanente ao Paraguai em função destas implicações:

Embora eu possa escolher voltar pra lá, depois de muitos anos você não é de lá também, você não é de nenhum lugar no final. Esse é o drama pior, porque com o tempo, o que eu iria fazer lá também? A minha geração se foi, por mais que seja meu país, é outra coisa, esse

é o drama mais doloroso que eu tenho, de não ser daqui e nem de lá.  
(*Porfíria Blanco, 76 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

O sentimento de “não ser daqui, nem de lá” relatado por Porfíria talvez seja um dos lugares comuns entre a grande maioria dos exilados. Ainda que muitos sintam-se já inseridos na comunidade do país que os acolheu, carregam consigo lembranças, referências e elementos de sua terra natal. Seguirão sendo, ainda que passem muitos anos, estrangeiros vivendo neste país, fato que produz um sem fim de questionamentos. A participação política, que outrora foi eixo central na vida destes sujeitos, se torna secundária ou adquire outros formatos. O voto, por exemplo, durante muitos anos não foi permitido aos paraguaios que viviam no exterior, decisão que mudou apenas em 2013 a partir de um plebiscito onde ganhou o sim, aprovando o voto em países estrangeiros como Argentina, Brasil, Espanha e EUA. No entanto, foi somente a partir das eleições gerais de 2018 que de fato mesas receptoras de voto foram instaladas no Brasil e, na ocasião, apenas na cidade de São Paulo. O Brasil também é um dos poucos países da região a não permitir o voto de estrangeiros residentes, exceto em caso de naturalização, que somente pode ser solicitada após 15 anos de residência fixa em casos de que o solicitante não possua antecedentes penais. Desta forma, a participação política em um âmbito oficial por parte de exilados e imigrantes em geral, se restringe a movimentos ou entidades sociais, fato que aprofundava o conflito interno vivido pelos exilados, visto que a militância política atravessava a vida destas pessoas. Em Foz do Iguaçu, o Centro de Direitos Humanos foi um dos pontos de encontro para que estes sujeitos pudessem apresentar suas pautas, bem como exercitar sua militância em defesa de causas que unificavam a comunidade local. Este espaço, bem como a Casa Paraguaia – ainda que esta tenha tido um caráter mais recreacional – foram lugares que proporcionaram uma espécie de conexão dos paraguaios com suas raízes, seja em um âmbito cultural ou de militância política, ainda que, como relata Porfíria a seguir, o conflito com relação ao sentimento de pertencimento ao lugar siga sendo uma constante na trajetória de quem migrou.

Aqui, eu sou intrometida, eu sempre posto, falo o que penso, mas tem vezes que até eu falo, pra quê? Porque você não tem uma participação efetiva, politicamente você não é ninguém, e nós temos as leis também sobre os estrangeiros. Então você não é de nenhum lugar no final. Por mais que lá seja o meu país, é outra coisa, até pra você conversar política, que até tenho o privilégio de ter a televisão aqui e ver tudo o que acontece lá e aqui também, tem vezes que eu não sei se foi lá que aconteceu ou aqui (risos). Mas mesmo assim você não tem uma participação política, eu posso ir nas reuniões do Aluizio (se refere às reuniões do CDH), mas eu não sou daqui, somente até certo ponto posso opinar. Eu me sinto dessa maneira. (*Porfíria Blanco, 79 anos, militante das Ligas Agrárias, exilada em 1976*).

A larga duração da ditadura foi um dos pilares de sustentação das decisões de permanência nos países de asilo para onde se destinaram os exilados paraguaios. A ditadura mais longa da região, com uma duração de 35 anos, forçou muitos destes a perderem a esperança do retorno, obrigando-os a uma busca de estabilidade e planos de vida no Brasil. Os casos de longas ditaduras e exílios extensos do século XX, como no caso Europeu com a ditadura franquista na Espanha e na América Latina com a ditadura Stronista, suscitam a questão do tempo como ponto chave desencadeador de outras variáveis na experiência exilar, como a permanência no país de acolhida e o impacto nas novas gerações de filhos e netos de exilados. A socióloga Soledad Lastra, ao analisar as políticas de retorno e reinserção de exilados ressalta que: “los tiempos de duración del exilio son sumamente importantes, porque impactan en los retornos, en las condiciones en las que vuelven los exiliados, sobre todo, en relación con sus ciclos vitales” (LASTRA, 2016, p.49). Nesse sentido, para aqueles que ainda mantinham planos de retorno e que por fim os empreenderam, ao chegarem deparavam-se também com o difícil recomeço, com a possibilidade de voltar e não ser capaz de encontrar seu lugar em sua própria pátria, ou ainda retornar e viverem em condições precárias de vida. Nessa situação seria como se o exílio tivesse recomeçado, porém dessa vez no seio de seu próprio país de origem.

A grande maioria dos exilados era jovem quando saiu do Paraguai, ainda sem uma sólida experiência profissional. Ao retornarem, portanto, além da efervescência política que encontrariam com a redemocratização do país, estavam preocupações primordiais como encontrar um trabalho, retomar



atividades profissionais e ou universitárias e reinsertarem-se ao cotidiano.

Tuve dos hijos en Brasil, dos hijos brasileños, a mí me gustaba mucho Brasil, o sea, sentía simpatía por la gente, pero nunca pensé que me iba a quedar ahí. Bueno, yo realmente siempre digo que están dos tipos de exilados, no? Está el que se integra al país y otros que nos sentíamos que estábamos en tránsito, o sea, que nunca nos imaginábamos que íbamos a quedar ahí. En mi caso yo nunca pensé, fui de estos exilados que se consideraba que estaba temporalmente ahí. Entonces, cuando cambió acá la situación no volví de inmediato, pero un año después por ahí ya me consideraba que estaba en tránsito, pero que podría continuar en tránsito al mejor por décadas (risos), porque no sabía realmente cuándo iba a cambiar la situación en Paraguay de verdad. Pero una vez que cambió entonces ya empecé a organizarme para regresar. Volviendo pasa a tener prioridad la parte de sobrevivencia económica, porque también nosotros habíamos salido muy jóvenes, relativamente jóvenes, yo por ejemplo tenía 20, 21 años cuando comenzó la represión. Y realmente cuando regresé fue que me planteé, bueno ya se me había planteado mucho antes el tema de la sobrevivencia, pero de alguna manera después cuándo regresé ya fue un problema más serio digamos, que tenía ya que dar más prioridad. En Brasil yo tenía varias becas, tuve becas de FAPESP en San Pablo y de la CAPES. Y después, volviendo, yo ya no tuve una militancia política intensa, sí participé del Asunción Para Todos, después participé del Encuentro Nacional, etc. Después entré en la municipalidad de asunción con el gobierno de Fillizzola, estuve nueve años en la municipalidad de asunción en total, esa fue una experiencia distinta digamos, de entrar en la administración pública, que para nosotros era algo impensable después de tantos años en exilios y de dictadura, fue una experiencia nueva para mí. (*Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978*).

O termo “desexílio” (JENSEN, 2004) se aplica a esta situação de retorno onde estes sujeitos se viam na situação de rearmar a casa e, desta forma, recomeçar sua vida, deixando algumas raízes para trás mais uma vez. O sentido de novamente afastar-se dos “seus” e do que haviam construído até al, faz com que esse retorno seja vivido como uma extensão do exílio e até mesmo um paradoxo, visto que, ao desfazer o afastamento inicialmente imposto, se recria um novo afastamento ao empreender o recomeço em seu país de origem. Nas palavras da historiadora:

Los exílios son siempre productos de una derrota política y militar. Los desexilios, consecuencias de la caída del régimen que los expulsó. Cuando el nuevo tiempo político que se abre con el retorno, resulta la materialización de lo pensado y difundido desde el exilio y en la oposición, aquello que fue denuncia y resistencia se transforma en proyecto y acción política. En este contexto, los ex exiliados pueden ser recordados o bien como actores políticos o bien como víctimas. Del mismo modo, el destierro puede ser evaluado como espacio de

reagrupamiento de fuerzas y de maduración de un proyecto o como refugio de los derrotados” (JENSEN, 2004, p. 55)

Bolzman (2012) afirma que o exílio termina quando “las condiciones políticas que dieron lugar a la partida dejan de existir” (Bolzman, 2012, p.10). Porém, entendemos que a problemática acarretada pela experiência exilar segue latente na vida destes exilados mesmo passados muitos anos, ainda que seja sentida mais por uns que por outros, de acordo aos vínculos que estabeleceram e raízes que tenham fixado no país de asilo. Brito e Vasquez (2007) sustentam que para as mulheres, por exemplo, o retorno ao país de origem após a vivência exilar, que pode ser vivida como uma experiência de autonomia e certa independência em alguns casos, pode ser ainda mais duro. Segundo as autoras:

As mulheres tomam consciência da extensão de seu processo de mudança e se perguntam se seus conterrâneos terão evoluído no mesmo sentido. Elas temem que a volta possa significar o fim da estabilidade material, moral ou política que conquistaram a tão duras penas no exílio. (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.62).

Finalmente, aqueles que fixaram raízes do outro lado da fronteira e permaneceram no país de asilo após a queda do regime, empreenderam novos sentidos para esta permanência. Há, além da necessidade material, seja por questões econômicas e ou familiares, também um processo de ressignificação da relação com o Brasil e com o território que outrora foi visto como um lugar de passagem ou de espera. O país deixa de ser o destino de fuga, para tornar-se definitivamente o chão onde famílias foram construídas, gerando sentimentos difusos que se dividem entre uma lembrança saudosa do Paraguai, arraigada também na ideia de pátria, e sentimentos de gratidão pelo Brasil que por fim se estabelece como novo lar. Sentimentos estes que se encontram em falas como a de Margarita:

A gente ama a terra onde nasceu, eu amo o Paraguai, porque lá tem parte da minha família (se emociona). Eu amo e sinto pena do meu país estar assim, porque é um país com terra boa que podia ser bem melhor, então a gente sente por aquelas pessoas que não entendem as coisas...mas eu agradeço ao Brasil porque meus filhos são brasileiros, então a gente fica um pouco dividida, porque é a terra dos meus filhos agora, mas eu continuo, no fundo eu sou paraguaia e eu tenho orgulho de ser paraguaia. (*Margarita Báez Gimenez, 83 anos, exilada em 1959, vinculada ao Partido Liberal*).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens e mulheres que se viram forçados ao exílio tinham nomes, rostos e uma história. Eram políticos, dirigentes, militantes e simpatizantes de organizações, ou ainda, pessoas que por diversos motivos recusaram-se a viver sob regimes autoritários, os quais tiveram em comum na América Latina o fato de ampliarem e sistematizarem as políticas de perseguição aos partidos de esquerda e opositores em geral. Este trabalho buscou resgatar estes nomes, investigar as vivências destes sujeitos e entender como a partir delas construíram-se relações e ações conjuntas entre brasileiros e paraguaios em um espaço singular como a fronteira.

Nossa hipótese inicial neste estudo foi construída em dois pilares sugerindo que primeiramente a fronteira foi um espaço que privilegiou as relações entre os militantes de ambos os países, possibilitando uma integração entre paraguaios exilados e militantes brasileiros que lutavam pela democracia e, portanto, dando uma dimensão sul-americana a essa luta. Em um segundo momento nossa hipótese esteve ancorada no fato de que a abertura política no Brasil começou aproximadamente 18 anos antes do retorno da democracia no Paraguai, o que teria resultado em quase duas décadas de atividades em solo brasileiro daqueles que reclamavam o retorno ao Estado de Direito no Paraguai.

Com base na discussão que tentamos estabelecer partindo dos depoimentos e documentos encontrados sobre o período, acreditamos que a hipótese do trabalho se confirma em grande medida, ainda que, como sugerido desde o princípio, temos a plena certeza de que este é apenas um recorte possível para a temática, restando ainda muitos outros ângulos a serem analisados e vozes a serem ouvidas. Chegamos a essa confirmação ao analisar nos relatos dos nossos entrevistados as estratégias empreendidas para sobreviver em Foz do Iguaçu, e também ao constatar que eventos como as Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguai, e tudo o que elas representaram naquele momento, foram possíveis através do trabalho conjunto de militantes das duas nacionalidades.

Concluimos que a fronteira foi esse espaço viável de integração e resistência em uma época onde as forças repressoras dos Estados Nacionais também a utilizava estrategicamente para capturar, prender e violar os direitos mais básicos de militantes opositores. Essa zona foi palco, como já dito, do “leva e trás” por parte da polícia, que entregava militantes políticos ao país de origem onde mais tarde seriam detidos, virariam prisioneiros e vítimas da violência estatal. Sobre este aspecto, vemos que existem ainda inúmeras interrogações sobre os movimentos empreendidos nesse espaço durante as ditaduras, tanto por parte dos Estados Nacionais, que se alinhavam através dos departamentos de polícia locais para trocarem informações sobre militantes e presos políticos, quanto por parte dos próprios sujeitos que resistiam, suas articulações e ações empreendidas nessa resistência. Portanto, ao chegar nas considerações finais deste trabalho, parece importante reforçar o quanto ainda são necessários estudos sobre esse período da história recente e especificamente neste espaço que é a fronteira.

Durante o percurso de realização da pesquisa de campo, foram recorrentes as vezes em que os entrevistados relatavam ser aquela a primeira ocasião em que falavam sobre o período, que revisitavam suas memórias sobre essa fase de suas vidas e as contavam para outra pessoa. A surpresa de alguns entrevistados ao serem procurados para falar sobre suas vivências na época e o relato de que aquela era a primeira abordagem que recebiam com interesse no tema, reafirmou a importância do conteúdo deste trabalho. Esse fato também deu forças ao argumento de que o tema do exílio na fronteira Brasil-Paraguai necessita ser explorado e investigado a fundo. Trechos como o do relato de Eduardo Bogado a seguir, exemplificam essa conclusão:

Vos sabes que hace 27 años volví y esos recuerdos están...quedaron allí. Nunca, la verdad es que nunca tuve oportunidad de conversar con nadie y ni siquiera de recordar porque poco contacto también tuve con las personas que estuvimos allá. *(Eduardo B. Tabackman, 68 anos, foi militante da OPM, exilado em várias ocasiões, chega ao Brasil em 1978).*

Não está demais dizer que o caso paraguaio, excepcional na América Latina no que diz respeito a extensão temporal do exílio, deve seguir sendo

investigado. A singularidade deste caso foi demarcada pela CVJ em diversos trechos de seu Informe Final, onde também demarca o exílio de paraguaios durante a ditadura stronista como uma violação *sine die* (do latim, sem dia) correspondente a indefinição de data para o seu fim, dado o tempo de sua duração e ainda ao fato de que “no se han llevado a cabo medidas políticas para favorecer el retorno voluntario de los exiliados que así lo deseen” (CVJ, 2008, p. 49). Além disso, a continuação do Partido Colorado no poder mesmo após o fim do regime militar, não contribuiu para que se criassem as condições simbólicas e sociais para o retorno daqueles que o desejassem fazer. Assim sendo, se levarmos em consideração os aspectos de duração e número de atingidos, é significativa a lacuna de conteúdo produzido sobre este caso.

Ainda, no período estudado, Foz do Iguaçu e a então cidade de Puerto Presidente Stroessner se encontravam em um momento de efervescência em função de todos os acordos firmados naquele período entre os governos dos dois países e a movimentação econômica decorrente dos mesmos. No entanto, fora da órbita dos grandes acontecimentos, estava a vida cotidiana de quem se viu forçado a migrar: o cruzar a fronteira arriscando-se para ter notícias da família, o trabalho informal para não ser identificado no país vizinho, a reorganização das dinâmicas familiares e as atividades políticas na clandestinidade.

Nesse contexto, muitos buscaram seguir com algum tipo de militância e impactaram de alguma maneira o espaço ao qual passaram a pertencer, chegando, com o passar do tempo, a ocupar lugares de representação e liderança nos bairros da cidade. Sugerimos que destes casos também podem partir futuras investigações que tenham, por exemplo, na micro história uma possibilidade metodológica de investigar e aprofundar a trajetória de paraguaios que migraram para Foz do Iguaçu e, ao estabelecerem raízes, foram pessoas socialmente engajadas no país que os acolheu.

Ancorada no entendimento da memória como um fenômeno construído socialmente e particularmente, em níveis conscientes e inconscientes (POLLAK, 1992), essa pesquisa também demarca que ao trabalhar com o relato oral, a condição “*cambiante*” ou adaptável da memória é ainda mais perceptível. Como

pesquisadora, trilhei o percurso desse trabalho ciente de que há uma “selección de acontecimientos, com matices y acentos diferentes” (COSSI, 2012, p.129) em cada relato. O que, por sua vez, também o enriquece e diferencia, pois, nas palavras de Alessandro Portelli: “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p.31).

Os depoimentos refletem a visão dos e das entrevistadas, as lembranças que eles e elas têm e, consciente ou inconscientemente, as coisas que eventualmente omitiram. O silêncio neste caso tem razões bastante complexas. Podendo ser tanto esquecimentos definitivos quanto lembranças reprimidas porque aquilo lhe causa dor, ressentimento, mal estar, etc.

Para aqueles e aquelas cuja vida foi permeada de rupturas e privações, há muitas vezes uma dificuldade existente em construir uma continuidade no relato quando estes se vêem convidados a gestar as memórias individuais, podendo cair em tensões e contradições em suas falas. No entanto, também os desencontros ou os silêncios dos relatos são legítimos e formam parte dessa memória e da sua “necesária condición de no completitud” (COSSI, 2012, p. 144). Ao finalizar esse percurso e observando estes fatores ao trabalhar com os depoimentos, acreditamos que a subjetividade dos narradores é justamente o que tornou esses relatos preciosos.

Também destacamos que durante muito tempo se vinculou o Paraguai e o povo paraguaio ao autoritarismo, à corrupção e ao atraso. Atualmente, esteriótipos, perspectivas fragmentadas e recortes da história e da realidade presente desse país e de sua gente seguem sendo uma constante. Por isso, foi também propósito deste trabalho visibilizar o protagonismo destas pessoas, as vivências, lutas e iniciativas que tiveram como atores sociais e políticos. Pois, tomando emprestadas as palavras de Silva (2016) acreditamos que “Sin conocimiento y sin respeto por la historia de un pueblo no hay integración efectiva” (SILVA, 2016, p.83).

Finalmente, o exílio se trata de uma experiência profunda que na grande maioria dos casos representou um divisor de águas na trajetória daqueles que o

vivenciaram. Ao redor destas mulheres e homens estão tres gerações que foram atravessadas direta ou indiretamente pela experiência exilar, e a família, que aqui não abordamos enquanto grupo ou núcleo aprofundado destas experiências, tem um papel central na temática da memória. Com isso, estamos convencidos de que não existe um, mas vários exílios, bem como distintas formas de vivê-lo. Mesmo dentro de um recorte geográfico e contextual como o que aqui tentamos estabelecer, as experiências são inúmeras. Estão os que puderam obter ajuda de organizações, estão os que saíram do Paraguai e recomeçaram completamente sozinhos, está a experiência das mulheres, que buscamos trabalhar de forma introdutória, e está ainda a vivência das crianças e dos adolescentes que aqui não abordamos.

Portanto, partindo desta consciência da pluralidade de vivências que conhecemos e das que não chegamos a tomar conhecimento, asseguramos mais uma vez que esse trabalho buscou contribuir para uma temática que somente nos últimos anos vem sendo abordada com mais profundidade e diversidade na academia. Esperamos poder ter contribuído com a mesma a partir da visão na qual trabalhamos e ressaltando que através da investigação realizada diretamente no Archivo del Terror e no acervo pessoal dos entrevistados, conseguimos reunir neste trabalho documentos inéditos, bem como informações que abrem possibilidades de que outras pesquisas sigam aprofundando o tema.

## Sites consultados

*Propostas e avaliações apresentadas na Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio, Jornal Nosso tempo.* Edição de 06/09/1985, p. 10. Disponível em: [www.nossotempodigital.com.br](http://www.nossotempodigital.com.br). Acesso em: 15/10/2017.

*Ditadura de Stroessner será levada a julgamento no tribunal internacional dos povos.* Jornal Nosso Tempo. Edição de 19/09/1985, p. 02. Disponível em: [www.nossotempodigital.com.br](http://www.nossotempodigital.com.br). Acesso em: 23/10/2017.

*Espionagem da ditadura controlava membros da comunidade paraguaia de Foz. Documentos revelados, 2012.* Disponível em: [www.documentosrevelados.com.br](http://www.documentosrevelados.com.br). Acesso em: 15/03/2018.

*Operação Condor em Foz do Iguaçu. Refugiado político foi preso pela PF e entregue à ditadura do general Stroessner.* Documentos revelados, 2015. Disponível em: [www.documentosrevelados.com.br](http://www.documentosrevelados.com.br). Acesso em: 10/04/2018.



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMADA, Martin. **Paraguay: la cárcel olvidada, el país exiliado**. Asunción: Marben Editora e Gráfica, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARANHA, Renato Muchiuti. **As representações da ditadura militar no semanário Nosso Tempo: um olhar para a mídia regional de Foz do Iguaçu (1980-1984)**. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ARDITI, Benjamin. **Adiós a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay**. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992.

ARELLANO, Diana. **Regreso en Armas: Movimiento 14 de Mayo para la Liberación del Paraguay**. In: Revista Novapolis, Edición No.08, 2004. Pag 41-59. Disponível em: <http://novapolis.pygglobal.com/pdf/novapolis8.pdf>. Acesso em: 12/09/2017.

ARELLANO, Diana. **Proceso de Transición a la Democracia y Políticas de Reparación Social: La Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay**. (Dissertação) Programa em Antropologia Social – UNAM. Posadas, 2012. Disponível em: <http://argos.fhycs.unam.edu.ar/handle/123456789/476>. Acesso em: 10/09/2017.

ASERETTO, Rodolfo M. **Ligas Agrarias**. CIPAE, Asunción, 2001.

BENEDETTI, Mario. **Viento del exílio**. Montevideo, Editora Arca, 1988.

BEYHAUT, Gustavo. **Dimensão cultural da integração na América Latina**. In: Revista Estudos Avançados. V.8 n. 20, p.183-198. São Paulo, 1994.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BLANC, Jacob. **O último preso político: Juvêncio Mazzarollo no crepúsculo da ditadura militar do Brasil**. In: Tempos Históricos, Volume 20, p. 396-424. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Campus Marechal Candido Rondon, 2016. Disponível em:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/15799>.  
Acesso em: 20/10/2017.

BOCCIA PAZ, Alfredo. **Es mi informe**: los archivos secretos de la policía de Stroessner. Ed. Arandurá: 4ª edição, Asunção, 1994.

BOCCIA PAZ, Alfredo. **La década inconclusa**: historia real de La OPM. Asuncion: Ed. El Lector, 1997.

BOCCIA PAZ; LÓPEZ, MIGUEL H; PECCI, ANTONIO V; GIMÉNEZ, MARIA GLORIA. **En los sótanos de los generales: los documentos ocultos del operativo codor**. Asunción, Servilibro, 2002. 2ª EDIÇÃO.

BOCCIA PAZ, A; PALAU, R; SALERMO, O. **Paraguay: Los Archivos del Terror**. Los Papeles que Resignificaron La Memoria del Stronismo. Proyecto Conmemoria, Poder Judicial. Asuncion, 2007.

BOLZMAN, Claudio. **Elementos para una aproximación teórica al exilio**. In: Revista Andaluza de Antropología, nº 03, Universidad de Sevilla, 2012. Disponível:<http://www.revistaandaluzadeantropologia.org/uploads/raa/n3/claudio.pdf>. Acesso em: 29/06/2017.

BRITO, Angela X; VASQUEZ, Ana. **Mulheres latino-americanas no exílio, universalidade e especificidade de suas experiências**. In: Dossiê Relações de Gênero e Escrita da História, Revista Esboço, nº 17, p. 08-22. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>. Acesso em: 23/09/2018.

BRUNO, Sebastián. **Migrantes argentinos en Paraguay, un abordaje (a la contracorriente)**. In: Anales V Taller: Paraguay desde las ciencias sociales. Asunción, 2012. Disponível em: [http://grupoparaguay.org/P\\_Bruno\\_2012.pdf](http://grupoparaguay.org/P_Bruno_2012.pdf). Acesso em: 29/06/2018.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Ed: Akal, Madrid, 2010.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Trad. Ilda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

CABRERA, Damián. **Xirú**. Ediciones de la Ura: Asunción, 2012.

CATOGGIO, Maria S. **La última dictadura militar argentina (1976-1983)**: la ingeniería del terrorismo de Estado. In: The Online Encyclopedia of Mass Violence. Dossiê: Violence de masse et Résistance, Science Po, 2010. Disponível em: [www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance](http://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance). Acesso em: 19/07/2018.

Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. Año Mundial de la Población. **La Población del Paraguay**. Asunción. CICRED, 1974.

CÉSPEDES, R. PAREDES, R. **La Resistencia armada al stronismo: panorama general**. In: Revista Novapolis, Edición No.08, 2004. Disponible em: <http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis8.pdf>. Acceso em: 20/09/2017.

CHEDID, Daniele Reiter. **A cultura como via de aproximação: a missão cultural brasileira no Paraguai (1952-1974)**. Editora UFGD, 2014.

COLMAN, Evaristo. MORAES, Ceres. **A guerrilha da FULNA: considerações preliminares**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 1/n. 2, 2007.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DEL PARAGUAY. **Informe Final**. Anive haguã oiko. Ed. J C Medina. Asunción, 2008.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DEL PARAGUAY. **El autoritarismo en la historia reciente del Paraguay**. Ministerio de Educación y Cultura: Asunción, 2008.

COSSI, Carla. A. **Memorias familiares del exilio paraguayo**. Dirección de verdad, justicia y reparación de la defensoría del pueblo. Asunción: Print Servis, 2012.

COTA, Débora. **Xirú: barro, comunidade e identidade em uma narrativa fronteiriça**. In: Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad. Vol. 03. Ed especial, dez de 2017. Disponible em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/572>. Acceso em: 29/11/2018.

CUEVAS, Efraín Martínez. **Masacrados en nochebuena**. Gráfica Globo: Foz do Iguacu, 2002.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponible em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12354>. Acceso em: 03/06/2017.

DÍAZ DE ARCE, Omar. **El Paraguay Contemporáneo (1925-1975)**. In: CASANOVA, Pablo González. América Latina: história de medio siglo. Ed: Siglo Veintiuno, México, D.F, 1986.

Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **Paraguay.Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas**. Año 2002 - Total País. DGEEC, Asunción, 2004.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia contemporánea de América Latina**. Madrid:

Alianza Editorial, 1998.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1989-1954)**. Brasília: FUNAG, 2012.

FERNANDEZ, José. A; RAMÍREZ, Andrés. **PARAGUAY a 40 años del Operativo Cóndor**. In: A 40 años del Cóndor, p. 135-156. IPPDH, 2015. Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/wp-content/uploads/2015/06/A-40-a%C3%B1os-del-C%C3%B3ndor.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

GALLO, Carlos Artur. **O Brasil entre a memória, o esquecimento e a (in)justiça: uma análise do julgamento da ADPF nº 153 pelo Supremo Tribunal Federal**. Revista Brasileira de Ciência Política, no 24. Brasília, setembro - dezembro de 2017, p. 81-114.

GARCIA, Eusebio M. **Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales**. In: Estudios fronterizos, v. 7, n. 13, p. 9-27, 2006.

GOIRIS, Fabio A. J. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Asunción: Editora Servilibro, 2008.

GOIRIS, Fabio A. J. **Transição Político-Democrática no Paraguai. A trajetória oposicionista do Partido Liberal Radical Autêntico - PLRA (1989-1993)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

GÓMEZ, Carlos. **Sobre castas y clases. Complementos de una lectura sobre la estructura social paraguaya**. In: ORTIZ, Luis (org). Desigualdad y clases sociales: estudios sobre la estructura social paraguaya. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Asunción: CEADUC-Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción; Asunción: ICSO-Instituto de Ciencias Sociales, 2016.

GONDAR, Jô. **Quatro proposições sobre a memória social**. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (orgs.). O que é memória social?. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.

GONDAR, Jô. **Memória, poder e resistência**. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Org.). Memória e espaço: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

GRIMSON, Alejandro. **La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil**. 1ª edição, Editora: Barcelona, 2003.

GRINBERG, León; GRINBERG, Rebeca. **Psicoanálisis de la migración y del exilio**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A,

2006.

HALPERN, Gerardo. Migración y ciudadanía política. Debates, victorias y derrotas. In: PIZARRO, Cynthia (org). **Migraciones Internacionales contemporáneas, estudios para el debate**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad, 2011.

HEIKEL, M. V; BARH, C. **Otra vez migrantes**: una lectura de las condiciones socio-económicas de la migración reciente desde y hacia el Paraguay. Asunción: Base de Investigaciones Sociales, 1992.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.

JENSEN, Silvina I. **Suspendidos de la historia/exilados de la memoria**: el caso de los argentinos desterrados en Cataluña. Tese de doutorado, Universidad Autónoma de Barcelona. 2004.

KLEINSCHMITT, Sandra; AZEVEDO, Paulo; CARDIN, Eric. 2013. **Tríplice Fronteira Internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina**: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. In: Revista Perspectiva Geográfica, Universidade do Oeste do Paraná, V.8, N.9, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9383/7037>. Acesso em: 15/10/2018.

LASTRA, Soledad. **Exilios**: un campo de estudios en expansión. María Cecilia Azconegui [et al.]; compilado por Soledad Lastra. - 1a ed .- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.

LEWIS, Paul. **Paraguay bajo Stroessner**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

LIFSCHITZ, Javier A. **Em torno da memória política**. In: Revista Morpheus, estudos interdisciplinares em memória social, v. 09, nº15. UFRJ, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 29/09/2018.

LÓPEZ, Magdalena. **Paraguay: de la transición a la democracia (1989-2008). Un abordaje normativoelectoral**. In: Revista Espacio Abierto, vol. 21, núm. 2, 2012, p. 207-225. Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/1697/1698>. Acesso em: 28/10/2017.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARIANO, Nilson. **As garras do condor**/como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes,

2003.

MARQUES, Teresa C. S. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política (Tese de Doutorado), 2011.

MARQUES, T. C. ARTURI, C. S. MALLMANN, M. I. **Exílio e militância política transnacional: o caso brasileiro à luz da experiência Sul- Americana (1964-1979)**. Brasília: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

MEIHY, Jose. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, Jose. C. S. B & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Ceres. **Interesses e colaboração do Brasil e dos Estados Unidos com a ditadura de Stroessner (1954-63)**. Revista Diálogos, v. 11, n. 1/n. 2, p. 55-80, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38407>. Acesso em: 27/03/2018.

MOREIRA, Julia B. **Redemocratização e Direitos Humanos: a política para refugiados no Brasil**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (1), p.111-129. Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100006>. Acesso em: 18/03/2018.

NEJAMKIS, Lucila S. **Políticas migratorias y dictadura militar en Argentina (1976-1983): la construcción de un modelo migratorio**. In: Perfiles Latinoamericanos, v. 24, p. 7-29, 2016. Disponível em: <https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/605>. Acesso em: 20/06/2018.

NICKSON, Andrew. **El régimen de Stroessner (1954-1989)**. In: TELESCA, Ignacio (Coord.). Historia del Paraguay. Assunção: Taurus, 2010.

NICKSON, Andrew. **Oposición armada al régimen de Stroessner: Una reseña de diez libros sobre el tema**. In: Revista Novapolis, Edición No.08, 2004. Pag 41-59. Disponível em: <http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis8.pdf>. Acesso em: 12/09/2017.

ODDONE, Hugo. **Algunas consideraciones sobre los fundamentos ideológicos de la política migratoria del Paraguay**. Ensayo para el 3er Taller “Paraguay desde las ciencias sociales”, Resistencia, Chaco, Argentina, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/31045420/Algunas\\_consideraciones\\_sobre\\_los\\_fundamentos\\_ideológicos\\_de\\_la\\_política\\_migratoria\\_del\\_Paraguay\\_1](https://www.academia.edu/31045420/Algunas_consideraciones_sobre_los_fundamentos_ideológicos_de_la_política_migratoria_del_Paraguay_1). Acesso em: 15/06/2018.

PACHIONI, Alena P. **El hombre soy yo**: dinâmicas familiares no contexto da imigração paraguaia no Brasil. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Comparados sobre as Americas, Universidade de Brasília (UNB), 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18004>. Acesso em: 10/09/2018.

PALMAR, Alúizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?**. Travessa editores: Curitiba. 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: SCT – CNPq – FINEP, vol. 5, n.10, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 02/04/2017.

PORTELLI, Alesandro. **Memória e diálogo**: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2707>. Acesso em: 27/03/2017.

POTTHAST, Bárbara. **La mujer en la historia del Paraguay**. In: TELESCA, IGNACIO (coord). História del Paraguay. Asunción, Editora Taurus – Santillana, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2015.

QUESADA, María S. **La Argentina, historia del país y de su gente**. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2001.

RABOSSA, Fernando. **Tempo e movimento em um mercado de fronteira**: Ciudad del Este, Paraguai. In: Revista sociologia&antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.05.01, p. 405–434, agosto, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/h4GjGSfBtGs8tzxxBsZkr6v/?lang=pt>. Acesso em: 30/04/2018.

RESENDE, Pamela A. **Da abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita**: a lógica do dissenso na transição para a democracia. In: Revista Sul Americana de Ciência Política. V,2, n.2, p. 36-46. UFPEL, 2014. Disponível:<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/4710>. Acesso em: 15/11/2018.

RIVERA, Édgar de Jesús V. **Historia de la Doctrina de la seguridad Nacional**. Convergencia Revista de Ciencias Sociales. vol. 9, núm. 27, enero-abril, 2002. Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México. Disponível em: <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1723>. Acesso em: 24/09/2017.

ROA BASTOS, Augusto. Prólogo. In: BOCCIA PAZ, A. **Es mi informe**: los archivos secretos de la policía de Stroessner. Centro de Documentación y Estudios, Asunção, 1994.

ROIG, Elisabeth. **Magui Balbuena, semilla para una nueva siembra**. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Refazendo identidades**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-73, 1999. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/9>. Acesso em: 14/05/2017.

RONIGER, Luis. **Destierro y exilio en América Latina**. Editora Eudeba, Buenos Aires, 2014.

ROVAL, Marta G. **O direito à memória**: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). In: Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 108 - 132. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso em: 24/09/2018.

SAID, Edward. **Reflexiones sobre el exilio**. Ed: Debate, Madrid, 2005.

SÁNCHEZ, Maria A. **Exilados paraguaios na argentina**: 1976, antes e depois. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2015.

SÁNCHEZ, Maria A; RONIGER, Luis. **El destierro paraguayo. Aspectos transnacionales y generacionales**. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, vol. 52, nº 208: 135-158, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/25938>. Acesso em: 04/05/2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. In: Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 5 (1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84940/87669>. Acesso em: 20/04/2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SIERRA, Fulvio A. R. **Formas tangibles e intangibles de discriminación**. Aportes para una formalización conceptual. In: PIZARRO, Cynthia (org). Migraciones Internacionales contemporáneas, estudios para el debate. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad, 2011.



SETEMY, Adrianna C.L. **A conformação do Cone Sul em espaço transnacional de exílio e vigilância anticomunista**: uma perspectiva a partir da análise dos telegramas diplomáticos (1935-1966). In: Revista Antíteses, v. 8, n. 15, p. 101-131, nov. 2015.

SHARPE, Jim. **História desde abajo**. In: BURKE, Peter. Formas de hacer historia. Ed: Alianza, Madrid, 1993.

SILVA, Jussaramar. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). Dissertação de Mestrado: PUC, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13215>. Acesso em: 25/08/2017.

SILVA, Paulo Renato da. **Lecciones de Historia Paraguaya**: (re)leituras da História do Paraguai pelo stronismo. In: Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Natal-RN, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370993984\\_ARQUIVO\\_an\\_puh2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370993984_ARQUIVO_an_puh2013.pdf). Acesso em: 15/11/2018.

SILVA, Paulo Renato da. **Trofeos de guerra, memorias e identidades**: la confraternidad argentino-paraguaya y las relaciones entre Paraguay y Argentina – y Brasil. In: Revista Novapolis, Nº 10, p. 69-85, 2016. Disponível em: [http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis\\_ns\\_10.pdf](http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis_ns_10.pdf) . Acesso em: 30/10/2020.

SIMON. Jose L. G. **La dictadura de Stroessner y los derechos humanos**. Comité de Iglesias par Ayudas de Emergencia. Serie Nunca Mas, 2ª edición, Asunción, Paraguay.

SOLER, Carmen. **Poesías reunidas**. Servilibro, Asunción, 2011.

SOLER, Lorena. **Mitos históricos, obstáculos epistemológicos y fronteras conceptuales. ¿Cómo es posible abordar el stronismo?**. Cuarto Taller de Discusión “Las derechas en el Cono Sur, siglo XX”, Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines, 2012.

SOLER, Lorena. **Paraguay, la larga invención del golpe**. El Stronismo y el orden político paraguayo. Montevideo: CEFIR, 2014.

SOUCHAD, Sylvain. **A visão do Paraguai no Brasil**. In: Revista Contexto Internacional, vol. 33, n. 1, janeiro/junho 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292011000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000100006). Acesso em: 10/09/2018.

SOUZA, Edson. B. C. GEMELLI, V. **Território, região e fronteira**: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. Pernambuco: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V: 13, nº2, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/397>. Acesso em: 08/04/2017.

TEDESCO, João. C. (org.) **Usos de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002.

TELESCA, IGNACIO (coord). **História del Paraguay**. Asunción, Editora Taurus – Santillana, 2010.

VERA, Myrian G. **“Fecha feliz” en el Paraguay**. Los festejos del 3 de noviembre, cumpleaños de Alfredo Stroessner. In: JELIN, Elizabeth (comp.). Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”. Madrid: Siglo XXI, 2002.

VIANO, Cristina. **Historia reciente e historia oral**. Algunas reflexiones sobre um derrotero inseparable en la historiografía Argentina actual. In: GRACIA, Gerardo N. MONTENEGRO, Antonio T (org.) Caminhos de historia y memoria em America Latina. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez, 2014.

WELLBACH, Evelin. **El Paraguay Exiliado: Memorias de la Resistencia 1970-1989**. Exilios políticos del Cono Sur en el siglo XX. Universidad Nacional de Misiones, 2008. Disponível em: <https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev2567>. Acesso em: 11/05/2017.

WEISS, Robert S. **Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies**. Nova York, The Free Press, 1994.

YEGROS, Ricardo Scavone. **Guerra internacional y enfrentamientos políticos (1920-1954)**. In: TELESCA, IGNACIO (coord). História del Paraguay. Asunción, Editora Taurus – Santillana, 2010.

YORE, Fatima M. **La dominación Stronista: orígenes y consolidación, seguridad nacional e represión**. Asunción: Editora Base, 1992.

ZAAR, Miriam H. **A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”**. In: Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n.94, 2001. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/59012>. Acesso em: 10/03/2017.

ZUCCOLILLO, Carolina M.R. **Língua, Nação e Nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai**. (Tese de doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270722>. Acesso em: 27/07/2018.

## ENTREVISTADOS

\* Por ordem de aparição no trabalho.

### **Porfíria Mendoza Blanco**

76 anos, natural de San Patricio, Paraguay. Militou durante a década de 1970 nas Ligas Agrárias Cristianas (LAC) e foi professora nas Escuelitas Campesinas. Após a repressão vivida no episódio que ficou conhecido como Pascua Dolorosa, em abril de 1976, e a prisão do marido, Juvencio Blanco, viveu clandestinamente no Paraguay até 1977, quando então migrou para o Brasil. Exilou-se em Cuiabá, Mato Grosso, até 1979, onde trabalhou como funcionária em uma escola rural. Em 1980, após a liberação de Juvencio, muda-se para São Paulo onde juntamente com o marido reside durante quatro anos e alguns meses. Com o intuito de estarem mais próximos do Paraguai, mudaram-se para Foz do Iguaçu em 1985. Na cidade, empreenderam no comércio de produtos e serviços hidráulicos, ao qual se dedicaram por muitos anos. Mãe de cinco filhos, viúva e atualmente aposentada, vive em Foz do Iguaçu onde frequenta e participa do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular.

### **Rigoberto Leguizamón**

82 anos, natural de Paso de Patria, Paraguay. Migrou para Foz do Iguaçu pela primeira vez em 1960, aos 20 anos, em função da situação econômica vivida no país de origem. Durante os anos seguintes começou sua aproximação com o Movimento Popular Colorado (MOPOCO). Em 1969 retorna ao Paraguay, assentando-se em Asunción, onde constitui família e abre um pequeno restaurante. Nessa época começa sua militância dentro do MOPOCO, onde participa do resgate do médico Agustín Goiburú, um dos principais referentes do movimento. Como desfecho da ação de resgate, é preso e torturado em 1970. Com a sua prisão e a expropriação de seu comércio por parte do Estado, esposa e filhas exilam-se no Brasil. Em 1974 consegue deixar a prisão e retorna para

Foz do Iguaçu, onde reencontra-se com a família. Aposentado, pai de três filhas e avô de quatro netos, vive até os dias atuais em Foz do Iguaçu, onde frequenta e participa do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular.

### **Aluízio Palmar**

79 anos, natural de São Fidélis, Rio de Janeiro, Brasil. Durante a ditadura militar brasileira militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em função da perseguição política, esteve exilado no Chile e na Argentina. Em 1979 retorna ao Brasil com a Lei de Anistia e se estabelece em Foz do Iguaçu onde atua como jornalista e funda em 1980, juntamente com os jornalistas Juvêncio Mazzarollo e João Adelino, o semanário Nosso Tempo. Aposentado, vive até os dias atuais em Foz do Iguaçu, onde foi um dos responsáveis pela refundação do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. É o criador do portal Documentos Revelados, site dedicado a reunir documentos sobre o período dos regimes militares na região.

### **Carlos Grellmann**

63 anos, nascido em Crissiumal, Rio Grande do Sul, Brasil. Mudou-se com os pais aos dois anos de idade para Entre Rios, no Paraná, onde viveu a infância. Entre os anos de 1975 e 1976 militou dentro da Comissão Pastoral da Terra pela indenização aos agricultores que, assim como sua própria família, haviam perdido suas terras para a criação do Lago de Itaipu. Foi presidente do setor jovem do MDB de Foz do Iguaçu e participou organicamente das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. Após a redemocratização do país, foi eleito vereador de Foz do Iguaçu pelo PMDB por dois mandatos (1988 a 1996). Casado, pai de dois filhos, vive atualmente em Foz do Iguaçu, onde é empresário e jornalista.

### **Victor Duré**

72 anos, natural de Caacupé, Paraguay. Começa sua militância na década de 1960 dentro da juventude do Partido Febrerista. No período em que foi estudante universitário militou dentro de um dos grupos que deu origem à Organização Político Militar (OPM). Por sua militância neste movimento, foi detido e torturado em 1974. Após três meses preso, é liberado e retorna à militância dentro do Partido Febrerista. Na década de 1980 participa de movimentos que lutavam pela redemocratização do país, como a Junta Paraguaya por los Derechos Humanos, articulando-se com representações de outros países para denunciar a ditadura Stronista. Participa organicamente das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguayo em Foz do Iguaçu como um dos representantes da delegação paraguaia nos eventos. Vive atualmente em Caacupé, Paraguay, onde é agricultor.

### **Diana Rosa Bañuelos**

66 anos, natural de Asunción, Paraguay. Começa sua militância na década de 1970 dentro do Partido Febrerista. Em 1974 é detida em função de sua militância dentro do partido. Após ser liberada da prisão, exila-se em Caracas, na Venezuela, onde permanece até 1978. Ao retornar ao Paraguay, retoma seu vínculo com o Partido Febrerista, ocupando o posto de secretária geral da juventude do partido. Durante a década de 1980 forma parte da UMPA (Unión de Mujeres Paraguayas) e participa ativamente das ações de denúncia da ditadura Stronista, sendo uma das organizadoras e referente da delegação paraguaia nas duas edições das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguayo em Foz do Iguaçu. Vive atualmente em Asunción, onde forma parte da Coordinadora de Luchadores y Víctimas de la Dictadura (CODELUCHA) e trabalha como funcionária pública no município.

### **Eduardo Bogado Tabackman**

68 anos, natural de Villarica, Paraguay. Começa sua militância na década de 1970 dentro do movimento estudantil e forma parte da Organización Político Militar (OPM). Em 1976 exila-se na Argentina, porém, devido ao golpe de estado no país vizinho, retorna ao Paraguay e vive clandestinamente no país. Em função da queda da OPM em 1976 e da onda repressiva gerada pela descoberta do movimento, foi preso e deportado para o Brasil. Viveu por 11 anos em São Paulo, onde deu prosseguimento aos seus estudos e constituiu família. Participou ativamente das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio em suas edições na região. Após a queda da ditadura stronista em 1989, retornou ao Paraguay onde trabalhou como funcionário público, analista político e especialista em governabilidade. Hoje aposentado, vive em Asunción.

### **Margarita Giménez Chávez**

84 anos, natural de Caaguaçu, Paraguay. Exilou-se no Brasil em 1958, aos 20 anos, devido a perseguição política sofrida pela família em função da militância dentro do Partido Liberal e principalmente da atividade do pai, José Luis Gimenez Chavéz, dentro do Movimento 14 de Mayo. No exílio participou ativamente das atividades do Comitê do Partido Liberal, e da organização das Jornadas de Solidariedade do Povo Paraguaio em suas duas edições. Após a queda da ditadura Stronista e a perda do pai em 1989, decide permanecer em Foz do Iguaçu, onde vive até os dias atuais. É casada, mãe de três filhas e três filhos, avó de dez netos e quatro neta, aposentada, filiada e militante no Partido Liberal.

### **Alícia Morales**

80 anos, natural de Caacupé, Paraguay. Nascida em uma família de militantes do Partido Liberal, migrou em 1957 para Foz do Iguaçu, aos 17 anos, onde buscou exílio juntamente com seus pais e 12 irmãos. Durante mais de 40 anos acompanhou de perto a militância dos irmãos Florêncio e Tito Morales como militantes do Partido Liberal e posteriormente do PLRA (Partido Liberal Radical Auténtico). Após estabelecerem-se no país vizinho, a família empreendeu um pequeno armazém, onde Alícia trabalhou por muitos anos. Viúva, aposentada, mãe de seis filhos, vive até os dias atuais em Foz do Iguaçu.

### **Domiciana Giménez Antunes**

73 anos, natural de Caacupé, Paraguay. Filha de Remígio Giménez Gamarra, que foi militante do partido Liberal e integrante do Movimento 14 de Mayo, Domiciana migrou para Foz do Iguaçu em 1963, juntamente com a mãe e os sete irmãos. Seu pai, que foi vítima da cooperação das ditaduras brasileira e paraguaia no marco a Operação Condor, permaneceu preso por 11 anos, alguns deles totalmente incomunicável, sem julgamento e passando por torturas e maus tratos. A família nunca conseguiu ser indenizada pelos danos sofridos nesta época. Vivendo até os dias atuais em Foz do Iguaçu, Domiciana depôs na Comissão Estadual da Verdade do Paraná, contando a história de perseguição sofrida pelo pai e pela família. Os trechos da entrevista inseridos nesse trabalho, bem como as informações descritas sobre ela e sua família, foram retirados do relatório da CEV-PR.

## ANEXOS

Anexo 1 – Reportagem do Jornal Nosso Tempo sobre a Primeira Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio.

# SETE PAÍSES LATINOAMERICANOS ESTIVERAM REPRESENTADOS NA JORNADA DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO

### Até os dodo-duros foram bem recebidos

"Sucesso absoluto", "êxito total", "um fato sem precedentes na América Latina", "um acontecimento extraordinário" — essas foram as expressões com que os participantes apreciaram a Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio, realizada no último fim de semana, dias 11 e 12, no Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu.

O jornalista e escritor Paulo Schilling, um dos palestrantes da Jornada, não escondia seu entusiasmo: "Não passo um mês sem participar de encontros, congressos e seminários sobre questões nacionais ou latinoamericanas, mas desde muitos anos não assisto a uma promoção tão bem organizada, com um programa tão amplo e profundo e uma representatividade tão diversificada e rica".

"Realmente, foi um estrondo" — dizia Juvêncio Mazzarollo, coordenador do encontro. "O Comitê Brasil-Paraguai-Argentina, o jornal Nosso Tempo, o Setor Jovem do PMDB de Foz do Iguaçu, o Diretório Acadêmico da Facisa e o Comitê de Solidariedade aos Povos latinoamericanos, de Curitiba, entidades organizadoras da Jornada, tinham certeza do sucesso da promoção, mas nunca imaginaram que pudesse chegar ao extraordinário resultado a que chegou" — comentava, diante do entusiasmo de todas as delegações presentes.

Nada menos de 237 pessoas, de 37 entidades ou movimentos populares, organizações políticas e sociais do Brasil, do Paraguai, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Chile, acorreram a Foz do Iguaçu para o grande acontecimento. Por parte do Brasil, há via representações dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, mas o maior número de delegados eram paraguaios, grande parte deles procedentes dos países onde vivem exilados, eis que o temor de sofrerem represálias ou simplesmente serem depois impedidos de regressar ao seu país, inúmeros interessados em atender ao convite não saíram do Paraguai. De fato, houve quem, como Alejandro Stumpf, entre outros, ficou retido em Puerto Stroessner pela polícia e não pôde participar. Outros compareceram, mas sofre-



O auditório do Colégio Agrícola ficou lotado

ram sérias molestações ao voltarem do encontro, não faltando quem quase não mais tivesse coragem de regressar ao Paraguai, principalmente depois que, na segunda-feira, dia 13, o jornal "El Diário de Noticias" publicou matéria inteiramente escudada sob o título "Congresso comunista em Foz", contendo uma listagem de participantes da Jornada, mais meia dúzia de informações erradas e um rol de bobagens que nada mais evidenciaram senão uma triste incompetência jornalística, através de uma mesquinha interpretação dos fatos.

Naqueles dias, o governo de Alfredo Stroessner montou forte aparato policial-militar na fronteira com o Brasil e estabeleceu um rígido controle na Ponta Internacional da Amizade, provocando gigantescos engarrafamentos no trânsito. Também não faltou a expressiva presença no encontro de elementos da polícia Federal do Brasil, da Itaipu Binacional da Polícia e do Exército paraguaios — aos quais os organizadores não hostilizaram, mas ironizaram e até lhe forneceram, generosamente, alimentação e hospedagem. Alertado sobre a presença policial-militar brasileira e paraguaia, munida de câmeras fotográficas e gravadores, o coordenador dos trabalhos, Juvêncio Mazzarollo, saudou os agentes infiltrados e lhes garantiu liberdade de participação, oferecendo-lhes inclusive espaço e ajuda, "pois nada temos a esconder, além de queremos que tudo o que está sendo dito aqui seja levado às

autoridades, que precisam conhecer as insatisfações, as aspirações e o trabalho do povo".

### Radiografia da realidade paraguaia

Apesar disso e da impressionante diversidade de organização e tendência representadas, a Jornada transcorreu na mais absoluta ordem e na mais perfeita harmonia. Os



Belizários dos Santos, presidente da Associação Latino Americana de Advogados

trabalhos tiveram um ritmo dinâmico e intenso, alcançando o objetivo a que se propuseram os organizadores: "a realização de uma verdadeira radiografia da realidade paraguaia, conforme o público poderá verificar

quando for publicado o livro contendo todas as teses expostas e os debates que provocaram", garantiu a coordenação.

Embora o Prêmio Nobel da paz/1980: O argentino Adolfo Pérez Esquivel, sem dúvida a presença mais esperada, não tenha comparecido por estar em viagem pela Europa, e embora diversos intelectuais e líderes convidados tenham ficado ausentes, a equipe de palestrantes garantiu o altíssimo nível de estudos e debates, dentro de uma seriedade e profundidade de análise que conduziu a Jornada ao extraordinário êxito alcançado.

Particularmente da parte de personalidades e organizações paraguaias convidadas, houve uma série de ausências devido a fatores que vão da má compreensão da filosofia aberta e rigorosamente democrática do encontro, passando pela falta de honestidade e coerência de determinados "líderes oposicionistas" paraguaios — muitos deles pagos pelo próprio regime para fazerem oposição — e terminando no medo crônico de se manifestarem, ainda mais em atos desta natureza e em outro país, onde, no caso do Brasil, há uma lei de estrangeiros inteiramente paranoica.

Na verdade, os que compareceram não deixaram margem a qualquer lamentação pelas ausências. "Tudo saiu sob medida, dentro dos limites programados" — confortavam-se os organizadores. "Se tivessem vindo mais delegações,

teríamos tido problemas com hospedagem e alimentação" — explicaram. Aluizio Palmar, também do jornal "Nosso Tempo", que secretariou os trabalhos e, junto com Juvêncio, teve a difícil tarefa de dar oportunidade a todos de se manifestarem, ao final da Jornada dizia que "se mais palestrantes tivessem comparecido, iria ser dramático garantir espaço à intervenção de todos nos debates. Com mais pessoas, o próprio salão que abrigou o evento no Colégio Agrícola teria sido pequeno, pois não faltou nem sobrou lugar" — disse Aluizio Palmar.

### Superando as proibições da ditadura

Cartas e telegramas de apoio à Jornada chegaram de todas as partes, quase todas expressando lamelações "pela impossibilidade de estar presente", vindas de autoridades e entidades dos diversos países. A convenção do PMDB, que escolheu Tancredo Neves como candidato a presidente da República, desviou da Jornada muitos parlamentares e alguns secretários de Estado, do Paraná. As entidades organizadoras receberam manifestações nesse sentido do deputado José Ivo Sartoni, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; da Colônia Paraguaia de Curitiba; do Partido dos Trabalhadores de Londrina; do Centro de Residentes Paraguaios de Missões, Argentina; de Raul Rabanaco Caballero, deputado nacional argentino pelo Partido Intransigente; de Carlitto Maia; do senador Roberto Saturnino Braga, do PDT do Rio; do governador Leonel Brizola; de Stenio Sales Jacob, secretário geral do PDT no Paraná; do deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara Federal; do Comitê de Solidariedade à Nicarágua, de Londrina; do Centro de Residentes Latinoamericanos residentes em São Paulo; do Comitê Nederland, do Paraguai; da Unimep; da União dos Estudantes e da Juventude do PMDB de Osasco; do Serviço Nacional de Justiça e Não Violência, de São Paulo; do prefeito de Osasco, Humberto Carlos Farro; do deputado paranaense Márcio Almeida; do deputado federal (PMDB/RS) Hermes Zanetti; do senador paranaense Alvaro Dias; de dom Pedro Cavalidaga, bispo de São Félix do Araguaia; do senador Eneas Faria; do deputado estadual do Paraná Germe Kirinus, presidente do Centro



O MELHOR PREÇO DA PRAÇA  
**EXPORTEC**

Tapetes, Carpetes Tabacow-São Carlos - Forrações  
Fios de Borracha - Revestimentos - Fio Vinílico  
a Vulcatex - Papel de Parede - Distribuidor  
de Carnets Bandeirantes - Sommer Múltiplos.

AV. J. K., 2045 - FONES: 73-5305 E 73-5344  
Foz do Iguaçu-PR



## Anexo 2 - Reportagem no Jornal Nosso Tempo sobre a Segunda Edição das Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguuaio.

# Propostas e avaliações apresentadas na Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguuaio

Completando o resumo do que foi a 2ª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguuaio, realizada em Foz do Iguaçu nos dias 17 e 18 de agosto, "Nosso Tempo" apresenta nesta edição as propostas deixadas por pessoas e entidades que estiveram presentes ou que enviaram suas contribuições por escrito. Estiveram representadas cerca de uma centena de entidades, através de mais de 500 participantes, o que revela a forte penetração que a questão paraguaiense tem a nível de América Latina. No encontro, insistiu-se muito na necessidade de o trabalho ter continuidade de com ações concretas e o envolvimento permanente e cada vez mais amplo na luta pela democratização do Paraguai. Por isso, este jornal presta o serviço de divulgação e, em nome das entidades organizadoras do movimento, solicita que as tarefas sugeridas em todos os documentos já distribuídos sejam executadas a fim de que a Jornada de Solidariedade atinja os objetivos a que se propôs. O Comitê Latino Americano de Foz do Iguaçu pede que lhes sejam comunicadas todas as iniciativas adotadas por cada entidade ou pessoa empenhada na questão. (Endereço: Rua Edmundo de Barros — 830; CEP: 85.890 — Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil) — Juvêncio Mazzarolo, coordenador.

Para desarticular as bases sócio-econômicas e políticas do regime de Stroessner, propomos:

1. Imediata suspensão do estado de sítio.
2. Libertação imediata de todos os presos políticos (lato sensu).
3. Anistia irrestrita e possibilidade de regresso dos exilados.
4. Aparição com vida dos detidos-desaparecidos; julgamento e punição dos culpados.
5. Revogação das leis 294 (1955) e 209 (1970) e de toda a legislação repressiva para o povo e suas organizações.
6. Desmantelamento do aparato repressivo.
7. Supressão de todo o tipo de censura aos meios de comunicação e acesso a eles para todas as organizações populares.
8. Abolição de privilégios ao oficialismo.
9. Absoluta liberdade de associação e reunião.
10. Eleições livres em todas as organizações sindicais da cidade e do campo, sem discriminação.
11. Independência do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
12. Liberdade para concorrer a Cargos na administração pública — nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — e no ensino, sem que haja outro requisito além das qualidades morais e a idoneidade necessárias.
13. Democratização das forças armadas e de segurança em todos os seus níveis hierárquicos,



e liberdade de ingresso de todos os que reúnam as qualidades morais e a capacidade necessária para integrá-las.

14. Supressão de todo o tipo de tráfico ilegal, do contrabando da produção agrícola e, especialmente, do narcotráfico, base econômica sobre a qual se sustentam os setores mais corruptos e reacionários da sociedade.

As propostas, por melhores que sejam, carecem totalmente de sentido se não permitem algum tipo de aplicação prática. Por isso, apelando ao espírito patriótico dos participantes da IIª Jornada de Solidariedade, cremos que é possível levar adiante e exigir a aplicação de um programa mínimo com essas características, através da união de vontades e esforços.

"Primeru democratización, después elecciones!"  
(Confederación Paraguuaia de Trabajadores (CPT-U))

### Intensificar a solidariedade

É fundamental tirar-se desta Jornada encaminhamentos concretos de entidades que se comprometem a intensificar os trabalhos de solidariedade entre nossos povos e de oposição aos regimes entreguistas.

— Combater o imperialismo, onde quer que ele se manifeste, é nossa tarefa.

— Pressionar pelo fim do estado de sítio no Paraguai e do estado de emergência no Chile.

- Anistia geral e irrestrita.
- Reforma agrária radical.
- Punição dos envolvidos em atos de torturas e perseguições ideológicas.
- Liberdade e reconhecimento dos partidos marginalizados e perseguidos pela ditadura.
- Eleições diretas em todos os níveis, abertas a toda as correntes ideológicas, sem corrupção, fraude e utilização do aparelho estatal em favor de candidatos oficialistas.
- Normalização da cidadania em nossos países.
- Liberdade de organização estudantil. (Paulo José Augusto Ferreira, delegado representante do núcleo do Partido dos Trabalhadores em T. da Serra)

### Urgentes medidas contra a carestia

Programa de reivindicações mínimas na luta anti-ditatorial:

1. Suspensão da dispensa de trabalhadores e despejo de agricultores.
2. Liberdade sindical e plena garantia às atividades das associações camponesas.
3. Fim das perseguições policiais; libertação dos presos políticos e volta dos exilados, sem discriminação.
4. Imediato aumento de salários, de modo que cubram as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias.
5. Urgentes medidas contra a carestia, o alto custo de vida, os

altos preços dos gêneros de primeira necessidade, a falta de abastecimento e o contrabando.

6. Garantia dos direitos trabalhistas (férias remuneradas, jornada de trabalho de 8 horas...)
7. Luta pela paz mundial para impedir o holocausto nuclear.

### Espaço para o debate estudantil

As entidades democráticas do Cone Sul, presentes na IIª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguuaio, em Foz do Iguaçu, Pr., solicitam à direção da Federação Universitária Argentina (FUA), Federação dos Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) e União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNE) que assegurem em seus congressos anuais um espaço para o debate da problemática do Paraguai e do Chile, convidando estudantes desses países para relatarem a situação. A permanência dessas ditaduras constitui um perigo ao avanço democrático dos povos do Cone Sul. (Assinam 22 entidades de estudantes do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) presentes à Jornada).

### Telegrama ao presidente José Sarney

Diversos paraguaios que se dirigiam a Foz do Iguaçu para participar da Jornada de Solidariedade foram impedidos pela polícia de Stroessner de entrar no Brasil, barrando-os na Ponte da Amizade. Entre os que sofreram essa violência estavam dirigentes e membros do Movimento Popular Colorado (MOPCO) e paraguaios residentes em Foz do Iguaçu, caso de Anibal Abate Soley, que inclusive recebeu intimação para se apresentar à polícia de Puerto Presidente Stroessner e advertências de que não deve mais entrar no Paraguai.

Diante disso, os participantes da IIª Jornada de Solidariedade decidiram enviar este telegrama ao presidente do Brasil, José Sarney:

"Nós, participantes da IIª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguuaio, que está se realizando em Foz do Iguaçu, Paraná, vimos denunciar o impedimento de co-irmãos paraguaios de atravessar a fronteira de seu país a fim de participarem deste evento.

Solicitamos de Vossa Excelência que exija do presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, respeito às determinações do convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), em sua declaração Universal dos Direitos Humanos, mais precisamente em seu artigo XIII, parágrafo I e II, que diz: "1. Toda pessoa tem direito de circular livremente e a escolher sua residência no território de um estado.

"1. Toda pessoa tem direito de sair de qualquer país, inclusive do próprio, e a regressar a seu país". (Foz do Iguaçu, 17 de agosto de 1985. Assinam dezenas de pessoas, em nome de suas entidades).

### Apreciações e sugestões

"Achamos que este intercâmbio é muito valioso e profícuo. Consideramos a 2ª Jornada de suma importância também pelo encontro que proporcionou de entidades sindicais, partidárias, eclesísticas, intelectuais e autorizadas.

Propostas: Que haja maior divulgação sobre a ditadura do Paraguai e sobre a condições dos trabalhadores e do povo em geral. Que seja feito um relatório e enviado às entidades participantes da 2ª Jornada.

Que cada entidade colabore de maneira simples, porém objetiva.

Que realmente haja participação e que melhore o intercâmbio entre os povos latino-americanos". (Arlindo Lyra de Sá e Manoel Ferreira da Silva, do Sindicato Metalúrgico de Santo André, São Paulo)

"O encontro foi proveitoso. As entidades devem manter-se em contato permanente para poderem desenvolver ações conjuntas, formando talvez algum tipo de organização, não muito burocrática, encarregada de difundir informações sobre o Paraguai e outros países da América Latina. Outra proposta é a organização de uma campanha contra o militarismo". (Richard Luiz A. de Souza, do Setor Jovem do PMDB de Londrina, Paraná)

"Muito boa, ótima, maravilhosa. Espero que proliferem muitas jornadas de solidariedade como esta.

Minha proposta: urgente anistia e libertação de todos os presos políticos paraguaios". (Isabel Olmedo de Rossi, do Acordo Paraguuaio no Exílio, de São Paulo)

1. Faltou identificação inicial dos participantes.

2. Exposições e debates em plenário são carnavais e improdutivos. O trabalho deve ser desenvolvido em grupos.

3. Propostas concretas de luta para o período de mais ou menos seis meses, com datas e eventos mais ou menos definidos, a nível nacional, para não ficar só no debate sem consequências concretas". (Cinésio Araújo Barbosa, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Curitiba, Paraná)

"É a segunda vez que participo deste evento que considero de fundamental importância para a luta contra os regimes militares, particularmente o regime paraguai.

A metodologia de trabalhar em grupos é muito acertada. Imagino o esforço dos organi-

Anexo 3 – Informe producido pela polícia Stronista em Agosto de 1985 com listado dos cidadãos paraguaios que participavam da Segunda Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai.

00924F 0710

- 5 -

142

En el Oeste Parana Club, se realiza las deliberaciones de la "III Jornada de Solidaridad con el Pueblo Paraguayo", actuando como maestro de Ceremonia JUVENCIO MAZZARELLO, Director del Semanario "NOSSE TEMPO", actuando como coordinadores ALFURO LARROZA y FERNANDO ROJAS, haciendo uso de la palabra en el siguiente orden: Dr. ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, RAUL ARAGONES, JOSE GIL OJEDA, LIGIA PRIETO DE CENTURION, ODON OVIEDO, el sacerdote ROBERTO CHAPARRO en representación del Monseñor MARIO MELANIO MEDINA.

Entre las personas asistentes pudo ser individualizados a las siguientes: ROSA DIANA BANUELOS, RODRIGO ZALADA, ODON OVIEDO, LIGIA PRIETO DE CENTURION, AMANCIO CABALLERO, FERNANDO ROJAS, PELUZA ELIZECHE Sacerdote ROBERTO CHAPARRO, MARIA MARGARITA BAEZ ROMERO, ALUCIO PALMAR, JUVENCIO MAZZARELLO, Dra. GLADYS M. DE SANNEMANN, RODOLFO SANNEMANN, RUDY SANNEMANN, SIXTO FLEITAS, RAUL ARAGONES, JOSE GIL OJEDA, CARLOS BATTILANA, JULIO CESAR SAMANIEGO REYNAL, Sra. de CABALLERO GATTI, Sacerdote MARIO BERNAL, ANTONIO FLEITAS, CRISTINA SANCHEZ, Dr. ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, PABLO FREDERICH, HERNAN SCHILLER, FEDERICO TATTEP, FRANCISCO JOVELLANOS, JUAN CYMES, CARLOS GENESINI, TULLIO DOS SANTOS, LUIS ALONSO, JOEL ATLIO CAZAL y otros.-

- Se realizó nuevamente una Asamblea General Extraordinaria el Centro de Estudiantes de Medicina (C.E.M), presidido por ENRIQUE BELLASAI, entre los puntos tratados se destaca la moción de que el Centro de Estudiantes de Medicina, realice estudio de modificación de la Ley Universitario Nº 356. El Dr. JOSE BELLASAI y otros colegas se hicieron presentes en representación de la Asociación de Médicos del Hospital de Clinicas, para informar a los estudiantes que habían mantenido conversación con el señor Decano de la Facultad Dr. CATTIONI, y que éste les había manifestado correlación al problema que aqueja a los estudiantes lo siguiente, que el cobro en concepto de mil guaraníes se mantenga y que probablemente el próximo año sea dejado sin efecto.-

DIA DOMINGO 18-VIII-85

- Ingresar al país por la Aduana del Puerto José Falcón, procedente de Buenos Aires (R.A.), el ciudadano paraguayo FULGENCIO ALDANA (Miembro Titular del MOPOCO).

- Sale del país por la Aduana del Puerto José Falcón, con destino a Formosa (R.A.), el ciudadano paraguayo GUIDO ARCE BAZAN (Miembro Titular del MOPOCO).-

Crio. Gral. ALBERTO B. CANTERO D.  
Director de Política y Afines

Anexo 04 – Informe produzido pela polícia brasileira datado de 1986. Cita outro informe onde o Departamento da Polícia Federal nega o envolvimento no sequestro e entrega de Remígio Giménez à polícia Paraguuaia.

[COMP. JUDICIAL]

02/02

CONTINUAÇÃO DO INFE Nº 130 01/V/86-CI/DPF.

4. O Jornal CORREIO DE NOTÍCIAS, de CURITIBA/PR, edição de 29 JUN 85, publicou notícias onde o paraguaio REMÍGIO GIMENEZ GAMARRA, em carta às "forças políticas e democráticas daquele país", clama por justiça.

4.1. Na carta acusa a POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA de prendê-lo em 1978 e o entregar à Polícia paraguaia sem que fosse feita a extradição legal.

4.2. No mesmo documento, REMÍGIO afirma que está preso desde aquela época sem uma acusação formal, estando recolhido há cinco anos na PENITENCIÁRIA NACIONAL DE TACUMBU e que antes permanecera dois anos, nove meses e vinte e dois dias entre o Departamento de Investigação e a Guarda de Segurança.

5. Os jornais DIÁRIO DE PERNAMBUCO (no RECIFE) JORNAL DO BRASIL (RIO DE JANEIRO), edições de 27 JAN 86, veicularam notícias sobre o assunto.

5.1. O jornal carioca estampou a manchete "PARAGUAIO SEQUESTRADO NO BRASIL FAZ GREVE DE FOME", enquanto que o matutino pernambucano noticia que "PRESO PERDE 18 QUILOS EM GREVE DE FOME".

5.2. A revista VEJA, de 29 JAN 86, apresenta uma matéria sobre o assunto.

5.3. Tanto os jornais quanto a revista alegam que REMÍGIO GIMENEZ fora "sequestrado" no BRASIL, pela Polícia Federal e entregue às autoridades paraguaias, em 1978.

6. Em documento datado de 31 JUL 81, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL informou ao MJ que "não são verdadeiras as alegações de que o Sr. GIMENEZ tenha sido preso pela Polícia Federal ou que tenha sido entregue às autoridades paraguaias.

/146

DPF-1140

Anexo 05 – Reportagem publicada no Jornal Nosso Tempo em fevereiro de 1986 a respeito da greve de fome do preso político Remígio Giménez e das manifestações realizadas em Foz do Iguaçu que pediam pela sua liberdade.

**O calvário de Remígio Giménez nas mãos da repressão política de Stroessner**

**Há quase dois meses em greve de fome, está mais próximo da morte que da liberdade**

“Um dos mais monstruosos casos jurídicos da ditadura do general Alfredo Stroessner” é a classificação dada pelo jornal “El Pueblo”, órgão do Partido Revolucionário Faberista, em sua edição de 22 de janeiro último, à prisão de Remígio Giménez Gamarra, de 82 anos de idade, agora completando dois meses de greve de fome para conseguir sua liberdade ou, ao menos, para ser julgado de acordo com a lei — eis que, embora detido há 8 anos, tribunal algum do Paraguai profereu sentença condenatória contra ele. Entretanto, apesar desse gesto extremo e de toda a solidariedade que recebeu de dentro e fora do país, Giménez está mesmo condenado à morte por inanição, pois a ditadura do general Stroessner tem na insensibilidade e na recusa a adotar as medidas legais cabíveis no caso.

Esta trágica história começou em 17 de dezembro de 1978, quando a Polícia Federal brasileira sequestrou Remígio Giménez em Foz do Iguaçu e o entregou ao sangüinário Departamento de Investigação da polícia paraguaia, na cidade fronteiriça de Fuerte Stroessner. Em manifesto que deu à público após iniciada a greve de fome em 13 de dezembro último, Giménez resumiu o calvário que percorreu nas mãos da repressão política paraguaia. “Na Direção Política do Departamento de Investigações de Assunção fui acusado de guerrilha e comunista e que realizei viagens à Cuba e Rússia. Durante 46 dias me mantiveram confinado num calabouço e fui torturado durante duas noites consecutivas. Permaneci detido, e incommunicado no Departamento de Investigações durante um ano, dois meses e 22 dias. Em seguida transferiram-me ao Quartel da Guarda de Segurança, onde permaneci numa masmorra por um ano e sete meses. Ali faleci talvez uma greve de fome que durou 25 dias, suspendendo-se a partir de uma promessa formal do comandante do quartel, que disse que se a suspensão me daria imediatamente a liberdade, porque já havia recebido ordem nesse sentido. Levaram-me então à Polícia Civil para recuperar-me, e ali fiquei internado por dois dias. Ao ver-me recuperado, enviaram-me de novo ao Quartel de Segurança, onde me disseram que ficasse tranquilo, já que a ordem de libertar-me estava tremendo. Comunicou-lhes que esperaria um máximo de 8 dias e se nesse tempo não me libertassem, voltaria à greve de fome. Como a promessa não foi cumprida, iniciei novamente a greve. Oito dias de-

pois levaram-me à Penitenciária Nacional de Tacumbú. Lá me intermeio de uma série de acusações contra mim, como homicídios, roubo de carros, assalto à mão armada, tráfico de drogas e outros crimes, supostamente cometidos entre 1959 e 1960. Estes atos, porém, nunca os poderia ter cometido, porque nesse período estava radicado no Brasil. Em 13 de dezembro de 1986 iniciei outra greve de fome pela minha libertação, até a última consequência. Está à espera da repressão que caiu sobre meus ombros. Espero que a justiça saiba entender que as acusações da polícia são invenções há muito conhecidas pela opinião pública.”

**GRANDE INJUSTIÇA**  
Uma vez nas mãos da polícia política paraguaia, Giménez ficou detido e sem processo durante dois anos e nove meses, período em que foi barbaramente torturado. Ao ser transferido para a Penitenciária de Tacumbú correu a pintorrina “legal”, classificada por seu advogado, Digno Britz, do Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência, como “outra grande injustiça, porque se lhe fabricaram vários processos totalmente arbitrários. Não há um só fundamento jurídico ou legal válido em todo esse processo, que é de uma falsidade total”.

Inicialmente, Giménez foi acusado de haver participado da guerrilha do Movimento 14 de Maio (1969-51), mas ele garante que já em 1958 se transferiu para o Brasil, tendo-se estabelecido em São Paulo, “em busca de novos horizontes”, segundo documento enviado por ele à Rádio Nanduti, de Assunção.

Conforme sustenta o advogado Britz, as acusações que pesam sobre o preso são resultado de confissões arrancadas sob tortura, mas o mais grave é o fato de ele estar encarcerado há 8 anos sem julgamento.

Remígio Giménez Gamarra é acusado de ter sido o responsável por diversas mortes acontecidas durante a guerrilha de 1969 a 1961. Tais acusações foram formuladas pela viúva de Raúl Arsenio Oviedo, vítima daqueles enfrentamentos. Mas ele apresentou essas acusações 21 anos após os fatos, portanto quando a ação havia prescrito. Segundo o advogado Digno Britz, “o fiscal César Delgado, em 16 de março de 1984, solicitou ao juiz a prisão desses delitas supostamente de responsabilidade de Giménez Gamarra, mas agora o mesmo fiscal solicita pena de morte para o acusado”.

Desde que Remígio Giménez entrou em greve de fome sob o lema “liberdade ou morte”, desencadearam-se as pressões internas e externas por sua imediata libertação. Até agora, porém, todas caíram no vazio da insensibilidade das autoridades paraguais. Nesta semana, o prisioneiro foi internado em estaco grave numa clínica policial de Assunção, não havendo qualquer notícia a respeito de providências judiciais ou administrativas que apontem para a solução do caso, e há já notícia que nas duas alter-

nativas a que Giménez se propõe — “liberdade ou morte” — esta última é a que provavelmente aceitará por se consumir.

**SOLIDARIEDADE E PROTESTO**

Em Foz do Iguaçu, a comunidade paraguaia aqui residente e um grupo de brasileiros realizaram, no dia 28 de janeiro, uma manifestação em frente ao Consulado do Paraguai em Foz do Iguaçu. O cônsul limitou-se a dizer que Remígio Giménez não passava um delinquente comum ao receber dos manifestantes um documento que pedia justiça para o preso em greve de fome.

Na última terça-feira, em novo ato pela libertação de Giménez, um grupo de pessoas representando do PMDB, PDT, Diretório Acadêmico da Facisa, Centro Cultural Árabe, Urbeí e Comitê Latinoamericano de Solidariedade, fez uma jornada de jejum na praça da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Paraguaios e brasileiros reuniram-se em vigília às 8 horas e encerraram o ato com um culto religioso conduzido pelo padre Germano Lauck, da Paróquia São João Batista. Durante o dia, os manifestantes distribuíram panfletos relatando a situação de Giménez e encerraram faixas e cartazes informando aos que passavam pelo local o motivo do jejum e da vigília. A manifestação teve ocorrência sem incidentes, não fosse a interferência do presidente da Câmara de Vereadores, Perci Lima, que chamou a polícia e exigiu a retirada do material exposto na praça (*veja matéria seguinte*).

Ao culto compareceram dezenas de pessoas, entre elas muitos paraguaios residentes em Foz do Iguaçu — alguns deles com amargas experiências vividas nas mãos da repressão do regime de Stroessner. Antes do encerramento do ato religioso, o padre celebrante convidou os presentes para que falassem de suas experiências. Uma filha de Remígio Giménez, que participou do ato juntamente com um irmão e a mãe, resumiu a situação do pai e contou que o havia visitado há nove dias, mas que fora impedida de visitar-se com ele, impossibilitado que estava de locomover-se devido à prostração física provocada pela greve de fome.

Concluindo a celebração, os presentes recitaram o Salmo 81, que diz: “Um dia, Deus se levantará na assembléia dos governadores dos povos e pronunciará esta sentença: “Até quando governareis iniquamente sustentando os privilégios dos maus? Fazei justiça ao fraco e ao órfão, restituí os direitos dos pobres e dos miseráveis. Defendei o oprimido e o indigente. Livrai-nos da opressão e da injustiça”. Esses líderes não sabem nada, não procuram entender coisa alguma. Andem às cegas, comprometendo o destino do mundo. E eu vos digo: “São estes os grandes homens, os favorecidos de Deus”. Monstros como todos os outros. Cairão como um ditador qualquer. Levantai, ó Deus, para julgar o mundo, porque tu és o Senhor de todos os homens”.

**Perci Lima não perde oportunidade de mostrar o quanto é mesquinho**

Depois da péssima administração que realizou em 7 meses no cargo de prefeito de Foz do Iguaçu, o vereador Perci Lima, agora de volta à presidência da Câmara Municipal, já começou a dar demonstrações de rara competência na arte de esculpir em si mesmo a imagem de monstro da política local. Um grande avanço nesse sentido ele o conseguiu na última terça-feira, valendo-se da vigília que um grupo de pessoas fez na Praça Getúlio Vargas, onde está a Câmara de Vereadores, pela libertação do preso político paraguaio Remígio Giménez.



Perci Lima

A partir das 8 horas da manhã, os manifestantes se instalaram com faixas e cartazes e arramaram uma barraca sobre o gramado da praça para proteger-se do sol causticante daquele dia. Tudo correu sem problemas até as 16 horas, mas então o presidente da Câmara julgou o momento e a manifestação uma boa oportunidade de fazer-se notar — e o fez, como sempre de maneira a denegrar por inteiro a mesquinhez de sua figura política, além de revelar o quanto é anti-democrático, arbitrário e incoerente.

Por certo, poucos quanguan- ses não tiveram a oportunidade de ouvir de Perci Lima verberações em torno da democracia, liberdade, direitos humanos e conceitos do gênero, mas não precisou muito tempo de exercício de cargo público para que todo esse discurso desabasse ao sopro dos primeiros confrontos entre a teoria e a prática.

Por volta das 16 horas, um funcionário da Câmara comunicou aos participantes da manifestação pela vida e liberdade do preso político paraguaio em greve de fome que Perci Lima ordenara a imediata retirada da barraca erguida na praça, ameaçando chamar a polícia caso a ordem não fosse obedecida. Para evitar outros dissabores, os participantes do ato de solidariedade julgaram conveniente aceitar a imposição. Pouco depois, porém, chegaram ao local dois elementos da Polícia Militar para fazer cumprir outra ordem do presidente da Câmara: retirar as faixas e os cartazes amarrados às árvores situadas entre a praça e a calçada de pedestres na avenida Jorge Schimmelpfeng. Como a ordem não tivesse qualquer fundamento,

os manifestantes recusaram-se a cumprí-la, preferindo levar a questão ao prefeito Dobrandino Silva, mas este visitou a seus assessores levaram as mãos, sob a alegação de que o relacionamento entre a Prefeitura e a Câmara é dos piores possíveis e o melhor era não alimentar a crise.

Os participantes do ato voltaram e conseguiram demover o policial militar de decisão de retirar por inteiro a mesquinhez de sua figura política, além de revelar o quanto é anti-democrático, arbitrário e incoerente.

Os responsáveis pela manifestação simplesmente avançaram as faixas e os cartazes meio metro em direção à rua, de modo que ficassem a centímetros do território da praça, embora ainda pendurados nas árvores. Perci Lima não se deu por vencido e alegou que o irregularidade persistia, pois — as árvores estavam plantadas no terreno da Câmara.

Se o vereador fosse uma criança e pretendesse brincar nesse nível com outras crianças, estas o redicularizariam. Mas ele age desta maneira com bigode e cabelo branco — donde se conclui que nem mais se pode admitir a esperança de que vá agir de maneira diferente em outras ocasiões semelhantes.

Daqui o seu carro sai jóia

# Mecânica Curitiba

- Mecânica em geral com profissionais capacitados
- Pintura em geral
- Chapação e pintura
- Auto-ética

Agora sob a direção de Luiz

Av. República Argentina esq. C. Santos Dumont  
Fone 73-2083 - Foz do Iguaçu-Pr.

Anexo 6 – Reportagem de dezembro de 1974 do Jornal Folha de Londrina, que noticia o sequestro dos quatro exilados membros do MOPOCO em Foz do Iguaçu.

04/12/74 - 198

Folha de Londrina

# MISTÉRIO ENVOLVE O SEQUESTRO DOS PARAGUAIOS EM FOZ

**FOZ DO IGUAÇU** (Oscars) — O sequestro dos três paraguaios e um argentino ocorrido entre as 23h30m e 24 horas do domingo, nesta cidade, continua envoltos em profundo mistério. Ninguém sabe dizer as razões, pois as vítimas são pessoas estudasas na cidade, onde residem há 13 anos.

As esposas dos sequestrados e populares contaram como foram realizadas os sequestros, um em cada ponto da cidade, quase todos no mesmo tempo, envolvendo um número inestimável de sequestradores, formados de Buenos Aires e Caracas agitaram em contato com familiares das vítimas, para detalhes do sequestro, enquanto as comissoras de Assunção mantinham insistentemente notícias sobre os raptores.

**ALEJANDRO MENDOZA** — Segundo a Polícia, os raptores formaram um comando bem organizado. Eles conheciam os costumes das vítimas, bem como as ruas da cidade. Possivelmente eram 15 e usaram, cerca de 8 veículos.

Alejandro Stumpfs Mendez, 48 anos, paraguai, casado com Antonia Viasquez, foi sequestrado quando se aproximava de sua casa (cerca de 100 metros da Ponte da Amizade), depois de ter ido ao cinema com a esposa. Eles não notaram que foram seguidos por uma "Veraneio". Esta bateu na traseira do Opala do casal e Alejandro parou o carro, desceu e foi agarrado por três indivíduos e empurrado para dentro da "Veraneio", enquanto um quarto elemento batia a direção do Opala, onde se encontrava a mulher. Os dois veículos tomaram a direção de Alvorada de Iguaçu, seguidos por mais dois carros. Nesta cidade fizeram uma volta, para desviarem da Polícia Rodoviária e em Santa Teresinha retornaram ao asfalto.

## MAIS MISTÉRIO

Durante todo o trajeto, segundo a esposa de Alejandro, os sequestradores paravam os carros e conversavam no mais, para conversar com o marido (isto aconteceu por 5 ou 6 vezes). Numa das paradas, abandonaram o Opala do casal, colocaram a mulher na "Veraneio" e o homem em uma Brasília e seguiram para Medianeira, abandonando a mulher na estrada, dando ordens para que ela passasse uma fita de comprimento que sua filha desce-

sobre o capô. Antonia conseguiu uma carona, num Volks de São Miguel, em Iguaçu, onde chegou e comunicou-se com a Polícia.

Quando a mulher acabou de veículo, na estrada, ela conseguiu agarrar um porta-como balas da metralhadora, que entregou a Polícia Federal. Alejandro é proprietário da Exportadora Paraguense, em Foz do Iguaçu, e o casal tem dois filhos menores: Gilberto, de 14 anos, e Raul Ernesto, de 5 anos.

## OUTRA VÍTIMA

Outro rapto é Anibal Abbate Soley, paraguai, 43 anos, casado com Maria Cristina Gimenez de Abbate, com três filhas menores: Maria Leticia, de 8 anos e as gêmeas de 4 anos, Maria Rossana e Maria Grissel. Ele é proprietário da Exportadora Estel, reside em Foz do Iguaçu há cerca de 10 anos, sendo muito relacionado e estimado. Em 1973 foi vice-presidente do Labor Club local.

Na noite do domingo, por volta de 23h30m, um Opala branco entrou na garagem da sua residência, na rua Raul de Maltos e o motorista buscou insistentemente. Pensando que fossem amigos, Maria Cristina pediu ao marido que atendesse, pois ambos já se encontravam deitados. Anibal atendeu, sem abrir a porta, já que estava em terno e a porta de ferro estava sem as vidrôas.

## EXPORTADORES DE NATAL

Três homens desconhecidos, que segundo a mulher são brasileiros, de português do tipo traço perfeito, observaram a Anibal que eram exportadores de Natal, no Rio Grande do Norte. Segundo ainda Maria Cristina, seu marido afirmou não ter negócios nenhum com Natal, mas conheceu-se e pediu a mulher que lhe trouxesse a chave, para fazer os homens entrarem.

Maria Cristina atendeu e voltou a deitar-se. Minutos após houve um forte barulho. Eram os três homens que estavam Anibal na parede. Um deles arrastou o fio do telefone e juntou-se aos demais, fugiram em um carro, levando Anibal. A mulher ainda conseguiu seguir a distância o veículo mas perdeu-a de vista e foi dirigi-la a Polícia Federal, registral guaxi.

## O ARGENTINO

O outro rapto foi César Cubral, argentino, 38 anos, casado com a brasileira Adelaine Cubral, de qual-  
tres filha menores:

Fabio, de 8 anos e Fabiana Regina, de 3 anos, que assistiram o rapto do pai.

Também por volta de 23h45m, três elementos armados e dignos saíram da Polícia Federal, bateram na porta e obrigaram César a segui-los. A mulher não o viu mais e não sabe informar mais nada. César é casado de Adelaine e mora no Brasil há 15 anos.

## O QUARTO

O quarto rapto foi Rodolfo Mangaloz Legrainos, paraguai, solteiro, 43 anos, filho de Adelaine Mangaloz, de 72 anos, na casa de quem vive. Ele é proprietário da Panificadora Progresso, na Avenida Brasil, também em Foz do Iguaçu.

Rodolfo vinha da casa de sua namorada e em plena Avenida Brasil, em frente ao Hotel Piratininga, foi abordado por um elemento e jogado dentro de um Opala, onde se encontravam mais dois indivíduos. Este sequestro foi presenciado por milhares populares, mas a operação foi realizada com tanta rapidez e o veículo fugiu com tal velocidade, que não pode ser feito em favor de Rodolfo.

Os familiares das vítimas, através de todos os meios de comunicação, estão monitorando aos raptores, para que tenham piedade e que saibam os sequestrados, "pois as crianças estão desesperadas".

## TUDO E MISTÉRIO

O 1º Batalhão de Fronteira, a Marinha, a Polícia Federal e a Delegacia de Polícia, sediadas em Foz do Iguaçu, monitoram guardas nas proximidades das localidades das vítimas e bloquearam todas as vias da cidade. As autoridades não sabem explicar as razões dos rapto e tudo permanece em profundo mistério.

Os quatro homens sequestrados são cidadãos nativos do Paraguai desde 1959, mas está fundada a hipótese do sequestro ser político. Anibal esteve em Assunção, dia 21 de março último, com permissão do governo paraguai para o encargo de sua sogra e não foi molestado.

Os distúrbios ligados aos sequestradores (Rumo e Medianeira, Cesar, etc.), afetam a cidade, mas a possibilidade de sequestrarem o casal de brasileiros no território da cidade de Foz do Iguaçu, não é mais uma possibilidade. Todas as autoridades de Foz do Iguaçu conhecem as vítimas, conhecidas individualmente, portanto e que foram participaram de reuniões com outros milhar pessoas com contraindicadas.

PT2218.243

Cx. 39-B 2397/76

**ITAIPU BINACIONAL**  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA

716 00690

INFORME Nº 031/76 - I/CS/AS

1. DATA : 15 de dezembro de 1976

2. ASSUNTO : SUBVERSIVOS PARAGUAIOS EM POZ DO IGUAÇU

3. ORIGEM : CS/IB/BR

4. AVALIAÇÃO : A - 2

5. REFERÊNCIA : PB/ 0023/76 - DPF/PI

6. DIFUSÃO ANTERIOR : AS/IB/BR

7. DIFUSÃO : DPF/PI

8. ANEXO : .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X

*Ca. H. P. 22/12/76*

**FICHADO**

1. Atendendo ao documento da referência, esta Coordenação de Segurança informa o seguinte:

a. A vinda dos citados elementos para esta região, seria para uma reunião que se realizaria na Cidade de Guaíra/PR, a qual não chegou a se concretizar.

Tal fato, foi confirmado pela Coordenação de Segurança/PY, que enviou, na ocasião, elementos de busca à aquela cidade.

b. Há indícios de que GOIBURU e ANIBAL ABATE SOLEY sejam a mesma pessoa, segundo dados obtidos por agentes de Órgãos de Informações, os quais evidenciaram:

1. GOIBURU é visto constantemente em companhia de companheiros de ANIBAL ABATE SOLEY.

2. Ambos nunca foram vistos juntos nas reuniões da organização.

3. GOIBURU faz viagens para BUENOS AIRES/RA, POZ DO IGUAÇU/PR, CORUMBÁ/MT e PONTA PORÃ/MT e viaja sempre em companhia de TITO MENDES.

- ANIBAL, tem negócios em CUIABÁ/MT, CURITIBA/PR, POZ DO IGUAÇU/PR, SÃO PAULO/SP e viaja sempre para BUENOS AIRES/RA, além das cidades em que tem negócio


4. GOIBURU viaja com documentação

- Continua -

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

AS/TAIPU Continuação de INFORME nº 031/76 de 15 Dezembro de 1976

  
(717)

4. GOIBURU viaja com documentação falsa e como disfarce usa peruca.

- ANIBAL, constantemente é visto de peruca.

c. Até a presente data não se verificou indícios de preparação de atos de sabotagem ou de atentados terroristas, no entanto, esta CS continua atenta a essas possibilidades e manterá em aberto o referido Pedido de Busca.

.X.X.X.X.X.X.X.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO, (Art. 12 - Dec. Nº 60.417/69, Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)

\*Documentos e Informações retiradas do site oficial da Comissão Nacional da Verdade (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>) reunidas pelo GT Operação Condor.

## Un acontecimiento para la historia: la jornada de solidaridad por Paraguay libre

00150F 1490

Durante los días 12, 13 y 14 de septiembre último, en la ciudad de Posadas, Misiones (Argentina), se realizó la Jornada de Solidaridad por un Paraguay libre y democrático, propiciada por el Servicio Paz y Justicia -Regional NEA, y secundada en las múltiples tareas organizativas por la colectividad paraguaya de exiliados y de residentes en la zona, entre quienes se destacó -justo es reconocerlo- la labor realizada por el MPL "José Gaspar Rodríguez de Francia", alcanzando gran brillantez y resonancia política, teniendo en cuenta sus conclusiones, el nivel de las deliberaciones, así como por la representatividad de las delegaciones y la cantidad de concurrentes.

En la oportunidad, se congregaron un promedio de 700 personas durante los 3 días de deliberaciones, hecho que constituyó un acontecimiento inédito en su género en toda la vasta geografía del exilio (Paraguay) y que comprende la zona del Río de la Plata, y el nordeste argentino.

Como han de recordar quienes tuvieron el privilegio de asistir a las sesiones, las mismas evidenciaron un elevado nivel político, y de arrolladora emotividad, combatividad y actitud unitaria, reflejo inequívoco de un acto que, sin lugar a dudas, pasará a constituir en uno de los más importantes en su género en esta parte de nuestro continente latinoamericano, en lucha por la democracia, la independencia nacional y el desarrollo pacífico de nuestros pueblos en hermandad continental.

El acto se inició con la lectura de la extensa lista de detenidos-desaparecidos de militantes políticos paraguayos residentes en la Argentina, oportunidad en la que al pronunciarse cada nombre, el público respondió con un vigoroso presente, creándose de este modo un ambiente de gran emotividad en la concurrencia. Luego de finalizar la extensa y trágica lista, el público comenzó a mencionar otros y otros nombres de compatriotas desaparecidos y que a la sazón no figuraban en la lista leída en el mismo acto, con lo cual la jornada se transformó en una sola expresión de sentimiento militante y unitario.

Luego de este inédito capítulo con que se inicia una asamblea pluralista de solidaridad con un pueblo en su lucha por la liberación, el arquitecto Adolfo Pérez Esquivel, Premio Nobel de la Paz y conductor del Servicio de Paz y Justicia en la Argentina, inició la extensa lista de intervenciones con una breve y brillante alocución, sosteniendo entre otros conceptos que "para conseguir la democracia y la libertad, se hace necesaria la lucha del pueblo... nadie es dueño de la verdad, si servidores de la verdad, para estar al servicio del pueblo... Destacó además que "expulsar al tirano no define la situación de un pueblo, se debe garantizar un gobierno democrático y participativo..." "No queremos democracias formales respondiendo al FMI y usando a las fuerzas armadas como ejércitos de ocupación de sus propios pueblos..." "Se debe buscar proyectos alternativos, para consolidar un proceso democrático... real".

### LAS DELEGACIONES (PARAGUAYAS) DEL INTERIOR DEL PAIS:

En la jornada concurren delegaciones del interior de Paraguay, en representación de las siguientes organizaciones de base a saber: delegaciones de organizaciones campesinas sin tierras ASAGRAPA, ONONDIVE FA, de pequeños productores, del Movimiento de Mujeres Campesinas y de Comunidades Indígenas. De la Capital de la República concurren representantes del Movimiento Juvenil Arquidocesano; de la Unión de Mujeres Paraguayas (UMPA); del Frente Amplio de Mujeres; de la Asociación de Médicos del Hospital de Clínicas; de los Trabajadores del Hospital de Clínicas; del Movimiento Independiente de Trabajadores (MIT); delegación de la Juventud del PRF; del Movimiento Unidad Revolucionaria "17 de Febrero"; de la Juventud del Partido Liberal Radical Auténtico, un representante del C.E. del P.R.F. y otros.

DELEGACIONES BRASILEÑAS Y ARGENTINAS: entre los concurrentes de delegaciones de países amigos, se puede mencionar en primer término al representante de la Confederación Única de Trabajadores del Brasil (CUT), que cuenta con 15 millones de afiliados, el escritor y periodista Paulo Schilling, quien traía a su vez la adhesión del Partido de los Trabajadores (PT) del mismo país. Una delegación encabezada por Romildo Rodas, de la juventud del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

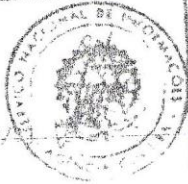
Del lado argentino, concurren -como era de esperar- una numerosísima delegación entre quienes cabe destacar a la Dra. Isaina de Weis, por el Movimiento Argentino Paraguayo de Solidaridad (MOSAP); Juan Simes, del Partido Intransigente (Cmté. Nacional); Rolando Núñez, por la Junta Coordinadora Radical-Resistencia-Chaco; los diputados provinciales Luis Enrique Losada (UCR), Lino Forniero (PJ); Marcelo Palermo, por el Mov. de Solidaridad con los exiliados políticos del Uruguay, cuya existencia es actualmente puramente simbólica, en recordación de los tiempos difíciles que le tocara vivir igualmente al país mencionado.



Anexo 09 – Informe do Serviço Nacional de Informação a respeito das atividades de Mohamad Barakat junto à comunidade árabe.

**CONFIDENCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
Agência Curitiba



PEDIDO DE BOCA Nº 5497 / 40 / 82

DATA : 30 SET 83

ASSUNTO : ATIVIDADES DE MOHAMAD IBRAHIM BARAKAT, JUNTO A COMUNI /  
DARE ÁRABE EM POZ DO IGUAÇU/PR E PRESIDENTE STROESSNER /  
PARAGUAI

REFERÊNCIA: ---

DIFUSÃO : 50 EM/TE - CR/DEF/PR

ANEXO : ---

DADOS CONHECIDOS

a. MOHAMAD IBRAHIM BARAKAT, filho de IBBRAHIM BARAKAT e AMOUN BARAKAT, nascido aos 14 JUL 39 no LIBANO (naturalizado brasileiro em 20 / JUN 82), Presidente do CENTRO CULTURAL ÁRABE BRASILEIRO DE POZ DO IGUAÇU/PR (CCAB/PI).

b. O nominado vem doutrinando a colônia árabe de POZ DO IGUAÇU/PR e PRESIDENTE STROESSNER/PARAGUAI, com o objetivo de disseminar a ideologia de KADHAFI e angariar apoio das comunidades árabes / árabe. BARAKAT também está propagando a doutrina de KADHAFI a de terminados segmentos do PMDB de POZ DO IGUAÇU, que parcialmente atende a interesses das facções mais radicais do Partido.

DADOS SOLICITADOS

1. Acompanhamento das atividades do nominado.
2. Outros dados julgados úteis e oportunos.

**CONFIDENCIAL**

Anexo 10 – Convite para a Primeira Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai em Foz do Iguaçu.

00078F 1740

JORNADA DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO

Temos a honra de convidar Vossa Senhoria e/ou sua Entidade a participar da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai, em Foz do Iguaçu, no próximo dia 12 de agosto.

No dia 15 daquele mês, o Paraguai celebra o aniversário da fundação de Assunção, capital do país. Como a data cai numa quarta-feira, a Jornada se realizará no dia 12 (domingo).

Para isso constituímos em Foz do Iguaçu o Comitê Brasil-Paraguai-Argentina, integrado por pessoas dos três países, mas participam da promoção o jornal "Nosso Tempo", o Diretório Acadêmico da Faculdade de Foz do Iguaçu e o Setor Jovem do PMDB.

Este primeiro comunicado tem a finalidade de divulgar o evento e convidar o maior número possível de personalidades e entidades para que reservem a data e possam estar presentes. Todos os que receberem esta comunicação têm liberdade para estender o convite a pessoas, órgãos de defesa dos direitos humanos em geral, imprensa, partidos políticos, igrejas...

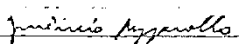
Em breve, enviaremos novos informes com detalhes da programação. Por ora, informamos que a Jornada consistirá, basicamente, de estudos, palestras e debates sobre a realidade paraguaia no que se refere a direitos humanos; ditadura e luta por democracia; exílio; movimentos de libertação; partidos políticos; sindicalismo; questão camponesa e agrária; imprensa; política brasileira em relação ao Paraguai; Itaipu Binacional; política argentina em relação ao Paraguai; brasileiros no Paraguai; movimento estudantil; Igreja...

Líderes populares, políticos de oposição e exilados paraguaios em diversos países prometem estar presentes, trazendo suas experiências, análises e teses para os debates. Artistas guaranis farão apresentações. Personalidades notáveis do Paraguai, do Brasil e da Argentina estão sendo contatados para proferirem palestras e coordenarem as discussões.

Por toda parte onde esta proposta chega, o entusiasmo é grande. Com a colaboração de muitos, poderemos realizar o maior ato de apoio ao povo paraguaio em todos os tempos, capaz de dar um impulso decisivo à luta de libertação daquele país.

Temos grandes dívidas com o povo paraguaio, a começar pelo genocídio que Brasil, Argentina e Uruguai praticamos na Guerra da Tríplice Aliança, há mais de um século. No contexto das lutas dos povos latinoamericanos, o Paraguai é um dos países mais esquecidos, apesar, ou em virtude, de ser ele vítima da mais prolongada e cruel ditadura do Continente. Se de um lado atuam forças cúmplices da desgraça do povo guarani, de outro lado deve levantar-se a voz de quem não aceita a injustiça e quer a libertação de todos os povos.

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 1984.

  
Juvêncio Mazzarollo - coordenador

Anexo 11 – Discurso de abertura da Jornada de Solidariedade. Matéria publicada na edição nº132 de agosto de 1984 do Jornal Nosso Tempo.



## SAUDAÇÃO DE ABERTURA DA "JORNADA"

"Até nosso sangue pode entrar no preço da liberdade"

Amigos, em nome do Comitê Brasil-Paraguai-Argentina, do jornal "Nosso Tempo", do Setor Jovem da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Foz do Iguaçu, e do Comitê de Solidariedade aos Povos Latinoamericanos, de Curitiba, entidades organizadoras da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai, que ora se inicia, saudamos a todos os que aqui estão e lhes desejamos uma feliz permanência nesta cidade.

Sentimo-nos imensamente honrados com a presença das autoridades, dos ilustres palestrantes e de todos os que vieram participar desta jornada de estudos, de integração e de luta pela libertação dos povos latinoamericanos, em particular do povo paraguaio.

Agradecemos a todos os que estão dando sua contribuição para que este encontro internacional seja produtivo em termos de cultura, de fraternidade, solidariedade, paz e união entre todos os países do Continente, em especial os três que se olham face a face neste privilegiado recanto de belezas e riquezas naturais das Três Fronteiras.

Também pedimos desculpas por eventuais falhas na organização da Jornada. Realmente, não é fácil executar um programa da envergadura a que nos propusemos. Sendo a primeira vez que se promove um encontro desta natureza e deste nível, alguns erros são inevitáveis. Em todo caso, temos a certeza de que o saldo final do trabalho será altamente positivo para a causa que

nos anima.

Os majestosos rios Iguaçu e Paraná — tão violentados pela mão do homem — traçam os limites das fronteiras e aqui se fundem num só e imenso caudal de força e beleza. As águas não nos dividem, mas nos unem. As águas se juntam e correm numa direção bem determinada, como a nos ensinar que unidos e com um ideal forte seremos capazes de vencer, de alcançar os nossos objetivos.

Nós brasileiros — e seguramente outros povos do Continente — temos grandes dívidas para com o Paraguai, a começar, talvez, pelo genocídio que nossos antepassados perpetraram contra esse país na Guerra da Triplice Aliança, quando Brasil, Argentina e Uruguai, há mais de um século, se juntaram para promover uma das maiores tragédias de nossa história. Também temos uma grande dívida para com o Paraguai porque nossos governos já prestaram muitos serviços a ditaduras cruéis que têm castigado o povo guarani tão duramente, e porque, nas lutas dos povos latinoamericanos, os paraguaios têm andado muito esquecidos.

Se no passado e no presente encontramos forças unidas para manter a escravidão, também devem unir-se as forças democráticas para a conquista da liberdade e da justiça.

É dentro desta visão que projetamos a Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai — não tanto para realizarmos um ato penitencial ou de desagravo, mas principalmen-

te para encontrarmos, juntos, o caminho que nos livre para sempre da discórdia e nos una a todos na luta de libertação.

A primeira necessidade de nossos povos é eles se conhecerem. Por isso aqui estamos para estudar o Paraguai e assim criarmos laços de união, compreensão mútua e solidariedade.

Temos muitos e grandes desafios pela frente. O sofrimento vivido pelo povo paraguaio, saqueado pelos países desenvolvidos e massacrado por um regime de terror, precisa cessar. E nenhum outro país da América Latina pode pensar que se libertará sozinho, por isso procuramos caminhar numa perspectiva de integração continental. Assim como as forças que nos oprimem e nos espoliam se organizam e discutem as formas de opressão e dominação, as forças da liberdade e da justiça precisam unir-se e debater, planejar e lutar pela libertação.

Se não procedermos assim, faremos por merecer a continuidade das estruturas perversas do capitalismo selvagem, que não tem mais limites éticos nem piedade para com a infelicidade em que vivem multidões em nosso Continente.

Esta Jornada da Solidariedade ao Povo Paraguai é de solidariedade porque, de modo geral, vivemos os mesmos dramas, sofremos juntos e queremos festejar juntos a conquista de uma nova sociedade brasileira, de uma nova sociedade paraguaia, de uma nova sociedade argentina, de uma nova sociedade latinoamericana, cons-

truída sobre os alicerces do respeito aos direitos humanos, da paz, da fraternidade e da cooperação, sem hegemonias e sem imperialismos.

Outros povos, como o da Nicarágua, já nos deram exemplos impressionantes de luta e de vitória. Com eles aprendemos que até nosso sangue pode entrar no preço da liberdade.

Para a manutenção de estruturas sociais, políticas e econômicas absolutamente perversas, muito sangue correu através dos séculos no Paraguai e em todos os países latinoamericanos. Temos de impedir que os genocídios se perpetuem: mas se sangue deve ser derramado, que seja para a libertação e nunca para garantir ou substituir as atuais formas de opressão.

Contudo, queremos conquistar nossos direitos sem violência, e entendemos que os trabalhos que aqui desenvolvermos nestes dois dias servirão muito para isso. Todos os que atenderam ao convite para esta Jornada vão contribuir para seu êxito. Vamos dar um passo corajoso e decidido, conscientes de que não podemos retroceder. Se não tivermos a felicidade de encontrar um mundo humanizado, vamos então prepará-lo para nós e nossos filhos. Temos de ser dignos da vida que Deus nos deu, colocando-a a serviço de todos, na esperança e no amor fraterno.

Foz do Iguaçu, 11 de agosto de 1984

Juvêncio Mazzarollo



Paulo Schilling (à esquerda) levantou a plateia

de Forças Democráticas da América Latina, de Curitiba.

Como ilustração, vale destacar a carta do Centro de Residentes Paraguaios de Oberá, Missões: "Em nome da Comissão Diretiva do CRPO, fazemos chegar nossa calida adesão a este ato de solidariedade ao nosso povo. Ato dessa natureza nos comprometem a todos os paraguaios de dentro e fora do país para unir esforços, sem exclusões de nenhum tipo, na luta pelas liberdades democráticas no Paraguai. Desejamos êxito a essa Jornada e queiram receber nossas 'mais cordiais saudações'".

Ou então, esta carta enviada de Paris pelo "Colectivo Paraguai de France Amerique Latine": "Estimados companheiros, através desta carta expressamos nossa profunda emoção pela realização da combativa Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai. Estamos seguros de que, desde o interior do país, os olhos do nosso povo, superando as proibições que a ditadura lhes impõem, olham com admiração e fé a assembleia que vocês realizam e que dará grande vida ao slogan do momento: "o povo unido jamais será vencido".

### "Stroessner precisa ser engaiolado e cuspidor"

Adolfo Perez Esquivel, lamentando não poder participar, enviou dois representantes — Pablo Frederick, de Buenos Aires, e Carlos Genesini, de Posadas — e uma carta particularmente focante: "Queridos irmãos, recebam todos vocês e os povos representados minha adesão e minha mais cordial saudação a esta Jornada. Desgraçadamente, compromissos outros me impedem de estar pessoalmente junto com vocês, como gostaria. (...) Como latinoamericanos, temos o dever de denunciar e combater juntos a ditadura de Stroessner, esquema de um modelo econômico-político de dominação implantado pelo imperialismo. (...) Consciente de que só a verdadeira união de nossos povos latinoamericanos logrará colocar-nos na senda de nossa definitiva libertação, despeço-me com um fraterno abraço de paz e bem".

Tais manifestações, sem dúvida, somaram-se à força da ampla e profunda lematia estudada durante os dois dias entre os palestrantes, debatedores e as delegações. Juvêncio Mazzarollo abriu os trabalhos com uma saudação e ao

mesmo tempo um esboço dos objetivos e critérios da Jornada (veja transcrição do texto na página 4). Em seguida, o coordenador convidou ao palco todos os palestrantes e prestou homenagens especiais ao grande músico paraguaio Hermínio Gimenez, que vive exilado há 34 anos e que atualmente é maestro do Coral e da Orquestra Sinfônica de Corrientes, Argentina.

Gimenez, um verdadeiro patrimônio cultural e humano do Paraguai, com seus 79 anos de idade e uma energia invejável, inflamou a assembleia com palavras ao mesmo tempo enérgicas e comovidas. Disse ele que "estamos procurando nosso destino como nação independente, mas, para desgraça de todos nós, há 30 anos vivemos sob a ditadura nefasta e sanguinária de Alfredo Stroessner, esse cachorro que precisa ser posto numa gaiola para que todo mundo faça com ele o que bem entender. Não matá-lo, mas cuspir nele, urinar em cima dele, se for possível. Este é o castigo que merece esse homem que desgraçou 4 milhões de paraguaios, um quarto dos quais vivem no exílio — uns por motivos políticos, outros por não conseguirem seu sustento. Eu, se tivesse uma hora de poder, a abaria de uma vez e para sempre com este maldito nome de exílio, nenhuma parte do mundo. "E concluiu: "A liberdade tem de ser conquistada, como se conquista uma moça bonita".

Gimenez foi alvo das mais vibrantes manifestações de carinho e admiração, não só por sua participação nos debates, como também pelas músicas que apresentou durante a parte artística programada para a noite de sábado.

Naquele primeiro dia da Jornada foram expostos e debatidos os temas "Solidariedade e Integração Latinoamericana" e "Imprensa no Paraguai". O primeiro foi apresentado por Belizário dos Santos, presidente da Associação Latinoamericana de Advogados e pelos representantes de Adolfo Perez Esquivel, entre outros, e o segundo assunto foi exposto pelo jornalista Luis Alonso, da coordenação do Acordo Paraguai no Exílio (APE).

As entidades organizadoras encarregaram-se de fornecer alimentação e hospedagem aos participantes da Jornada. Para isso, desdobraram-se na arrecadação de doações para cobrir custos. Os visitantes foram hospedados em casas de famílias e em hotéis cedidos graciosamente ou por preços irrisórios. O jantar de sábado foi preparado e servido pelos organizadores, que apresentaram os convidados com os saborosos pratos típicos paraguaios, e o almoço de domingo foi servido num restau-

le da cidade a preço módico.

Após o jantar de sábado, a programação continuou com um empolgante espetáculo artístico livre à apresentação de cantores, instrumentistas e poetas. O maestro Hermínio Gimenez simplesmente levou a plateia, a aplaudi-lo de pé por quase cinco minutos; um cantor chileno, um paulista, um iguaçuense e diversos poetas paraguaios fizeram a plateia vibrar de maneira incontrolada e emocionada. Não faltaram poesias e músicas em guarani, para delírio das pessoas vindas de longe. Mas a parte mais esuzante, agora os números apresentados por Hermínio Gimenez — autor, por exemplo, da famosa música "Saudeá, palavra triste, quando se perde um grande amor... — ficou por conta do conjunto boliviano "Inkas Chaskis", acompanhado em alguns cânticos por duas artistas de For do Iguazu. Uma moça de origem paraguaia e residente em For do Iguazu sacudiu a plateia dançando a tradicional e consagrada peça do folclore guarani "Pajaro Campana".

O show artístico esteve sensacional, foi um dos melhores e mais vibrantes espetáculos já apresentados aqui — garantiam muitos dos presentes.

Também dentro da parte artística da programação, argentinos, paraguaios e brasileiros realizaram exposições de artes plásticas, artesanato e de painéis sobre Itaipu Binacional, lutas populares, movimentos latinoamericanos, fotografias, recortes de jornais e toda uma fantástica riqueza de documentos e informes.

### Direitos humanos, a questão mais pungente

Para o domingo, restava ainda uma intensa programação. Os trabalhos reiniciaram com a celebração da Santa Missa por um padre presente à Jornada. Em seguida, durante uma hora, diversos palestrantes conduziram a exposição e o debate da "Conjuntura Política, Social e Econômica do Paraguai".



Hermínio Gimenez levantou a plateia

Sequer houve intervalo para descançar na parte da manhã. Com cafezinho, chá, chimarrão e besebé, a assembleia suavizava cansaços e impaciências, mantendo-se vivamente interessada nos debates. Segundo o programa pré-estabe-



Religiosas (à esquerda) apoiaram o movimento

lecido, estava previsto o estudo dos temas "Itaipu Binacional" e "Política Externa do Paraguai" para antes do mesmo dia, mas os pungentes, comovedores relatos e análises realizados sobre a questão dos "Direitos Humanos no Paraguai" — seguramente o mais arrebatador de todos os estudos feitos na Jornada — tomaram o tempo até a hora do almoço.

Durante o encontro, quatro pessoas foram aplaudidas demoradamente pela plateia, em pé: o maestro Hermínio Gimenez, o escritor Paulo Schilling, depois de sua palestra sobre "Política Brasileira e Argentina em Relação ao Paraguai", Juvêncio Mazzarollo, no encerramento da Jornada, e Regina de Rodas, esta a que ataiu os mais entusiasmados aplausos ao encerrar sua exposição sobre Direitos Humanos no Paraguai. Regina teve seu marido assassinado pelas forças militares de Stroessner no massacre de Caaguazu ocorrido em 1979, quando houve um levante de solidariedade, e a partir daí, a emoção de todos os presentes atingiu o calor mais forte de toda a Jornada. De fato, as tragédias que se abatem sobre o povo paraguaio são muitas e atroz, mas o que se ouviu em matéria de agressões aos direitos humanos foi qualquer coisa de estarrecedor.

### Participação maciça e entusiasta

O encerramento estava marcado para as 19 horas. Para a parte da tarde restou o debate dos demais temas, todos de importância tão vasta que obrigou a coordenação e os expositores a verdadeiros contorcionismos para garantir o desenvolvimento de todos eles, ainda que de maneira às vezes atropelada, porém nunca superficial. Num trabalho que já se tornava realmente estafante, foi possível traçar um perfil muito rigoroso do que existe em matéria de "Movimentos Populares no Paraguai", assunto ramificado nos setores sindicais, estudantis, camponeses, eclesásticos, culturais e político-partidários: "Itaipu Binacional", "Política Externa do Paraguai" e "Política Brasileira e Argentina em Relação ao Paraguai" — muito assunto para pouco tempo.

A maioria dos participantes teve oportunidade de manifestar-se ao longo da Jornada. Seria exaustivo demais nominar todos quantos

contribuíram no exame de cada assunto, mas vale destacar que palestraram e entrevistaram Ramon Leiva, Enrique Rivas, Paulo Schilling, Juvêncio Mazzarollo, Orlando Rojas, Adolfo Marcovich Collins, Veneciano Rivas, da revista "Síntesis"; Margarida Genevois, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; a esposa do Maestro Hermínio Gimenez, Yalina S. de Weiss, advogada da Lig. Argentina pelos Direitos do Homem; dr. Miguel Angel Ramos, dr. Leopoldo Lopes, da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, de Posadas; Juan Simes; Alejandro Lomder, do Partido Intransigente argentino; representantes da União Cívica Radical; Susana Valle, do Peronismo Revolucionário; Jorge Giacovone, da Juventude Peronista de Buenos Aires; Gabriel Garcia, Salvador Cabral Arcechea e muitos outros.

Também se manifestaram, através de representantes ou de documentos enviados às entidades organizadoras: a União Cívica Radical, da Argentina; o Comitê de Solidariedade aos Povos Latinoamericanos, do Rio de Janeiro; a Comissão de Solidariedade ao Povo de Salvador, do Rio; o Partido Revolucionário Febrerista, do Paraguai; o movimento "Verdade, Justiça, Libertad y Amor", de Buenos Aires; a jornalista Denise Perez, de Curitiba; Pablo Frederick, do Sevice Paz e Justiça na América Latina, de Buenos Aires; Carlos Zamorano e Felix Cantero, da Liga Argentina pelos Direitos Humanos, de Corrientes; Guillermo Frugoni Rey; a organização Juventudes Políticas Paraguaias no Exílio, de Buenos Aires; a Juventude Socialista Unificada, do Paraguai; o Seminario Juvenil da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, de Buenos Aires; a Conveção Nacional dos Trabalhadores do Uruguai; a Central Única dos Trabalhadores, do Brasil; o Comitê de Solidariedade aos Povos Latinoamericanos, de Curitiba; a Juventude Nacional do Partido Intransigente, da Argentina; Maria Inumbela Torres Lozina, de Posadas; Julia Alarcon, da Comissão Peronista de Direitos Humanos; o Movimento Independente de Trabalhadores Paraguaios; Juan Diaz Bordenave, do Rio de Janeiro; Luiz Perez Aguirre S. J., de Montevideu e outros.

Entim, graças a tudo isso e a todos esses, mais os que não figuram nestas relações e que participaram da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai, graças também à perfeita organização do encontro, a seriedade e alto nível dos trabalhos, ao término de tão retribuinte acontecimento se podia haver lugar para as apreciações entusiasmadas que se ouviram.



Pablo Frederick e Carlos Genesini representaram Adolfo Perez Esquivel

**SANTANA**

SE VOCÊ PROCURAVA UM CARRO SOPHISTICADO, JÁ ENCONTROU DOIS.

É o mais sofisticado automóvel produzido pela Volkswagen do Brasil.

**VENHA CONHECÊ-LO AQUI:**

PARAGUACU DE AUTOMOVEIS LTDA

Anexo 13 – Panfleto de divulgação da Primeira Edição da Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai em Foz do Iguaçu.

00078F 1742

## JORNADA DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO

### Entidades organizadoras:

- Comitê Brasil - Paraguai - Argentina, de Foz do Iguaçu;
- Jornal NOSSO TEMPO, de Foz do Iguaçu;
- Setor Jovem do PMDB de Foz do Iguaçu;
- Diretório Acadêmico da Faculdade de Foz do Iguaçu;
- Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-americanos.

## PROGRAMAÇÃO

### Data e local:

Dias 11 e 12 de agosto, no Colégio Agrícola (estrada do Porto Meira, KM 2), em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Brasil.

#### DIA 11 (SÁBADO):

- 14:00 – Recepção
- 15:00 – Abertura e discussão do programa
- 15:30 – SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA
- Expositores: ADOLFO PEREZ ESQUIVEL (Pz y Justicia)
- BELIZARIO DOS SANTOS (Associação de Advogados Latinoamericanos)
- RIR KRISCHKE (Justiça e D. Humanos – RS)
- GRUILLERMO FRUGONI REY (Movimiento de Solidariedad Argentino-Paraguayo)
- MADRES DE PLAZA DE MAYO (Argentina)

17:30 – IMPRENSA NO PARAGUAI  
Expositores: ALCIBIADES GONZALEZ DEL-VALLE  
ALDO ZUCCOLILLO  
ILDE SILVERO

19:00 – Jantar

20:30 – Noite artística

-----

#### DIA 12 (DOMINGO)

7:00 – Celebração eucarística ecumênica

8:00 – Café  
8:30 – CONJUNTURA SOCIAL, POLITICA E ECONOMICA DO PARAGUAI  
Expositores: ARNALDO VALDOVINOS  
DOMINGO LAINO  
SANDINO GIL OPORTO  
LUIS ALFONSO RESCK

10:00 – DIREITOS HUMANOS NO PARAGUAI  
Expositores: CARMEN DE LARA CASTRO  
LIGIA PRIETO  
Dr. MIGUEL ANGEL RAMOS  
REGINA DE RODAS  
DIEGO BERTOLUCCI

11:00 – ITAIPU BINACIONAL  
Expositores: JUVÊNCIO MAZZAROLLO  
RAMON LEIVA

11:30 – POLITICA EXTERNA DO PARAGUAI  
Expositores: JUAN MANUEL BENITEZ FLORESTIN  
ORLANDO ROJAS  
JOSÉ FELIX FERNANDEZ ESTIGARRIBIA

12:30 – Almoço

14:00 – MOVIMENTOS POPULARES NO PARAGUAI  
– Partidos: expositores, os presidentes dos partidos políticos democráticos  
– Organizações da Igreja: Dom MARIO MELANIO MEDINA  
– Sindicatos: OSMAR SOSTOA, NIMIO NUNEZ, BONIFACIO VARGAS, FLORENCIO RIVEROS, CIRIACO DUARTE  
– Org. camponesas: TOMAS PALAU, GABRIEL GARCIA, ENRIQUE RIVAS  
– Org. estudantis: dirigentes do movimento estudantil  
– Culturais: ELVIO ROMERO

16:00 – POLITICA BRASILEIRA E ARGENTINA EM RELAÇÃO AO PARAGUAI  
Expositores: PAULO SCHILLING (Brasil)  
Deputado RABANAQUE CABALLERO (Argentina)  
Dr. SALVADOR CABRAL ARRECHEA (Argentina)

17:30 – TRIBUNA LIVRE  
(10 minutos para cada intervenção, seguindo lista de inscritos)

19:00 – AVALIAÇÃO E PROPOSTAS

19:30 – Encerramento.

Anexo 14 – Informe enviado para o departamento de investigações da capital Asunción a respeito da primeira edição da Jornada de Solidariedade ocorrida em Foz do Iguçu.

POLICIA DE LA CAPITAL  
DPTO. INVESTIGACIONES  
POLITICA Y AFINES

431

C00067F 2116

Asunción, 31 de agosto de 1.984

D.P.A. Nº 1.861.-

OBJETO: Elevar informe

AL: Señor Jefe del Dpto. de Investigaciones

Don PASTOR MILCIADES CORONEL

E. S. D.-

Tengo el honor de dirigirme a esa Superioridad, a fin de poner en su conocimiento la siguiente información que me proporcionó un colaborador residente en Foz de Yguazú (Brasil):

- 1.- La jornada de solidaridad con el pueblo paraguayo, organizada por los comunistas, en Foz de Yguazú, entre el 11 y 12 de agosto de 1.984, en el local del Colegio Agrícola de dicha ciudad, fue un total fracaso al no asistir las personas cuyos nombres fueron utilizados para promocionar el evento.
- 2.- Los organizadores de la mencionada jornada incluso acusaron a los dirigentes de la Casa Paraguaya de Foz de Yguazú, cuyo Presidente es GUILLERMO CORREA MARTINEZ, vinculado a la Junta de Gobierno del Exilio y la Resistencia, de boicotear las mencionadas jornadas, teniendo en cuenta que en esos días y convocada con mucha antelación se realizó la asamblea de dicha Casa Paraguaya y una fiesta de confraternidad a la que concurren muchas personas, dejando virtualmente sin asistentes las jornadas.
- 3.- RODOLFO SANNEMANN y su esposa la Dra. GLADYS DE SANNEMANN, quienes manifiestan ser del MOPOCO pero no ocultan sus inclinaciones comunistas, han expresado en distintos tonos su disgusto por el comportamiento de la gente del MOPOCO con relación a las jornadas.
- 4.- Al final, la figura más importante que participó de las jornadas fue el Director del Diario "Nuestro Tiempo", de Foz de Yguazú, quien no ocultó su contrariedad por la no participación de DOMINGO LAINO, a quien había promocionado como uno de los principales asistentes.



CRIO. GRAL. ALBERTO CANTERO D.  
Director de Política y Afines

Asunción, 31 de agosto de 1.984

A CONOCIMIENTO DEL SEÑOR JEFE DE POLICIA

PASTOR M. CORONEL  
Jefe Dpto. Investigaciones

TRANSCRIPCION DE LA VERSION GRABADA DE LOS DISCURSOS PRONUNCIADOS EN LA "JORNADA DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PARAGUAYO" REALIZADO EN EL COLEGIO AGRICOLA DE LA CIUDAD DE FOZ DE IGUAZU, BRASIL, LOS DIAS SABADO 11 Y DOMINGO 12 DE AGOSTO DE 1984, ORGANIZADOS POR LOS COMITES BRASIL-PARAGUAY-ARGENTINA.-

DIA SABADO 12 DE AGOSTO DE 1984.-

BRASILEÑO NO IDENTIFICADO

Invito a las Hermanas GENORA y ILSE para conducir un pequeño acto litúrgico para concentrarnos e invocar la protección de Dios para los trabajos que realizaremos en estos dos días que constituirán las jornadas de solidaridad con el pueblo paraguayo.

HERMANA GENORA

Buenas tardes y bienvenidos a todos los hermanos y hermanas brasileños, paraguayos y de otras procedencias. Queremos invitar a todos a un momento de espiritualidad para darnos un enfoque de verdaderos cristianos, también para nuestro trabajo de hermanos. Si existe fraternidad, máxime entre cristianos, esta nota debe aparecer. Entonces quiero invitar a todos, como un gesto de unión, nos pongamos todos de pie, en el pensamiento, en el corazón y la voluntad acompañemos esta pequeña celebración, que quiere decir mucho, el servicio de promoción humana de Foz de Iguazú da la bienvenida a todos y se solidariza con todos los pueblos oprimidos, con todos los pueblos sufridos de América Latina. Vamos a rezar ahora en son de fraternidad, que todos sabemos y amamos y así unirnos más a Jesucristo, que también es nuestro hermano. Dirijámonos al Padre, diciendo: (se reza el Padre Nuestro). Nuestro Dios es el que da paz y justicia a los oprimidos, da pan a los que tienen hambre, abre los ojos a los ciegos, ampara a los huérfanos y a las viudas, libera a los cautivos, ama a los justos, abriga a los marginados y traba el camino de los malos, por eso vamos a rogar siempre. Amén. La Iglesia de Foz de Iguazú está presente y se declara solidaria, con estas palabras, con el pueblo paraguayo.

HERMANA ILSE

En la historia de los pueblos hay siempre señales de liberación y de servidor, mas uno puede prevalecer sobre el otro. El pueblo de Dios también experimentó esas dos fases y las llamó "el tiempo del éxodo" el momento de la salida de los israelitas de la esclavitud egipcia y tiempo de exilio al período de cautiverio de los israelitas deportados para Babilonia. En el éxodo, la idea de liberación da un dinamismo siempre nuevo en el sentido de que los pobres y oprimidos en dirección de salir de su servidumbre, mientras que en el exilio la liberación parece una posibilidad muy distante. En América Latina, podemos decir que nuestra realidad es más que el exilio y que el éxodo. Las experiencias nos enseñan que en estos momentos en que se ponen a prueba el desarrollo de la fraternidad, y la libertad, oprimidos

...///...

SECRETARIA DE LA UNIDAD  
 DEPTO. INVESTIGACIONES

- 2 -

COESES 0277

...///... midos por abuso de poder, de riqueza y de saber. El exilio constituye una crisis, para el pueblo ~~de~~ Israel fue una crisis, que puso a prueba su fe y su esperanza en el Dios libertador, en el Dios que había prometido desde la salida de Egipto ser para siempre un Dios que libera, que congrega a su pueblo a la tierra prometida, señal de fraternidad definitiva; en el exilio parece que Dios al pueblo abandonó, de ahí la crisis; como crees llegar a Dios libertador en tierras extrañas, dice en Salmo 136. Esta es la misión evangelizadora de la Iglesia: ayudar a los oprimidos a vivir en un exilio fraternal y liberadoramente, el exilio es tiempo de profecía, cabe a la Iglesia mantener en el pueblo la esperanza y la convicción de que Dios paternal y libertador no se olvida de su pueblo, encontrándose con ellos, el tiempo de exilio es tiempo de valorización de la libertad interior, la solidaridad como camino de libertad en el sentido de abrirse a los pobres, las principales víctimas de la situación.

HERMANA GENORA

Cabe a cada uno entonces, encontrarse, si es del éxodo o del exilio, si es del éxodo, entonces para encontrar motivaciones para algo mejor, si es del exilio encontrar el ánimo, la voluntad remota de liberación; pero también los profetas hablan en nombre de Dios, Dios que no sopora injusticias porque anuncian un mundo nuevo, porque hablan de verdades son perseguidos, usamos algunas palabras de los profetas AMOS y JEREMIAS, por qué ustedes venden a los justos por dinero y a un pobre por un par de monedas, por qué ustedes explotan a los pobres en la tierra y desvían del camino a los más pequeños? Por dice Dios: yo voy a hacer que ustedes estiren un carro cargado; oigan ésto, el Señor juró: no voya olvidar ninguno de sus actos, voy a transformar sus fiestas en luto y sus cánticos en lamentaciones. Del libro sagrado de la Biblia, AMOS. Ay de aquellos que explotan a sus prójimos dice el Señor, él va a morir.

HERMANA ILSE

Las palabras de los profetas nos consuelan porque nos muestran que Dios no olvida a los pobres y se enfurece con las injusticias. Vamos a expresar en este momento diciendo a cada invocación: Te lo regemas, Señor. Por qué no dejas que los oprimidos tengan tu protección... Te lo rogamos, Señor. Por qué permites las injusticias en tu presencia? Te lo rogamos, Señor. Por qué no castigas a los opresores del pueblo? Te lo rogamos, Señor. Por qué no escogiste de en medio de nosotros a los profetas de tu verdad? Te lo rogamos, Señor. El Señor Dios ama a los que defienden la verdad y la justicia, a los que no abandonan a los que sufren y a los que son perseguidos, y nos cubra con su protección y nos bendiga en nombre del Padre, del Hijo y del Espíritu Santo.

JUVENCIO MAZZAROLLO

En nombre del Comité Brasil-Paraguay-Argentina, formado



POLICIA DE LA CAPITAL  
DEPTO. INVESTIGACIONES  
DIRECCION DE POLITICA  
Y AFINES

-----00160F 1653

TRANSCRIPCION DE LA VERSION GRABADA DE LAS DELIBERACIONES DE LAS  
SEGUNDAS JORNADAS DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PARAGUAYO REALIZA  
DAS EN EL OESTE PARANA CLUB DE FOZ DE YGUAZU - BRASIL - DIAS SA-  
BADO 17 Y DOMINGO 18 DE AGOSTO DE 1985.-

COORDINADOR

Vamos a pedir la bendición de Dios para que este nuestro encuentro se torne más productivo y para que realmente nos sintamos como hermanos durante estos dos días en que vamos a convivir aquí. Vamos entonces a comenzar nuestros trabajos rezando un Padrenuestro, cada uno en la lengua que prefiera. (se reza el Padrenuestro). Declaramos esta apertura solemne de las SEGUNDAS JORNADAS DE SOLIDARIDAD AL PUEBLO PARAGUAYO, y para eso vamos a formar la Mesa de Honor de este Encuentro. Invitando en primer lugar, a una gratísima presencia entre nosotros, el Premio Nóbel de la Paz de 1980, el argentino DR. ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, un fuerte aplauso (aplausos). En nombre de todos los presentes, entregamos al Dr. PEREZ ESQUIVEL este ramillete de flores. (aplausos). En esta noche, invitamos al Excelentísimo Señor Prefecto Municipal PERCY LIMA, a formar parte de la Mesa (aplausos). Invitamos también al Reverendo Padre ROBERTO CHAPARRO, representante del Obispo MARIO MELANIO MEDINA, (aplausos) del Paraguay. El Obispo MARIO MELANIO MEDINA, desgraciadamente no pudo estar presente, pese a todos los esfuerzos hechos para ello, y entonces envió a dos Sacerdotes para estar aquí con nosotros. Invitamos también a formar parte de la Mesa a la Sra. LIGIA PRIETO DE CENTU - RION, miembro del Núcleo de Mujeres Políticas de América Latina (aplausos), también invitamos al señor ODON OVIEDO, del Movimiento Revolucionario de Trabajadores del Partido Revolucionario Febrerista del Paraguay, (aplausos). Invitamos también al Dr. RAUL ARAGON, Presidente de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos de Buenos Aires, Argentina (aplausos), Invitamos también a formar parte de la Mesa, al señor JOSE GILL OJEDA, representando al Movimiento Campesino Paraguayo (aplausos). También queremos que honre con su presencia esta Mesa, LAURA CARVALLO, del MOVIMIENTO DE SOLIDARIDAD ARGENTINO PARAGUAYA (MOSAP) de Buenos Aires (aplausos). Invitamos también al Secretario del Interior y Diputado Federal NILTON FRIEDRICH, que representa al Gobierno del Estado de Paraná en este encuentro (aplausos). También invitamos al Excelentísimo Señor Diputado JOSE SARTORI, de la Asamblea Legislativa de Río Grande Do Sul (aplausos). También están muchas otras personalidades que merecerían estar aquí con nosotros en esta Mesa de Honor, pero por falta de espacio queremos dejarlo en la platea, pero eso no significa desmerecimiento para nadie. La ocasión es propicia para anunciar presencias importantes, entre otras de FLAVIA BORDINI y MARIO JORGE GRANDES, de Posadas, Argentina, de la Agrupación de Defensa Permanente de los Derechos Humanos

POLICIA DE LA CAPITAL  
DEPTO. INVESTIGACIONES

00160F 1654

- 2 -

./ SIMONA BETTNER, del Partido Intransigente de la Argentina, (aplausos), JULIO DOS SANTOS, representante del Partido Comunista Argentino (aplausos), representando al Peronismo Revolucionario de Buenos Aires, el señor OSVALDO VELLACHI, (aplausos), JULIA ALARCON de la Comisión Peronista de Defensa de los Derechos Humanos de Argentina (aplausos), del antropólogo, historiador y profesor universitario BLAS ALBERTI (aplausos). Anunciamos también al Sacerdote que representa con el Padre CHAPARRO al Monseñor MEDINA, el Sacerdote MARIO BERNAL (aplausos). Representando a la Juventud del PARTIDO MOVIMIENTO DEMOCRATICO BRASILEÑO el señor CAIO, además de eso otras relevantes personalidades aquí presentes. Mal no estaría que ésto en lugar de una ceremonia, fuese un reconocimiento mutuo de todos los presentes, entonces abrimos espacio aquí para que en nombre de las diversas delegaciones alguien se anuncie diciendo de donde viene y a quien representa en este encuentro, aquí en la platea. Podemos comenzar. No en forma individual, sino su nombre y a qué organización representa. En nombre de los organizadores de este segundo encuentro latinoamericano damos la bienvenida a todos los presentes y desde ya nos sentimos felices por encontrarlos aquí, así como felices estamos nosotros por la atención que prestaron al convite que les formuláramos para vivir juntos los momentos inolvidables, y por cierto, estos dos días nos proporcionarán. Es una honra para Foz de Yguazú y Brasil poder recibir tantas y tan ilustres personalidades del mundo cultural, político, social y religioso del Cono Sur de América. La presencia de cada uno en particular, y de todos en conjunto, significa la garantía de éxito para esta iniciativa, cuyo móvil es la causa de la libertad en nuestro continente y en Particular, del Paraguay. (aplausos). Todos los que aquí estamos, tenemos valiosas contribuciones que dar y algo que aprender, por eso la dinámica de trabajos en la jornada consistirá en ofrecer oportunidades para que las contribuciones sean dadas y lo aprendido, se realice. Muchos trabajaron mucho para que este encuentro fuese posible y tuviese la dimensión proyectada. Un emprendimiento de esta naturaleza y de esta envergadura representa una gran responsabilidad. Con esfuerzo y coraje, vencimos limitaciones, gracias a la generosa colaboración de múltiples personas y entidades de las más diversas. Nosotros queremos ofrecer a los visitantes la atención y el confort que se merecen, pero ciertamente algunos errores habremos de cometer por lo que pedimos comprensión y paciencia. Al saludar a todos los presentes nosotros tenemos la convicción de que cada participante es igualmente importante, pero es imposible dejar de ver la persona del Premio Nobel de la Paz ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, para la importancia que tienen estas Segundas Jornadas de Solidaridad al Pueblo Paraguayo (aplausos). Al lado de PEREZ ESQUIVEL, tenemos el privilegio de tener en nuestro medio a muchas personalidades ilustres, que engrandecen cualquier encuentro. Además, cada una de vuestras presencias enaltece nuestras jornadas de solidaridad. Pero al final, qué venimos a hacer aquí? Cada

./.

POLICIA DE LA CAPITAL  
DEPTO. INVESTIGACIONES 00160F 1655 - 3 -

./ uno de nosotros debe buscar su propia respuesta y creemos que ello conviene y converge para los objetivos de la Jornada de Solidaridad para los objetivos de los organizadores, para los que pudieron responder a la invitación y también para los que no pudieron a pesar de cumplir nuestros mismos propósitos. El exiliado paraguayo MARTIN ALMADA es prisionero político que actualmente trabaja en la UNESCO en París, escribió que con este Movimiento Foz de Iguazú pasará a la historia como punto de partida de la democratización del Paraguay (aplausos), Si de hecho fuera así, nuestra satisfacción será inmensa. Preferimos nosotros ver estos trabajos, como uno más entre los tantos puntos de partida de la democratización del Paraguay y la liberación de América Latina de todas las formas de opresión, expoliciación, injusticias, y conflictos. (aplausos). Nos reunimos en estas Jornadas para expresar nuestra solidaridad continental al pueblo paraguayo en sus sufrimientos en sus privaciones de derechos fundamentales y en su lucha por la liberación. Nos reunimos para comprender mejor nuestras realidades y encontrar formas de transformarlas dentro de los ideales de paz, fraternidad y garantía a los derechos de la persona humana, los derechos de cada pueblo y de cada nación. (aplausos). Por eso, formulamos aquí una exhortación en el sentido de que todo lo que fuese expuesto aquí, sea elevado a los Gobiernos, a los pueblos y a las autoridades de nuestros países. Un Congreso que reúne tan selecta representación no va a hablar como quien habla al viento, para usar la expresión del Apóstol San Pablo. Además de preguntarnos sobre los males que nos causan las fuerzas de dominación, debemos preguntarnos en este momento, sobre nuestras capacidades de desencadenar un proceso de transformación capaz de conducirnos a un nuevo orden político, social, económica y cultural a nivel de las naciones del Continente y del mundo. Si las fuerzas de dominación se han integrado y así consiguieron sus maléficos intentos, eso nos enseña que la liberación sólo puede ser alcanzada con la unión de los pueblos, con la unión nacional y continental (aplausos). Venimos a descubrir puntos convergentes en nuestras posiciones y confrontar nuestras divergencias para poder identificar las fuerzas y encontrar los caminos que nos llevarán a un mundo mejor. Todo nos une, todo nos identifica, tenemos problemas comunes, y un ideal común que nos arrastra a la liberación y al desarrollo integral de los pueblos y los individuos en particular. La propia geografía y topografía de esta región privilegiada de riquezas y bellezas invitan a la solidaridad y a la unión. La exhuberancia de la naturaleza y su unidad en la complejidad, el espectáculo de las cataratas, la pujanza de los ríos y la generosidad de la tierra nos lleva a unir fuerzas y nos lleva a caminar con impetuosidad rumbo a los elevados ideales latinoamericanos. Y la obra de los hombres como el Puente de la Amistad, que une al Brasil y al Paraguay sobre las aguas del Río Paraná es el punto de fraternidad, y las obras que en breve unirá al Brasil y a la Argentina sobre las aguas del Río Iguazú contiene ya sus nombres, en un mensaje superior que da sentido a nuestra pasajera presencia sobre la faz de la tierra. Sin amistad ni frater-

OFICINA DE LA CAPITAL  
 DEPTO. INVESTIGACIONES

00160F 1656 - 4 -

./o. nidad, la vida no tiene sentido y los pueblos son infelices. No podemos aceptar barreras en el curso de las aguas que nos conducen a la liberación, no podemos más convivir con restos de represión política, prisiones, torturas, exilios, desaparición de personas, enriquecimiento de selectas minorías a costa del sacrificio de los pueblos (aplausos). No podemos seguir aceptando la corrupción de Gobiernos y de ciudadanos que hacen del esfuerzo colectivo de un pueblo una opulencia cruel y escandalosa, que todo lo hacen y encuentran egoístas, prepotentes y autoritarios. (aplausos). Tiene que acabar la vergonzosa ostentación que se hace sobre la miseria de las multitudes. Los pueblos del Tercer Mundo no pueden continuar sirviendo de pasto de engorde de los pueblos del Primer Mundo con su capitalismo salvaje (aplausos). Los pueblos del Tercer Mundo realmente no pueden de pasto de engorde de los pueblos del Primer Mundo con su capitalismo salvaje, su sistema financiero expoliador, sus créditos injustos con los países pobres y su voracidad sobrehumana. La libertad tiene que existir de facto y no ser apenas una palabra que adorna nuestros Himnos Nacionales. En el caso específico del Paraguay también tiene que acabar la complejidad internacional con el estado de cosas, porque en el país impera una dictadura hace ya treinta y un años bajo el comando del General ALFREDO STROESSNER. Es inaceptable, que más de un millón de paraguayos prácticamente un tercio de la población del país estén forzados a vivir en el exilio por motivos políticos y económicos, mientras un millón de brasileños tomó en aquel país un lugar que no es el suyo (aplausos). Nos pueden acuciar de todo, los que ven con desdén este nuestro trabajo, pueden no aceptar nuestro análisis de nuestras realidades y no compartir nuestros ideales, pero nosotros les decimos que no hay argumentos que defisan, no hay argumentos de defensa para un sistema político, económico que produjo un escándalo tan grande como el representado por ese masivo exodo de paraguayos rumbo a otros países. No es esa una poderosa razón para que ejerza la población de un país que como el Paraguay, que huye de la violencia para encontrar paz, libertad y prosperidad? Y esa razón no es otra que la perversidad y la ceguera que oprime a ese pueblo hermano, que ejerce la dictadura. La libertad y la felicidad es un derecho de todos. Nuestro encuentro se realiza porque en los últimos años fueron dados pasos significativos en la democratización de los países de nuestro continente, todavía mucho queda por hacer para que la democracia sea sólida y madura. Y nuestro encuentro se realiza porque principalmente en algunos países en particular en el Paraguay, y en Chile, los caminos de la libertad y de la justicia son más difíciles de ser abiertos. Vamos a abrirlo. (aplausos). Tenemos ahora la honra de anunciar la palestra inaugural de estas Jornadas, y también de transferir la Presidencia de honor de este nuestro encuentro al Excelentísimo Señor Dr. ADOLFO PEREZ ESQUIVEL Premio Nobel de la Paz (aplausos).

ADOLFO PEREZ ESQUIVEL

Hermanas y hermanos latinoamericanos, fundamentalmente hermanos paraguayos

POLICIA DE LA CAPITAL  
DEPTO. INVESTIGACIONES

----- 00160F 1657 - 5 -

./.. vos que nos han convocado gracias a la hospitalidad y al apoyo solidario de Foz de Yguazú, del pueblo del Brasil, que hace posible este encuentro de solidaridad para sumar esfuerzos en la lucha por la democratización del pueblo paraguayo. Son muchas cosas que podemos compartir, yo quiero hacer referencia a esa antigua leyenda guaraní que nos habla de la tierra sin males, esa tierra sin males que es la tierra, que es la búsqueda de esa tierra prometida que es la tierra de la libertad. Nunca vamos a ser hombres, mujeres, pueblos íntegros si nos falta la libertad. Y hoy tenemos que sumar esfuerzos para alcanzar esa tierra sin males del Paraguay, libre de la opresión, libre de ese dictador que oprime al pueblo durante más de treinta años. (aplausos). Esta tierra sin males -recordaba esta leyenda guaraní- se está en camino, donde aquí estamos congregados personas con distintas posiciones ideológicas, creencias, que yo decía hace poco tiempo desde mi perspectiva como cristiano en La Habana, en la reunión de la deuda externa, cuando llamé a la insurrección evangélica permanente, que cada uno debe traducir esos valores a sus propios valores. Que cada uno lo tiene que traducir, pero que todos, cristianos y no cristianos tenemos que sumar esfuerzos en algo que nos es común, en la lucha por la libertad, en construir una sociedad más justa y humana, libre de dominaciones, esto es lo fundamental. Durante mucho tiempo se nos hizo enfrentar a los pueblos, dividirnos, porque es la forma de sostenerse los opresores. Yo quiero compartir con ustedes un ejemplo; que lo aprendí con los indígenas del continente latinoamericano y ver como podemos desarrollar toda una pedagogía de solidaridad y de unidad entre los pueblos. En las comunidades indígenas del Ecuador vimos estos métodos que yo quiero compartir y yo creo que todos, hasta un niño sabe que ese es el único camino posible, todos saben lo que es esto, hasta un niño, pero qué puede hacer éste, sólo. Ni siquiera puede levantar un papel, necesitamos de éste para poder levantar algo, pero si tenemos que hacer un esfuerzo mayor necesitamos de éste, de éste y de éste, juntos somos una fuerza (aplausos), pero si necesitamos un esfuerzo mayor para transportar esta mesa al fondo de este salón necesito pedirles a cada uno de ustedes que sume su mano a la mía, esto tiene un nombre compañeros: esto se llama solidaridad, esto se llama unidad (aplausos). Y es esto lo que tenemos que desarrollar. Ayer en Buenos Aires, participé también en una jornada de solidaridad y apoyo al pueblo paraguayo donde estaban todos los representantes de partidos políticos, organizaciones sindicales, organizaciones sociales. Sin comprendemos que debemos unirnos, si comprendemos que debemos plantear en profundidad propuestas y alternativas para sacar de una vez por todas esa dictadura y construir el país que necesitamos. Yo estoy seguro que esa dictadura no dura más de quince días, a pesar de que hace treinta años, duró más de treinta años porque no hubo unidad, porque es necesario que todos los pueblos de América Latina

POLICIA DE LA CAPITAL  
DEPTO. INVESTIGACIONES

-----00160F 1658 - 6 -

./ nos unamos, porque de eso depende nuestro futuro. Hoy Argentina, Uruguay, Brasil han comenzado un proceso de democratización, pero si dejamos esa dictadura en el Paraguay, si dejamos esa dictadura en Chile, no va a haber proceso de democratización en el Cono Sur, hoy depende de la acción del conjunto, las dictaduras no se sostienen por sí solas, necesitan del consenso de sectores civiles, de las oligarquías y de las multinacionales. Ningún proceso dictatorial se sostiene solo, pero si los pueblos estamos divididos, si no somos solidarios, si nos enfrentamos unos a otros, eso es lo que están promoviendo las dictaduras para sostenerse a través de la división y del enfrentamiento en el mismo pueblo. Hoy creo que se ha tomado conciencia en América Latina, porque éstos sistemas dictatoriales no son casualidades, hoy nos han llevado a un mayor empobrecimiento, a mayor miseria, nos han llevado a generar una deuda externa que agobia a todos los países latinoamericanos, esto no es casualidad. Hoy tenemos en el conjunto más de trescientos sesenta mil millones de dólares de deuda externa imposible de pagar. Cómo se generó esto, pueblos que son potencialmente ricos se han empobrecido, cómo se pudo generar todo esto? Necesitaron de estas dictaduras, necesitaron de imponernos un proyecto de dominación, necesitaron de los STROESSNER, de los VIDELA, de los PINOCHET, para imponernos esto. Yo creo que, hermanas y hermanos, que estos planteos debemos profundizarlos, debemos buscar alternativas, el diagnóstico de los problemas, que vive el Paraguay, Chile y Argentina y todo el continente latinoamericano, todos los sabemos, todos tenemos nuestros análisis, pero lo importante es cómo vamos a salir de esto, cómo vamos a generar proyectos de alternativas comunes en la búsqueda del bien común de nuestros pueblos. Para eso se requiere participación, se requiere claridad en las acciones, se requiere solidaridad y esfuerzo compartido y esto lo que tenemos que tratar, podemos hablar de muchas cosas, de STROESSNER, que todos conocemos y lo sufrimos, pero tenemos que ver cuales son los caminos concretos, de propuestas políticas, sociales, culturales, económicas, educativas para nuestros pueblos. Estas dictaduras se vuelven fuertes y cierran toda posibilidad porque tienen un gran temor al pueblo. Yo creo que hoy en estos días de reflexión son para ver cuales son esos caminos y esas alternativas. Más que denunciar cosas yo les propongo a ustedes que propongamos alternativas, que propongamos programas, que propongamos caminos a seguir, porque yo estoy seguro que si lo hacemos, si lo hacemos con claridad, con serenidad pero con mucha firmeza vamos a lograr que el pueblo paraguayo, esto que tan hermosamente nos ponen aquí, que es la hermana que se llama libertad. Estoy seguro de ello, esta mi confianza y quiero que sepan que somos solidarios, que venimos trabajando hace mucho tiempo por el Paraguay, por Chile, por Centroamérica y que sumaremos todo nuestro esfuerzo, lo que sea necesario para que éstos caminos y estas alternativas sean una realidad, para que de una vez por todas destierren a esa siniestra dictadura que ha cobijado a muchos que han violado los

## Anexo 17 – Divulgação das confirmações de assistência e preparação que chegavam para a Segunda Edição da Jornada de Solidariedade

### Noticias da Jornada de Solidariedade ao Paraguai

De Oberá, Argentina

Caros companheiros:  
Recebemos com grande alegria a notícia da realização, em Foz do Iguacu, da 2ª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai. Tais gestos nos comprometem e nos obrigam a prosseguir nossa luta contra a dependência em todos os seus níveis e pela libertação de nosso continente.

Todos estamos com o mesmo entusiasmo do ano passado e, creio, com mais espírito. Desde Posadas até Iguazú, em nossa Província, convidamos os partidos políticos, estudantes universitários e, inclusive, a Liga Argentina pelos Direitos do Homem, da Província de Corrientes e Chaco.

Envio um cassete com poemas gravados no Centro Paraguai, para serem ouvidos pelos interessados, como uma contribuição de nossa comunidade.

Realizaremos um festival dançante para contribuir na cobertura dos gastos com viagem e estadia e esperamos que seja um êxito.

Com o desejo de nos encontrarmos em breve, deixamos nosso agradecimento por tudo o que fazem em favor da causa da liberdade do Paraguai, e recebam todos os companheiros uma veemente saudação revolucionária. (Miguel Angel Ramos (médico), em 22/7/1985)

De São Paulo, Brasil

Temos às mãos o documento expedido por essa coordenadoria informando-nos do grande evento de integração cultural e artística que se realizará em Foz do Iguacu através da 2ª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai.

Dada a importância desse encontro de intensa irmanação social, é com prazer que informamos que aceitamos o convite e nos dispomos a participar e colaborar com esse ato público tão importante e oportuno, enviando uma representação oficial composta de duas ou mais pessoas, membros do "Acuerdo Paraguayo en el Exilio" (APE)". (Dr. Silvio Negrete, coordenador geral da APE)

De Buenos Aires, Argentina

Estimados amigos:  
Escrevo para informar-lhes sobre o trabalho que está sendo



realizado aqui em preparação à 2ª Jornada de Solidariedade.

1. Preparamos e estamos enviando 1.500 cartazes em branco e preto sobre a 2ª Jornada.

2. Em Buenos Aires foi formado um comitê de apoio à Jornada, constituído pelo Movimento de Solidariedade Pátria Nova; Movimento independente de Trabalhadores Paraguaios; Confederação Paraguai de Trabalhadores Unitária no Exílio; Agrupamento de Trabalhadores 1º de Maio; Movimento de Solidariedade Argentino-Paraguai (MOSAP); Movimento Operário Paraguai no Exílio; Comissão de Familiares de Paraguaios Desaparecidos na Argentina; e Movimento Paraguai de Solidariedade e Luta.

O Comitê funciona junto ao Serviço Paz e Justiça, de Adolfo Pérez Esquivel, que dá total apoio à Jornada, e se reúne uma vez por semana.

3. É muito importante que para o tema Direitos Humanos seja convidado um delegado expositor da Comissão de Familiares de Paraguaios Desaparecidos na Argentina, já que se trata de um caso específico que tem muito a ver com a luta de nosso povo. Existem mais de 50 compatriotas desaparecidos na Argentina desde 1976.

4. Estamos pensando em ir em caravana (um ou dois ônibus) de Buenos Aires.

5. O conjunto de música popular paraguai e revolucionária (em Guarani) Los Corales se compromete a ir a Foz do Iguacu para atuar durante a 2ª Jornada de Solidariedade, especialmente na Noite Artística de sábado, dia 17. São quatro integrantes (três homens e uma mulher) e o conjunto é de grande qualidade, a tal ponto que está tendo grande sucesso em Buenos Aires.

Um grande abraço e muito

sucesso. Até a vitória, sempre! (Jornalista Luiz Alonso)

De Posadas, Argentina

Aceitamos o convite para a 2ª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai. Em Posadas estamos organizando, junto com o Acuerdo Paraguayo en el Exilio (APE) e o Movimento de Solidariedade Argentino-Paraguai (MOSAP), uma caravana de dois ônibus, com perto de 100 pessoas. De Oberá também irá uma delegação. Mandamos também convites a Caracas, Venezuela, e esperamos que venham companheiros de lá. Estamos fazendo todos os esforços possíveis para o êxito da 2ª Jornada, em Foz do Iguacu. (Dimas)

De Eldorado, Misiones

Caros amigos:

Sobre a Jornada informo que já realizamos reuniões aqui e que existe muito interesse em participar. Podem contar, sem dúvida alguma, com nossa colaboração e de nosso comitê para a tarefa. Temos ainda a adesão do partido Intransigente e estamos mantendo contatos com outros setores.

Aqui, estamos num intenso trabalho de organização do Partido Revolucionário Febrerista (PRF), e na reativação do Centro Paraguai para dar a ele uma função mais política, com a participação de todos os partidos paraguaios e argentinos, porque tem andado por caminhos muito conservadores e apolíticos.

Encarregamos três pessoas para organizarem nossa ida e participação na 2ª Jornada. Estou sabendo que em Oberá e Posadas existe grande interesse em participar. Eles estão se organizando para ir em ônibus, juntos. (Clodomiro)

Nas próximas edições, estaremos publicando mais cartas e informes sobre os preparativos da 2ª Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguai, que está despertando uma mobilização sem precedentes em eventos do gênero no Cone Sul da América. Os organizadores estão recebendo comunicados do Paraguai, da Argentina, do Uruguai, de Curitiba, São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e de outros lugares, dando conta de que delegações numerosas estão se preparando para estarem presentes a esse expressivo ato de integração latino-americana. (Clodomiro, coordenador)

Anexo 18 – Carta de apoio do Partido Socialista Obrero Español à realização da Segunda Edição da Jornada



Partido Socialista  
Obrero Español

Secretaría Organización

Agrupación "Julían Besteiro"

São Paulo Brasil

Ref. 05/85.

São Paulo, 07 de agosto del 1985 .

A

Juvenio Mazzarollo  
Organizador de la II Jornada de Solidaridad al Pueblo Paraguayo.  
Capital.

Estimados Compañeros:

En nombre del Partido Socialista Obrero Español (P.S.O.E.), queremos saludaros y unirnos a vosotros. -en esta II Jornada de Solidaridad al Pueblo Paraguayo. -para decir un "Basta" a la represión, a la tortura y a la persecución política que hoy sufre el pueblo paraguayo.

Estamos seguros de que el pueblo, permaneciendo unido, conquistará su libertad y abrirá la brecha que le conducirá a las urnas, a la participación política, a la democracia y, en fin, al estado de derecho.

Por ese motivo queremos dar nuestro fraternal apoyo a esta II Jornada.

Pues solamente a través de la organización política, el pueblo conseguirá vislumbrar el arduo camino de lucha que hay entre la dictadura y la democracia.

Es ahí, en ese trecho del camino, por el que actualmente estais pasando y en el que ya cayeron algunos compañeros, que queremos hacer constancia de nuestra solidaridad con todos aquellos que quedaron atrás, para que su sangre y sufrimiento no hayan sido en vano; con todos aquellos que continúan en la lucha y con los que continuarán luchando siempre por la democracia.

A los presos políticos queremos decirles que no los olvidamos, que estamos y continuaremos luchando hasta que caiga la última cadena, hasta que salga de la prisión el último hombre encerrado por motivos políticos, y para que nunca más ningún ser humano sea perseguido por causa de sus ideales.

Saludos Socialistas, viva el Socialismo.



El Secretario de Organización.

Fdo. -Manuel Rubio Martín.



Anexo 19- Carta de apoio da União Nacional dos Estudantes à realização da Segunda Edição da Jornada

## UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

SEDE: RUA DO CATETE Nº 243, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 22.220



São Paulo, 15 de agosto de 1985

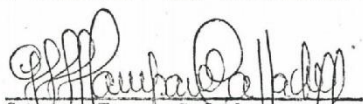
A União Nacional dos Estudantes - UNE - e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo - UEE SP - expressam seu mais irrestrito apoio e solidariedade à luta do povo paraguaio para por fim a uma das mais sanguinárias e obscurantistas ditaduras da América Latina.

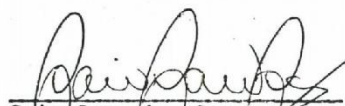
O ditador Stroesner se mantém no poder utilizando o terror estatal e a corrupção, como forma de impedir o avanço da luta dos trabalhadores e do povo paraguaio pela liberdade e soberania nacional.

Interessa ao imperialismo ianque a continuidade da ditadura de Stroesner. Quando diversos povos da América Latina lutam pela independência nacional e pelas liberdades contra o imperialismo, como o povo salvadoreño, nicaraguense; quando foram derrotadas diversas ditaduras como a da Argentina, Uruguai e Brasil, a ditadura fascista de Stroesner, junto com a do general Pinochet permanecem como uma mancha a envergonhar os povos latino-americanos.

A II Jornada de Solidariedade ao povo paraguaio é mais uma oportunidade de o povo brasileiro repudiar o regime de Stroesner, causador de uma das maiores diásporas do mundo.

O povo paraguaio pode contar com o apoio fraterno e combativo dos estudantes brasileiros.

  
George Tasso Calado  
Secretário de Exatas da UNE  
pela diretoria da UNE

  
Caio Carneiro Campos  
Pela diretoria da UEE-SP

Anexo 20 – Carta de apoio do Partido Febrerista à realização da Segunda Edição da Jornada

*Compañeros organizadores de las segundas Jornadas de Solidaridad con el pueblo paraguayo:*


*En representación del Movimiento Socialista "Carlos Caballero Gatti" del Partido Revolucionario Febrerista del Paraguay, hacemos llegar nuestro fraternal saludo a este magno evento.*

*Nuestro pueblo, el paraguayo, atraviesa momentos de gran trascendencia para la vida política del país, y en ese sentido, tareas solidarias como este encuentro, son de gran utilidad para el avance cada vez mayor de las luchas del movimiento popular paraguayo para su liberación.*

*Para nosotros, los compañeros socialistas del Movimiento "Carlos Caballero Gatti", es una experiencia positiva participar en este encuentro que se caracteriza por el gran espíritu unitario que los alienta, y consideramos que ello nos motiva y compromete para el trabajo futuro, ya que la unidad debe ser el signo fundamental en nuestra lucha actual.*

*Emulando este espíritu que los anima, insistiremos en la necesidad perentoria de la unidad amplia sin restricciones de todos los sectores que conforman la sociedad paraguaya como única salida posible para enfrentar con coherencia y fuerza el régimen imperante.*

*En la esperanza de que este encuentro se desarrolle en un marco de fraternidad y solidaridad, lo saludamos con un : ADELANTE COMPAÑEROS, HASTA LA VICTORIA!*

  
*Paula Vire*  
Coordinadora Adjunta

*Foz de Iguazú, Agosto 17 de 1.985.-*

Anexo 21 – Carta de apoio da Câmara Municipal de Londrina ao Comitê organizador da Jornada.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Estado do Paraná

Cx. Postal 2221  
86.100. Londrina - PR.

Londrina, 23 de agosto de 1.985.

Of. nº 1.048/85

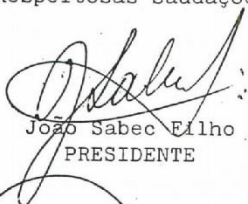
Prezado Senhor:

A Câmara Municipal de Londrina, através de sua Mesa Executiva, tem a satisfação de comunicar a Vossa Senhoria que, a requerimento subscrito pelo Vereador Tadeu Felismino, foi aprovado e inserido na ata dos trabalhos da sessão realizada no dia 15 do mês em curso, um **VOTO DE APOIO** para com o Comitê de Solidariedade ao Povo Paraguaio pela luta que vem desenvolvendo em prol da democracia e contra o regime do Presidente Alfredo Stroessner, que infelicita o povo do vizinho País, persegue opositores, abriga nazifascistas de todo o mundo e institucionaliza a corrupção e o contrabando.

Nós, brasileiros, temos uma dívida histórica com os paraguaios: a participação de nosso País, juntamente com a Argentina, no interesse do capital inglês, na guerra do Paraguai, a qual dizimou a Nação mais próspera e independente da América do Sul e, em consequência desse trágico episódio, a condenou ao atraso político e econômico. Eis porque esta Casa apoia irrestritamente o esforço desse Comitê em favor da causa que abraçou.

A Edilidade Londrinense quer, no momento, externar os protestos de estima e consideração.

Respeitosas Saudações

  
João Sabec Filho  
PRESIDENTE

  
Cleber Tóffoli  
1º SECRETÁRIO

Ilmo. Sr.  
JUVÊNIO MAZAROLO  
Jornal Novo Tempo  
FOZ DE IGUAÇU - PR

egc